



# Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região

# 2004

BRASÍLIA – DF  
2005

© 2005. Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região 2004

Edifício-Sede: Praça dos Tribunais Superiores, bloco "A"  
CEP: 70070-900 Brasília/DF  
PABX: (61) 3314-5225  
Fax: (61) 3322-1150  
Site: www.trf1.gov.br

COORDENAÇÃO-GERAL  
Washington Luiz Ribeiro da Silva  
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA

COORDENAÇÃO TÉCNICA  
Elieusa Guedes Brandão

CONSOLIDAÇÃO E REDAÇÃO  
Elieusa Guedes Brandão  
Josiane Santos Batista  
Marcus Vinícius Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL  
Benvolio Evangelista da Silva

REVISÃO DE TEXTO

Carmen Lucia Prata da Costa  
Edelweiss de Moraes Mafra  
Magda Giovanna Alves  
Renato Cunha  
Robson Taylor de Barros  
Samuel Nunes dos Santos

REVISÃO DE CONTEÚDO

Maria Angela Rocha Paes  
Rosângela Dias Bezerra Carlos

PROJETO GRÁFICO

Benvolio Evangelista da Silva  
Elieusa Guedes Brandão  
Geraldo Martins Teixeira Júnior

TABELAS

Carmozina Vitorina Martins da Costa

CAPA

Geraldo Martins Teixeira Júnior

EDITORACÃO ELETRÔNICA

André Sampaio da Silva  
Benvolio Evangelista da Silva  
Cinthia Pereira da Silva  
Geraldo Martins Teixeira Júnior

CONFECÇÃO DE FOTOLITOS

Techno Arte

REPRODUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO

Divisão de Serviços Gráficos – Digra

# COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

B823 Brasil. Tribunal Regional Federal. Região I.

Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região : 2004. – Brasília :  
TRF – 1ª Região, 2005.  
275 p. : il.

I. Tribunal Regional Federal, Relatório (2004). I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca do TRF – 1ª Região.

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



ALOÍSIO PALMEIRA LIMA  
PRESIDENTE



MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
VICE-PRESIDENTE



ASSUSETE MAGALHÃES  
CORREGEDORA-GERAL



TOURINHO NETO



CATÃO ALVES



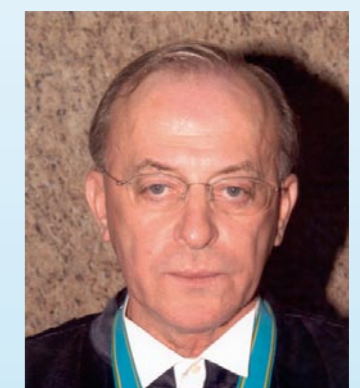
JIRAIR ARAM MEGUERIAN



CARLOS FERNANDO  
MATHIAS



OLINDO MENEZES



LUCIANO TOLENTINO AMARAL

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



CÂNDIDO RIBEIRO



HILTON QUEIROZ



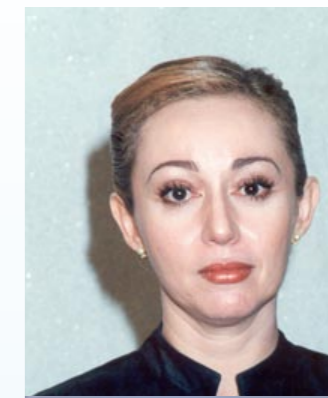
CARLOS MOREIRA ALVES



JOÃO BATISTA MOREIRA



SOUZA PRUDENTE



SELENE DE ALMEIDA



ÍTALO FIORAVANTI  
SABO MENDES



CARLOS OLAVO



JOSÉ AMILCAR MACHADO



FAGUNDES DE DEUS



ANTÔNIO SÁVIO DE  
OLIVEIRA CHAVES



MARIA ISABEL  
GALLOTTI RODRIGUES



ANTÔNIO EZEQUIEL  
DA SILVA



DANIEL PAES RIBEIRO



LUIZ GONZAGA  
BARBOSA MOREIRA



MARIA DO CARMO  
CARDOSO



LEOMAR AMORIM



NEUZA ALVES

## PLENÁRIO

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – VICE-PRESIDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES – CORREGEDORA-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO AUGUSTO CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO HERCULANO DE MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO PACHECO DE MEDEIROS  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA Maria ALVES DA SILVA

## CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – VICE-PRESIDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES – CORREGEDORA-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

## PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

### PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA

### SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

## SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

### TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

### QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

## TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

## QUINTA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

## SEXTA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

## QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

## SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

## OITAVA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – VICE-PRESIDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES – CORREGEDORA-GERAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE REGIMENTO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – EFETIVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – EFETIVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA – SUPLENTE

### COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – EFETIVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – EFETIVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO

### COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADORA FEDERAL ASSULETE MAGALHÃES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### COMISSÃO DE CONCURSO

DESEMBARGADOR FEDERAL	CATÃO ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS OLAVO – SUPLENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	SOUZA PRUDENTE – SUPLENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES – SUPLENTE

### COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADOR FEDERAL	HILTON QUEIROZ – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR FEDERAL	ITALO FIORAVANTI SABO MENDES

### REVISTA DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS – DIRETOR
-----------------------	-----------------------------------

### ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS – DIRETOR
-----------------------	-----------------------------------

## SECRETARIA DO TRIBUNAL

### DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES

Washington Luiz Ribeiro da Silva  
Diretor-Geral

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU  
Joaquim Felipe Barbosa de Alencastro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR  
Carlos Frederico Maia Bezerra

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE  
Alex Amorim de Sousa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD  
Maria Cristina Turnes

SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN  
Marcos Barbosa Andrade

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI  
Pedro Maximiano Pereira

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE  
Sônia Maria Garcez Teixeira

**CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO  
MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA**

CHANCELER

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

MEMBROS

Desembargador Federal Mário César Ribeiro – Vice-Presidente  
Desembargadora Federal Assusete Magalhães – Corregedora-Geral  
Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias  
Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

SECRETÁRIA

Andréa Balsini Ghisi

**CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL**

PRESIDENTE

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

DIRETOR-GERAL

Washington Luiz Ribeiro da Silva

DIRETORA DA SECBE

Sônia Maria Garcez Teixeira

DIRETOR DA SECOI

Pedro Maximiano Pereira

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES

Ionice de Paula Ribeiro

# APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais, Senhores Servidores,

Em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 22 do Regimento Interno, apresento a esta Corte o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2004, bem como o mapa dos julgados da Primeira Região.

Além do dever regimental, espero demonstrar o cumprimento dos objetivos institucionais do Tribunal e a grandeza do trabalho realizado. Expresso meus agradecimentos aos ilustres magistrados, ao corpo diretivo e aos servidores desta Casa e do Primeiro Grau, por se desincumbirem de suas tarefas com dedicação, sem se afastar do compromisso de bem servir ao país em busca da excelência na prestação jurisdicional.

Essa consciência é o grande impulso para transpor os desafios.

A partir da base sólida construída nas gestões anteriores, a atual Administração dedicou-se a um projeto de desenvolvimento voltado, a um só tempo, à valorização do jurisdicionado e ao crescimento estrutural e tecnológico da Primeira Região, alicerçado, principalmente, na INTEGRAÇÃO, na INTERIORIZAÇÃO e na VIRTUALIZAÇÃO.

Quanto à INTEGRAÇÃO, desejo que seja permanente o fermento da Primeira Região para unir anseios, esforços e experiências do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias, de forma que se alcance a sinergia, em que a soma das partes é maior que o todo.

Nessa caminhada, é essencial que a Justiça Federal mantenha relações harmoniosas com todos os poderes constituídos, organizações governamentais e não governamentais, angariando parcerias para avançar, de forma conjunta, rumo à consolidação de um

Estado Democrático de Direito. É indispensável a união aos demais operadores judiciais para analisar as questões e apresentar propostas voltadas à melhoria da prestação jurisdicional.

O Tribunal granjeou importantes colaboradores durante o ano. Com o patrocínio do Banco do Brasil, no valor de 1 milhão e 900 mil reais, foram possíveis a modernização das sessões de julgamento e a realização de eventos institucionais. A Petrobras Distribuidora, mediante convênio, contribuiu com 300 mil reais para o projeto dos Juizados Especiais Federais itinerantes. Com o INSS foi firmado importante convênio que permite acesso aos bancos de dados daquela instituição por magistrados cadastrados, para agilizar, sobremaneira, a prestação jurisdicional.

A interação com governos de estado permitiu a realização de novos serviços aos jurisdicionados, como a instalação do Posto Avançado do Juizado Especial Federal em Cruzeiro do Sul, previsto em protocolo de intenções firmado com o Governo do Acre.

Pela primeira vez desde sua criação, o Tribunal reuniu os Diretores de Foro, os Coordenadores de Subseção e Diretores de Secretaria Administrativa, no evento denominado I Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções, realizado em junho de 2004, com o apoio da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e da Diretoria-Geral. Durante o evento, foram debatidas questões comuns às unidades jurisdicionais e encaminhadas soluções às diversas áreas desta Corte.

A integração entre o Tribunal e as Seções Judiciárias tem sido crucial na mobilização para tornar viável a instalação, antecipada para 2005, das 41 novas unidades judiciárias criadas pela Lei n. 10.772/2003.

No exercício de representação, a Administração do Tribunal empreendeu todos os esforços para que fossem aprovados, nas esferas legislativa e executiva, recursos destinados a investimentos em infra-estrutura e modernização. Reuni-me com os Presidentes de outros Tribunais, a fim de compartilhar assuntos e providências de interesse comum. Compareci a diversas solenidades para estreitar os laços com representantes dos mais variados segmentos públicos.

Outro alicerce da atual gestão é a INTERIORIZAÇÃO. É imprescindível valorizar a condição continental da Primeira Região, explorando-a positivamente. Essa feliz pecu-

liaridade tem permitido à Primeira Região aproximar, sempre, a Justiça do povo. Nesse propósito, o Tribunal deu absoluta prioridade à instalação de novas varas no interior. São inúmeras as providências para alocação de servidores, equipamentos, mobiliário e demais requisitos necessários a seu funcionamento. Têm sido contactados, para agilizar o início da prestação jurisdicional nos novos municípios, o Congresso Nacional, prefeituras, câmaras municipais, Ministério Público Federal, procuradorias regionais, Secretaria de Patrimônio da União e outros entes públicos. Nesse ponto, saliento a colaboração do Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, que preside comissão instituída para providências relativas aos prédios e terrenos para as novas varas e Subseções Judiciárias.

Igual tratamento esta Corte concedeu aos Juizados Especiais Federais, principalmente em sua forma itinerante, pois, entre seus incontáveis benefícios, têm-se revelado como fator de coesão familiar e de redução do êxodo rural, evitando, conseqüentemente, o ingresso de tantos brasileiros nas fileiras da miséria e da marginalização. Sua concretização esbarra, por certo, nas grandes dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas no Brasil. A demanda é excessiva. Os recursos financeiros são escassos. O quadro de pessoal é insuficiente. Nada, porém, que não seja contornável por planejamento eficaz e determinação.

Outro ponto basilar desta gestão é a VIRTUALIZAÇÃO, verdadeira alternativa para conferir maior celeridade à prestação jurisdicional, pois elimina os papéis, agiliza as informações e facilita os trabalhos. O ano de 2004 foi o momento da expansão do projeto dos Juizados Virtuais, após o período experimental em 2003, quando foi iniciado na Seção Judiciária do Distrito Federal. Foram contempladas as Seções Judiciárias dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ou seja, das 14 unidades federativas, 8 já contam com os JEFs virtualizados. Em 2005 espera-se concluir a virtualização dos Juizados em todas as capitais da Primeira Região.

Quanto ao Projeto de Execução Fiscal Virtual, as negociações e providências para sua integral implementação avançaram positivamente, com maior participação dos órgãos externos envolvidos na questão.

A interatividade proporcionada pela internet vem sendo integralmente explorada pelo Tribunal, com alterações para maior navegabilidade nos sites da Primeira Região, inclusão de novos produtos e serviços e atualizações permanentes dos conteúdos, tudo

com o objetivo de facilitar o atendimento ao jurisdicionado e o processamento e julgamento dos feitos recebidos.

Ao proceder ao relato circunstanciado de algumas das unidades que compõem o Tribunal, saliento alguns acontecimentos que marcaram o exercício em questão.

Em junho de 2004, esta Casa despediu-se do eminente Desembargador Federal Plauto Ribeiro, que poderá usufruir sua aposentadoria após tantos anos dedicados ao Judiciário.

Ressalto com satisfação o ingresso de dois novos magistrados no Tribunal: o Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa, em 17 de março de 2004, e a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, em 17 de dezembro do mesmo ano.

Nas Comissões Permanentes do Tribunal, foram designados o Desembargador Federal Carlos Moreira Alves como Presidente da Comissão de Regimento e o Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral como Presidente da Comissão de Jurisprudência.

No Primeiro Grau, tomou posse, na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, a Juíza Federal Substituta Luciana Laurenti Gheller. Adquiriram vitaliciedade 7 Juizes Federais e 36 Juizes Federais Substitutos.

A Comissão de Concursos, sob a presidência do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, deu prosseguimento ao X Concurso para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto, no qual foram oferecidas 27 vagas, além das que surgirem durante o prazo de validade do certame. Na fase atual, de investigação social pela Corregedoria-Geral, há 46 candidatos habilitados. A fase subsequente será a prova oral.

A Corregedoria-Geral, dirigida pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães, ampliou a divulgação de um serviço de grande utilidade, a Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região, que presta aos jurisdicionados informações gratuitas e encaminha reclamações, dúvidas e consultas sobre a Justiça Federal da Primeira Região. Em cumprimento às suas competências regimentais, a Corregedoria emitiu provimentos e orientações normativas regulamentando procedimentos judiciais do Primeiro Grau e realizou correções gerais ordinárias em Ilhéus, São Luís, Imperatriz, Goiânia, Distrito Federal, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia.

A Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, sob a direção do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, sucessor do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, promoveu quatro eventos, a maioria deles já no Centro de Treinamento da Justiça Federal da Primeira Região – Centrejufe, inaugurado em 2004.

A Revista do Tribunal, sob a direção do Desembargador Federal Olindo Menezes, teve 12 edições, com tiragem de 1.000 exemplares cada uma. A publicação reúne a jurisprudência desta Corte e dos Juizados Especiais Federais. Durante o ano, foi lançada em CD-ROM a coletânea da Revista – anos 2002 e 2003.

Ainda na área jurisprudencial, foram iniciadas em novembro as atividades da Turma Regional de Uniformização da Primeira Região, que aprecia pedidos de uniformização relativos aos Juizados Especiais Federais. Destaque-se também o lançamento de importantes publicações, como o *Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência* e o livro *Súmulas*, que contém todas as súmulas publicadas pelo Tribunal.

Assumi a gestão do Tribunal e das Seções Judiciárias em um momento delicado, quando muitos criticavam nossa Justiça, acusada de ser pródiga e inibidora do progresso. Não podemos permanecer aturdidos e inertes diante da difamação do Poder Judiciário. Há necessidade de mostrar à população todo o esforço e a dedicação intrínsecos às Casas de Justiça. Em razão disso, a divulgação institucional tem sido priorizada pelo Tribunal.

O Sistema Integrado de Divulgação Jornalística da Primeira Região, lançado em 2003 com rádio, televisão e mídia escrita, foi ampliado em 2004 com a veiculação dos julgamentos do Tribunal pela internet, em tempo real, acessível a qualquer parte do país e do mundo, conferindo maior transparência à atividade judicante e permitindo a democratização da informação.

O denodado trabalho da equipe de Comunicação Social mais uma vez foi agraciado: o vídeo Juizados Especiais Federais – Jalapão I e II sagrou-se vencedor na categoria regional do Prêmio Imprensa Embratel 2004, um dos mais importantes do jornalismo brasileiro.

Na esfera judicial, 4.381 processos foram registrados. Em conformidade com as competências regimentais, como Presidente, proferi 8.767 despachos em processos de competência específica, dos quais 8.248 em Recursos Especiais e Extraordinários.

Os órgãos colegiados do Tribunal receberam em distribuição 75.958 processos, que, somados aos feitos registrados, representaram um volume 12% superior ao de 2003. Foram realizadas 547 sessões de julgamento, todas taquigrafadas, de que resultaram o julgamento de 64.810 feitos e a publicação de 39.968 acórdãos. As Turmas Suplementares realizaram 111 sessões de julgamento e julgaram 7.509 feitos; publicaram 8.193 acórdãos.

No Primeiro Grau, foram distribuídos 246.491 processos, com pequena redução da demanda em relação a 2003, e julgados 139.207. A demanda pelos Juizados Especiais Federais continua crescendo vertiginosamente. Com 450.899 processos recebidos — mais que o dobro do recebido pelas demais varas em 2004 —, foram julgados 228.681 processos. As Turmas Recursais receberam 37.125 processos e julgaram 24.324. Apesar da expressividade desses quantitativos, as varas encerraram 2004 com o acervo de 999.744 feitos em tramitação, os JEFs com 618.774 e as Turmas Recursais com 18.912. Os quantitativos dão a dimensão dos Juizados na Justiça Federal e sua repercussão social, pois, em menos de dois anos, possuem quase o mesmo número de processos em tramitação que a Justiça Federal comum em 37 anos de existência.

Esses números, a exemplo dos anos anteriores, espelham a sobrecarga de trabalho do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias e corroboram a necessidade de ampliação dos quadros de magistrados e de servidores da Primeira Região. Nesse propósito, foi constituída comissão para elaboração de proposta de anteprojeto de lei, sob a presidência da diligente Desembargadora Federal Selene de Almeida. Os trabalhos, que se encontram em fase de conclusão, após a devida apreciação pelo Tribunal, serão apresentados ao Conselho da Justiça Federal, com solicitação de encaminhamento ao Congresso Nacional.

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF, sob a direção do Desembargador Federal Italo Fioravanti Sabo Mendes, acompanhou a realização da programação dos juizados itinerantes em 68 localidades, com 28.290 ações ajuizadas e 50.197 pessoas atendidas. Para tanto, as áreas técnicas do Tribunal prestaram total apoio na liberação de verbas, autorização de passagens, controle das carretas, segurança e serviços de informática, entre outros. A COJEF acompanhou ainda a evolução da demanda, autuação e julgamento dos feitos nos juizados existentes, regulamentando questões diversas. Passou a funcionar como unidade processante da Turma Regional de

Uniformização, ao assumir atividades cartorárias e de apoio aos julgamentos desse novo órgão julgador.

Consigno o árduo trabalho desenvolvido pela Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES, que recebeu novo Diretor, Rubens Luiz Murga da Silva, em agosto. Em conjunto com as unidades que a compõem, foi possível à DIGES trabalhar de forma totalmente integrada com os demais órgãos da administração do Tribunal e contornar as adversidades orçamentárias, técnicas e operacionais.

Na gestão dos recursos humanos, buscou-se a superação da escassez do quadro de pessoal com a valorização dos servidores, mediante estímulo ao trabalho em equipe e a cooperação na solução dos problemas. Para o aprimoramento do corpo funcional, foram promovidos, com ação direta ou apoio logístico, 121 eventos de capacitação, que atingiram público recorde de 923 participantes, com excelente nível de instrutoria. Novo sistema de recursos humanos foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Informática, na plataforma *Oracle*, o que permitiu maior confiabilidade e agilidade nos procedimentos operacionais. No tocante às atividades de pagamento, além da folha ordinária, várias diferenças determinadas pela legislação foram creditadas aos magistrados e servidores no decorrer do ano.

O Pro-Social, importante instrumento de valorização pessoal, com o reajuste da tabela de contribuição mensal e a implantação de parcelas do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário, encerrou o exercício com reservas superiores a 12 milhões de reais, quase o dobro do registrado em 2003. Trouxe aos magistrados e servidores da Primeira Região e a seus familiares, que somam mais de 17.000 beneficiários, a tranquilidade do atendimento à saúde com qualidade e responsabilidade. Adicionalmente, o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT consolidou sua existência, ao desenvolver ações voltadas à melhor qualidade de vida dos magistrados e dos servidores.

O orçamento da Primeira Região para 2004 totalizou 840 milhões, com recursos da ordem de 181 milhões para o Tribunal e de 660 milhões para o Primeiro Grau. Foram muitas as dificuldades financeiras, principalmente em razão da amplitude da Primeira Região. Contudo, o gerenciamento responsável dos recursos permitiu o atendimento à maioria das demandas. Além dessas dotações, foram destinados 582 milhões para o pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor, que foram agilizados pela

simplificação de procedimentos e pelo desenvolvimento de novas rotinas informatizadas, incluindo a implantação do Sistema de Requisições de Pequeno Valor *on-line*.

A seriedade na gestão da Primeira Região, sempre acompanhada por auditorias internas, foi reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, que aprovou as Tomadas de Contas de 2002 do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias, exceção feita às das Seções Judiciárias dos Estados do Piauí e do Acre, que não foram julgadas, e de Minas Gerais, julgada em 2003. Igualmente foram aprovadas as Tomadas de Contas da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais de 2003 e da Seção Judiciária do Estado de Rondônia de 2001.

No que se refere às instalações físicas, foram concluídas em 2004 as obras do Centrejufe, da Base Operacional de Serviços Administrativos e a reforma do Edifício Anexo I do Tribunal. Com o fim de melhor acomodar os órgãos julgadores do Tribunal, o auditório do Anexo I foi reformado, para dar lugar a duas novas salas de sessões.

Deu-se total e irrestrito apoio às Seções e Subseções Judiciárias, configurado por repasses orçamentário-financeiros, pela realização de obras e reformas em suas sedes, prestação de auxílio técnico-operacional, promoção de eventos e treinamentos. Foi concluído e entregue o prédio da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM e adquirido imóvel para a sede da Seção Judiciária do Estado do Pará. Tiveram seguimento as obras de construção das sedes das Seccionais dos Estados do Piauí e de Mato Grosso. Estão em andamento os projetos de construção da sede da Subseção de Imperatriz/MA e do Edifício II para os Juizados Especiais Federais em Salvador/BA. A frota de veículos recebeu investimentos superiores a 2 milhões de reais durante o ano.

A instalação das 18 varas criadas pela Lei n. 10.772/2003 para os anos de 2003 e 2004 exigiu inúmeras providências. Desse total, 17 varas foram instaladas nas capitais como varas de Juizado. A vara remanescente foi instalada em Tabatinga/AM, com competência plena e um Juizado Especial Federal Adjunto. Para o funcionamento, foram muitas as remoções de magistrados, nomeações de servidores, remanejamentos de recursos, licitações, redistribuições de processos e infinidade de medidas, sempre realizadas com esmero digno de reconhecimento.

Para acompanhar a evolução tecnológica global, o parque de informática da Primeira Região teve substancial incremento: desenvolveu e aprimorou sistemas corpora-

tivos, assentados na interação de tecnologias e *softwares*. Os trabalhos foram direcionados, principalmente, à agilização da prestação jurisdicional, mantendo-se à disposição das partes, advogados, magistrados e servidores acesso interativo aos procedimentos processuais. Os sistemas administrativos foram aperfeiçoados, com realce para o Sistema de Recursos Humanos desenvolvido pela Secretaria de Informática, que será adotado como padrão em toda a Justiça Federal brasileira.

Ao concluir, credito ao esforço comum de todos os resultados positivos alcançados. Reitero meu compromisso com o diálogo aberto, na busca da concórdia e da serena convivência, conciliando as soluções sob a inspiração do interesse público, sem fugir, é claro, à responsabilidade de decidir. Lembro que as adversidades, por mais difíceis que sejam, são ultrapassadas quando as vontades convergem para a mesma direção. Concito os demais membros da mesa diretora, o Vice-Presidente, Mário César Ribeiro, a Corregedora-Geral, Assusete Magalhães, os Senhores Desembargadores, dirigentes e servidores da Casa a continuar trabalhando pelo engrandecimento de nosso Tribunal.

Muito Obrigado.

Sala de Sessões Plenárias,

Brasília, 10 de março de 2005.

Aloísio Palmeira Lima

# ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

## PRESIDÊNCIA

Quadro 1	Avenças, 6
Quadro 2	Inaugurações, 8
Quadro 3	Posses, 9
Quadro 4	Recursos Tecnológicos e Virtualização, 9
Quadro 5	Encontros, Seminários e Congressos, 14
Quadro 6	Realizações Culturais, 14
Quadro 7	Prêmios e Homenagens Concedidos, 15
Quadro 8	Entrevistas, 15
Quadro 9	Diversos, 16
Quadro 10	Reuniões com Autoridades Diversas, 16
Quadro 11	Solenidades, 17
Quadro 12	Participação no Conselho da Justiça Federal, 17
Quadro 13	Audiências e Visitas, 18
Quadro 14	Sessões Realizadas, 20
Quadro 15	Publicações, 20
Quadro 16	Ofícios, Telex e Telegramas Assinados, 21
Quadro 17	Condecorações e Homenagens Recebidas, 21

## AESP

Quadro 18	Abreviaturas e Siglas, 26
Quadro 19	Câmara dos Deputados, 27
Quadro 20	Senado Federal, 33
Quadro 21	Congresso Nacional, 35
Quadro 22	Correções no Orçamento de 2005, 38
Quadro 23	Plano Plurianual para 2004-2007, 39

## ASRET

Quadro 24	Estatística, 43
-----------	-----------------

## COJEF

Quadro 25	Implantação dos Juizados Federais Virtuais, 47
Quadro 26	Quadro Atual dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, 49
Quadro 27	JEFs Itinerantes Realizados, 50

## COREJ

Quadro 28	Orçamento dos Precatórios, 59
Quadro 29	Atividades Desempenhadas, 62
Quadro 30	Precatórios/RPVs Aguardando Pagamento em 2005, 63

## ASREP

Quadro 31	Auxílio ao Cerimonial do Tribunal, 68
Quadro 32	Eventos na Primeira Região, 68

## ASCOM

Quadro 33	Programação da Rádio Destaque na Internet, 77
Quadro 34	Vídeos Institucionais, 78
Quadro 35	Resumo das Atividades Desenvolvidas, 81

## ASMAG

Quadro 36	Posse de Magistrados, 84
Quadro 37	Cargos Providos e Cargos Vagos – Primeira Região, 84
Quadro 38	Eleição de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral – Biênio 2004-2006, 85
Quadro 39	Convocações de Juizes Federais para Integrar o Tribunal, 85
Quadro 40	Convocações Eventuais, 86
Quadro 41	Presidência das Turmas Suplementares, 86
Quadro 42	Convocação para Turmas Suplementares, 87
Quadro 43	Permuta de Varas, 87
Quadro 44	Remoção de Juiz Federal Substituto, 87
Quadro 45	Remoção de Juiz Federal, 89
Quadro 46	Eleição de Desembargadores Federais, 90
Quadro 47	Transferências de Turma, 91
Quadro 48	Juizes Federais Eleitos para compor a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, 91
Quadro 49	Juiz em Afastamento para cursar Doutorado, 91
Quadro 50	Juizes Federais Substitutos Declarados Aptos à Vitaliciedade, 92



- Quadro 51 Juízes Federais Declarados Aptos à Vitaliciedade, 93
- Quadro 52 Promoção de Juízes Federais Substitutos – Critério de Antiguidade, 93
- Quadro 53 Promoção de Juízes Federais Substitutos – Critério de Merecimento, 94
- Quadro 54 Juízes Federais Eleitos Para compor os Tribunais Regionais Eleitorais, 95

## VIPRE

- Quadro 55 Substituição do Presidente, 98
- Quadro 56 Distribuições Realizadas, 99
- Quadro 57 Estatística Anual, 99
- Quadro 58 Atividades Realizadas com o Apoio da Asmag, 100
- Quadro 59 Presidência de Sessões, 101
- Quadro 60 Participação do Vice-Presidente em Eventos, 101

## COGER

- Quadro 61 Correições Gerais Ordinárias, 106
- Quadro 62 Provimentos e Orientações Normativas, 107
- Quadro 63 Processos Arquivados, 108
- Quadro 64 Arrecadação da Primeira Região – Janeiro a Dezembro (R\$), 108
- Quadro 65 Decisões da Corregedora em Autos de Processos Diversos, 109
- Quadro 66 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação na Primeira Instância, 110
- Quadro 67 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Varas Federais, 112
- Quadro 68 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nos Juizados Especiais Federais, 112
- Quadro 69 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Turmas Recursais, 112

Gráfico 1 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Varas Federais, 113

Gráfico 2 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nos Juizados Especiais Federais, 114

Gráfico 3 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Turmas Recursais, 115

Quadro 70 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Seccionais, 116

Gráfico 4 Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Seccionais, 117

## ESMAF

- Quadro 71 Eventos Realizados pela Esmaf, 121
- Quadro 72 Eventos Realizados no Centrejufe em Parceria com Outras Entidades, 122

## DIGES

- Quadro 73 Resumo das Atividades, 127

## SEQU

- Quadro 74 Composição da Turma Especial de Férias, 132

Gráfico 5 Petições Apresentadas ao Tribunal, 132

Gráfico 6 Protocolo de Petições, 133

- Quadro 75 Petições Iniciais e Diversas Protocolizadas, 133

- Quadro 76 Petições Diversas Recebidas nas Seções Judiciárias, 134

- Quadro 77 Petições Diversas Recebidas nas Subseções Judiciárias, 135

- Quadro 78 Petições Diversas Recebidas no Tribunal, 135

- Quadro 79 Petições Iniciais e Diversas Recebidas por Meio Eletrônico no Tribunal, 136

- Quadro 80 Protocolo Descentralizado – Petições Iniciais, 136

- Quadro 81 Processos Distribuídos por Grupo no Tribunal, 137

- Quadro 82 Processos Registrados, 139

- Quadro 83 Processos Redistribuídos, 140

- Quadro 84 Sessões Realizadas no Tribunal, 141

Gráfico 7 Processos Distribuídos e Julgados no Tribunal, 142

- Quadro 85 Processos Julgados no Tribunal, 143

- Quadro 86 Despachos Terminativos Publicados, 143

- Quadro 87 Acórdãos Publicados, 144

- Quadro 88 Outras Estatísticas, 144

- Quadro 89 Sessões Realizadas – Turmas Suplementares, 145

- Quadro 90 Despachos das Turmas Suplementares, 145

Gráfico 8 Desempenho das Turmas Suplementares – Primeira Turma, 147

Gráfico 9 Desempenho das Turmas Suplementares – Segunda Turma, 148

Gráfico 10 Desempenho das Turmas Suplementares – Terceira Turma, 148

- Quadro 91 Desempenho das Turmas Suplementares, 149

- Quadro 92 Notas Taquigráficas, 149

- Quadro 93 Estatísticas de Acórdãos, 151

- Quadro 94 Acórdãos dos Juizados Especiais Federais, 151

- Quadro 95 Correção de Pendências de Inteiro Teor, 152

- Quadro 96 Estatística de Atendimento, 153

- Quadro 97 Valores Arrecadados com Reprografia, 153

- Quadro 98 Empréstimo de Processos, 153

- Quadro 99 Estatística de Processos Arquivados, 154

- Quadro 100 Atividades Desenvolvidas pela Biblioteca, 155

- Quadro 101 Comissão de Acervo Jurídico – CAJ, 155

- Quadro 102 Atendimento ao Usuário da Biblioteca, 156

- Quadro 103 Registro e Processamento Técnico de Acervo, 156

- Quadro 104 Atividades com Periódicos, 157

- Quadro 105 Plano de Trabalho para 2005 – Biblioteca, 157

- Quadro 106 Atividades de Divulgação da Jurisprudência, 158

- Quadro 107 Apoio às Comissões de Concurso, 160

## SECOR

- Quadro 108 Orçamento aprovado para a Primeira Região, 166

- Quadro 109 Precatórios Pagos, 167

Gráfico 11 Impacto dos Precatórios no Orçamento do Tribunal, 167

Gráfico 12 Orçamento Aprovado para a Primeira Região, 168

Gráfico 13 Sub-repasse para as Seccionais, 168

- Quadro 110 Projetos Desenvolvidos, 169

- Quadro 111 Limites Financeiros Provenientes de Convênios de Receita, 170

- Quadro 112 Execução Orçamentária e Financeira, 171

- Quadro 113 Pequenas Obras e Reformas, 174

- Quadro 114 Valores Aplicados nas Varas Instaladas, 177

Gráfico 14 Valores Descontingenciados, 178

- Quadro 115 Comparativo dos Orçamentos de 2004 e 2005, 179

- Quadro 116 Revisão do PPA 2004-2007 – Limites da Primeira Região (2005-2008), 179

- Quadro 117 Projetos Previstos para 2005, 180

- Quadro 118 Execução dos Restos a Pagar Inscritos para 2004, 181

## SECRE

- Quadro 119 Eventos Externos de Capacitação, 185

- Quadro 120 Eventos Internos de Capacitação, 193

- Quadro 121 Eventos Regionais de Capacitação, 195

- Quadro 122 Treinamentos em Serviço e Outros Eventos Ministrados por Servidores do TRF, 195

- Quadro 123 Apoio a Eventos Internos, 196

- Quadro 124 Atividades de Avaliação Desenvolvidas, 198

- Quadro 125 Lotação Inicial de Servidores, 198

- Quadro 126 Distribuição de Servidores em Primeira Lotação, 199

- Quadro 127 Seleção Interna para Funções Comissionadas, 199

- Quadro 128 Processo Seletivo de Estagiários, 200

- Quadro 129 Contratação de Estagiários, 201

- Quadro 130 Atividades Extraordinárias de Pagamento de Pessoal, 202

- Quadro 131 Atividades de Legislação de Pessoal, 203

- Quadro 132 Força de Trabalho da Primeira Região, 204

- Quadro 133 Movimentação de Pessoal – TRF, 204

- Quadro 134 Movimentação de Pessoal – Justiça Federal de Primeiro Grau, 205

## SECAD

- Quadro 135 Tempo de Duração das Licitações (Menor Preço), 209

- Quadro 136 Procedimentos de Aquisição, 209

- Quadro 137 Atividades Desenvolvidas pela Área de Contrado, 210

- Quadro 138 Apoio às Seções e Subseções Judiciárias, 212

- Quadro 139 Execução da Despesa por Subatividade, 214

- Quadro 140 Créditos Provisionado e Liquidado por Subgrupo – Tribunal, 215

- Quadro 141 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Tribunal, 215

# SUMÁRIO

- Quadro 142 Créditos Provisionado e Liquidado por Subgrupo – Seccionais, 216
- Quadro 143 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Seccionais, 216
- Quadro 144 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Precatórios, 217
- Quadro 145 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Tribunal Regional Federal, Justiça Federal de 1º Grau e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 217

## Gráfico 15 Créditos Provisionado e Liquidado, 218

- Quadro 146 Comunicação Administrativa, 220
- Quadro 147 Administração de Material, 221
- Quadro 148 Reprodução Gráfica, 222
- Quadro 149 Serviços Gerais, 225

## SECIN

- Quadro 150 Evolução dos Sistemas Informatizados, 231
- Quadro 151 Atividades Gerais Desenvolvidas nos Sistemas do TRF, 233
- Quadro 152 Atividades Desenvolvidas em Conjunto com as Seccionais, 236
- Quadro 153 Treinamentos Realizados, 237
- Quadro 154 Acompanhamento do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, 239
- Quadro 155 Projetos Desenvolvidos, 240
- Quadro 156 Atividades Relacionadas à Estrutura Organizacional, 242
- Quadro 157 Manuais Administrativos, 243
- Quadro 158 Acompanhamento das Instruções Normativas, 244
- Quadro 159 Formulários e Impressos, 245

## SECOI

- Quadro 160 Tomadas de Contas Aprovadas/Não Julgadas, 249
- Quadro 161 Auditorias Realizadas, 250
- Quadro 162 Processos Analisados, 250
- Quadro 163 Atividades Desenvolvidas, 251

## SECBE

- Gráfico 16 Notas Atribuídas ao Serviço de Saúde, 254
- Quadro 164 Atendimentos na Feira de Saúde, 256
- Gráfico 17 Notas Atribuídas à Feira de Saúde, 257
- Quadro 165 Evolução História do PGQVT, 258
- Quadro 166 Aplicação dos Recursos do PGQVT, 259
- Quadro 167 Principais Ações do PGQVT no Tribunal, 260
- Quadro 168 Qualidade dos Serviços Prestados pelo Restaurante, 262
- Gráfico 18 Conceitos Atribuídos ao Restaurante, 262
- Gráfico 19 Fábrica de Brinquedos, 264
- Quadro 169 Atendimentos Médicos, 266
- Quadro 170 Atendimentos Odontológicos, 267
- Gráfico 20 Clientela Atendida na Assistência Direta, 267
- Quadro 171 Serviços Psicológicos, 268
- Quadro 172 Atendimentos Realizados pela Rede Credenciada, 269
- Quadro 173 Acompanhamento Financeiro do Pro-Social – Receitas e Despesas, 270
- Quadro 174 Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício, 271
- Gráfico 21 Aplicação dos Recursos do Pro-Social, 272
- Quadro 175 Beneficiários do Pro-Social, 273
- Gráfico 22 Distribuição dos Beneficiários do Pro-Social na Primeira Região, 274
- Quadro 176 Auxílios Concedidos (Média Mensal), 275

## PRESIDÊNCIA – PRESI, 2

- Assessoria Especial da Presidência – Aresp, 22
- Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – Asret, 40
- Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef, 44
- Coordenadoria de Execução Judicial – Corej, 56

## SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP

- Assessoria de Representação e Programação Social – Asrep, 64
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom, 74
- Assessoria de Assuntos da Magistratura – Asmag, 82

## VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE, 96

## CORREGEDORIA-GERAL – COGER, 102

## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF, 118

## DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES, 124

## SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU, 128

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR, 164

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE, 182

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD, 206

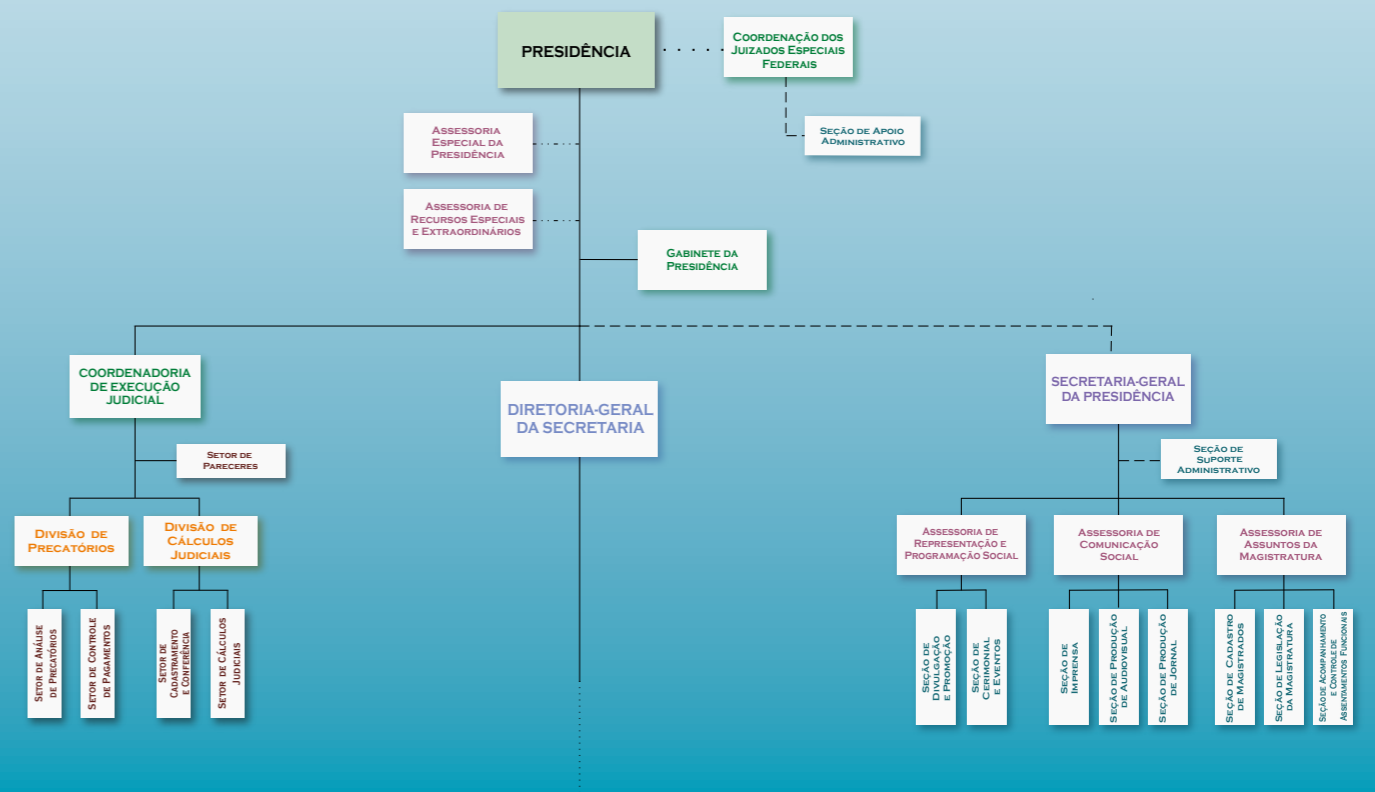
## SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN, 226

## SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI, 246

## SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE, 252

# PRESI

PRESIDÊNCIA



“É pela união que conseguiremos trabalhar em benefício do crescimento do nosso TRF, modernizar a Justiça Federal da Primeira Região e aproximar cada vez mais a Justiça Federal do povo, instalando varas no interior dos estados que compõem a Primeira Região e apoiando os Juizados Especiais Federais, que levam a esperança a milhares de brasileiros, ao reconhecer de forma rápida seus direitos previdenciários”. Com essas palavras, proferidas em entrevista concedida após sua posse, o Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima expressou as ações prioritárias de sua gestão na Presidência do Tribunal no biênio 2004-2006.

Em seu primeiro ano de gestão, valorizando a base sólida construída nas gestões anteriores e alicerçando-se no trinômio integração, interiorização e virtualização, a Presidência manteve relação harmoniosa com todos os poderes constituídos, organizações governamentais e não governamentais.

A colaboração de instituições como o Banco do Brasil, Petrobras Distribuidora e INSS e a interação com governos de estado têm propiciado a modernização das sessões de julgamento, a realização de eventos e a prestação de novos serviços aos jurisdicionados.



Na gestão dos recursos humanos, buscou-se a superação da escassez do quadro de pessoal e a valorização dos servidores, mediante estímulo ao trabalho em equipe e à cooperação na solução dos problemas.

A instalação das 18 varas criadas pela Lei n. 10.772/2003 para os anos de 2003 e 2004 exigiu uma infinidade de medidas e propiciou a instalação de 17 Juizados Especiais Federais nas capitais e de vara de competência plena em Tabatinga/AM.

Ao encerrar-se o ano, pode-se constatar que as metas estabelecidas têm sido alcançadas, dado o esforço e a união de todos os desembargadores, juízes e servidores.

Em continuidade à parceria de sucesso entre o Tribunal e o Banco do Brasil, foi assinado novo convênio para concessão de recursos financeiros destinados à modernização e informatização do Tribunal e ao patrocínio de eventos institucionais, tais como o concurso de monografias e a Feira de Saúde.



O convênio teve como objetivo, ainda, a aquisição de equipamentos e *softwares* para a transmissão dos julgamentos pela internet. Essa iniciativa, pioneira no Poder Judiciário brasileiro, demonstra a preocupação do Tribunal com a transparência das ações em andamento, uma vez que passou a ser possível assistir às sessões de qualquer ponto do mundo, em tempo real.



Com o objetivo principal de aprimorar os serviços oferecidos pela Caixa Econômica Federal e pela Justiça Federal da Bahia, foi celebrado convênio destinado à contratação de 50 estagiários para prestar apoio aos Juizados Especiais Federais e ao reforço à segurança do prédio da Seccional, com a instalação de porta giratória e portais detectores de metais.





Foi assinado, também, convênio de cooperação entre o Tribunal e a Petrobras Distribuidora para concessão de recursos destinados aos JEFs itinerantes.

#### QUADRO 1 AVENÇAS

DATA	ATIVIDADE
04/08	Assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal objetivando aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos pela Caixa e pela Justiça Federal da Bahia à sociedade.
1º/09	Assinatura de convênio com o Banco do Brasil para concessão de recursos financeiros destinados à modernização e informatização do Tribunal, ao patrocínio de eventos institucionais — como o concurso de monografias, aberto a estudantes e profissionais do Direito, e a Feira de Saúde — e à aquisição de equipamentos e <i>softwares</i> para transmissão dos julgamentos, em tempo real, pela internet.
05/11	Assinatura de convênio de cooperação com a Petrobras Distribuidora com o objetivo de captar recursos para o projeto Juizados Especiais Federais itinerantes: A Justiça Vencendo Distâncias, que dará novo impulso às ações dos Juizados.

A Justiça Federal é organizada em cinco Tribunais Regionais Federais, o que torna a troca de experiências instrumento importante para o sucesso da árdua atividade de administrar os serviços de primeiro e segundo graus.

Foi realizada, no Tribunal, reunião com os presidentes de todos os TRFs. Na ocasião, foram discutidos assuntos relacionados à proposta de reforma do Poder Judiciário, que se encontrava em andamento no Congresso Nacional.



Os Presidentes dos TRFs: 4ª Região, Vladimir Passos de Freitas; 5ª Região, Margarida Cantarelli; 2ª Região, Valmir Peçanha; 3ª Região, Anna Maria Pimentel, e 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima

**QUADRO 2**  
**INAUGURAÇÕES**

DATA	ATIVIDADE
14/05	Inauguração das instalações do Juizado Especial Federal da capital de São Paulo, às 18 horas.
21/05	Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal itinerante em Mato Grosso, realizado na cidade de Diamantino, às 18 horas.
29/06	Abertura do Juizado Especial Federal itinerante em Pindobaçu/BA.
1º/07	Abertura do Juizado Especial Federal itinerante em Antônio Gonçalves/BA.
02/07	Abertura do Juizado Especial Federal itinerante em Campo Formoso/BA.
05/07	Abertura do Juizado Especial Federal itinerante em Senhor do Bonfim/BA, às 10 horas, com a presença do Ministro da Previdência, Amir Lando, e do Subchefe da Casa Civil da Presidência da República, José Antônio Dias Toffoli.
14/07	Abertura do Juizado Especial Federal itinerante rodoviário em Feira de Santana/BA.
20/08	Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Roraima, às 10 horas, que contou com a presença do Presidente Aloísio Palmeira Lima; do Procurador-Chefe da União em Roraima, Jorge de Souza; do Presidente do TJ/RR, Ricardo Oliveira; do Coordenador dos JEFs, Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, e do Diretor do Foro da SJ/RR, Grigório dos Santos.
30/08	Solenidade de instalação da 21ª e 22ª Varas Federais, em que funcionarão os novos Juizados Especiais Federais na Seção Judiciária do Estado da Bahia.
09/09	Distribuição dos processos da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, no Salão Nobre.
14/09	Instalação do Juizado Especial Federal Virtual no estado do Acre e assinatura pelo Presidente Aloísio Palmeira Lima e pelo Governador do Acre, Jorge Viana, do protocolo de intenções de cooperação para instalação do Posto Avançado do Juizado Especial Federal em Cruzeiro do Sul/AC.
22/09	Assinatura da portaria do projeto Bem-Vindo ao TRF – 1ª Região e apresentação, no Salão Nobre, da cartilha do programa, que tem como objetivo abrir as portas do Tribunal para os interessados em conhecer o funcionamento do órgão.
08/10	Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso e lançamento do Cartão Telefônico Brasil Telecom S.A. alusivo ao Juizado Especial Federal da 1ª Região.
13/10	Abertura do seminário da AJUFE, na Costa do Sauípe/BA.
09/11	Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Previdência, Amir Lando, do Diretor do Foro, Murilo Fernandes de Almeida, e do Coordenador dos JEFs/RO, Francisco Martins Ferreira, além de outras autoridades locais.
12/11	Inauguração do Edifício Base Operacional, no Setor de Garagens Oficiais Norte.
19/11	1ª sessão da Turma Regional de Jurisprudência.
25/11	Abertura do Encontro de Juizes das Turmas Recursais.
30/11	Abertura do Encontro de Imprensa e Cerimonial, agendado pela ASCOM.

**QUADRO 3**  
**POSSES**

DATA	ATIVIDADE
11/05	Solenidade de posse do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Renato Martins Prates.
12/05	Solenidade de posse da Juíza Federal Isa Tânia Cantão Barão Pessoa da Costa como Diretora do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.
17/05	Solenidade de posse da Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva como Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia.
10/08	Solenidade de posse do Diretor-Geral do TRF – 1ª Região, Rubens Luiz Murga da Silva, e do Diretor da Secretaria de Administração, William Santos.
1º/09	Posse dos novos dirigentes da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, como Diretor, e do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, como Vice-Diretor.
11/11	Posse da Juíza Federal Substituta Luciana Laurenti Gheller.

**QUADRO 4**  
**RECURSOS TECNOLÓGICOS E VIRTUALIZAÇÃO**

DATA	ATIVIDADE
21/06	Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Amapá.
28/09	Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Piauí.
19/11	Inauguração do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística na internet.
22/11	Instalação do Juizado Especial Federal na Subseção Judiciária de Uberaba/MG.
23/11	Instalação do Juizado Especial Federal na Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.



Inauguração do Juizado Especial Federal na Subseção Judiciária de Uberlândia-MG.



Reunião do Conselho da Justiça Federal em São Luís-MA



1ª sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal em São Paulo e inauguração das instalações do Juizado Especial Federal da capital de São Paulo do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Piauí



Inauguração do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística – Sidjor



Inauguração do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Piauí



Reunião do Conselho da Justiça Federal em Londrina-PR



Instalação de duas Varas de Juizado Especial Federal na Seção Judiciária do Estado da Bahia



Inauguração do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Rondônia.



Inauguração do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Roraima.



Inauguração do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso.



Inauguração do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Amapá.



Inauguração do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Acre.



I Congresso Baiano de Direito Ambiental



Posse da nova diretoria da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Esmaf.



**QUADRO 5**  
**ENCONTROS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS**

DATA	ATIVIDADE
28/04	Encontro promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – ESMAF: “Combate à Lavagem de Dinheiro”, com magistrados da Primeira Região que atuam em varas criminais especializadas.
21/05	Seminário Juizado Especial: Novas Perspectivas, realizado na cidade de Diamantino, por ocasião da instalação do Juizado Especial Federal itinerante em Mato Grosso.
26/08	I Congresso Baiano de Direito Ambiental, realizado na Praia do Forte/BA, para discutir a responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, civil e penal.
11/11	13ª Conferência dos Educadores do Distrito Federal, realizada no Centrejufe, em que se discutiu a qualidade do ensino no Distrito Federal, com a presença de autoridades da Secretaria de Educação e de diretores de escolas, gestores e professores.

**QUADRO 6**  
**REALIZAÇÕES CULTURAIS**

DATA	ATIVIDADE
27/09	Solenidade de encerramento do Programa de Alfabetização de Adultos “Ler para Construir”, ministrado aos operários do canteiro de obras da futura sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí.
25/10	Lançamento do livro do Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira: <i>Nulidade da Sentença e o Princípio da Congruência</i> , Editora Saraiva, no Espaço Cultural do TRF.
08/11	Abertura solene da IX Feira de Saúde e IV Expo Qualidade de Vida.

**QUADRO 7**  
**PRÊMIOS E HOMENAGENS CONCEDIDOS**

DATA	ATIVIDADES
13/08	Solenidade de entrega de prêmio ao vencedor do concurso do leiaute da página do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, Jaeder Ferreira, servidor da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
16/08	Jantar em homenagem ao Ministro Edson Vidigal na Embaixada da Colômbia.
17/09	Entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília pela Câmara Legislativa do Distrito Federal ao Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, com solenidade realizada no Centrejufe.

**QUADRO 8**  
**ENTREVISTAS**

DATA	ATIVIDADES
04/08	Entrevista à TV Justiça.
10/09	Entrevista para o programa Via Brasília, transmitido pela TV Brasília, ao apresentador do programa, Wanderval Calaça, sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos na atual gestão.
14/09	Entrevista à imprensa em Cruzeiro do Sul/AC, à Rádio e à TV Justiça, por ocasião da instalação do Juizado Especial Federal Virtual no estado do Acre.

**QUADRO 9  
DIVERSOS**

DATA	ATIVIDADE
25/05	Comemoração de três anos do aniversário de criação das Turmas Suplementares.
14/06	Missa de 30º dia de falecimento da Juíza Federal Substituta Fabíola Bernardi no auditório da Seção Judiciária do Distrito Federal.
16/06	Reunião do Presidente com os Juízes Federais integrantes das Turmas Suplementares, ocorrida na sala de reuniões da Presidência.
18/08	Missa "Páscoa da Família Judiciária" na Catedral Metropolitana de Brasília, celebrada por Dom Lorenzo Baldisseri e concelebrada por Dom João Braz de Aviz.
28/08	Missa de sétimo dia em memória do Desembargador Federal Hermenito Dourado.
20/09	Missa de trigésimo dia em sufrágio pela alma do Desembargador Federal Hermenito Dourado.

**QUADRO 10  
REUNIÕES COM AUTORIDADES DIVERSAS**

DATA	ATIVIDADE
07/05	A convite do Exército Brasileiro, feito por intermédio do Comandante General Albuquerque, o Presidente Aloísio Palmeira Lima, o Ministro do STJ Fernando Gonçalves, os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, Daniel Paes Ribeiro e Selene de Almeida e representantes do Ministério Público visitaram a 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Região Amazônica, para conhecer o trabalho de defesa da fronteira brasileira. Em Manaus, foram recebidos pelo General Figueiredo, Comandante Militar da Amazônia. Em Boa Vista, assistiram à palestra do General Paulo Studart Filho, Comandante da 1ª Brigada. À tarde, estiveram com indígenas em Uiramutã e, no dia 8, foram à Região de Surucucu.
23/08	Reunião, no Gabinete da Presidência, com os Presidentes dos Tribunais Regionais Federais das cinco regiões: Margarida Cantareli, da 5ª Região; Vladimir Passos de Freitas, da 4ª Região; Anna Maria Pimentel, da 3ª Região; Valmir Peçanha, da 2ª Região, e Aloísio Palmeira Lima, da 1ª Região. Foram discutidos assuntos de interesse comum sobre a Reforma do Poder Judiciário.
24/08	Reunião no Gabinete do Ministro Nelson Jobim, no Supremo Tribunal Federal.

**QUADRO 11  
SOLENIIDADES**

DATA	ATIVIDADE
18/06	Solenidade de abertura da VI Semana Antidrogas, no Palácio do Planalto.
25/08	Solenidade de entrega da Medalha do Pacificador, no Quartel-General do Exército.

**QUADRO 12  
PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

DATA	ATIVIDADE
14/05	1ª Sessão Ordinária do Conselho da Justiça Federal em São Paulo/SP, na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
06/08	2ª Reunião do Conselho da Justiça Federal, realizada em São Luís/MA, e doação de terreno destinado à construção da cidade judiciária no município de Caxias/MA.
03/09	3ª Reunião do Conselho da Justiça Federal, na Subseção Judiciária de Londrina/PR.
15/10	4ª Reunião do Conselho da Justiça Federal, na Costa do Sauípe/BA.

QUADRO 13  
AUDIÊNCIAS E VISITAS

DATA	ATIVIDADE
27/04	A Procuradora Regional da República Denise Vinci e o Procurador Osvaldo Silva visitaram o Presidente do Tribunal.
28/04	O Presidente recebeu as visitas do Senador César Borges, do Superintendente do Banco do Brasil Paulo Roberto de Oliveira e dos representantes do Banco Mauro Santana e Ricardo Newman.
05/05	O Presidente recebeu a visita do Senador Alberto Silva, dos Deputados Federais Paes Landim, Leonardo Alcântara, Fábio Souto e Elmar Nascimento, do Presidente eleito da AJUFE, Juiz Federal Jorge Antônio Maurique, além da visita do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral e dos Juizes Federais Reynaldo Fonseca e Gilda Sigmaringa Seixas.
24/05	O Presidente recebeu representantes do SINDJUS, ocasião em que trataram da reestruturação e criação de novos cargos para o TRF – 1ª Região, do fim de deslocamento de funções entre as unidades administrativas, da redução da jornada de trabalho e do aumento do auxílio-alimentação, entre outros assuntos.
26/05	O Presidente recebeu a visita do Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA).
27/05	Foram recebidos na Presidência o Superintendente da Caixa Econômica Federal de Salvador José Raimundo, o Diretor da CEF em Brasília José Urbano, e o Gerente Nacional da CEF Dario Araújo.
08/06	Visitaram o Presidente o Deputado Federal Coriolano Sales (PFL/BA) e a Coordenadora do JEF/MG, Juíza Federal Rosimayre Gonçalves Fonseca.
09/06	Estiveram com o Presidente, em seu gabinete, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Renato Prates, o Deputado Federal João Magno (PT/MG), a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, Hélia Maria Bettero, e o Diretor Jurídico do Banco do Brasil, Angelo Altoé Neto.
14/06	Visitaram o Presidente a Corregedora-Geral, Assusete Magalhães, e o Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias.
15/06	Compareceram ao Gabinete da Presidência a Juíza Federal Sônia Diniz Viana, da 6ª Vara/MG, o Prefeito de Nova Lima/MG, Vitor Penido de Barros, o Gerente de Agência do Banco do Brasil Ricardo Newman e o Superintendente de Governo do Banco do Brasil, Paulo Roberto de Oliveira.
16/06	Visitaram o Presidente os Desembargadores Federais Antônio Souza Prudente e I'talo Fioravanti Sabo Mendes e a Presidente da AJUFER, Juíza Federal Solange Salgado.
17/06	Visita ao Presidente da Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza.
18/06	Visitaram o Presidente o Vice-Presidente, Mário César Ribeiro, o Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral e o Diretor Jurídico do Banco do Brasil, Ângelo Altoé Neto.
23/06	Café-da-manhã com o Ministro da Previdência, Amir Lando, ocasião em que foram debatidos assuntos relacionados aos Juizados Especiais Federais e à Previdência Social.

23/06	Visitaram o Presidente o Procurador-Geral da Justiça Militar, Kleber Coelho, o Promotor de Justiça Leonardo Jubé, o Juiz Federal Márcio Mafra, da 12ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia, e o Juiz Federal Bruno Augusto Santos Oliveira.
13/08	Compareceram ao Gabinete da Presidência o Ministro Olimpio Junior, do Superior Tribunal Militar, a Juíza Federal convocada para o Tribunal Ivani Silva da Luz e a Presidente da AJUFER, Solange Salgado.
16/08	Visita ao Presidente do Procurador Regional da República do Distrito Federal Antônio Augusto Brandão de Aras e dos Juizes Federais Bruno Oliveira, auxiliar da COJEF, e Flávio Dino Costa, Coordenador dos JEFs no Distrito Federal.
17/08	Estiveram na Presidência o Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Raimundo Cotrim, e os Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias e Leomar Amorim.
18/08	O Presidente recebeu a visita do Diretor da OAB de Senhor do Bonfim/BA, Custódio Barbosa Neto.
15/09	O Professor José Carlos Almeida Azevedo (ex-Reitor da UnB) visitou o Presidente.
16/09	O Presidente recebeu a visita do Senador Leomar Quintanilha.
17/09	Reunião com representantes da comunidade de Passos/MG, no Gabinete da Presidência.
20/10	O Presidente recebeu a visita do Senador Sérgio Zambiasi, do PTB do Rio Grande do Sul.
26/10	Reunião com a Prefeita eleita de Lavras/MG, Jussara Menicucci, para cessão ao TRF de um terreno naquela cidade para construção da sede definitiva da Vara de Lavras.
05/11	Audiência com o Prefeito eleito de Patos de Minas/MG, Antonio do Valle Ramos, com o Deputado Estadual Elmiro Nascimento e com o Vice-Presidente da OAB da 45ª Subseção, quando foi oferecido ao Presidente apoio para a instalação da Vara Federal em Patos de Minas.
11/11	Visita do Deputado Paes Landim e do Prefeito eleito de Picos/PI, Gil Marques de Medeiros, para tratar da instalação da Vara da Justiça Federal naquele município.
24/11	Audiência com o Deputado Federal João Magno (PT/MG), com a Deputada Adília Lins (PPS/AM), com o Prefeito eleito de Guari/MG, Adail Pinheiro, e com o Prefeito da cidade, José Lobo, para solicitar ao Presidente apoio para criação de uma vara federal naquela cidade. O Presidente recebeu também o Presidente da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, Gilton Pacheco, e o advogado Paulo Henrique.
29/11	Visita ao Tribunal do Presidente da Corte Suprema do Chile, Ministro Marcos Libedinsky, e do Presidente do Tribunal Constitucional daquele país, Ministro Juan Colombo Campbell, que receberam do Presidente Aloísio Palmeira Lima medalha e diploma conferidos a visitantes ilustres.
1º/12	O Presidente recebeu o Deputado Federal Vilmar Rocha (PFL/GO), Relator da CCJ do projeto de lei da criação das 183 varas federais.
14/12	Visitaram o Presidente o Senador Romero Jucá, Relator-Geral do Orçamento da União, o Deputado Federal Jaime Martins e o Presidente Regional/Centro-Oeste da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, Afonso Gonzaga.
15/12	Visita ao Presidente de Sua Excelência Reverendíssima Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, e do representante de Sua Santidade o Papa no Brasil, Monsenhor Timon, que receberam medalha e diploma de visitante ilustre.

QUADRO 14  
SESSÕES REALIZADAS

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Plenária – ordinária	3
Plenária – extraordinária	4
Plenária – especial	3
Conselho de Administração – ordinária	18
Conselho de Administração – extraordinária	1
Corte Administrativa – extraordinária	2
Corte Administrativa – ordinária	15
Corte Especial	22

QUADRO 15  
PUBLICAÇÕES

DOCUMENTOS	QUANT.
Atos	1.625
Portarias	638
Resoluções	18

QUADRO 16  
OFÍCIOS, TELEX E  
TELEGRAMAS ASSINADOS

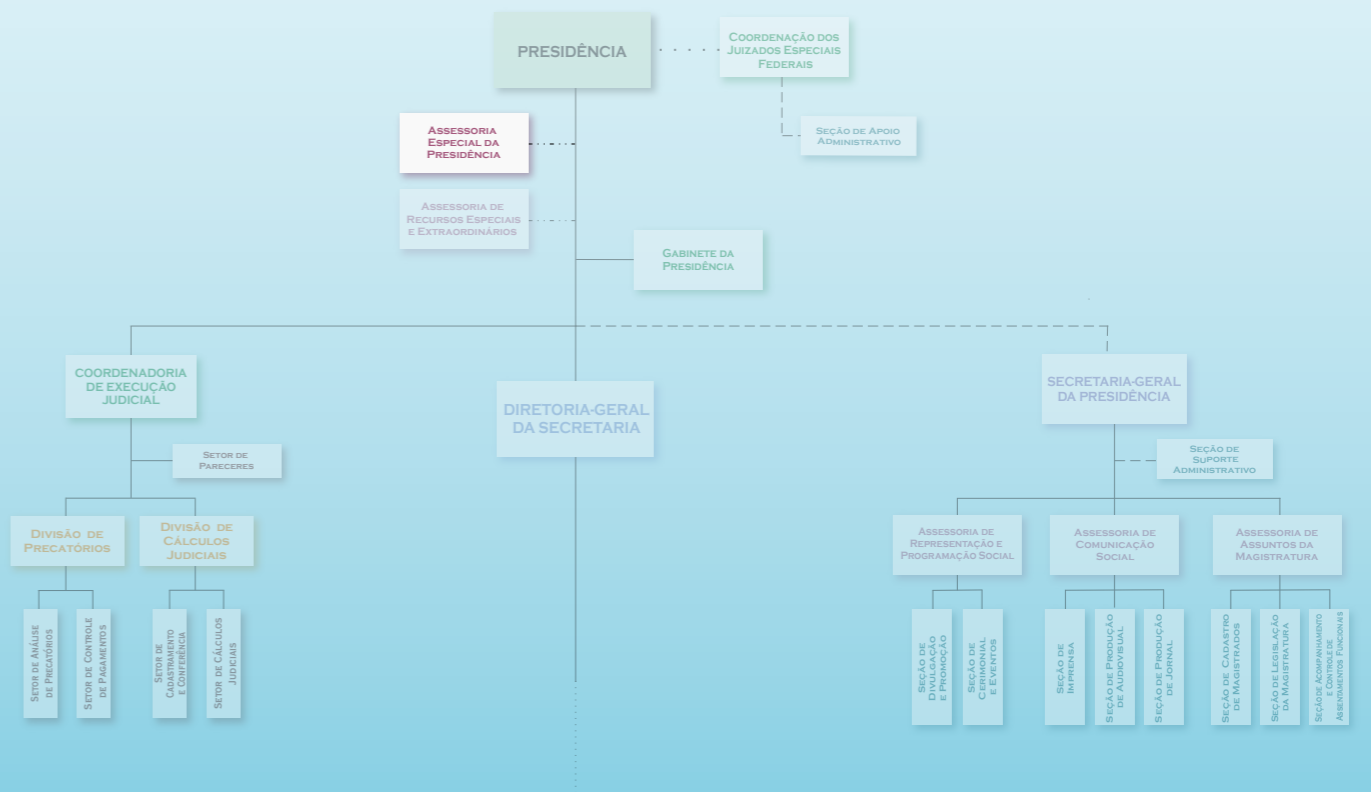
UNIDADE	QUANT.
SECRE	1.053
ASREP	169
PRESI	278
SECJU	116
COREJ	35
DIGES	1.287
ASMAG	3.505

QUADRO 17  
CONDECORAÇÕES E HOMENAGENS RECEBIDAS

DATA	EVENTO
20/04	O Deputado Federal Coriolano Sales (PFL/BA) registrou, no Plenário da Câmara dos Deputados, a posse do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima como Presidente desta Corte.
26/04	O Deputado Federal Paes Landim (PTB/PI) proferiu discurso no Plenário da Câmara dos Deputados em homenagem ao Presidente Aloísio Palmeira Lima, ressaltando a dedicação do magistrado.
02/06	O Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira Lima, foi homenageado com jantar oferecido pela Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – AJUFER, em razão de sua posse na Presidência do Tribunal.
09/08	O Presidente foi condecorado com a Medalha Comemorativa dos 180 anos do Congresso Nacional, em São Luís/MA, oferecida pelo Deputado Federal Luiz Piauyllino, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, durante a sessão do Conselho da Justiça Federal, pelos serviços que vem prestando em benefício da Justiça e da cidadania.

# ASESP

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA





Visita do Deputado Federal Vilmar Rocha



Sessão de aprovação da Reforma do Judiciário, no Congresso Nacional



Visita do Senador Sérgio Zambiasi



Reunião na Vice-Presidência da Câmara dos Deputados



Visita do Deputado Federal Paes Landim e do Prefeito eleito de Picos/PI, Gil Marques de Medeiros

A Assessoria Especial da Presidência exerceu as atividades de apoio parlamentar de forma a acompanhar a apreciação de projetos de interesse da Primeira Região, como foi o caso da criação das novas varas federais e da reforma do poder judiciário.

O apoio de parlamentares e empresários demonstra o interesse da sociedade civil na agilização da justiça e torna possível a criação dos meios necessários a consecução das metas da administração, que se tornam tangíveis para a sociedade.



Maquete da futura sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Visita do Ministro da Previdência Social, Senador Amir Lando



Reunião do Presidente do Tribunal com o Diretor do Grupo Pão de Açúcar e com o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

QUADRO 18  
ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLAS	ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NO PODER LEGISLATIVO
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara em tramitação no Senado
PLS	Projeto de Lei do Senado
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e Redação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CESP	Comissão Especial
CMPOF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
SSCL	Subsecretaria de Coordenação Legislativa
SSCLSF	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
SSCLCN	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

QUADRO 19  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<b>PL 2161/91</b> Dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais.	Dep. José Luiz Clerot PMDB/PB 20/02/1991	CCJR	Aguardando inclusão na Ordem do Dia – Plenário da Câmara para votação das alterações do Senado.
<b>PEC 230/95</b> Fica incluída, no art. 74 da CF, a criação dos Tribunais Regionais Federais: 6ª – Região, com Sede em Curitiba/PR; 7ª – Sede em Belo Horizonte/MG; 8ª – Sede em Salvador/BA; 9ª – Sede em Manaus/AM (PA, RO, AC e RR); (Cita as composições.)	Dep. Abelardo Lupion PFL/PR 11/10/1995	CCJR	19/05/2003 – Parecer do relator, Dep. Osmar Serraglio. Aguardando inclusão na pauta do Plenário da Comissão (CCJR).
<b>PLP 248/98</b> Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências.	Poder Executivo 19/10/1998	CCJR CTASP	24/10/2003 – Parecer do Relator Dep. Luciano Castro, aguardando inclusão na pauta para apreciação do relatório favorável à Emenda n. 1 e contrário às Emendas n. 2 e 3 pelo Senado Federal.
<b>PL 4906/01</b> Dispõe sobre o comércio eletrônico. (Origem PLS 672/99.)	Senado Federal Sen. Lúcio Alcântara PSDB/CE 21/06/2001	CESP Apensado PL 1483/99	27/09/2001 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Leitura e publicação do parecer da CESP. Pronto para ordem do dia. PL 4906-A/01. 25/06/2002 – Apensa-se a este o PL 6965/02. 26/08/2002 – Apensa-se a este o PL 7093/02.

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PL 5760/01</b></p> <p>Dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei n. 9.469, de 10/07/1997, para, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n. 30, de 2000, e o teor da Lei n. 10.099, de 19/12/2000, que altera a Lei n. 8.213, de 24/06/1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal (...), conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado. (Precatórios.) (Origem: PLS 255/00.)</p>	<p>Sen. Paulo Hartung PSDB/ES</p> <p>26/11/2001</p>	<p>CFT e CCJR</p>	<p>19/03/2003 – CFT – Designado relator o Dep. Luiz Carlos Hauy.</p>
<p><b>PEC 544/02</b></p> <p>Cria os Tribunais Regionais Federais das Regiões: 6ª - (Sede Curitiba/PR); 7ª - (Sede Belo Horizonte/MG); 8ª - (Sede Salvador/BA); 9ª - (Sede Manaus/AM); (Altera o art. 27 do ADCT da nova Constituição Federal.)</p>	<p>Senado Federal</p> <p>Sen. Arlindo Porto PTB/MG</p> <p>28/05/2002</p>	<p>CCJR</p>	<p>19/11/2003 – Plenário, aprovado o requerimento do Deputado Devanir Ribeiro, na qualidade de líder do PT, solicitando a retirada de pauta.</p> <p>OBS.: Para não voltar a PEC ao Senado, foi feito um acordo entre os Deputados e Senadores de não acatarem as emendas e só retirarem a composição que consta no § 12, ou seja, retiraram os incisos I e II do art. 107 da Constituição Federal. Quando for aprovada a criação dos Tribunais, quem regulamentará a lei que irá disciplinar o seu funcionamento é o STJ. Depois de regulamentada, deve ser votada e aprovada no Congresso Nacional.</p>
<p><b>PL 6666/02</b></p> <p>Regulamenta o § 7º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades, e dá outras providências.</p>	<p>Comissão Mista e Temporária de Violência (prazo: 60 dias)</p> <p>30/04/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>26/06/2002 – Plenário, adiada a discussão em face da não-conclusão da Medida Provisória n. 37, de 2002, com prazo encerrado (item 1 da pauta). DCD 27/06/2002, p. 33.208, col. 2.</p>

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PL 6776/02</b></p> <p>Dispõe sobre os crimes de seqüestro e cárcere privado, extorsão mediante seqüestro e extorsão mediante privação de liberdade, e dá outras providências.</p>	<p>Comissão Mista Temporária de Violência (prazo: 60 dias)</p> <p>15/04/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>05/03/2004 – Arquivamento do PL 6776/02 e dos PL 3106/92, PL 1769/96, PL 287/99, PL 5253/01, PL 5332/01, PL 6139/02, PL 6143/02, PL 6573/02, PL 6695/02, PL 7247/02 e PL 166/03, apensados, nos termos do art. 58, § 4, do RI. DCD 12/03/2004, p. 9.708, col. 2. (Ao Arquivo.)</p>
<p><b>PL 7128/02</b></p> <p>Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. (Origem: PLS 70/02.)</p>	<p>Comissão Mista de Segurança Pública</p> <p>21/08/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>08/10/2002 – CCP – Encaminhado à Mesa. Pronto para a Ordem do Dia.</p>
<p><b>PL 7129/02</b></p> <p>Altera dispositivos da Lei n. 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva. (Origem: PLS 71/02.)</p>	<p>Comissão Mista de Segurança Pública</p> <p>21/08/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>08/10/2002 – CCP – Encaminhado à Mesa. Pronto para a Ordem do Dia.</p>
<p><b>PL 7130/02</b></p> <p>Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.689, de 03/10/1941, Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. (Origem: PLS 72/02.)</p>	<p>Comissão Mista de Segurança Pública</p> <p>21/08/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>25/06/2003 – CCJC – Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Luiz Antonio Fleury. Obs.: 10/12/2004 – Apense-se a este o PL 4480/04.</p>
<p><b>PL 7132/02</b></p> <p>Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências. (Origem: PLS 106/02.)</p>	<p>Comissão Mista de Segurança Pública</p> <p>21/08/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>18/09/2002 – CCP – Encaminhado à Mesa. Pronto para a Ordem do Dia.</p>



PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PL 7133/02</b> Altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I; 158; 329 e 334 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências. Altera os arts. 85 e 86 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”. (Origem: PLS 107/02.)</p>	<p>Comissão Mista de Segurança Pública</p> <p>21/08/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>18/09/2002 – CCP – Encaminhado à Mesa. Pronto para a Ordem do Dia.</p>
<p><b>PEC 227/04</b> Altera os arts. 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. PEC Paralela - Altera a Emenda Constitucional n. 41, de 2003 (Reforma da Previdência ou Previdenciária).</p>	<p>Senado Federal</p> <p>Sen. Ideli Salvatti PT/SC</p> <p>06/01/2004</p>	<p>CCJR</p>	<p>20/01/2004 – Designado Relator o Dep. Maurício Rands. Aprovado parecer, apresentou voto em separado o Dep. Sérgio Miranda. Parecer da CCJR publicado no DCD de 07/02/2004, p. 4.799, col. 2, letra A. Comissão Especial – Designado Relator o Dep. José Pimentel (PT/CE). Encaminhado à publicação no Suplemento do DCD de 1º/05/2004. Publicação das emendas apresentadas na Comissão Especial – letra B. 08/07/2004 – Aprovado o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial, em primeiro turno, ressalvados destaques. Publicado no DCD de 09/07/2004, p. 32.304, col. 2, letra C. 24/08/2004 – Plenário – Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 191/04, item 1 da pauta, com prazo encerrado. DCD 25/08/2004, p. 36.534, col. 2. 15/12/2004 – Plenário – Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.</p>

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PL 3253/04</b> Altera a Lei n. 5.869, de 11/01/1973 – Código de Processo Civil. Estabelece normas para cumprimento da execução de sentença quando se tratar de obrigação por quantia certa. (Reforma Processual Civil.)</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>29/03/2004</p>	<p>CCJR</p>	<p>13/05/2004 – Designado Relator o Dep. Inaldo Leitão (PL/ PB). 03/06/2004 – Parecer do Relator, Dep. Inaldo Leitão, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com emendas; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das emendas apresentadas nesta Comissão. 15/06/2004 – Aprovado o parecer do relator. DCD de 19/06/2004, p. 29.087, col. 1, letra – A. 1º/07/2004 – Designado Relator da redação final o Dep. Inaldo Leitão. 07/07/2004 – Aprovada a redação final por unanimidade. 05/08/2004 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Remessa ao Senado Federal, através do of. PS-GSE 981/04.</p>
<p><b>PL 3804/04</b> Altera o <i>caput</i> do art. 8º da Lei n. 10.475, de 27/06/2002. Altera para 30% (trinta por cento) o percentual da Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal</p> <p>STF</p> <p>16/06/2004</p>	<p>CTASP CFT CCJR</p> <p>(Urgência art. 155 do RICD)</p>	<p>24/06/2004 – CTASP – Designado Relator o Dep. Paulo Rocha (PT/PA). 11/08/2004 – Designado Relator o Dep. Alexandre Santos (PP/RJ), para proferir parecer da CTASP. Aprovado, na forma do substitutivo apresentado. 11/08/2004 – Designado Relator o Dep. Júlio Lopes (PP/RJ), para proferir parecer na CFT, que conclui pela adequação financeira e orçamentária deste projeto. 11/08/2004 – Designado Relator o Dep. Osmar Serraglio (PMDB/PR), para proferir parecer na CCJR. Aprovado. 11/08/2004 – Aprovada redação final oferecida pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ). 11/08/2004 – Aprovada redação final oferecida pelo Relator o Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ). Plenário da Câmara, em turno único. 12/08/2004 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Remete ao Senado Federal, através do Of. PS-GSE 997/04. (No Senado passa a ser: PLC 55/04.) 16/09/2004 – Sancionada. Transformada em Norma Jurídica. Lei n. 10.944/04. DOU 17/09/2004, p. 2.</p>

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PL 3629/04</b> Altera o art. 23 da Lei n. 10.259, de 12/07/2001. Prorroga por até 5 anos a autorização para que o CJF limite a competência dos Juizados Especiais Cíveis.</p>	<p>Poder Executivo 21/05/2004</p>	<p>Plenário</p>	<p>21/05/2004 – Apresentação do PL pelo Poder Executivo à CCJR – art. 24, II. 14/06/2004 – Designado Relator o Dep. Sigmaringa Seixas. Não foram apresentadas emendas. 30/06/2004 - Parecer do Relator, Dep. Sigmaringa Seixas, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. 07/07/2004 – Vista conjunta aos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e José Roberto Arruda. 15/12/2004 – CCJC – Não deliberado.</p>

QUADRO 20  
SENADO FEDERAL

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PLC 65/99</b> Altera dispositivos da Lei n. 4.898, de 09/12/1965 (regula o Direito de Representação e o Processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade), com a redação dada pelas Leis n. 6.657, de 05/06/1979, e 7.960, de 21/12/1989 (dispõe sobre prisão temporária); da Lei n. 8.429, de 02/06/1992 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências), e da Lei n. 7.347, de 24/07/1985 (disciplina a ação pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências). Obs.: Lei da Mordada. (Origem: PL 2961/97.)</p>	<p>Presidência da República 07/04/1997</p>	<p>CCJR</p>	<p>25/02/2003 – Situação: matéria com a Relatoria. Distribuído ao Senador José Jorge, para emitir relatório sobre as Emendas n. 2 a 4 – Plenário (art. 84, § 2º, III, RISF). (Tramita em conjunto com o PLS n. 536, de 1999.)</p>
<p><b>PEC 83/99</b> Acrescenta parágrafos aos arts. 100 e 184, modifica a redação do art. 225 da CF e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre pagamento de indenizações devidas pela Fazenda Pública).</p>	<p>Sen. Antônio Carlos Magalhães PFL/BA 06/10/1999</p>	<p>CCJC</p>	<p>28/02/2003 – CCJC – Redistribuída matéria ao Senador Tasso Jereissati, para emitir relatório.</p>
<p><b>PEC 50/01</b> Cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região</p>	<p>Sen. Luiz Otávio PMDB/PA e outros 22/11/2001</p>	<p>CCJC</p>	<p>28/10/2003 – CCJC – Recebido o relatório do Sen. José Maranhão – PMDB/PB, com voto pela rejeição da proposta e das emendas a esta oferecidas. Matéria pronta para pauta na CCJC.</p>
<p><b>PLS 567/99</b> Regulamenta o caput e o § 3º do art. 100 da CF. (Fixa o valor para pagamento de créditos de natureza alimentícia.)</p>	<p>Sen. Antônio Carlos Magalhães PFL/BA 06/10/1999</p>	<p>CCJC</p>	<p>06/08/2003 – CCJC – Vista à Sen. Serys Slhessarenko – PT/MT.</p>

<p><b>PEC 50/03</b> Modifica a Constituição Federal, para denominar como Desembargadores Federais os membros dos Tribunais Regionais Federais.</p>	<p>Sen. Romero Jucá PMDB/RR 25/06/2003</p>	<p>CCJC</p>	<p>09/09/2004 – CCJC – Redistribuído ao Sen. José Jorge, para emitir relatório. 24/11/2004 – Recebido o relatório do Senador José Jorge, com voto pela prejudicialidade da proposta e seu conseqüente arquivamento. Matéria pronta para a pauta na Comissão. CCJC.</p>
<p><b>PEC 17/04</b> Altera o Sistema Tributário Nacional, e dá outras providências (distribuição a Estados e ao Distrito Federal do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE).</p>	<p>Presidência da República 07/04/2004</p>	<p>CCJC</p>	<p>28/04/2004 – Distribuído ao Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA), para emitir relatório (art. 84, § 2º, III, do RISF). 05/05/2004 – Aprovado o parecer na CCJC. 08/06/2004 – Aprovada em primeiro turno. 29/06/2004 – Aprovada em segundo turno. 30/06/2004 – Sessão solene do Congresso Nacional para promulgação da Emenda Constitucional n. 44, de 2004. 09/07/2004 – Transformada em Norma Jurídica. Mesas do Senado e Câmara dos Deputados. promulgada. Emenda Constitucional n. 44, de 2004. DSF de 1º/07/2004, p. 20.121. DOU de 1º/07/2004, p. 1. DCN de 1º/07/2004, p. 917. Promulgada em 30/06/2004. 02/08/2004 – SSARQ – Subsecretaria de Arquivo – processo arquivado.</p>
<p><b>PLC 55/04</b> Altera o art. 8º da Lei n. 10.475, de 27/06/2002 (altera o percentual da GAJ). Indexação: alteração, lei federal, aumento, percentagem, gratificação, atividade judiciária, incidência, vencimento básico, servidor público civil, (STF), (STJ), (STM), (TSE), (TST), (TJDF), Conselho, Justiça Federal. (Origem: PL 3804/04.)</p>	<p>Supremo Tribunal Federal  STF 12/08/2004</p>	<p>CCJC</p>	<p>Origem: PL 3804/04. 13/08/2004 – CCJC – Distribuído ao Sen. Demóstenes Torres, para emitir relatório. 25/08/2004 – Aprovado, extrapauta, na CCJC. 16/09/2004 – Aprovado no Plenário. Publicado em 17/09/2004, no DSF, p. 29.677-29.679. 17/09/2004 – Transformada em Norma Jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 10.944, de 2004. DOU de 17/09/2004, p. 2. Sancionada em 16/09/2004. 15/10/2004 – SSARQ – Subsecretaria de Arquivo – processo arquivado.</p>

QUADRO 21  
CONGRESSO NACIONAL

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PLN 03/04</b>  Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2005, e dá outras providências (Volume VIII). LDO Obs.: 30 de junho, prazo-limite para votação, senão o Congresso não entra em recesso. Na CMO os membros titulares é que fazem as emendas; o suplente, se estiver ausente algum titular.</p>	<p>Presidência da República  16/04/2004</p>	<p>CMPOF</p>	<p>MSG 180/04 (em 15/04/2004). MCN 050/04 – CN. Leitura: 16/04/2004. 20/04/2004 – Entrada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. 12 a 26/05/2004 – Apresentação de emendas. Número de emendas: 2.525. 27/05/2004 – Designado Relator o Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN). 08/07/2004 – Aprovado, por unanimidade, o relatório do Sen. Garibaldi Alves Filho, favorável ao Projeto de Lei n. 03/04 – Congresso Nacional. Nos termos do substitutivo e das alterações decorrentes dos adendos e das erratas apresentadas, bem como das alterações decorrentes da aprovação parcial ou integral de emendas destacadas. 08/07/2004 – Saída da CMO. Parecer n. 33. 13/07/2004 – Aprovada a votação no Congresso Nacional. Substitutivo. Transformada em Norma Jurídica com veto parcial – Presidência da República. Sancionada. Lei n. 10.934, de 2004. (Vetado, parcialmente. Vide MSG 00482, de 2004.) DOU de 12/08/2004, p. 2 a 14. Sancionada em 11/08/2004. Processo arquivado.</p>

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PLN 18/04</b></p> <p>Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 15.098.026,00 (-), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.</p>	<p>Presidência da República</p> <p>20/05/2004</p>	<p>CMPOF</p>	<p>MSG 248/04 (em 17/05/2004). MCN 076/04 – Congresso Nacional. Leitura: 20/05/2004. 21/05/2004 – Entrada na CMO. 26/05 a 2/07/2004 – Apresentação de emendas. Número de emendas: 1. 27/05/2004 – Designado Relator o Senador João Capiberibe (PSB/AP). 07/07/2004 – Aprovado, na Comissão Mista de Orçamento — contra o voto da Senadora Lúcia Vânia —, o Relatório do Senador João Capiberibe, favorável ao Projeto de Lei n. 18/2004 – Congresso Nacional, nos termos do substitutivo apresentado. 08/07/2004 – Saída da CMO. Parecer n. 29. 13/07/2004 – Aprovada votação no Congresso Nacional. Substitutivo. Transformada em Norma Jurídica – Presidência da República. Sancionada. Lei n. 10.929, de 2004. DOU de 03/08/2004, p. 3 a 16. Sancionada em 02/08/2004. 16/08/2004 – SSARQ – Subsecretaria de Arquivo – processo arquivado.</p>

PROPOSIÇÃO / EMENTA	TRAMITAÇÃO		
	AUTOR / INÍCIO	DESPACHO INICIAL	ACOMPANHAMENTO
<p><b>PLN 51/04</b></p> <p>“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005”. (Volume VI). Orçamento de Investimentos. Quadros Orçamentários Consolidados. Detalhamento da Programação. Detalhamento das Ações – órgãos do Poder Executivo. LOA Obs.: O Poder Judiciário encontra-se na Área Temática I – Poderes do Estado e Representação. Relator Setorial: Senador João Ribeiro (PFL/TO). Relator-Geral: Senador Romero Jucá (PMDB/RR).</p>	<p>Presidência da República</p> <p>31/08/2004</p> <p>(MSG – 543/04, em 30/08/2004)</p> <p>Obs.: Último dia para apresentação da LOA pelo Executivo, através de mensagem Presidencial: 31 de agosto.</p>	<p>Subsec. Coord. Legislativa do Congresso</p> <p>CLCN</p>	<p>MSG 543/04 (em 30/08/2004). MCN 151/04 – Congresso Nacional. Leitura: 1º/09/2004. 02/09/2004 – Entrada na CMO. 26/11 a 2/12/2004 – Apresentação de emendas. Número de emendas: 8.319. 19/10/2004 – O Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Dep. Paulo Bernardo (PT/PR) designou para Relator-Geral do Orçamento o Senador Romero Jucá (PMDB/RR). Ofício n. P-191/2004 – CMO. 26/11/2004 – Aprovado o relatório preliminar do Relator-Geral do Orçamento. 29/12/2004 – Aprovado Orçamento na CMO. 29/12/2004 – Saída da CMO. Parecer n. 155. 29/12/2004 – Aprovada votação no Congresso Nacional. Substitutivo. Lei n. 11.100, DOU de 26/01/2005.</p>

QUADRO 22  
CORREÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2005

Relatório Volume	Relatório Final (pág.)	Retificação	Sequencial	Cód. UO	Nome UO	Funcional-Programática	Subtítulo	E F S	I U	F E T	G D N	M A	R P	Dotação	Alteração
IV	135	Onde se lê:	000150	12101	Justiça Federal de 1º Grau	02.122.0569.3755.0001	Implantação de Varas Federais / Nacional	1	0	100	3	90	2	14.570.435	Recomposição de dotação cancelada
								1	0	100	4	90	2	26.654.647	
		Leia-se:	000150	12101	Justiça Federal de 1º Grau	02.122.0569.3755.0001	Implantação de Varas Federais / Nacional	1	0	100	3	90	2	15.715.665	
								1	0	100	3	90	2	28.509.417	
IV	135	Onde se lê:	000151	12101	Justiça Federal de 1º Grau	02.126.0569.3757.0101	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal / Nacional	1	0	100	3	90	2	22.869.612	Recomposição de dotação cancelada
								1	0	100	4	90	2	14.929.773	
		Leia-se:	000151	12101	Justiça Federal de 1º Grau	02.126.0569.3757.0101	Implantação e Sistema integrado e Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça a Federal / Nacional	1	0	100	3	90	2	23.908.728	
								1	0	100	3	90	2	16.890.657	
IV	135	Onde se lê:	000154	12101	Justiça Federal de 1º Grau	02.122.0569.7952.0101	Construção do Edifício 2 da Justiça Federal em Salvador – BA (Juizados Especiais Federais), no município de Salvador – BA	1	0	100	4	90	2	3.400.000	Recomposição de dotação cancelada
								1	0	100	4	90	2	4.000.000	
IV	134	Onde se lê:	000111	12101	Justiça Federal de 1º Grau	02.061.0569.4224.0001	Assistência Jurídica às Pessoas Carente/Nacional	1	0	100	3	90	2	10.458.479	Recomposição de dotação cancelada
								1	0	100	3	90	2	10.733.369	
IV	136	Onde se lê:	000163	12102	TRF - 1ª Região	02.122.0569.7241.0101	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá – MT, no município de Cuiabá – MT	1	0	100	4	90	2	3.060.000	Recomposição de dotação cancelada
								1	0	100	4	90	2	3.600.000	

\* Correções no Orçamento de 2005 atendidas pelo Relator-Geral.

QUADRO 23  
PLANO PLURIANUAL PARA 2004-2007

PROJETO DE LEI N. 30/2003-CN (PLPPA 2004-2007)

28/08/2003 – Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

03/09/2003 – Entrada na CMO.

5 a 11/2003 – Apresentação de emendas.

Número de emendas: 2.423.

14/04/2004 – Aprovada a votação na CMO.

24/05/2004 – Saída da CMO. Parecer n. 11.

13/07/2004 – Aprovada votação no Congresso Nacional.

Relatório apresentado pelo Relator, Senador Roberto Saturnino (PT/RJ).

Relatório apresentado pelo Relator da Redação do Vencido, Senador Sibá Machado (PT/AC).

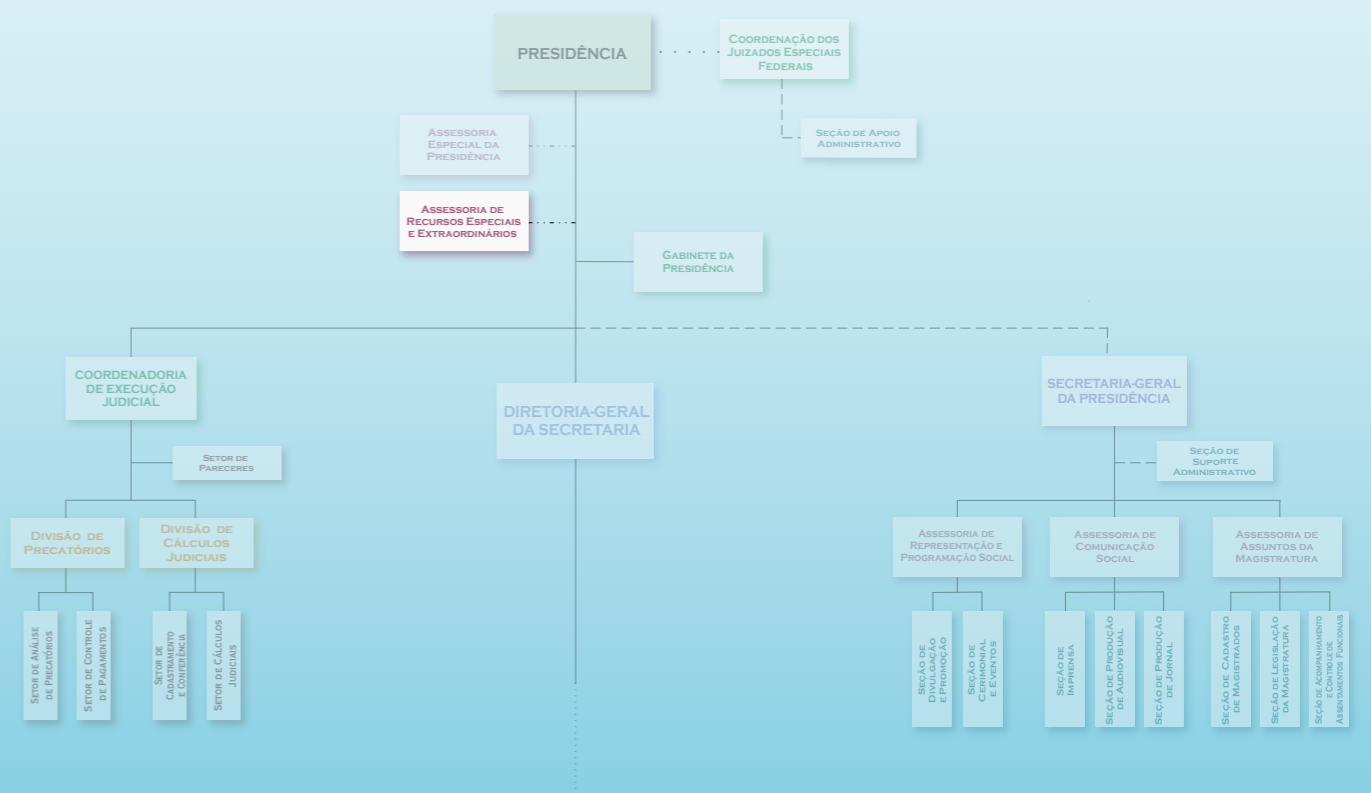
Substitutivo.

Texto da Lei: 1) Lei n. 10.933, de 11 de agosto de 2004; 2) Mensagem n. 481, de 11 de agosto de 2004.

DOU de 12/08/2004.

# ASRET

ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS  
E EXTRAORDINÁRIOS





A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários do Tribunal – ASRET é a unidade responsável por fazer o juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários que chegam ao Tribunal, avaliando se podem ou não ser enviados para julgamento no STJ e STF, respectivamente.

Em 2004, a ASRET realizou esforço concentrado para proferir despacho e decisão em todos os processos que se encontravam na Assessoria. Para a realização dessa atividade, contou com o apoio imprescindível de seus servidores, estagiários e dirigente.

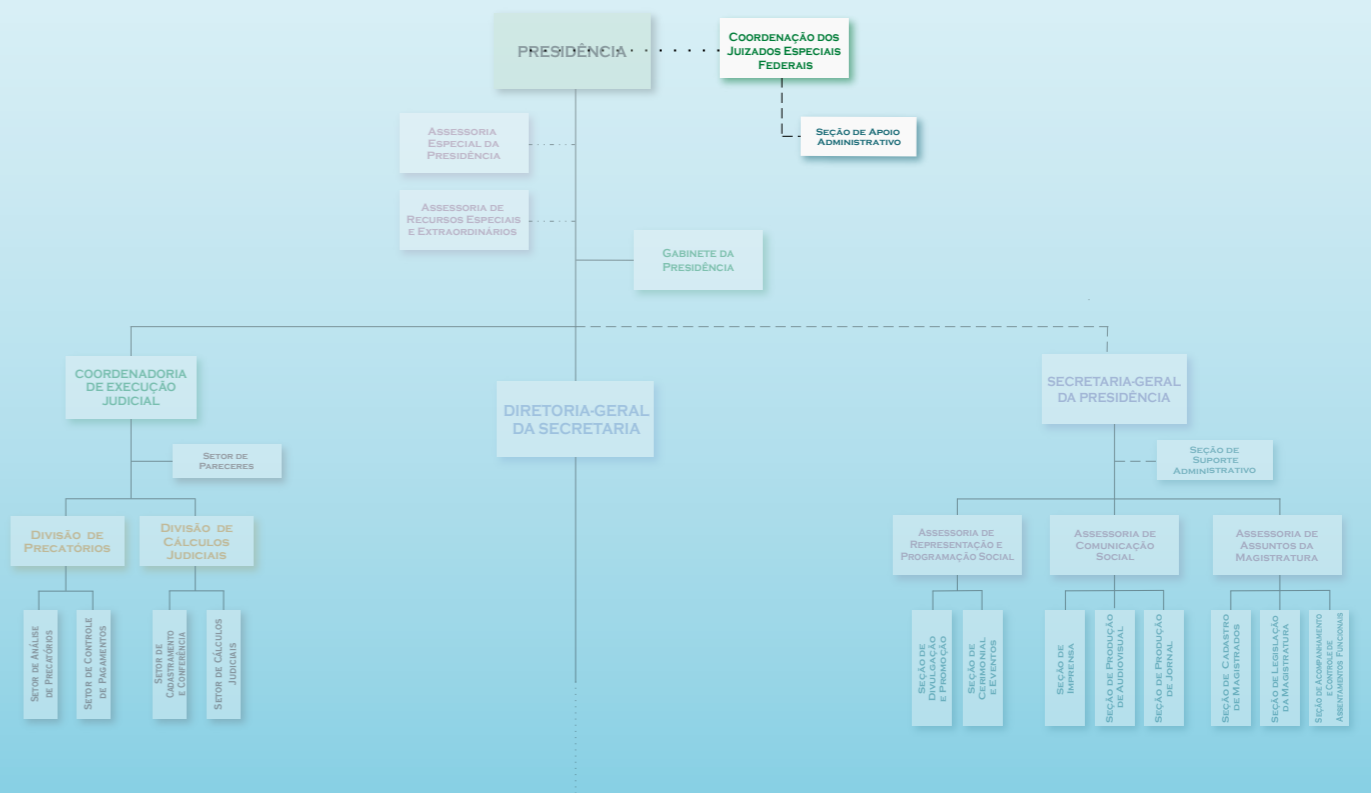
Toda a Assessoria comemorou o excelente resultado alcançado pela equipe.

QUADRO 24  
ESTATÍSTICA

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Recurso extraordinário admitido (391)	59	152	184	124	0	47	48	45	14	28	68	29	798
Recurso especial admitido (392)	264	347	324	477	0	59	129	118	68	181	155	124	2.246
Recurso extraordinário não admitido (393)	104	153	161	198	0	131	33	63	17	56	69	18	1.003
Recurso especial não admitido (394)	250	300	468	471	0	247	75	99	60	134	130	60	2.294
Despachos diversos (395)	85	216	530	425	276	42	9	32	73	52	62	89	1.891
Recurso especial adesivo admitido (396)	3	1	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Recurso especial adesivo não admitido (397)	6	6	1	0	0	0	0	0	0	0	4	1	18
Decisão em plantão (503)	99	1	4	0	1	0	0	3	0	4	2	12	126
Despacho em plantão (504)	10	0	0	1	0	0	0	1	2	0	8	17	39
Suspensão de segurança deferida (600)	3	0	0	3	4	1	6	4	33	26	6	24	110
Suspensão de segurança indeferida (601)	4	1	0	0	11	11	33	2	2	2	6	5	77
Decisão diversa em suspensão de segurança (602)	27	0	0	4	0	0	1	1	2	12	1	9	57
Despacho diverso em suspensão de segurança (603)	6	6	0	14	7	17	15	38	10	2	3	2	120
<b>TOTAL</b>	<b>920</b>	<b>1.183</b>	<b>1.673</b>	<b>1.720</b>	<b>299</b>	<b>555</b>	<b>349</b>	<b>406</b>	<b>281</b>	<b>497</b>	<b>514</b>	<b>390</b>	<b>8.787</b>
<b>PROCESSOS NA ASRET</b>													
<b>SALDO ANTERIOR</b>	1.102	586	341	1.794	959	1.297	1.783	1.802	2.261	2.833	3.110	3.250	1.102
Entradas	321	598	2.496	893	554	902	487	638	776	704	608	113	9.090
Saídas	837	843	1.043	1.728	216	416	468	179	204	427	468	308	7.137
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>586</b>	<b>341</b>	<b>1.794</b>	<b>959</b>	<b>1.297</b>	<b>1.783</b>	<b>1.802</b>	<b>2.261</b>	<b>2.833</b>	<b>3.110</b>	<b>3.250</b>	<b>3.055</b>	<b>3.055</b>

# CoJEF

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS





No âmbito dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, no ano de 2004, a continuidade dos diversos projetos em andamento propiciou a ampliação e o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Dentro desse propósito, foi lançada a segunda edição da cartilha “Juizado Virtual — Justiça Real”, com a inclusão de dados atualizados, que demonstram o vertiginoso crescimento do número de ações nos JEFs e a praticidade e rapidez que essa nova modalidade de tramitação confere ao andamento dos processos.

Foi ainda lançado livro comemorativo do aniversário do JEF Itinerante e o vídeo, *Juizados Especiais Federais Jalapão I e II*, vencedor do prêmio Imprensa Embratel 2004.

Com o objetivo de discutir as técnicas utilizadas no desenvolvimento do JEF virtual e também as funcionalidades do sistema, foi realizado evento que reuniu juízes federais e técnicos na área de informática dos TRFs e do CJF. Para aquilatar a importância e o bom desempenho do programa, os participantes visitaram a Seção Judiciária do Distrito Federal onde foi instalado o primeiro JEF virtual da Primeira Região.



Em comemoração aos dois anos de funcionamento dos JEFs itinerantes, foi assinado convênio de cooperação entre o Tribunal e a Petrobrás Distribuidora S.A. para concessão de recursos para o projeto “Juizados Especiais Federais Itinerantes: a Justiça Vencendo Distâncias”. O objetivo é dar novo impulso às ações do Juizado.

Além dos eventos nacionais, a importância e o caráter inovador dos juizados virtuais trouxeram ao Brasil representantes do governo francês, que, em comitiva, realizaram visita ao Tribunal e conheceram o sistema informatizado.



QUADRO 25  
IMPLANTAÇÃO DOS JEFs VIRTUAIS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	DATA DE INSTALAÇÃO
Acre	14/09/2004
Amapá	21/06/2004
Mato Grosso	08/10/2004
Piauí	28/09/2004
Rondônia	09/11/2004
Roraima	20/08/2004
Tocantins	12/04/2004

Em continuidade à virtualização dos JEFs, foi instalado o sistema eletrônico em diversas seccionais, perfazendo o total de 8 seções que contam com os benefícios dessa nova forma de tramitação de processos dos Juizados.

Para dar celeridade aos julgamentos dos processos dos JEFs e garantir unicidade de posicionamentos, foi realizada, em 2004, pela primeira vez, a distribuição de 1.424 incidentes de uniformização para apreciação da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais.

À Turma de Uniformização compete julgar os pedidos de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência acerca de questões de direito material entre decisões proferidas pelas Turmas Recursais.





Em 2004, foi realizada, também, a primeira sessão de julgamento da Turma de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.



Em atendimento à necessidade de melhor aparelhar os JEFs da Primeira Região, seja com a virtualização, seja com a melhor capacitação dos servidores e magistrados envolvidos, foi realizado seminário sobre os Juizados Especiais Federais. Esse evento teve como objetivo melhorar a prestação do serviço jurisdicional à sociedade, conferindo-lhe maior agilidade e transparência. Essa é também a idéia do Centro de Estudos Judiciários do CJF, presente no seminário.

Realizado no auditório do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe, o evento contou com a colaboração de diversos palestrantes, entre os quais vários desembargadores federais, que trataram de temas relevantes para os JEFs.

Além disso, os coordenadores dos JEFs das cinco Regiões discutiram os obstáculos encontrados na concretização do projeto dos Juizados, como o número insuficiente de juízes para atender à quantidade de processos e a rejeição de alguns juízes em participar dos JEFs, devido às suas peculiaridades.

QUADRO 26

QUADRO ATUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA PRIMEIRA REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	JUIZADOS CRIMINAIS	JUIZADOS CÍVEIS	JUIZADOS MISTOS		
		JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO COMO SERVIÇO DESTACADO
Acre (JEF Virtual)	Rio Branco			1 Juizado		
Amapá (JEF Virtual)	Macapá			1 Juizado		
Amazonas	Manaus			1 Juizado		
	Tabatinga				1 Juizado	
Bahia	Salvador	2 Juizados 2ª e 17ª Varas	3 Juizados			
Distrito Federal (JEF Virtual)	Brasília	2 Juizados 10ª e 12ª Varas	2 Juizados			
Goiás	Goiânia	2 Juizados 5ª e 11ª Varas	1 Juizado			1 Juizado (Convênio Universidade Católica)
Maranhão	São Luís	2 Juizados 1ª e 2ª Varas	1 Juizado			
Mato Grosso (JEF Virtual)	Cuiabá			1 Juizado		
Minas Gerais	Belo Horizonte Uberaba Uberlândia	2 Juizados 4ª e 9ª Varas	4 Juizados			2 Juizados (Uberaba e Uberlândia)
Pará	Belém	2 Juizados 3ª e 4ª Varas	1 Juizado			
Piauí (JEF Virtual)	Teresina			1 Juizado		
Rondônia (JEF Virtual)	Porto Velho			1 Juizado		
Roraima (JEF Virtual)	Boa Vista			1 Juizado		
Tocantins (JEF Virtual)	Palmas					1 Juizado
<b>TOTAL</b>		<b>12</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>36</b>

QUADRO 27  
JEFs ITINERANTES REALIZADOS

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS
Acre	Cruzeiro do Sul	Divulgação: 29 e 30 de abril de 2004 Atermação: 28 de maio a 6 de junho de 2004 Audiências: 26 de julho a 20 de agosto de 2004	Cível e previdenciário	2.577	5.826
Amapá	Laranjal do Jari	Divulgação: 29 de julho a 3 de agosto de 2004 Atermação: 9 a 13 de agosto de 2004 Audiências: 5 a 8 de outubro de 2004	Cível e previdenciário	157	711
Amazonas	Calha Baixo Amazonas (fluvial)	Silves	Cível e previdenciário	232	350
		Itapiranga			
		São Sebastião do Uatumã			
		Urucará			
		Barreirinha			
		Vila Amazônia			
		Nhamundá			
		Comunidade Castanhal			
		Comunidade Terra Preta			
		Comunidade de Pedras			
		Comunidade Cameté do Ramos			
		Boa Vista dos Ramos			
		Maués			
		Comunidade de Itapeaçu			
Urucurituba	Audiências: 28 a 31 de julho de 2004				

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS
Amazonas	Calha Alto Solimões (fluvial)	Fonte Boa	Cível e previdenciário	183	200
		Jutaí			
		Tonantins			
		Santo Antônio do Içá			
		Amaturá			
		São Paulo de Olivença			
		Comunidade Campo Verde (São Paulo de Olivença)			
		Comunidade Vendaval (São Paulo de Olivença)			
		Comunidade Belém do Solimões (Tabatinga)			
		Comunidade Feijoal (Tabatinga)			
		Atalaia do Norte			
		Benjamin Constant			
		Tabatinga			
		Indaruba (fluvial)			

ESTADO	CIDADE		PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS
Amazonas	Calha do Rio Juruá (fluvial)	Carauari	Atermação: 21 a 24 de maio de 2004 Audiências: 11 a 22 de outubro de 2004	Cível e previdenciário	288	380
		Juruá	Atermação: 27 a 31 de maio de 2004 Audiências: 11 a 22 de outubro de 2004			
	Calha do Alto Rio Negro (fluvial)	São Gabriel da Cachoeira	Atermação: 5 de julho de 2004	Cível e previdenciário	70	200
		Comunidade Iuaretê (São Gabriel da Cachoeira)	Atermação: 6 e 7 de julho de 2004			
		Comunidade Pari Cachoeira (São Gabriel da Cachoeira)	Atermação: 9 e 10 de julho de 2004			
		Comunidade Taraquá (São Gabriel da Cachoeira)	Atermação: 12 e 13 de julho de 2004			
		Comunidade Assunção do Içana (São Gabriel da Cachoeira)	Atermação: 15 e 16 de julho de 2004			
		Comunidade Maturacá	Atermação: 19 e 20 de julho de 2004			
		São Gabriel da Cachoeira	Atermação: 21 e 22 de julho de 2004			
		Comunidade Tapereira (São Gabriel da Cachoeira)	Atermação: 23 e 24 de julho de 2004			
		Comunidade do Livramento (São Gabriel da Cachoeira)	Atermação: 26 de julho de 2004			
		Comunidade Cartucho (Santa Izabel do Rio Negro)	Atermação: 27 de julho de 2004			
		Comunidade Maraiua-Yanomami (Santa Izabel do Rio Negro)	Atermação: 28 e 29 de julho de 2004			

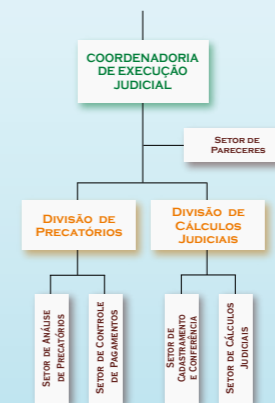
ESTADO	CIDADE		PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS					
Amazonas	Calha do Alto Rio Negro (fluvial)	Santa Izabel do Rio Negro	Atermação: 30 de julho a 2 de agosto de 2004	Cível e previdenciário							
		Comunidade Campina do Rio Preto (Santa Izabel do Rio Negro)	Atermação: 3 e 4 de agosto de 2004								
		Comunidade Tomar (Barcelos)	Atermação: 5 e 6 de agosto de 2004								
		Barcelos	Atermação: 7 a 12 de agosto de 2004								
		Comunidade Carvoeiro (Barcelos)	Atermação: 13 e 14 de agosto de 2004								
		Comunidade de Moura (Barcelos)	Atermação: 16 e 17 de agosto de 2004								
		Comunidade Bacaba (Novo Airão)	Atermação: 19 e 20 de agosto de 2004								
		Novo Airão	Atermação: 21 a 25 de agosto de 2004								
		Comunidade Arara (Manaus)	Atermação: 26 de agosto de 2004								
		Careiro	Atermação: 27 de agosto a 3 de setembro de 2004								
		Bahia	Vitória da Conquista				Atermação: 7 a 14 de junho de 2004	Cível e previdenciário		1.648	2.350
			Jequié				Atermação: 16 a 18 de junho de 2004				
Jacobina	Atermação: 21 e 22 de junho de 2004										
Caem	Atermação: 26 de junho de 2004										
Saúde	Atermação: 28 de junho de 2004										
Pindobaçu	Atermação: 29 e 30 de junho de 2004										
Antônio Gonçalves	Atermação: 1º de julho de 2004										
Campo Formoso	Atermação: 2 e 3 de julho de 2004										
Senhor do Bonfim	Atermação: 5 e 6 de julho de 2004										
Juazeiro	Atermação: 8 a 11 de julho de 2004										
Feira de Santana	Atermação: 14 a 21 de julho de 2004										

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS
Maranhão	Presidente Dutra	Divulgação: 19 e 20 de abril de 2004 Atermação: 26 de abril a 1º de maio de 2004 Audiências: 2 a 20 de agosto de 2004	Cível e previdenciário	1.703	2.600
	Pinheiro	Divulgação: 7 a 9 de novembro de 2004 Atermação: 21 a 27 de novembro de 2004	Cível e previdenciário	1.752	1.752
Mato Grosso	Rondonópolis	Atermação: 1º a 10 de dezembro de 2003 Audiências: 1º a 20 de março de 2004	Cível e previdenciário	2.100	2.523
	Diamantino	Divulgação: 22 de abril de 2004 Atermação: 22 a 28 de maio de 2004 Audiências: 30 de agosto a 10 de setembro de 2004	Cível e previdenciário	704	950
	Sinop	Divulgação: 10 de novembro de 2004 Atermação: 7 a 16 de dezembro de 2004	Cível e previdenciário	691	768
Minas Gerais	Diamantina	Divulgação: 3 de março a 11 de abril de 2004 Atermação: 12 a 16 de abril de 2004 Audiências: 24 a 28 de maio de 2004	Cível e previdenciário	687	2.000
	Porteirinha	Divulgação: 3 a 28 de maio de 2004 Atermação: 3 e 4 de junho de 2004 Audiências: 10 e 12 a 16 de julho de 2004	Cível e previdenciário	1.200	3.000
	Janaúba	Divulgação: 3 a 28 de maio de 2004 Atermação: 31 de maio a 2 de junho de 2004 Audiências: 5 a 9 de julho de 2004	Cível e previdenciário		
	Ipatinga	Divulgação: 15 de maio a 13 de junho de 2004 Atermação: 14 a 18 de junho de 2004 Audiências: 10 e 12 a 16 de junho de 2004	Cível e previdenciário	492	1.197
	Paracatu	Divulgação: 16 de julho a 16 de agosto de 2004 Atermação: 16 a 20 de agosto de 2004 Audiências: 5 a 9 de outubro de 2004	Cível e previdenciário	900	1.412
	Poços de Caldas	Divulgação: 5 de outubro a 7 de novembro de 2004 Atermação: 8 a 12 de novembro de 2004	Cível e previdenciário	318	689
	Betim	Divulgação: 12 a 26 de novembro de 2004 Atermação: 29 de novembro a 3 de dezembro de 2004	Cível e previdenciário	90	330

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS
Pará	Bragança	Atermação: 24 a 28 de maio de 2004 Audiências: 16 de agosto a 3 de setembro de 2004	Cível e previdenciário	808	1.474
	Salvaterra	Atermação: 9 a 13 de agosto de 2004 Audiências: 29 de novembro a 17 de dezembro de 2004	Cível e previdenciário	875	1.900
Piauí	Parnaíba	Divulgação: 9 a 12 de março de 2004 Atermação: 22 a 27 de março de 2004 Audiências: 21 de junho a 3 de julho de 2004	Cível e previdenciário	800	1.200
	Bom Jesus	Divulgação: 8 a 12 de novembro de 2004 Atermação: 22 a 26 de novembro de 2004	Cível e previdenciário	637	837
Rondônia	Guajará-Mirim	Divulgação: 6 e 7 de outubro de 2004 Atermação: 19 a 22 de outubro de 2004 Audiências: 29 de novembro a 3 de dezembro de 2004	Cível e previdenciário	311	1.026
Roraima	Pacaraima	Divulgação: 3 e 4 de maio de 2004 Atermação: 24 a 28 de maio e 14 e 15 de junho de 2004 Audiências: 23 a 27 de agosto de 2004	Cível e previdenciário	364	462
	Rorainópolis	Divulgação: 2 a 7 de julho de 2004 Atermação: 26 a 30 de julho de 2004 Audiências: 8 a 12 de novembro de 2004	Cível e previdenciário	352	500
Tocantins	Eixo Natividade/ Dianópolis/Taguatinga	Divulgação: 3 a 5 de março de 2004 Atermação: 29 de março a 2 de abril de 2004 Audiências: 24 a 29 de maio de 2004	Cível e previdenciário	378	1.500
<b>TOTAL</b>				<b>28.290</b>	<b>50.197</b>

# COREJ

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL



QUADRO 28  
ORÇAMENTO DOS PRECATÓRIOS

ATIVIDADES / PROJETOS / OPERAÇÕES ESPECIAIS	DOTAÇÃO DESTAQUES	EXECUÇÃO DA DESPESA	CRÉDITO DISPONÍVEL	% EXECUÇÃO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	147.709.218,00	147.709.217,05	0,95	100,00%
	166.691.581,00	166.691.580,43	0,57	100,00%
	5.785.303,00	5.785.302,38	0,62	100,00%
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	56.841,00	56.840,15	0,85	100,00%
Comissão Nacional de Energia Nuclear	32.428,00	32.427,77	0,23	100,00%
Banco Central do Brasil	9.267.684,00	9.267.683,47	0,53	100,00%
Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso	60.283,00	60.282,63	0,37	100,00%
Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará	83.072,00	83.071,54	0,46	100,00%
	124.976,00	124.975,29	0,71	100,00%
Universidade Federal da Bahia	607.712,00	607.711,02	0,98	100,00%
	80,00	78,65	1,35	98,31%
	103.109,00	103.108,58	0,42	100,00%
Universidade Federal de Juiz de Fora	868.386,00	868.385,63	0,37	100,00%
Universidade Federal de Minas Gerais	1.571.438,00	1.571.437,68	0,32	100,00%
	26.263,00	26.262,53	0,47	100,00%
Universidade Federal do Pará	1.001.472,00	1.001.471,27	0,73	100,00%
	98.958,00	98.957,36	0,64	100,00%
Universidade Federal Rural da Amazônia	63.729,00	63.728,96	0,04	100,00%
Universidade Federal de Itajubá/MG	2.192.862,00	2.192.861,42	0,58	100,00%
Escola Superior de Agricultura de Lavras	6.112.234,00	6.112.233,04	0,96	100,00%
Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão	6.412,00	6.411,89	0,11	100,00%
Fundação Universidade Federal de Rondônia	50.215,00	50.214,96	0,04	100,00%
Fundação Universidade do Amazonas	223.094,00	223.093,39	0,61	100,00%
Fundação Universidade de Brasília	827.170,00	827.169,91	0,09	100,00%

A criação dos Juizados Especiais Federais trouxe reflexos, também, para a atividade de pagamento de dívidas da União — os precatórios —, devido à ampliação do número de Requisições de Pequeno Valor – RPVs, correspondentes, na maioria das vezes, aos processos em tramitação nos JEFs.

Ficaram sem pagamento somente precatórios e RPVs de responsabilidade de entidades estaduais e municipais, em decorrência de os entes devedores não terem disponibilizado esses recursos.

O pagamento de precatórios da União e entidades atingiu o montante de R\$ 421.311.496,99, valor correspondente à execução de praticamente 100% do total orçado. Esse resultado representou um crescimento de 11% na execução em relação ao ano de 2003.

Além das atividades de pagamento de precatórios e RPVs, convém dar destaque ao atendimento imediato pela Coordenadoria às solicitações oriundas dos gabinetes dos desembargadores, para elucidação de questões apresentadas nos processos judiciais submetidos à apreciação do Tribunal em duplo grau de jurisdição.

ATIVIDADES / PROJETOS / OPERAÇÕES ESPECIAIS	DOTAÇÃO DESTAQUES	EXECUÇÃO DA DESPESA	CRÉDITO DISPONÍVEL	% EXECUÇÃO
Fundação Universidade do Maranhão	152.576,00	145.576,00	7.000,00	95,41%
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	5.150.966,00	5.150.965,23	0,77	100,00%
Fundação Universidade Federal de Viçosa	122.434,00	122.433,51	0,49	100,00%
	14.976,00	14.975,29	0,71	100,00%
Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	55.241,00	55.240,33	0,67	100,00%
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	341.469,00	341.468,19	0,81	100,00%
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	214.481,00	214.480,18	0,82	100,00%
Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste	21.834,00	21.833,45	0,55	100,00%
Fundação Nacional do Índio	810.587,00	810.586,57	0,43	100,00%
	211.711,00	211.710,94	0,06	100,00%
Departamento Nacional de Produção Mineral	151.910,00	151.909,58	0,42	100,00%
Instituto Nacional do Seguro Social	15.359.339,00	15.359.338,99	0,01	100,00%
	2.708.059,00	2.708.058,12	0,88	100,00%
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	24.284.858,00	24.284.857,74	0,26	100,00%
Fundação Nacional de Saúde	11.161.151,00	11.161.150,60	0,40	100,00%
Fundação Cultural Palmares	179.656,00	179.656,00	0,00	100,00%
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	64.101,00	64.100,47	0,53	100,00%

ATIVIDADES / PROJETOS / OPERAÇÕES ESPECIAIS	DOTAÇÃO DESTAQUES	EXECUÇÃO DA DESPESA	CRÉDITO DISPONÍVEL	% EXECUÇÃO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	1.814.851,00	1.814.850,43	0,57	100,00%
	257.190,00	257.189,24	0,76	100,00%
	4.429.735,00	4.429.734,44	0,56	100,00%
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	37.261,36	37.261,36	0,00	100,00%
	6.813,31	6.813,31	0,00	100,00%
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	224.159,00	224.158,08	0,92	100,00%
	9.492,00	9.491,39	0,61	99,99%
Escola Nacional da Administração Pública	69.334,00	69.333,93	0,07	100,00%
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	2.881.125,00	2.881.124,49	0,51	100,00%
	3.017.114,00	3.017.114,00	0,00	100,00%
	3.292.395,00	3.292.393,72	1,28	100,00%
Departamento Nacional de Obras contra as Secas	709.185,00	709.184,41	0,59	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>421.318.523,67</b>	<b>421.311.496,99</b>	<b>7.026,68</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dipla/Secor



QUADRO 29  
ATIVIDADES DESEMPENHADAS

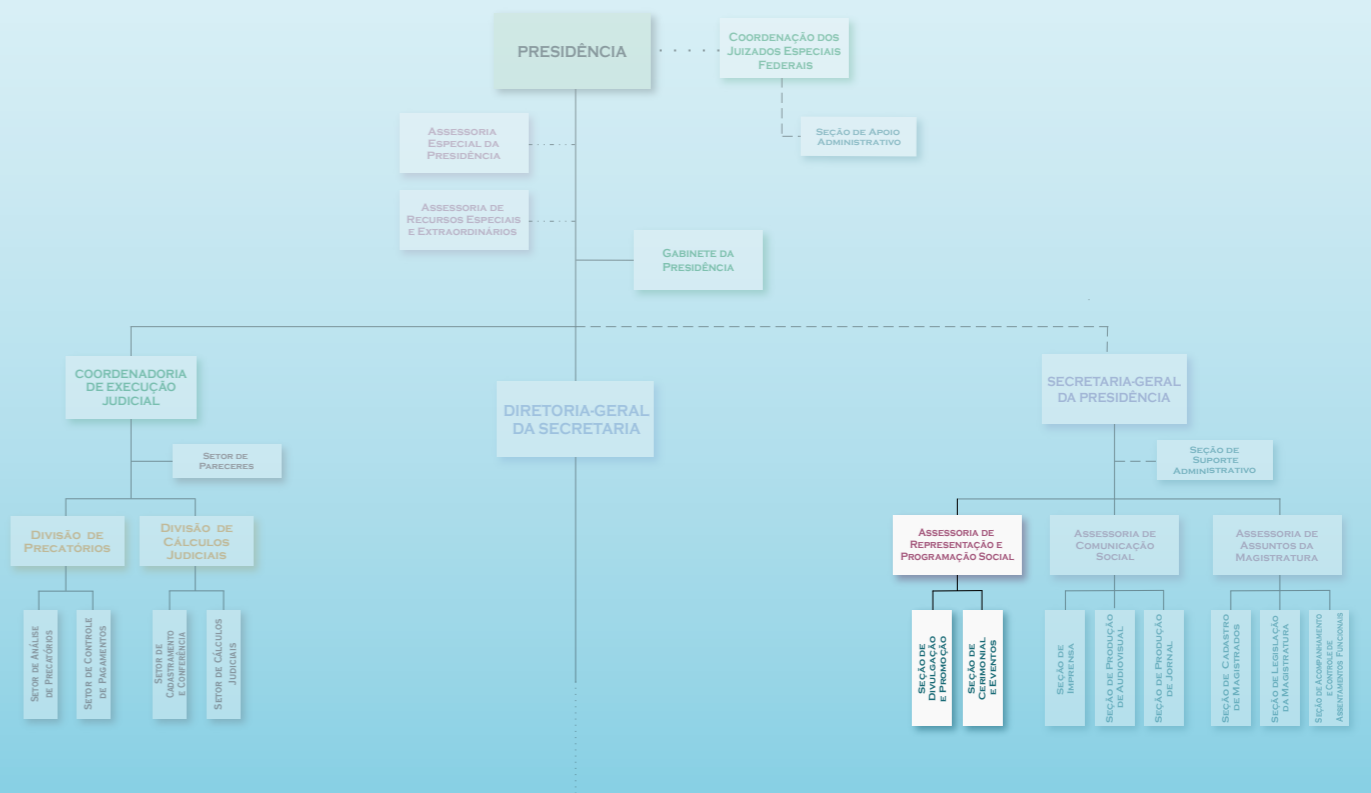
ATIVIDADE	QUANTIDADE	
	PROCESSOS	BENEFICIÁRIOS
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2001 – 4ª parcela	171	268
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2002 – 3ª parcela	132	229
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2003 – 2ª parcela	115	187
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2004 – 1ª parcela	229	794
Pagamento de precatórios alimentares da União 2004	478	4.546
Precatórios processados da União para pagamento em 2005	1.084	5.448
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2001 – 4ª parcela	53	165
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2002 – 3ª parcela	50	75
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2003 – 2ª parcela	41	73
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2004 – 1ª parcela	143	244
Pagamento de precatórios alimentares das entidades 2004	731	3.747
Precatórios processados das entidades para pagamento em 2005	1.339	3.519
Requisições de Pequeno Valor – RPVs (Lei n. 10.259/2001) – processadas	21.197	37.769
Pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV (Lei n. 10.259/2001)	18.079	36.083
Pagamento de precatórios/RPVs estaduais/municipais	64	70
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2006 (art. 100 – CF)	445	não processado
<b>TOTAL</b>	<b>44.351</b>	<b>93.217</b>

QUADRO 30  
PRECATÓRIOS/RPVs AGUARDANDO PAGAMENTO EM 2005

PRECATÓRIOS/RPVs	QUANTIDADE	
	PROCESSOS	BENEFICIÁRIOS
Precatórios não-alimentares da União 2001 – 5ª parcela	146	435
Precatórios não-alimentares da União 2002 – 4ª parcela	110	354
Precatórios não-alimentares da União 2003 – 3ª parcela	90	192
Precatórios não-alimentares da União 2004 – 2ª parcela	204	586
Precatórios não-alimentares da União 2005 – 1ª parcela	327	1.020
Precatórios alimentares da União 2005	757	4.428
Precatórios não-alimentares das entidades 2001 – 5ª parcela	52	247
Precatórios não-alimentares das entidades 2002 – 4ª parcela	45	115
Precatórios não-alimentares das entidades 2003 – 3ª parcela	30	65
Precatórios não-alimentares das entidades 2004 – 2ª parcela	136	215
Precatórios não-alimentares das entidades 2005 – 1ª parcela	126	254
Precatórios alimentares das entidades 2005	1.194	3.243
RPVs (Lei n. 10.259/2001) processadas em dezembro/2004	2.798	3.902
Precatórios das entidades estaduais/municipais até 2005	83	83
RPVs das entidades estaduais/municipais até dezembro/2004	63	63
<b>TOTAL</b>	<b>6.161</b>	<b>15.202</b>

# ASREP

ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL



A complexidade das interações organizacionais exigiu que o Tribunal buscasse novos paradigmas na gestão das informações, procurando estabelecer relações mais duradouras e consistentes com públicos diversos.

Com esse objetivo, a Assessoria de Programação e Representação Social – Asrep planejou e executou diversos eventos, prestou auxílio e consultoria às Seccionais e à Escola de Magistratura e desempenhou atividades de cerimonial.

O Indicador de Autoridades Informatizado, sistema que lista informações atualizadas sobre autoridades e magistrados do país, foi estendido às Seccionais em processo de integração e sincronismo de informações, o que tornou os dados acessíveis a clientela superior a 5.000 pessoas, entre magistrados, dirigentes, servidores e terceirizados.

Com o objetivo de abrir as portas do Tribunal aos interessados em conhecer seu funcionamento, foi criado o programa Bem-Vindo ao TRF – 1ª Região.

O programa de visitas de estudantes foi formalizado pela Presidência do Tribunal por meio da Portaria/Presi n. 110-502 de 22.09.2004, o que possibilitou maior alcance de divulgação e apoio de instituição financeira para aquisição de material didático direcionado. O programa passou a ter mais abrangência com o lançamento do vídeo *Tramitação Processual na Justiça Federal e TRF da Primeira Região* e a nova edição da cartilha *Bem-Vindo ao TRF – 1ª Região*.

A idéia do programa é antiga, pois essa atividade vem sendo desenvolvida desde 1995, quando o Tribunal recebia em média 100 estudantes por ano. Em 2000, esse número duplicou e, em 2004, atingiu o total de 468 estudantes, tanto do Distrito Federal como de outros estados.



Alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal visitam o Tribunal como parte do Projeto Bem-Vindo ao TRF – 1ª Região



Estudantes do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia

QUADRO 31  
AUXÍLIO AO CERIMONIAL DO TRIBUNAL

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Solenidade de Outorga do Título de Cidadão Honorário a Sua Excelência o Senhor Luciano Tolentino Amaral pela Câmara Legislativa do Distrito Federal	17/09	18h	Auditório do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe
Solenidade de Abertura do Congresso de Educadores do Conselho de Educação do Distrito Federal	11/10	18h30	Auditório do Centrejufe

QUADRO 32  
EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Solenidade de instalação da 7ª Vara Federal, que abrigará o Juizado Especial Federal Cível	06/02	18h	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	13/02	9h	Seção Judiciária do Estado do Piauí
Lançamento do programa de alfabetização de adultos Ler para Construir	13/02	14h30	Obra do edifício que abrigará a Seção Judiciária do Estado do Piauí
Visita orientada de estudantes do curso de Direito do UniCEUB	16/02	14h	Edifício-Sede do TRF
Solenidade de instalação da 8ª Vara Federal, que abrigará o Juizado Especial Federal Cível	16/02	10h	Seção Judiciária do Estado do Pará
Solenidade de instalação da 3ª Vara Federal, que abrigará o Juizado Especial Federal Cível e Criminal	20/02	17h	Seção Judiciária do Estado do Amapá
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	26/02	14h	Seção Judiciária do Estado de Goiás
Solenidade de instalação de Varas do Juizado Especial Federal Cível	27/02	17h	Seção Judiciária do Distrito Federal
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	1º/03	9h	Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso
Solenidade de inauguração da rua Ministro José Cândido	1º/03	9h	Subseção Judiciária de Ilhéus/BA
Solenidade de Outorga do Título de Cidadão Ilheense ao Desembargador Federal Catão Alves, Presidente do TRF – 1ª Região			
Solenidade de inauguração das novas instalações da CEF			

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Exposição “Acorde-me quando Chegar a Primavera” Artista plástica: Áurea Domenech	08 a 19/03	8 – 19h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Visita orientada de estudantes do curso de Direito do UniCEUB	13/03	14h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	15/03	10h	Seção Judiciária do Estado do Acre
Lançamento do livro <i>Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência</i>	16/03	17h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Sessão Solene de Posse do Desembargador Federal Leomar Amorim	17/03	17h	Sala de Sessões Plenárias do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	19/03	17h	Seção Judiciária do Estado do Amazonas
Visita orientada de estudantes do curso de Direito da UFRN – CERES, Campus de Caicó	22/03	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	22/03	10h	Seção Judiciária do Estado de Roraima
Solenidade de premiação dos vencedores do VII Concurso Nacional de Monografias	23/03	10h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Solenidade de entrega das obras de reforma das instalações do Edifício Anexo I do TRF – 1ª Região	23/03	14h	Hall de entrada do Edifício Anexo I
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	29/03	17h	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Sessão Solene Comemorativa do 15º Aniversário do TRF – 1ª Região	30/03	15h	Sala de Sessões Plenárias do TRF – 1ª Região
Lançamento do vídeo institucional dos 15 anos do TRF – 1ª Região	30/03	15h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal	02/04	10h	Subseção Judiciária de Tabatinga/AM
Visita orientada de estudantes do curso de Direito do UniCEUB	02/04	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia	05/04	9h	Porto Velho/RO
Solenidade de instalação da Vara do Juizado Especial Federal Virtual da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	12/04	14h	Palmas/TO

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Inauguração da Sede da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região e do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe	13/04	16h	Centrejufe
Solenidade de Outorga da Medalha de Visitante Ilustre ao Arcebispo Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo de Ávila	13/04	16h	Centrejufe
Solenidade de entrega dos certificados de conclusão do 1º Curso de Alfabetização de Adultos do TRF – 1ª Região	16/04	10h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Sessão Solene de Outorga do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Senador José Sarney	16/04	16h	Sala de Sessões Plenárias do TRF – 1ª Região
Coquetel de adesão em homenagem ao Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves	16/04	16h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Visita orientada de estudantes do curso de Direito do UniCEUB	20/04	9h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Solenidade de Abertura da Reunião Técnica sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro	28/04	19h	Centrejufe
Visita orientada de estudantes do curso de Direito do UniCEUB	04/05	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Sessão Solene Comemorativa do 12º Aniversário de Instalação da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	05/05	18h	Seção Judiciária do Estado do Tocantins
Visita orientada de estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC	12/05	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Solenidade de Posse da Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia	17/05	17h	Seção Judiciária do Estado da Bahia
Abertura da reunião técnica de Diretores das Secretarias de Informática dos Tribunais Regionais Federais	18/05	9h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do III Juizado Especial Federal Itinerante em Mato Grosso	21/05	18h	Auditório da UNED – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino/MT
Solenidade de encerramento do Juizado Especial Federal Itinerante em Cruzeiro do Sul	06/06	19h	Teatro dos Nauás – Cruzeiro do Sul/AC
Exposição “Sonhos Transcendendo a Imaginação” Artista plástico: Fernando Castro	14 a 25/06	8 – 19h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região

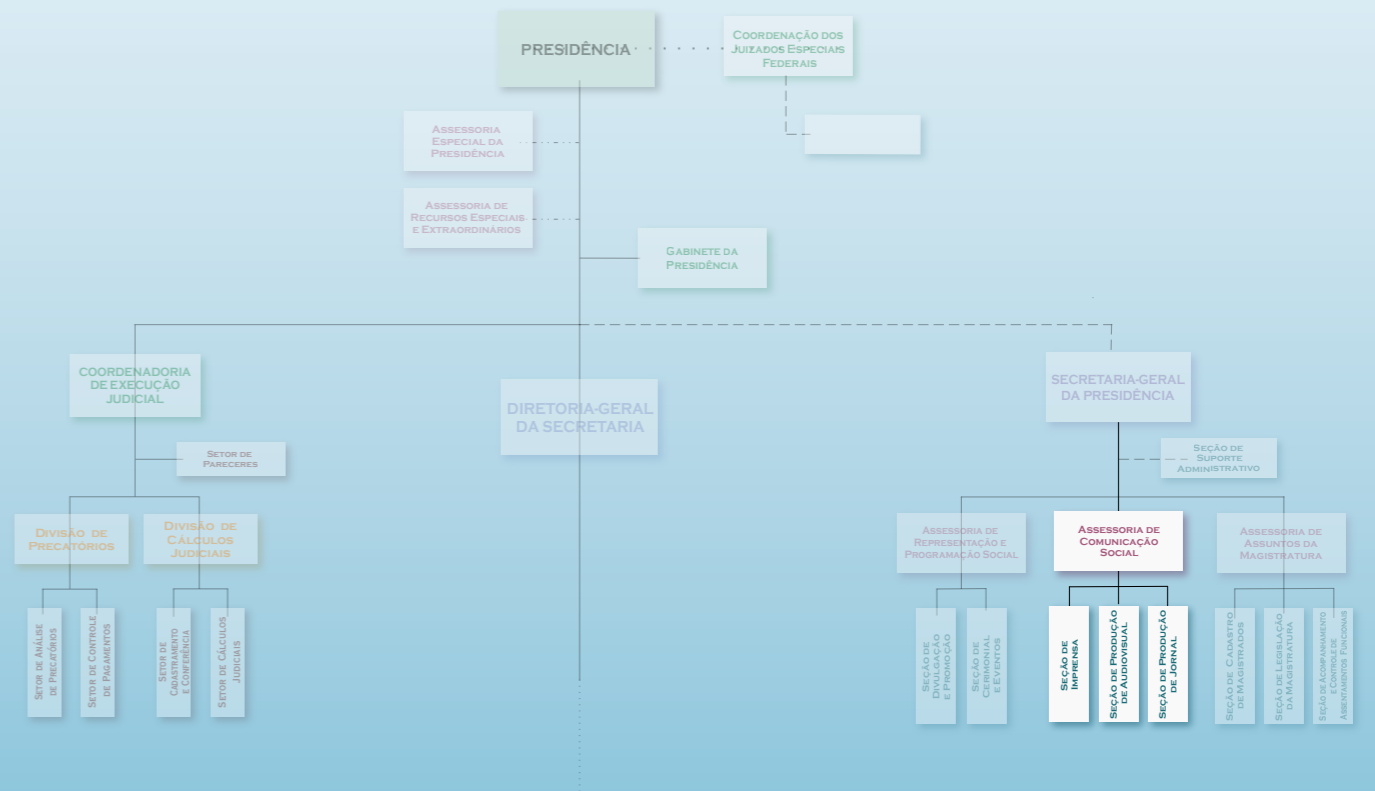
EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Visita orientada de estudantes do curso de Direito do UniCEUB	15/06	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Missa em sufrágio pela alma da Juíza Federal Substituta Fabíola Bernardi	16/06	16h	Auditório da Justiça Federal – Edifício-Sede da Seção Judiciária do Distrito Federal
Primeiro Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções da Justiça Federal da Primeira Região	23 a 26/06	9 – 18h	Centrejufe
Solenidade de abertura do Juizado Especial Federal Itinerante Rodoviário em Senhor do Bonfim/BA	05/07	10h	Senhor do Bonfim/BA
Visita orientada de estudantes de Direito – estagiários do STJ	27/07	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Assinatura de abertura de convênio entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Seção Judiciária do Estado da Bahia e a Caixa Econômica Federal	04/08	16h	Presidência do TRF – 1ª Região
Coquetel em comemoração ao aniversário do Presidente do TRF – 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima	04/08	17h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Exposição “Ensaio do Primeiro Ato” Artista plástica: Daniela Jorge	06 a 20/08	8 – 19h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Itinerante em Paracatu	16/08	9h	SESC – Laces, Paracatu/MG
Celebração da Missa de Páscoa da Família Judiciária	17/08	11h	Catedral Metropolitana de Brasília
I Congresso Baiano de Direito Ambiental	26 a 28/08	–	Praia do Forte – Eco Resort
Solenidade de instalação da 21ª e 22ª Varas Federais do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia	30/08	10h	Edifício-Sede do DNOCS
Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes da ESMAF	1º/09	16h	Sala de Sessões Plenárias do TRF – 1ª Região
Solenidade de assinatura do convênio entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Banco do Brasil	1º/09	18h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Exposição “Reflexos” Fotógrafo: Paulo Dutra	03 a 17/09	8 – 19h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Primeira distribuição dos incidentes de uniformização de jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região	09/09	16h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Acre	14/09	10h	Sede da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre
Missa em sufrágio pela alma do Desembargador Federal Hermenito Dourado	20/09	18h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de lançamento do novo Programa de Visitas do TRF – 1ª Região	22/09	18h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Exposição “Alma” Artista plástico: Octávio de Freitas	24/09 a 08/10	8 – 19h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Piauí	28/09	10h	Edifício-Sede da Justiça Federal na Seção Judiciária do Estado do Piauí
Visita orientada de alunos da 4ª Série do ensino fundamental da Escola Classe n. 8 do Cruzeiro, em comemoração ao Dia da Cidadania e 16º Aniversário de Promulgação da Constituição Federal	05/10	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	08/10	16h	Plenário do Juizado Especial Federal em Mato Grosso
Exposição “Prima Cores” Artistas plásticas: Maria Dalva dos Santos Sobral, Renata Guimarães Leitão e Sônia Guimarães	11 a 20/10	8 – 19h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Lançamento do livro <i>Backpackers – Europa de mochila</i> , do servidor Gláucio Braga Assis	20/10	18h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Lançamento do livro <i>Nulidade da Sentença e Princípio da Congruência</i> , do Juiz Federal convocado Vallisney de Souza Oliveira	22/10	17h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Visita orientada de alunos da 5ª e 6ª séries do ensino fundamental da Escola Classe 103 Sul	26/10	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Comemoração dos dois anos de funcionamento dos Juizados Especiais Federais Itinerantes	05/11	16h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
XI Feira de Saúde e IV Expo Qualidade de Vida: Transformação e Desenvolvimento	08 a 12/11	12 – 18h	Hall do Plenário e sobreloja do TRF – 1ª Região

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Solenidade de instalação do Juizado Especial Virtual da Seção Judiciária do Estado de Rondônia	08/11	17h	Sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia
Visita orientada de estudantes do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e de Direito de Rondônia – FARO	09/11	14h	Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Inauguração do Edifício Base Operacional de Serviços Administrativos do TRF – 1ª Região	12/11	17h	SGON, quadra 1, lotes 100/120
Entrega de Diploma e Medalha de Visitante Ilustre ao Ministro Juan Colombo Campbell, Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, e para o Ministro Marcos Libedinsky, Presidente da Corte Suprema do Chile	29/11	14h30	Gabinete da Presidência, Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Encontro de corais Encantando Sonhos de Natal, com o Coral Habeas Cantus e corais convidados	10/12	17h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Entrega de Diploma e Medalha de Visitante Ilustre a Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico no Brasil	15/12	17h	Gabinete da Presidência, Edifício-Sede do TRF – 1ª Região
Missa de Natal do TRF – 1ª Região Celebrante: Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico no Brasil	15/12	18h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Espectáculo – festa de confraternização dos servidores, estagiários e prestadores de serviços do TRF – 1ª Região	16/12	19 – 24h	Base Operacional de Serviços Administrativos
Sessão Solene de Posse da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves de Souza	17/12	15h	Sala de Sessões Plenárias do TRF – 1ª Região
Evento Árvore da Solidariedade	21/12	14h	Creche QE 38 – Guará II Asilo São Francisco de Assis – Park Way

# ASCOM

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Responsável tanto por assessorar o Presidente e demais autoridades da Corte nas atividades relativas à imprensa como por esclarecer o público interno e externo sobre os principais acontecimentos e atividades do Tribunal, a Assessoria de Comunicação Social – Ascom desenvolveu suas atividades em 2004 mantendo as parcerias já conquistadas e buscando novos aliados.

## Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística na Internet

Em 2004, o TRF – 1ª Região entrou para a história como o primeiro tribunal do país a transmitir todos os julgamentos pela internet. A ação compõe o Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística – Sidjor e coloca a Justiça Federal da Primeira Região em posição privilegiada na constante busca de aproximar o cidadão do Poder Judiciário.

Os trabalhos foram iniciados em 2003, quando o sistema foi instalado, porém com acesso limitado a magistrados e servidores, via intranet. A partir de 2004, o acesso foi ampliado aos cidadãos, que passaram a acompanhar, pela internet, o julgamento dos processos de seu interesse. Tudo em tempo real e de qualquer parte do mundo.

Ao lançar o Sidjor na internet, foi necessário tornar mais atrativa a página da Ascom. Além da pesquisa de notícias e fotos e da versão digital do *Destaque do Dia* e do *Destaque* mensal, a nova página traz a programação detalhada da rádio e da TV Destaque e atalhos, por colegiado, para acesso às transmissões de julgamento ao vivo.

Para atender ao público externo que acompanha a programação via internet, novos programas fo-



ram inseridos na grade da Rádio Destaque, e os já transmitidos sofreram adaptações. A mudança mais importante foi a extensão do período de transmissão para 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

QUADRO 33  
PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO DESTAQUE NA INTERNET

14h	Mãos à obra – iniciativas e parcerias do TRF da 1ª Região que aproximam a Justiça da sociedade (novo).
15h30 e 17h30	Útil e Chique, com Andréa Ghisi (Chefe da Asrep) – etiqueta e comportamento no trabalho (novo).
16h	Dicas profissionais – dicas de cursos, palestras, seminários (novo).
16h30 e 18h30	Resposta imediata – Alex Amorim (Diretor da Secre) esclarece dúvidas sobre recursos humanos (adaptado).
18h	Notícias em Destaque – principais informações que movimentam a 1ª Região (adaptado).

Pelas manhãs e aos finais de semana, os programas são reprisados.

A TV Destaque – que passou a ser transmitida via *web* – teve sua programação mantida, ganhando nova vinheta e trilha sonora. Continuaram sendo apresentados vídeos institucionais; palestras jurídicas, de recursos humanos e de qualidade de vida; eventos jurídicos e sociais e reprise de matérias produzidas para a TV Justiça. Como passou a manter-se 24 horas no ar, a TV Destaque retransmite a programação da TV Justiça.

Mantida a parceria com a Secretaria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal, foram produzidas matérias diárias para o Jornal da Justiça sobre os principais acontecimentos e julgamentos ocorridos no âmbito do Tribunal, além da produção dos programas Momento Jurídico, Lições de Direito e Fórum.

O programa Via Legal manteve-se normalmente no ar, transmitido pela TV Justiça, que ganhou o programa infantil Chico e Pipoca, resultado de parceria com o Conselho da Justiça Federal e os demais TRFs.

Em 2004, a Rádio Justiça passou a veicular o programa Notícias em Destaque, que leva ao país as principais notícias da Primeira Região e vai ao ar aos sábados e domingos.



Além disso, com o intuito de dar maior publicidade aos serviços desenvolvidos no âmbito da Primeira Região, a espera telefônica do Tribunal recebeu mensagens gravadas com informações sobre a Ouvidoria do TRF – 1ª Região.

**QUADRO 34  
VÍDEOS INSTITUCIONAIS**

TRF – 1ª Região — 15 anos de História.
Assessoria de Comunicação Social do TRF – Uma Aliada.
PGQVT — O Único Risco É Ser Feliz.
Sistema Integrado de Divulgação Jornalística na internet.
Feira de Saúde Especial.
Hino do TRF – 1ª Região pelo coral Habeas Cantus.



Em 2004, foram produzidos 6 vídeos institucionais. O destaque do ano ficou com o vídeo produzido em comemoração aos 15 anos de instalação do Tribunal, que mostra imagens da posse de seus primeiros magistrados e depoimentos de servidores e do primeiro Presidente da Corte, o magistrado Alberto Vieira da Silva.



Os magistrados, dirigentes e servidores do Tribunal passaram a contar com os serviços de uma videoteca, com acervo de mais de 500 vídeos e DVDs de gravações de eventos comemorativos, palestras, treinamentos, seminários e matérias, inclusive institucionais.

**Publicações**

Com o objetivo de incrementar a qualidade da informação prestada, sem que houvesse aumento no custo de produção, o *clipping* eletrônico foi terceirizado e lançado em novo formato. Além de trazer as notícias da Primeira Região publicadas nos principais jornais do país, apresenta aquelas divulgadas nos principais jornais dos 14 Estados jurisdicionados.

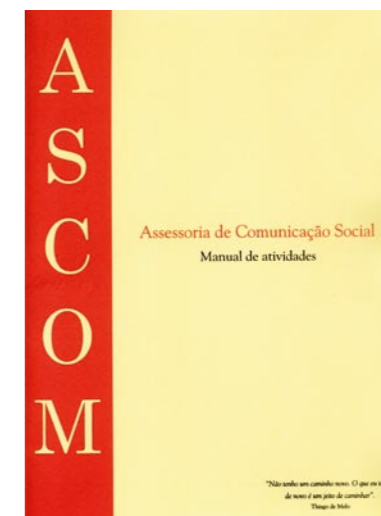
A terceirização trouxe como principal vantagem a redução de gastos, pois as despesas com mão-de-obra especializada e com assinaturas de mais de 30 publicações diárias e semanais foram substituídas por um valor fixo de aproximadamente quatro mil reais.

Outra vantagem importante é o fato de o novo *clipping* ser elaborado de madrugada e estar disponível, diariamente, às 8 da manhã, na intranet, inclusive aos sábados e domingos.

Em 2004, a edição e publicação do Destaque, nas versões Extra, Mensagem, Do Dia, Aniversariantes e Mensal, transcorreram normalmente. A novidade ficou com o lançamento, na internet, do informativo semanal Bem-me-quer, em parceria com o PGQVT, para divulgar as principais atividades do Tribunal relacionadas à qualidade de vida.

Em comemoração aos 15 anos do Tribunal, foi produzida edição especial do Destaque, denominada TRF – 1ª Região: 15 anos de história, contendo os principais momentos da Corte, ilustrados por fotografias. A publicação, composta por mais de cem páginas e cerca de trezentas fotografias, mostrou desde a sessão solene de instalação do Tribunal, em 1989, até a inauguração do Centrejufe, em 2004.

Foi publicado, ainda, o Manual de Atividades da Ascom, constituído de fichas com perguntas e respostas objetivas e detalhadas sobre todos os serviços prestados pela Assessoria. O Manual também oferece dicas às Seções de Comunicação das Seccionais para facilitar o desenvolvimento de atividades correlatas.



**INÍCIO**  
**PESQUISA**  
**PASTAS DE ASSUNTOS**  
**BANCA DE JORNAIS**  
**COLUNAS**  
**DESEMBARGADORES FEDERAIS**  
**PDF PARA IMPRESSÃO**

**Notícias selecionadas**  
 (últimos sete dias)

170	135	162	145	96	67	71
Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	HOJE

O sistema empauta leu **8.330** notícias no dia 20 de junho, e selecionou **71** para o clipping do TRF - 1ª. região.

Para consolidar a cultura do bom atendimento aos jornalistas e orientar a conduta das fontes no relacionamento com a mídia, foi publicado o guia prático — *Você e a Imprensa*. O manual reúne um conjunto de dicas práticas provenientes de livros especializados e resultantes da experiência diária dos profissionais da Ascom.



### IV Encontro de Imprensa e Cerimonial

Em parceria com a Asrep, a Ascom realizou o IV Encontro de Imprensa e Cerimonial, evento que reuniu os responsáveis pela área de comunicação nas 14 Seccionais vinculadas e teve por objetivo a troca de experiências e o treinamento e aperfeiçoamento dos participantes.

Durante os dois primeiros dias do evento, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto o estúdio de rádio e TV do Tribunal, o funcionamento do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística e da Rádio e da TV Destaque. Receberam ainda dicas práticas de redação para rádio, televisão e revista e visitaram a redação e os estúdios da TV Justiça, localizados no Supremo Tribunal Federal.

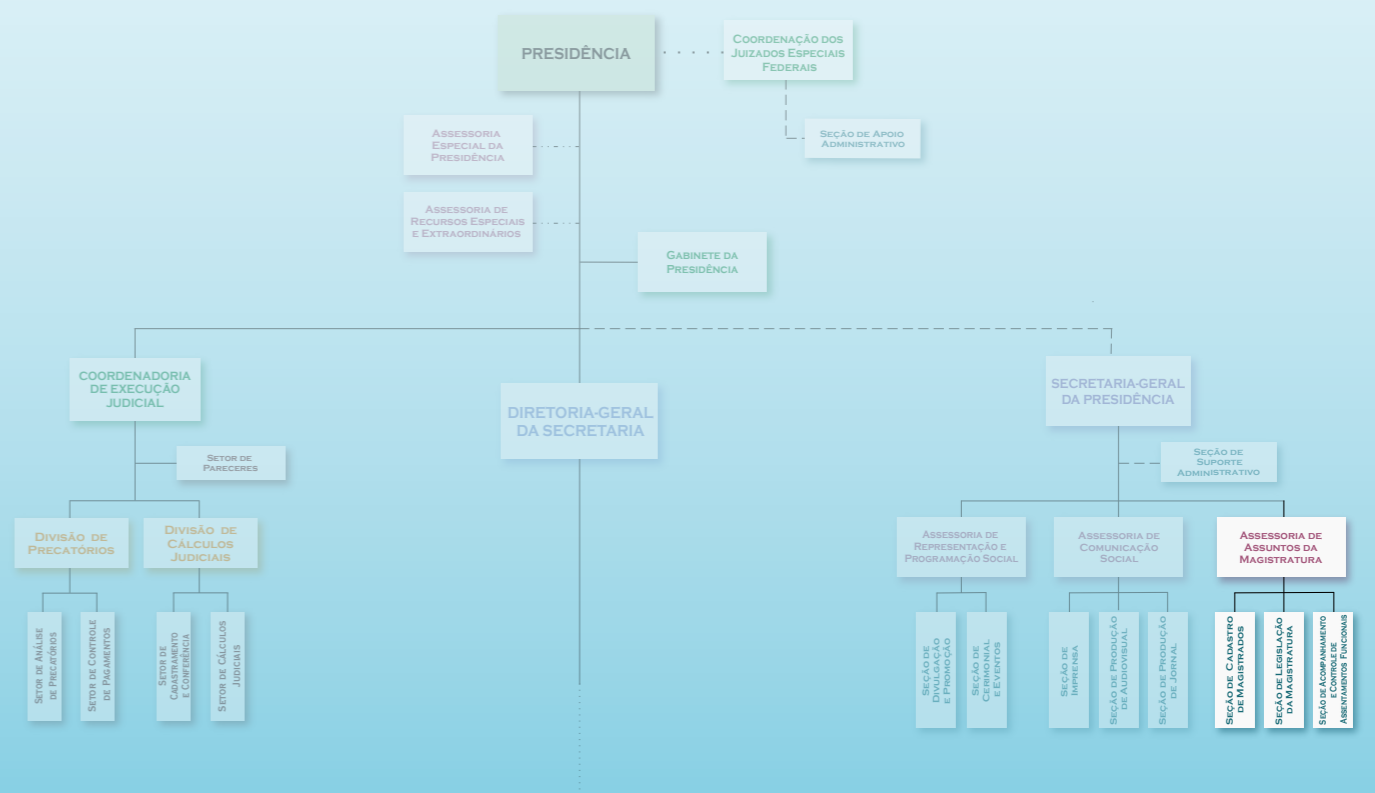


### QUADRO 35 RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

<b>SIDJOR</b> → Ampliação do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística na internet.
<b>Rádio Destaque</b> → Inserção de novos programas na grade para atender ao público externo que acompanha a programação via internet.
<b>TV Destaque</b> → Ganhou nova vinheta e trilha sonora e passou a ser transmitida via web.
<b>Programa Via Legal</b> → Continuou a ser transmitido pela TV Justiça, que ganhou também o programa infantil Chico e Pipoca, resultado de parceria com o Conselho da Justiça Federal e demais TRFs.
<b>Notícias em Destaque</b> → O programa, transmitido pela Rádio Justiça aos sábados e domingos, leva ao país as principais notícias da Primeira Região.
<b>Espera telefônica</b> → Criação de mensagens gravadas com informações sobre a Ouvidoria do TRF – 1ª Região.
<b>Vídeos institucionais</b> → Entre as diversas produções, destaca-se o vídeo de comemoração dos 15 anos de instalação do Tribunal.
<b>Clipping eletrônico</b> → Terceirização e lançamento em novo formato, com as notícias da Primeira Região publicadas nos principais jornais do país e dos 14 Estados jurisdicionados.
<b>Destaque</b> → Produção de edição especial em comemoração aos 15 anos do Tribunal.
<b>Manual de Atividades da Ascom</b> → A publicação é composta de fichas com perguntas e respostas objetivas e detalhadas sobre todos os serviços prestados pela Assessoria.
<b>IV Encontro de Imprensa e Cerimonial</b> → O evento, realizado em parceria com a Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP, reuniu os responsáveis pela área de comunicação nas 14 Seccionais.

# ASMAG

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA



As atividades de legislação, cadastro e assentamento individual de magistrados demandaram atualizações constantes por parte da Assessoria de Assuntos da Magistratura. A instalação das novas varas criadas pela Lei n. 10.772/2003 produziu considerável rotatividade de titulares nas Seções e Subseções Judiciárias, com conseqüente acréscimo nos serviços de assessoramento prestados pela unidade.

**QUADRO 36**  
**POSSE DE MAGISTRADOS**

MAGISTRADO	POSSE/EXERCÍCIO	ÓRGÃO
Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa	17/03/2004	TRF
Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva	17/12/2004	TRF
Juíza Federal Substituta Luciana Laurenti Cheller	11/11/2004	SJ/MT

**QUADRO 37**  
**CARGOS PROVIDOS E CARGOS VAGOS – PRIMEIRA REGIÃO**

SEÇÃO JUDICIÁRIA	JUIZ FEDERAL		JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	
	PROVIDOS	VAGOS	PROVIDOS	VAGOS
AC	4	0	2	2
AP	3	0	1	2
AM	7	0	4	3
BA	23	0	17	6
DF	24	0	19	5
GO	13	0	5	8
MA	8	0	7	1
MG	39	1	32	8
MT	5	1	5	1
PA	9	1	6	4
PI	6	0	3	3
RO	2	2	0	4
RR	3	0	1	2
TO	2	0	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>5</b>	<b>104</b>	<b>49</b>

**QUADRO 38**  
**ELEIÇÃO DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR-GERAL – BIÊNIO 2004-2006**

DESEMBARGADOR FEDERAL	CARGO
Aloísio Palmeira Lima	Presidente
Mário César Ribeiro	Vice-Presidente
Assusete Magalhães	Corregedora-Geral

**QUADRO 39**  
**CONVOCAÇÕES DE JUÍZES FEDERAIS PARA INTEGRAR O TRIBUNAL**

JUIZ FEDERAL	PERÍODO	MOTIVO
Francisco Neves da Cunha	1º/02 a 02/03/2004	Férias do Desembargador Federal Souza Prudente
Ricardo Machado Rabelo	19/04 a 02/06/2004	Férias do Desembargador Federal Plauto Ribeiro
Iran Velasco Nascimento	20/04 a 1º/07/2004	Férias do Desembargador Federal Catão Alves
Daniele Maranhão Costa Calixto	10 a 24/05/2004	Férias do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias
Francisco Neves da Cunha	11/05 a 09/06/2004	Férias do Desembargador Federal Carlos Olavo
Antonio Claudio Macedo da Silva	19/05 a 28/06/2004	Afastamento do Desembargador Federal Fagundes de Deus
Ivani Silva da Luz	03/08 a 16/12/2004	Aposentadoria do Desembargador Plauto Ribeiro
Neuza Maria Alves da Silva	23/08 a 1º/10/2004	Licença-prêmio por Assiduidade do Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva
Iran Velasco Nascimento	02/09 a 1º/10/2004	Férias do Desembargador Federal Catão Alves
Neuza Maria Alves da Silva	15/10 a 13/11/2004	Férias da Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Iran Velasco Nascimento	04/10 a 02/11/2004	Férias do Desembargador Federal Catão Alves
Iran Velasco Nascimento	03/11 a 02/12/2004	Férias do Desembargador Federal Catão Alves
João Carlos Costa Mayer Soares	18/11 a 17/12/2004	Férias da Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Iran Velasco Nascimento	16/02 a 16/03/2004	Aposentadoria do Desembargador Federal Eustáquio Nunes Silveira

**QUADRO 40**  
**CONVOCAÇÕES EVENTUAIS**

JUIZ FEDERAL	PERÍODO	MOTIVO
Geneviève Grossi Orsi	A partir de 1º/11/2004 (por prazo indeterminado)	Auxílio à Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região
Marcus Vinícius Reis Bastos	1º/02 a 29/10/2005	Substituir o Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes nas atividades judicantes da 4ª Turma

**QUADRO 41**  
**PRESIDÊNCIA DAS TURMAS SUPLEMENTARES**

MÊS	DESEMBARGADOR FEDERAL	TURMA
Fevereiro	Antônio Sávio de Oliveira Chaves	1ª
	Luciano Tolentino Amaral	2ª
	Selene de Almeida	3ª
Março	Jirair Aram Meguerian	1ª
	Carlos Olavo	2ª
	Fagundes de Deus	3ª
Abril	Carlos Moreira Alves	1ª
	Hilton Queiroz	2ª
	Maria Isabel Gallotti Rodrigues	3ª
Maio	Tourinho Neto	1ª
	I'talo Fioravanti Sabo Mendes	2ª
	João Batista Moreira	3ª
Junho	Assusete Magalhães	1ª
	Cândido Ribeiro	2ª
	Maria do Carmo Cardoso	3ª
Agosto	José Amilcar Machado	1ª
	Olindo Menezes	2ª
	Carlos Fernando Mathias	3ª
Setembro	Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	1ª
	Souza Prudente	2ª
	Leomar Amorim	3ª
Outubro	Catão Alves	1ª
	Antônio Ezequiel da Silva	2ª
	Daniel Paes Ribeiro	3ª
Novembro	Selene de Almeida	1ª
	Hilton Queiroz	2ª
	João Batista Moreira	3ª
Dezembro	Carlos Moreira Alves	1ª
	Luciano Tolentino Amaral	2ª
	Cândido Ribeiro	3ª

**QUADRO 42**  
**CONVOCAÇÃO PARA TURMAS SUPLEMENTARES**

JUIZ FEDERAL	MOTIVO
Saulo José Casali Bahia	Em substituição ao Juiz Federal Leão Aparecido Alves
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Em substituição ao Juiz Federal Moacir Ferreira Ramos
Mark Yshida Brandão	Em substituição ao Juiz Federal Manoel José Ferreira Nunes
Flávio Dino de Castro e Costa	Em substituição à Juíza Federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas

**QUADRO 43**  
**PERMUTA DE VARAS**

MAGISTRADO	DESTINO
Juiz Federal Boaventura João Andrade	2ª Vara da Subseção Judiciária de Petrópolis/RJ
Juiz Federal Klaus Kushel	4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

**QUADRO 44**  
**REMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**

MAGISTRADO	ORIGEM	DESTINO
Cláudio José Coelho Costa	14ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	10ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Luciana Pinheiro Costa	8ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	30ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Fábio Moreira Ramiro	22ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Elísio Nascimento Batista Júnior	24ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	31ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Neian Milhomem Cruz	1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará	8ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará
Cristiane Miranda Botelho Mengue	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Seção Judiciária do Distrito Federal

MAGISTRADO	ORIGEM	DESTINO
Agliberto Gomes Machado	Seção Judiciária do Estado do Maranhão	Seção Judiciária do Estado do Piauí
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	Seção Judiciária do Estado do Maranhão	Seção Judiciária do Estado do Piauí
João Carlos Cabrelon de Oliveira	Seção Judiciária do Estado de Rondônia	Seção Judiciária do Estado da Bahia
Francisco de Assis Garcês Castro Júnior	Seção Judiciária do Estado do Pará	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
José Valterson de Lima	Seção Judiciária do Estado da Bahia	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Ivanir César Ireno Júnior	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Lincoln Pinheiro Costa	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Marcelo Rebello Pinheiro	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Seção Judiciária do Distrito Federal
Leandro Saon da Conceição Bianco	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Gabriela de Alvarenga Silva Murta	Seção Judiciária do Estado da Bahia	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Roberto Carlos de Oliveira	Seção Judiciária do Estado da Bahia	Seção Judiciária do Estado de Goiás
João César Otoni de Matos	Seção Judiciária do Estado de Goiás	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Marco Antônio Barros Guimarães	Seção Judiciária do Estado da Bahia	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Neian Milhomem Cruz	Seção Judiciária do Estado do Pará	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Warney Paulo Nery Araújo	Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	Seção Judiciária do Estado de Goiás
Mauro Rezende de Azevedo	Seção Judiciária do Estado do Maranhão	Seção Judiciária do Distrito Federal
Daniela Paulovich de Lima	Seção Judiciária do Estado de Rondônia	Seção Judiciária do Estado da Bahia
Arthur Pinheiro Chaves	Seção Judiciária do Estado do Amapá	Seção Judiciária do Estado do Pará

QUADRO 45  
REMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL

MAGISTRADO	ORIGEM	DESTINO
Cândido Moraes Pinto Filho	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia	20ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia
Vera Maria Louzada Veloso	5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas	21ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia
Maízia Seal Carvalho Pamponet	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Rondônia	22ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia
César Cintra Fonseca	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia
Hamilton de Sá Dantas	11ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Flávio Dino de Castro e Costa	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão	23ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Moacir Ferreira Ramos	14ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia	24ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Itagiba Catta Preta Neto	15ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia	11ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Alderico Rocha Santos	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás
Roberto Carvalho Veloso	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí	4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Clemência Maria Almada Lima de Ângelo	Vara Única da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Claudia Maria Resende Neves Guimarães	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará	30ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Adriane Luísa Vieira Trindade	7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará	31ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Rogéria Maria Castro Debelli	4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará	32ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
Márcio Braga Magalhães	1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí
Grigório Carlos dos Santos	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima
Marcelo Dolzany da Costa	16ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão
José Henrique Guaracy Rebelo	18ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia

MAGISTRADO	ORIGEM	DESTINO
Rafael Paulo Soares Pinto	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre	21ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia
Nelson Loureiro dos Santos	Vara Única da Subseção Judiciária de Santarém/PA	7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Denise Dias Dutra Drumond	Vara Única da Subseção Judiciária de Marabá/PA	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Tocantins
Márcio Braga Magalhães	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí
Juliano Taveira Bernardes	1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba/MG	13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás
Lelis Gonçalves Souza	4ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso	1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba
Carlos Augusto Torres Nobre	2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba/MG	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás
Mark Yshida Brandão	1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima	13ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás
Silvio Coimbra Mourthé	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará	30ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Murilo Fernandes de Almeida	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Rondônia	31ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais

**QUADRO 46**  
**ELEIÇÃO DE DESEMBARGADORES FEDERAIS**

DESEMBARGADOR FEDERAL	DATA	CARGO
Jirair Aram Meguerian	02/06/2004	Membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – biênio 2004-2006
Carlos Fernando Mathias		Membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – biênio 2004-2006
Carlos Fernando Mathias	12/08/2004	Diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – ESMAF
Luciano Tolentino Amaral		Vice-Diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – ESMAF
Carlos Fernando Mathias	25/10/2004	Membros do Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria
Jirair Aram Meguerian		

**QUADRO 47**  
**TRANSFERÊNCIAS DE TURMA**

DESEMBARGADOR FEDERAL	DATA	ORIGEM	DESTINO
Tourinho Neto	19/07/2004	7ª Turma, 4ª Seção	3ª Turma, 2ª Seção
Catão Alves	02/08/2004	2ª Turma, 1ª Seção	7ª Turma, 4ª Seção

**QUADRO 48**  
**JUIZES FEDERAIS ELEITOS PARA COMPOR A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA**

JUIZ FEDERAL	SEÇÃO JUDICIÁRIA	MEMBRO
Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros	Seção Judiciária do Distrito Federal	Titular
Sônia Diniz Viana	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Suplente
Marcus Vinícius Reis Bastos	Seção Judiciária do Distrito Federal	Suplente

**QUADRO 49**  
**JUIZES EM AFASTAMENTO PARA CURSAR DOUTORADO**

JUIZ FEDERAL	SJ	CURSO	PRAZO	PERÍODO
Jeferson Schneider	MT	Direito	2 anos	07/01/2003 a 06/01/2005
Marcio Flávio Mafra Leal	BA	Direito	2 anos	27/09/2004 a 26/09/2006

QUADRO 50

JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS DECLARADOS APTOS À VITALICIEDADE

Warney Paulo Nery Araujo	Roberto Carlos de Oliveira
Marcos Alves Tavares	Lincoln Pinheiro Costa
Cristiano Miranda de Santana	Neian Milhomem Cruz
Nazareno César Moreira Rêis	Régis de Souza Araújo
André Dias Fernandes	Ivani César Ireno Júnior
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto	Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz
Regivano Fiorindo	Bruno Augusto Santos Oliveira
Renato Grizotti Junior	Daniela Paulovich de Lima
Jose Baptista de Almeida Filho Neto	Ruy Dias de Souza Filho
João César Otoni de Matos	Jose Valterson de Lima
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	Anna Cristina Rocha Gonçalves Lopes
Clorisvaldo Rodrigues dos Santos	Raquel Soares Chiarelli
Rogério Volpatti Polezze	Gustavo Moreira Mazzilli
Fábio Rogério França Souza	Leandro Saon da Conceição Bianco
Geneviève Grossi Orsi	José Airton de Aguiar Portela
Arthur Pinheiro Chaves	Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza
Rodrigo de Godoy Mendes	Gabriela de Alvarenga Silva Murta
Mauro Rezende de Azevedo	Giovanny Morgan

QUADRO 51

JUÍZES FEDERAIS DECLARADOS APTOS À VITALICIEDADE

Marco Antônio Barros Guimarães
Eduardo Gomes Carqueija
Brunno Christiano Carvalho Cardoso
Fabiano Verli
Marcelo Rebello Pinheiro
Sandra Lopes dos Santos
Alexandre Buck Medrado Sampaio

QUADRO 52

PROMOÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS – CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	LOCAL DE EXERCÍCIO
César Antônio Ramos	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso
Cláudio José Coelho Costa	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí
Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares	5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas
Arali Maciel Duarte	1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará
José Humberto Ferreira	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Rondônia
Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará
Francisco Martins Ferreira	4ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Rondônia
Iran Esmeraldo Leite	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre
Regina Maria de Souza Torres	6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amazonas
Cristiane Miranda Botelho Mengue	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima
Sandro Helano Soares Santiago	Subseção Judiciária de Santarém/PA



QUADRO 53

PROMOÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS – CRITÉRIO DE MERECEMENTO

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	LOCAL DE EXERCÍCIO
Paulo Ernane Moreira Barros	8ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará
Edna Márcia Silva Medeiros Ramos	Subseção Judiciária de Imperatriz/MA
Lana Lígia Galati	7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará
Hélder Girão Barreto	1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima
Márcio Barbosa Maia	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amapá
Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa	4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre
Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior	Subseção Judiciária de Tabatinga/AM
Carlos Roberto Alves dos Santos	5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará
João Bosco Costa Soares da Silva	2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amapá
Francisco Hélio Camelo Ferreira	Subseção Judiciária de Marabá/PA

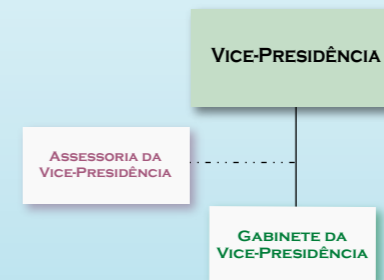
QUADRO 54

JUÍZES FEDERAIS ELEITOS PARA COMPOR OS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

ESTADO	MEMBROS		TÉRMINO DO BIÊNIO
	TITULARES	SUBSTITUTOS	
Acre	David Wilson de Abreu Pardo	Jair Araújo Facundes	12/06/2005
Amapá	Anselmo Gonçalves da Silva	Andre Dias Fernandes	12/06/2005
Amazonas	Maria Lúcia Gomes de Souza	Jaiza Maria Pinto Fraxe	12/06/2005
Bahia	Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann	Evandro Reimão dos Reis	12/06/2005
Distrito Federal	Jirair Aram Meguerian	Carlos Fernando Mathias	12/06/2005
Goiás	Maria Divina Vitória	Urbano Leal Berquó Neto	17/12/2004
Maranhão	José Carlos do Vale Madeira	—	12/06/2005
Mato Grosso	José Pires da Cunha	Cesar Augusto Bearsi	06/08/2005
Minas Gerais	Weliton Militão dos Santos	Francisco de Assis Betti	19/08/2005 18/08/2005
Pará	Hind Ghassan Kayath	Rubens Rollo D'Oliveira	19/08/2005 26/08/2005
Piauí	Carlos Augusto Pires Brandão	Clodomir Sebastião Reis	1º/08/2005
Rondônia	Mark Yshida Brandão	João Carlos Cabrelon de Oliveira	1º/08/2005
Roraima	Giovanny Morgan	Hélder Girão Barreto	1º/08/2005
Tocantins	—	Marcelo Eduardo Rossitto Basseto	14/08/2005
Distrito Federal	Jirair Aram Meguerian	Carlos Fernando Mathias	2006

# VIPRE

VICE-PRESIDÊNCIA



A Vice-Presidência do Tribunal desempenhou, conforme determinações regimentais, suas funções administrativas e judiciais, bem como atividades em substituição ao Presidente do Tribunal em suas ausências regulamentares, com destaque para:

a) prolação de decisões de admissibilidade em recursos extraordinário e especial e em despachos diversos, inclusive em regime de plantão judiciário;

b) apreciação e decisão em processos de habeas corpus e suspensão de segurança;

c) exame de expedientes da Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG, da Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ e da Secretaria Judiciária – SECJU

**QUADRO 55**  
**SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE**

SUBSTITUIÇÃO	PERÍODO / DATA	
Presidência do Tribunal	30/04 a 04/05	29 e 30/09
	06 a 08/05	1º a 05/10
	11/05	08/10
	14 a 18/05	11 a 19/10
	21/05	03/11
	28/05 a 1º/06	09/11
	20 e 21/06	10/11
	25/06 a 07/07	11 a 16/11
	08 a 31/07	22/11
	05 e 06/08	23/11
	27 e 28/09	02 a 08/12
Presidência da Corte Especial	06/05	
	1º/07	
	30/09	
Presidência da Corte Administrativa	06/05	
Presidência do Plenário	1º/07	
Presidência do Conselho de Administração	06/05	
	1º/07	

**QUADRO 56**  
**DISTRIBUIÇÕES REALIZADAS**

Distribuição ordinária	57
Distribuição extraordinária	52
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>

**QUADRO 57**  
**ESTATÍSTICA ANUAL**

ATIVIDADE	QUANT.
Despachos diversos	35
Decisões em plantão	20
Despachos em plantão	10
Suspensões de segurança deferidas	15
Suspensões de segurança indeferidas	54
Decisões diversas em suspensão de segurança	12
Despachos diversos em suspensão de segurança	30
Ofícios – SECJU	3
Despachos – SECJU	74
<b>SUBTOTAL</b>	<b>253</b>
REsp admitido	337
REsp inadmitido	134
RE admitido	124
RE inadmitido	84
<b>SUBTOTAL</b>	<b>679</b>
Despachos no exercício da Presidência	134
Telex	381
Portarias/PRESI	48
Resoluções/PRESI	4
Atos/PRESI	111

ATIVIDADE	QUANT.
Ofícios/PRESI	138
Despachos – COCSE	10
Decisões – COCSE	18
Despachos	79
Decisões	10
Atas	24
<b>SUBTOTAL</b>	<b>957</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.889</b>

QUADRO 58  
ATIVIDADES REALIZADAS COM O APOIO DA ASMAG

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE	
	ATAS	CERTIDÕES
Corte Especial Administrativa	1	25
Conselho de Administração	2	17
Plenário	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>45</b>

QUADRO 59  
PRESIDÊNCIA DE SESSÕES

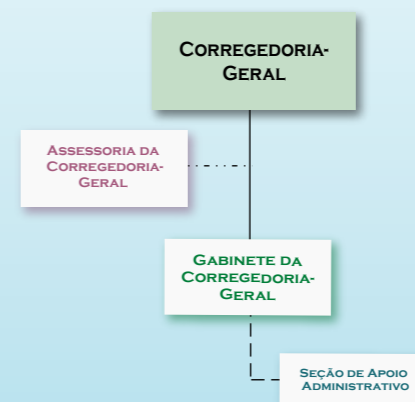
PRIMEIRA SEÇÃO	SEGUNDA SEÇÃO	TERCEIRA SEÇÃO	QUARTA SEÇÃO
04/05	05/05	27/04	28/04
18/05	19/05	11/05	12/05
1º/06	16/06	25/05	26/05
15/06	30/06	22/06	29/09
29/06	22/09	03/08	13/10
21/09	20/10	28/09	24/11
19/10	1º/12	23/11	–

QUADRO 60  
PARTICIPAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE EM EVENTOS

EVENTOS	PERÍODO / DATA
Recebimento da Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro, no Quartel General, por relevantes serviços prestados à instituição.	25/08
Presidência da solenidade de transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Maranhão à Juíza Federal Clemência Maria Almada Lima de Ângelo.	15/05
Solenidade comemorativa dos 15 anos de instalação do Superior Tribunal de Justiça.	19/05
Inauguração do espaço “De Bem com a Vida” – Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho.	08/10
Segunda viagem à Amazônia, realizada por integrantes do Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça, com o recebimento de certificado outorgado pelo Comandante do Exército.	17 a 21/11
Solenidade de recepção ao Presidente da Corte Suprema do Chile, Ministro Marcos Libedinsky, e do Presidente do Tribunal Constitucional daquele país, Juan Colombo Campbell, que foram agraciados com a medalha e diploma de visitantes ilustres deste Tribunal.	29/11
Solenidade “Encantando Sonhos de Natal” – Encontro de Corais Comemorativo do Natal do TRF.	10/12

# COGER

CORREGEDORIA-GERAL



No ano de 2004, com o início de nova gestão no Tribunal, foi empossada na Corregedoria-Geral a Desembargadora Federal Assusete Magalhães, que estabeleceu, entre outras, as seguintes metas para a sua gestão:

- realização de correição geral ordinária em todas as Seções e Subseções Judiciárias que compõem a Primeira Região;
- aprimoramento do sistema informatizado da Corregedoria-Geral, com a implementação do encadeamento das fases processuais, a fim de possibilitar a apuração da estatística de decisões prolatadas;
- aperfeiçoamento do sistema processual, incluindo-se tabela de classes, assuntos e fases, na Justiça Federal de primeiro grau;
- racionalização, agilização e aprimoramento dos serviços de distribuição de justiça e de disciplina forense relativos à Justiça Federal de primeiro grau;
- incremento e agilização das atividades da Corregedoria-Geral;
- implementação efetiva da Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região;
- acompanhamento dos estudos concernentes à ampliação das Corregedorias-Gerais dos Tribunais Regionais Federais.



## Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região

Criada em 2002, a Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região é um serviço voltado para a integração da sociedade com a Justiça Federal.

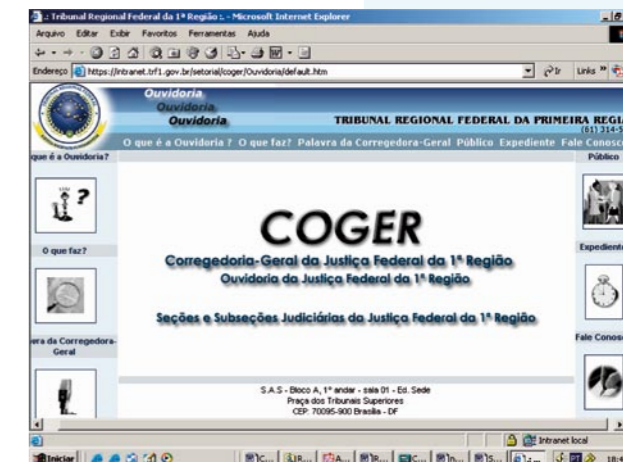
Para possibilitar que as pessoas de menor poder aquisitivo utilizassem os serviços oferecidos, foi realizado, em 2004, trabalho conjunto com a Assessoria de Comunicação Social – Ascom para a divulgação institucional da Ouvidoria, com a criação de atendimento gratuito para prestar informações e encaminhar reclamações, dúvidas e consultas.

Foram realizadas, assim, as seguintes ações:

- confeção de urnas e formulários para recebimento de reclamações, dúvidas, consultas e elogios dos jurisdicionados;
- distribuição de urnas, cartazes e formulários para todas as Seções e Subseções Judiciárias;
- criação de página exclusiva da Ouvidoria, com formulários para preenchimento e envio eletrônico.

Além dessas atividades, a espera telefônica do Tribunal recebeu mensagens gravadas com informações sobre a Ouvidoria, serviço realizado pela Ascom.

A divulgação dos serviços teve grande repercussão e provocou aumento significativo na demanda, com o atendimento de 80 pessoas em audiência, de 740 *e-mails* e de 56 cartas. Foram ainda despachados 61 expedientes relacionados aos serviços da Ouvidoria.



QUADRO 61  
CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS

SEÇÃO/ SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	PERÍODO	VARA	JUIZ AUXILIAR	SITUAÇÃO DO RELATÓRIO
Ilhéus	16 a 17/08	Única	Reynaldo Soares da Fonseca	Aprovado em 09/09
Maranhão (São Luís e Imperatriz)	30/08 a 03/09	Todas: São Luís (7) + 1 Turma Recursal Imperatriz (Única)	Ricardo Machado Rabelo (São Luís) Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (São Luís) Reynaldo Soares da Fonseca (Imperatriz)	Aprovado em 25/10
Goiás	20 a 24 e 27 a 30/09	Todas: (13) + JEFs e 1 Turma Recursal	Jamil Rosa de Jesus Vânilla Cardoso André de Moraes	Adiado de pauta
Distrito Federal	18 a 22 e 25 a 28/10	Todas: (24) + 1 Turma Recursal	Euler de Almeida Silva Júnior Evaldo de Oliveira Fernandes, filho Maria Edna Fagundes Veloso	Adiado de pauta
Minas Gerais (Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba)	22 a 26/11 e 29/11 a 03/12	Todas: BH: (32) + 2 Turmas Recursais Juiz de Fora: (3) Uberlândia (3) + JEF (fase de instalação) Uberaba: (2)	Cândido Moraes Pinto Filho (BH) Mônica Neves Aguiar da Silva (BH) Antônio Oswaldo Scarpa (BH e Juiz de Fora) Rafael Paulo Soares Pinto (BH) Leão Aparecido Alves (Uberlândia e Uberaba)	Ainda não incluído em pauta

Foram realizadas, em 2004, correições gerais ordinárias nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais e do Maranhão. Foi também realizada correição ordinária nas Subseções de Minas Gerais: Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia; da Bahia: Ilhéus e do Maranhão: Imperatriz.

Como resultado, as correições gerais ordinárias acarretaram:

- no Maranhão, a realização de mutirão de audiências e de prolação de sentenças em mais de 5.500 processos do JEF que se encontravam paralisados;
- em Goiás, a realização de mutirão para antecipação, em até mais de um ano, de audiências em aproximadamente 1.500 processos do JEF;
- no Distrito Federal e em Minas Gerais, a determinação de realização de mutirão, no JEF, para prolação de sentenças;
- em Minas Gerais, a verificação de êxito da realização de esforço concentrado para distribuição e autuação de cerca de 130.000 processos do JEF.

QUADRO 62  
PROVIMENTOS E ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

PROVIMENTO/ ORIENTAÇÃO NORMATIVA	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO
Provimento n. 15, de 28/05	A baixa dos processos de execução fiscal, mesmo cancelada, deve constar no registro do andamento processual para controle pelas partes, não sendo mais possível sua exclusão lógica. Eventual equívoco cartorário, quanto ao lançamento do código de baixa, deverá ser corrigido necessariamente com o seguinte lançamento: 124 (baixa: cancelada/restaurada movimentação processual), constante do Anexo VII do Provimento Geral Consolidado.	Em 04/06/2004, DJ 107
Orientação Normativa n. 20, de 28/05	Tendo em vista a necessidade de disciplinar a emissão anual de atestado de pena a cumprir, conforme disposto no art. 2º da Lei n. 10.713, de 13/08/2003, recomenda a Corregedora-Geral aos Exmos. Srs. Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos das Seções Judiciárias integrantes da Primeira Região que o referido atestado seja expedido de forma simplificada, a exemplo das certidões, devendo conter qualificações do sentenciado, identificação do processo, pena aplicada, início da execução e pena a cumprir, até ulterior uniformização da Coger.	Em 02/06/2004, DJ 105
Orientação Normativa n. 21, de 10/12	Orienta os Senhores Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos da Primeira Região que atuam nos Juizados Especiais Federais sobre o arquivamento de sentenças no Sistema Virtual de Catalogação de Sentenças da Primeira Região e dispensa, nesse sistema, a numeração tradicional das sentenças (Orientação Normativa n. 11/2001 – item 2.9), ficando, em substituição, o número seqüencial interno, gerado pelo próprio sistema operacional.	Em 16/12/2004, DJ 241

A emissão de normas regulamentadoras contemplou a expedição de 21 portarias, 1 provimento e 2 orientações normativas.

Foi instituída, também, comissão para exame e elaboração de propostas de tabela de correspondência entre os atuais códigos de assunto, de classes processuais e de movimentação processual da primeira instância e os códigos definidos pelas Resoluções 328, 341 e 342 do Conselho da Justiça Federal, editadas em 2003.

## Processos Arquivados

QUADRO 63  
PROCESSOS ARQUIVADOS

CLASSE	TOTAL DA CLASSE
Correição parcial	41
Correição extraordinária	2
Representação	10
Expediente administrativo	69
Inspeção ordinária	210
Processo avulso	202
Sindicância	8
Correição geral ordinária	16
Consulta	33
Inquérito	3
Procedimento administrativo	1
<b>TOTAL</b>	<b>595</b>

Dos 3.224 documentos recebidos na Corregedoria-Geral, 1.932 foram autuados. Os processos que se encontravam em tramitação foram devidamente despachados e decididos e 595 foram arquivados.

QUADRO 64  
ARRECADAÇÃO DA PRIMEIRA REGIÃO  
JANEIRO A DEZEMBRO (R\$)

SJ	TOTAL
AC	9.534.021,17
AM	45.795.721,11
AP	3.349.428,09
BA	117.845.224,80
DF	1.089.820.512,20
GO	78.301.101,01
MA	35.553.892,93
MG	456.534.122,95
MT	26.723.624,37
PA	36.315.482,36
PI	13.848.650,02
RO	28.418.483,12
RR	3.966.697,04
TO	13.253.427,26
<b>TOTAL</b>	<b>1.959.260.388,43</b>

QUADRO 65  
DECISÕES DA CORREGEDORA EM AUTOS DE PROCESSOS DIVERSOS

	QUANT. DE PROCESSOS CADASTRADOS A PARTIR DE 19/04**	QUANT. DE PROCESSOS CADASTRADOS NA CORREGEDORIA**	NÚMERO DE PROCESSOS CONTADOS	NÚMERO DE DECISÕES	NÚMERO DE DESPACHOS
Consulta*	39	144	2	6	32
Correição Extraordinária	–	8	–	–	–
Correição Geral Ordinária	5	63	5	0	16
Correição Parcial	26	349	26	8	27
Expediente Administrativo*	80	702	4	13	69
Inquérito	4	5	4	0	5
Inspeção Ordinária Anual*	167	1.540	8	26	135
Justificação de Conduta	–	2	–	–	–
Processo Administrativo Disciplinar	–	4	–	–	–
Procedimento Administrativo	1	1	1	5	2
Processo Avulso*	172	954	9	27	155
Promoção	–	–	–	–	–
Recurso em Procedimento Administrativo Disciplinar	4	5	4	0	0
Recurso em Sindicância	1	3	1	–	–
Representação	11	135	11	4	12
Sindicância	2	28	2	0	10
Vitalicamento de juízes	2	–	2	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>475</b>	<b>3.799</b>	<b>77</b>	<b>89</b>	<b>463</b>

\* Número de decisões e despachos estimados

\*\* Números fornecidos pela Secretaria de Informática



## Atividades Judicantes

O ano de 2004 apresentou aumento em todos os indicativos de desempenho da primeira instância. Apesar de o total de processos distribuídos ter sofrido acréscimo de 32%, o número de julgados cresceu 58%. Esse incremento foi mais significativo nos Juizados Especiais Federais, onde os percentuais foram de 93% para processos distribuídos e de 122% para julgados.

Merece destaque o aumento do número de processos em tramitação nos JEFs, que, em apenas dois anos de funcionamento, chegou a mais de 600.000. A COGER e a COJEF estão acompanhando o crescimento quantitativo acima explicitado e, se necessário, irão propor, no momento oportuno, medidas para a eficácia da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais Federais.

**QUADRO 66**  
**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO**  
**NA PRIMEIRA INSTÂNCIA**

SEÇÕES JUDICIÁRIAS		QUANTIDADE DE PROCESSOS		
		DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	Varas	2.014	1.490	8.329
	Juizados	10.050	6.215	13.326
	Turma Recursal	1.777	944	367
AM	Varas	9.388	3.046	46.522
	Juizados	12.810	9.980	20.485
	Turma Recursal	4.641	2.457	3.934
AP	Varas	2.684	496	11.523
	Juizados	2.844	3.729	5.806
BA	Varas	32.346	19.093	128.622
	Juizados	74.356	16.288	109.214
	Turma Recursal	795	770	361
DF	Varas	41.507	24.663	154.356
	Juizados	30.440	30.921	48.368
	Turma Recursal	4.929	4.200	2.207

SEÇÕES JUDICIÁRIAS		QUANTIDADE DE PROCESSOS		
		DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
GO	Varas	23.049	9.360	91.439
	Juizados	27.399	21.253	35.453
	Turma Recursal	5.414	5.455	1.696
MA	Varas	11.387	4.520	61.061
	Juizados	25.429	16.022	34.302
	Turma Recursal	1.593	877	910
MG	Varas	79.595	53.814	305.574
	Juizados	210.392	85.223	254.200
	Turma Recursal	8.345	4.037	6.433
MT	Varas	11.746	6.420	42.902
	Juizados	7.386	4.766	12.985
	Turma Recursal	1.071	1.024	591
PA	Varas	14.499	6.881	80.506
	Juizados	21.076	11.115	38.727
	Turma Recursal	1.090	649	926
PI	Varas	7.291	3.644	35.447
	Juizados	10.833	5.322	17.548
	Turma Recursal	1.838	1.237	1.107
RO	Varas	5.658	3.524	17.907
	Juizados	7.979	9.102	14.211
	Turma Recursal	4.425	1.517	135
RR	Varas	2.218	1.139	8.402
	Juizados	6.113	5.998	8.560
TO	Varas	3.109	1.117	7.154
	Juizados	3.939	2.746	5.589
	Turma Recursal	1.207	1.157	245
Totais	Varas	246.491	139.207	999.744
	Juizados	451.046	228.680	618.774
	Turma Recursal	37.125	24.324	18.912

**QUADRO 68**  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	10.050	6.215	13.326
AM	12.810	9.980	20.485
AP	2.844	3.729	5.806
BA	74.356	16.288	109.214
DF	30.440	30.921	48.368
GO	27.399	21.253	35.453
MA	25.429	16.022	34.302
MG	210.392	85.223	254.200
MT	7.386	4.766	12.985
PA	21.076	11.115	38.727
PI	10.833	5.322	17.548
RO	7.979	9.102	14.211
RR	6.113	5.998	8.560
TO	3.939	2.746	5.589

**QUADRO 67**  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NAS VARAS FEDERAIS

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	2.014	1.490	8.329
AM	9.388	3.046	46.522
AP	2.684	496	11.523
BA	32.346	19.093	128.622
DF	41.507	24.663	154.356
GO	23.049	9.360	91.439
MA	11.387	4.520	61.061
MG	79.595	53.814	305.574
MT	11.746	6.420	42.902
PA	14.499	6.881	80.506
PI	7.291	3.644	35.447
RO	5.658	3.524	17.907
RR	2.218	1.139	8.402
TO	3.109	1.117	7.154

**QUADRO 69**  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NAS TURMAS RECURSAIS

	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	1.777	944	367
AM	4.641	2.457	3.934
BA	795	770	361
DF	4.929	4.200	2.207
GO	5.414	5.455	1.696
MA	1.593	877	910
MG	8.345	4.037	6.433
MT	1.071	1.024	591
PA	1.090	649	926
PI	1.838	1.237	1.107
RO	4.425	1.517	135
TO	1.207	1.157	245

**GRÁFICO 1**  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NAS VARAS FEDERAIS

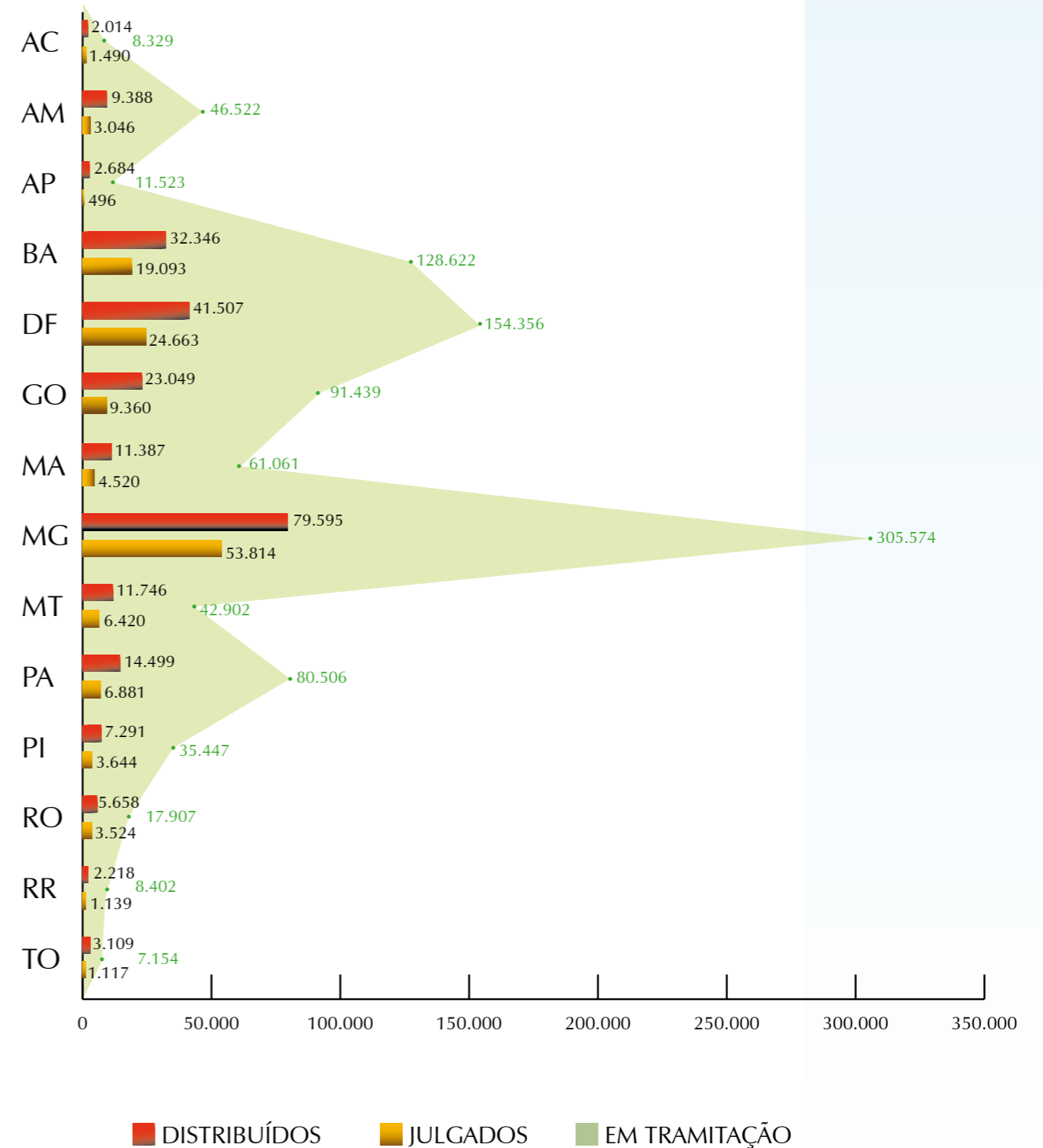
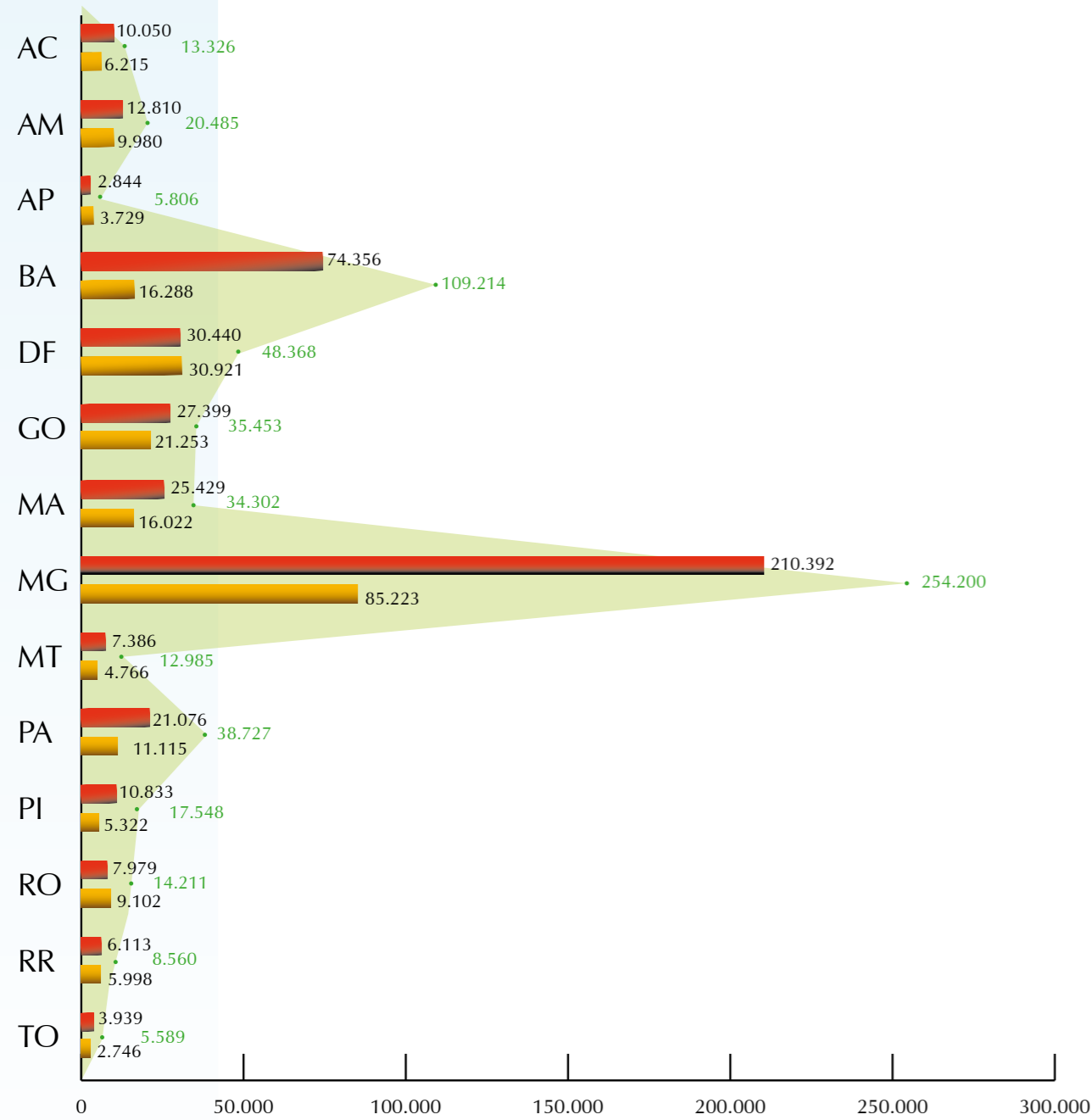


GRÁFICO 2

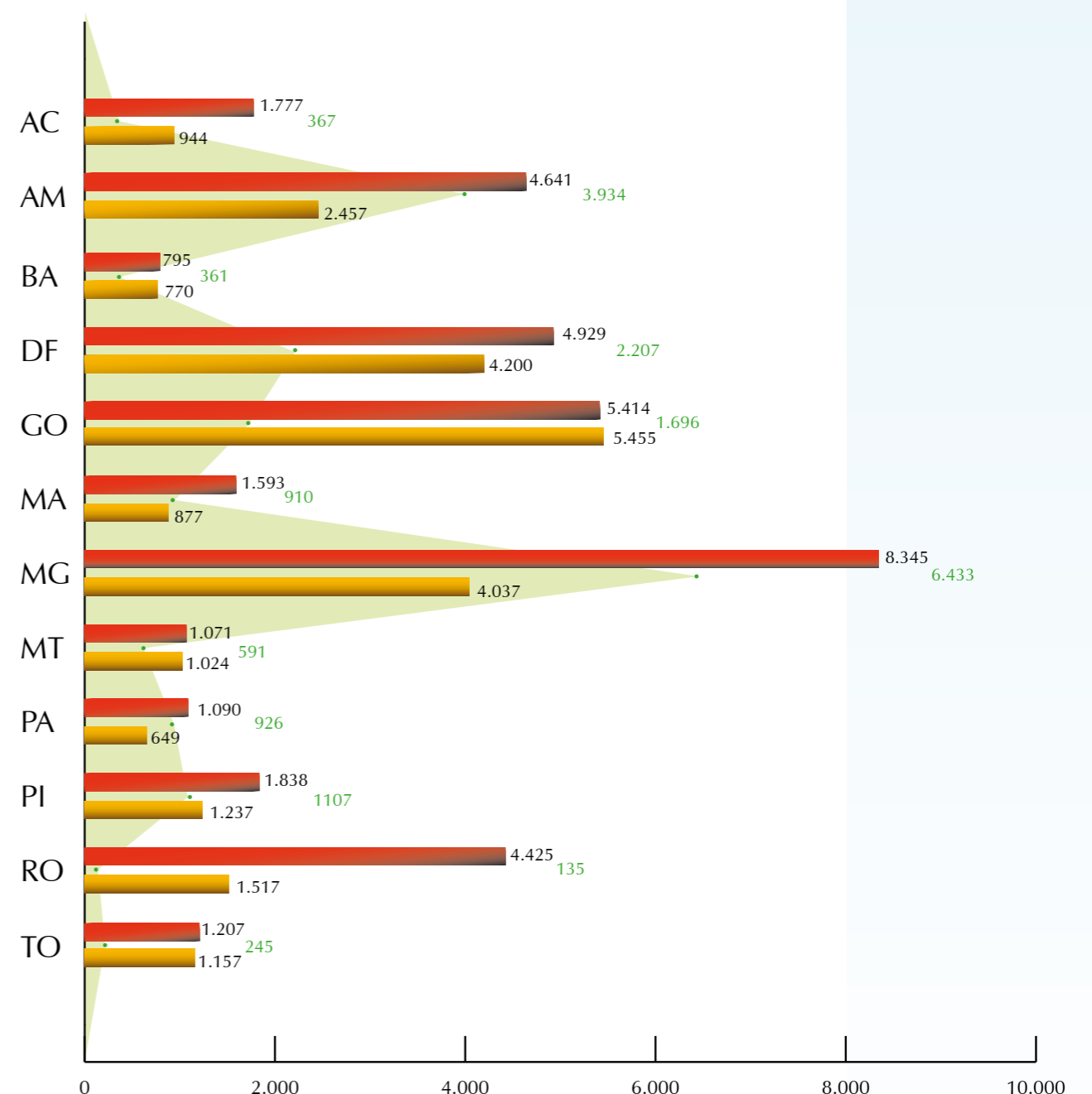
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS



■ DISTRIBUÍDOS ■ JULGADOS ■ EM TRAMITAÇÃO

GRÁFICO 3

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NAS TURMAS RECURSAIS

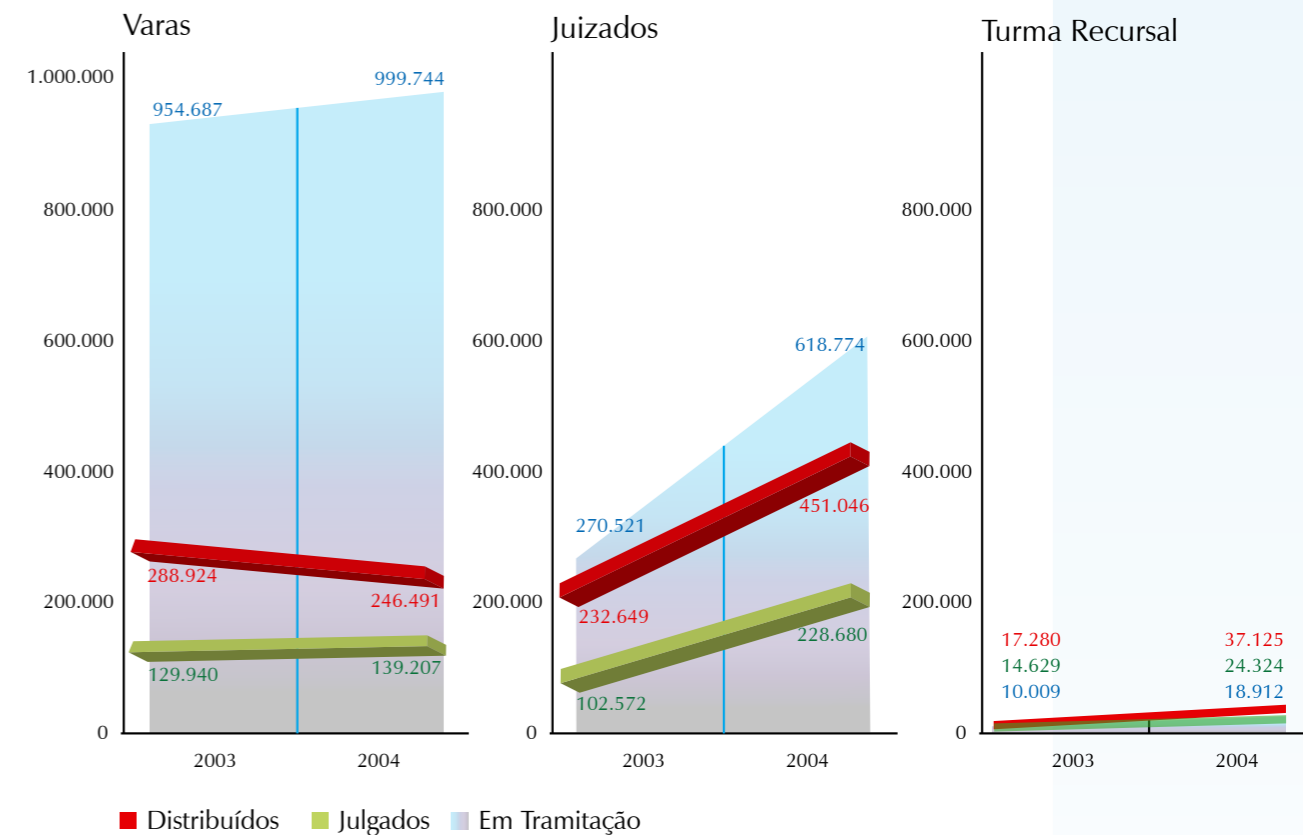


■ DISTRIBUÍDOS ■ JULGADOS ■ EM TRAMITAÇÃO

**QUADRO 70**  
**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS**  
**E EM TRAMITAÇÃO NAS SECCIONAIS**

	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		EM TRAMITAÇÃO	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Varas	288.924	246.491	129.940	139.207	954.687	999.744
Juizados	232.649	451.046	102.572	228.680	270.521	618.774
Turma Recursal	17.280	37.125	14.629	24.324	10.009	18.912
<b>TOTAL</b>	<b>538.853</b>	<b>734.662</b>	<b>247.141</b>	<b>392.211</b>	<b>1.235.217</b>	<b>1.637.430</b>

**GRÁFICO 4**  
**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO NAS SECCIONAIS**



# ESMAF

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO





As atividades de preparação e aperfeiçoamento de magistrados federais ganharam dimensão maior com a inauguração do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe, onde deve ser instalada a nova sede da Esmaf.



O Centrejufe torna possível a realização de parcerias com universidades e entidades de classe para implementar, no local, cursos de preparação para concursos de juízes e de graduação e pós-graduação em Administração Judiciária, possibilidades que já estão em estudo.

QUADRO 71  
EVENTOS REALIZADOS PELA ESMAF

EVENTO	PERÍODO	CIDADE	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Reunião técnica sobre os crimes de lavagem de dinheiro em face da Resolução n. 600/21 do TRF – 1ª Região	28 a 30/04	Brasília/DF	22
Seminário As Agências Reguladoras	27 a 30/05	Salvador/BA	81
Encontro dos juízes da Justiça Federal que atuam no Tribunal Eleitoral	18 e 19/06	Brasília/DF	50
I Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções	23 a 26/06	Brasília/DF	35



O ano de 2004 foi de mudanças na Esmaf, com a posse do Desembargador-Federal Carlos Fernando Mathias no cargo de Diretor e do Desembargador-Federal Luciano Tolentino Amaral no cargo de Vice-Diretor, ambos para o biênio 2004/2006.

QUADRO 72  
EVENTOS REALIZADOS NO CENTREJUF  
EM PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES

EVENO	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Reunião de Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul	Ministério da Justiça	22 a 24/11	100 pessoas
Apresentação e Workshop "A Tutela Judicial no Sistema Multinível"	Conselho da Justiça Federal	21 a 23/09	Juízes e servidores das cinco regiões
XIII Conferência – Construindo o Sistema de Avaliação Institucional da Educação no Distrito Federal	Conselho de Educação do Distrito Federal	10 a 12/11	Juízes federais, subsecretários da Secretaria de Educação, diretores, gestores e professores
"Workshop para magistrados sobre concorrência"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	02 e 03/12	50 pessoas
"I Encontro de Juízes de Turmas Recursais dos Juizados da Primeira Região"	AJUFER	25 e 26/11	Juízes Federais das Turmas Recursais
"Projeto Soldado-Cidadão"	Conselho de Justiça Federal, AJUFE e EXÉRCITO brasileiro	Novembro e Dezembro	6.000 recrutas

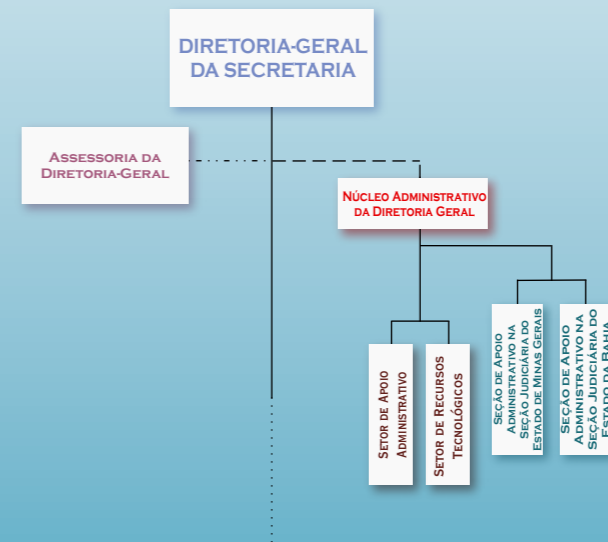


O Centro de Estudos Judiciários – CEJ do Conselho da Justiça Federal – CJF em parceria com a Esmaf e com a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral – TSE promoveu encontro para juízes federais que atuam nos Tribunais Regionais Eleitorais. O evento teve como objetivo reforçar os conhecimentos dos magistrados sobre o direito eleitoral.



# DIGES

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA



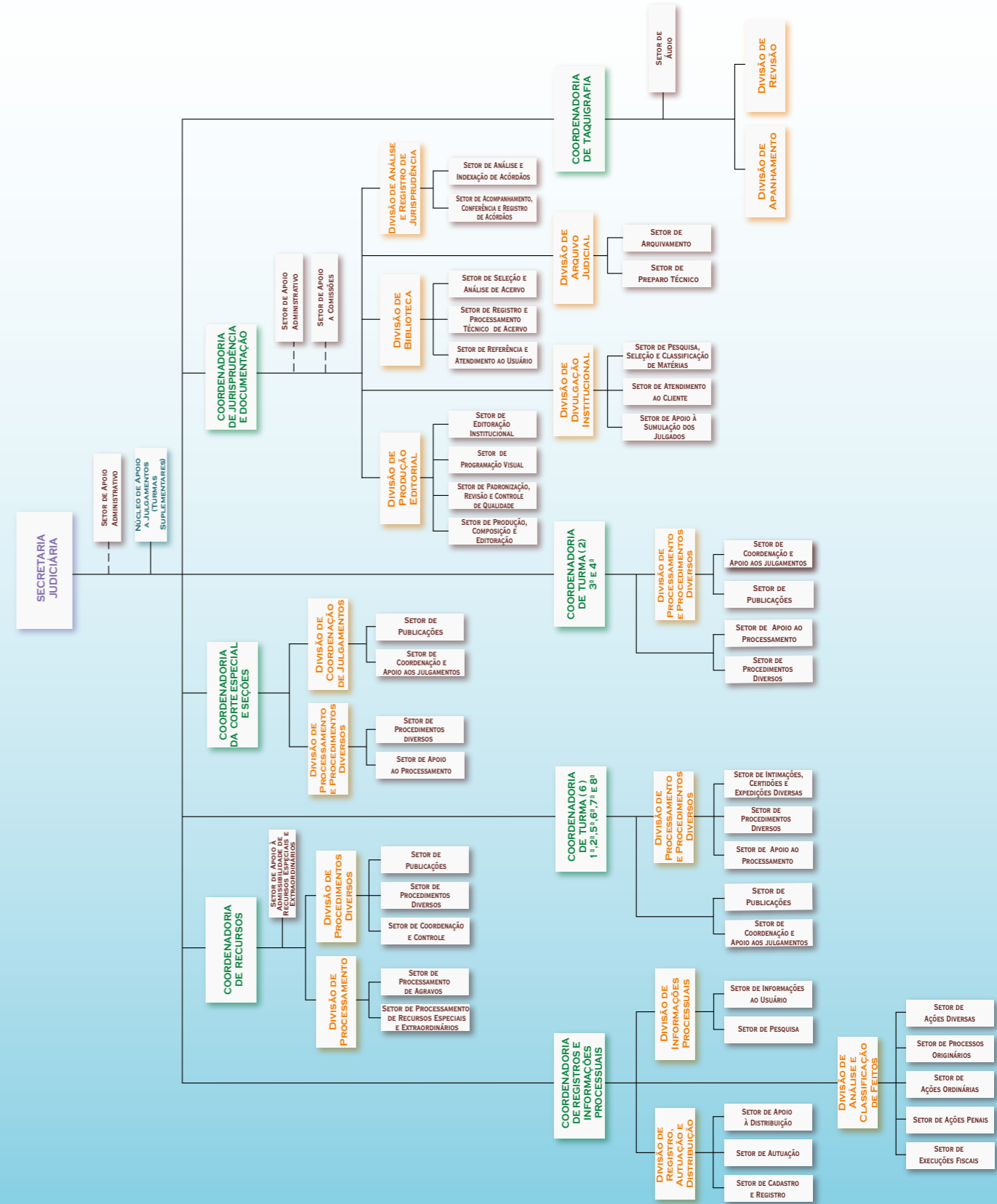


**QUADRO 73**  
**RESUMO DAS ATIVIDADES**

<p>Instalação de 18 varas federais – a Diges atuou nos diversos segmentos do Tribunal e das Seções Judiciárias para a instalação de 18 varas criadas pela Lei 10.772/2003 para 2003 e 2004. Receberam varas todas as capitais da Primeira Região, com exceção da Seção Judiciária do Estado do Tocantins. Também Tabatinga/AM recebeu uma vara.</p>
<p>Preparação para instalação de 41 varas em 2005 – a Diges atuou em diversos segmentos do Tribunal e das Seções Judiciárias para a instalação de 41 varas criadas pela Lei 10.772/2003 em 2005. Dessas, 5 destinam-se às capitais e 43 ao interior dos Estados jurisdicionados à Primeira Região. As medidas iniciais relativas a edificações, equipamentos e instalações foram adotadas mediante contato com as prefeituras dos municípios que receberão as novas varas, com as áreas técnicas do Tribunal e com as Seções Judiciárias.</p>
<p>Convênio com a Petrobras Distribuidora para os Juizados – em conjunto com a Coordenação dos Juizados Especiais Federais, foram realizadas as negociações e o encaminhamento de parceria entre o Tribunal e a Petrobras para o convênio destinado ao Projeto Juizados Especiais Federais — A Justiça Vencendo Distâncias, no valor de 300 mil reais.</p>
<p>Planejamento e gestão de obras do Tribunal e das Seccionais – várias obras foram concluídas em 2004, sob a coordenação gerencial da Diges, com destaque para o Centrejufe, para o Edifício Anexo I e para a Base Operacional de Serviços Administrativos.</p>
<p>Gestão operacional dos Juizados Especiais Federais Itinerantes – a execução da programação dos JEFs Itinerantes foi coordenada pelas Seccionais, com o apoio direto da Diges para encaminhamento no Tribunal, necessário para a liberação de recursos para pagamentos de diárias, liberação das carretas e outras providências.</p>
<p>Encontro de diretores de foro e coordenadores de Subseções Judiciárias – em junho, foi realizado, em caráter inédito, encontro com dirigentes das Seções e Subseções Judiciárias, inclusive os Diretores das Secretarias Administrativas. O objetivo do evento foi compartilhar dificuldades e soluções comuns às unidades judiciárias da Primeira Região. Os participantes receberam informações práticas sobre gestão administrativa e puderam esclarecer dúvidas com a Corregedora-Geral, o Diretor da Esmaf e os representantes das áreas técnicas do Tribunal.</p>

# SECJU

SECRETARIA JUDICIÁRIA



## Execução Fiscal Virtual

A adoção de procedimentos e técnicas que tornem a tramitação processual mais ágil é obrigação do Poder Público, que tem por objetivo, entre outros, atender à necessidade do jurisdicionado. A tecnologia torna possível criar imagens gráficas realistas e transmiti-las para que possam ser rapidamente apresentadas com qualidade próxima a de uma fotografia, podendo ser utilizadas por outras pessoas ou equipes envolvidas em um projeto.

Esse é o espelho da execução fiscal virtual: criar rotinas e procedimentos eletrônicos que eliminem o uso do papel, permitindo a tramitação e julgamento de processos em velocidade nunca imaginada.



Pioneiro no desenvolvimento e implantação da execução fiscal virtual, o Tribunal passou a compor, em 2004, a Comissão para a Padronização da Plataforma Tecnológica da Justiça Federal, criada pelo Conselho da Justiça Federal – CJF com o objetivo de discutir a eliminação do uso do papel no processo de execução fiscal.

A Comissão, integrada por técnicos de Tecnologia da Informação do CJF e dos cinco TRFs, reuniu-se com representantes da Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria Federal, procuradores federais que atuam no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e representantes da Advocacia-Geral da União. Foram examinados os projetos de Execução Fiscal Virtual da Primeira e da Terceira Região.

## Consulta a data de julgamentos

As pautas de julgamento são publicadas antes da realização da sessão de julgamento, o que permite ao jurisdicionado verificar a data em que processos de seu interesse serão apreciados pelos órgãos julgadores do Tribunal.

Contudo, diversos processos são apreciados em sessões de julgamento sem que haja divulgação prévia — são os chamados processos apresentados em mesa. Para possibilitar a consulta da data de julgamento de processos desse tipo foi criado, na página do Tribunal e colocado à disposição dos jurisdicionados da Oitava Turma, atalho por meio do qual são divulgados os processos que serão levados em mesa, ou seja, aqueles que independem de inclusão em pauta.

Segundo o Regimento Interno do Tribunal e legislação específica, os processos que se enquadram nessa condição são os seguintes: embargos de declaração, agravo regimental, processos adiados de pautas anteriores e processos com pedido de vista. A relação de tais processos será divulgada antes da sessão da semana seguinte, com vistas a facilitar e agilizar a consulta processual pelos advogados e pelas partes.

## Turma Especial de Férias

Em 2004, mais uma vez o Tribunal se manteve em funcionamento durante as férias forenses dos magistrados. Nesse período, foram processados e julgados feitos que não poderiam deixar de ser apreciados, sob pena de perda do direito das partes envolvidas.



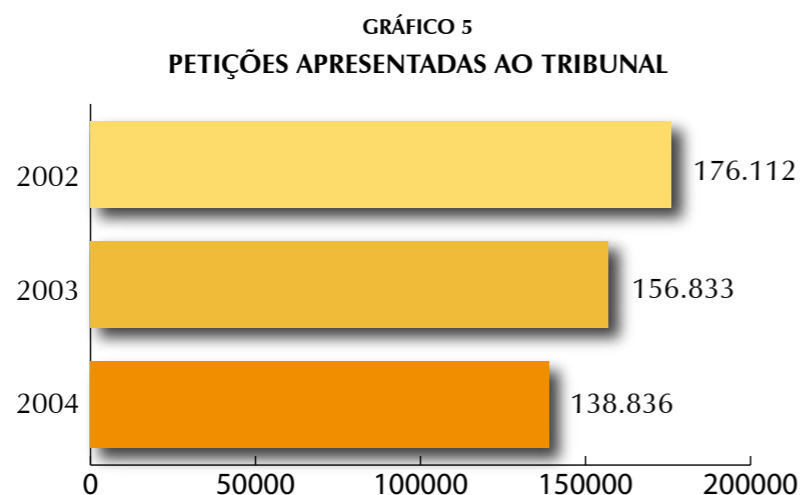
**QUADRO 74**  
**COMPOSIÇÃO DA TURMA ESPECIAL DE FÉRIAS**

TURMA ESPECIAL DE FÉRIAS	COMPOSIÇÃO
Janeiro	Presidente – Desembargador Federal Olindo Menezes
	Desembargador Federal Carlos Moreira Alves
	Desembargadora Federal Selene de Almeida
	Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Julho	Presidente – Desembargadora Federal Assuete Magalhães
	Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
	Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
	Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

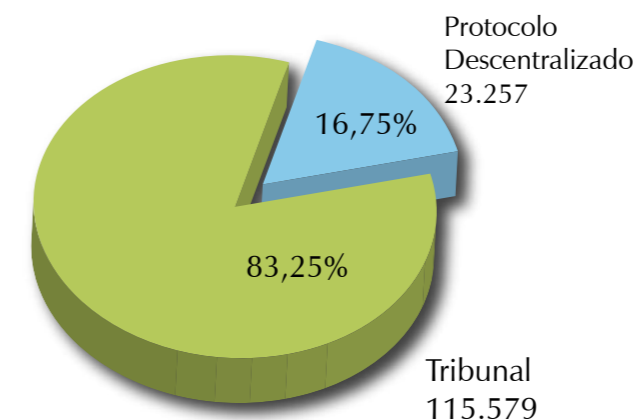
### Atividades Judicantes

As petições e os processos do Tribunal podem ser protocolizados na própria sede ou em qualquer uma das Seções ou Subseções Judiciárias Jurisdicionadas, por intermédio do protocolo descentralizado. Outro meio de apresentá-las é pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico, via internet.

Em 2004, o Tribunal recebeu 138.836 petições, sendo 30.983 pelo Protocolo Descentralizado; 107.222 na própria sede e 631 por meio eletrônico.



**GRÁFICO 6**  
**PROTOCOLO DE PETIÇÕES**



**QUADRO 75**  
**PETIÇÕES INICIAIS E DIVERSAS PROTOCOLIZADAS**

DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
Processos originários recebidos (TRF – 1ª Região)	10.077
Processos originários recebidos (Protocolo Descentralizado)	13.180
<b>TOTAL</b>	<b>23.257</b>
Petições protocolizadas no TRF – 1ª Região	97.776
Petições recebidas por meio eletrônico, no Tribunal	631
Petições recebidas pelo protocolo descentralizado	17.803
<b>TOTAL</b>	<b>116.210</b>
Processos recebidos da Primeira Instância	49.738

**QUADRO 76**  
**PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS**

RECURSO	AC	AM	AP	BA	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	TOTAL
Agravo regimental	2	7	-	50	23	4	152	12	20	4	11	-	3	288
Agravo de instrumento	-	11	-	8	15	-	190	-	-	-	-	-	1	225
Embargos infringentes	-	-	-	5	2	-	21	1	-	-	-	-	-	29
Embargos de divergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Embargos de declaração	4	9	-	141	81	37	945	40	31	6	26	-	3	1.323
Recurso extraordinário	2	2	-	67	35	3	490	8	12	3	10	-	2	634
Recurso especial	5	8	-	115	116	50	864	34	42	5	13	-	5	1.257
Recurso ordinário	-	1	-	1	8	2	7	2	7	-	-	-	-	28
Petições diversas	184	222	30	1.929	1.487	347	6.816	626	536	199	180	15	128	12.699
<b>TOTAL</b>	<b>197</b>	<b>260</b>	<b>30</b>	<b>2.316</b>	<b>1.767</b>	<b>443</b>	<b>9.485</b>	<b>723</b>	<b>648</b>	<b>217</b>	<b>240</b>	<b>15</b>	<b>142</b>	<b>16.483</b>

**QUADRO 77**  
**PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS**

RECURSO	ILHÉUS	IMPERATRIZ	JUIZ DE FORA	MARABÁ	SANTARÉM	UBERABA	UBERLÂNDIA	TOTAL
Agravo regimental	1	1	4	-	-	-	4	10
Agravo de instrumento	-	-	14	-	-	-	-	14
Embargos infringentes	-	-	-	-	-	1	-	1
Embargos de divergência	-	-	-	-	-	-	-	-
Embargos de declaração	9	-	44	-	-	14	5	72
Recurso extraordinário	-	-	30	-	-	4	5	39
Recurso especial	6	-	67	1	1	9	7	91
Recurso ordinário	1	-	-	-	-	-	-	1
Petições diversas	80	48	397	17	6	268	276	1.092
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>49</b>	<b>556</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>296</b>	<b>297</b>	<b>1.320</b>

**QUADRO 78**  
**PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NO TRIBUNAL**

RECURSO	QUANT.
Agravo regimental	1.831
Agravo de instrumento	3.171
Embargos infringentes	324
Embargos de divergência	9
Embargos de declaração	5.804
Recurso extraordinário	2.577
Recurso especial	7.068
Recurso ordinário	101
Petições diversas	76.891
<b>TOTAL</b>	<b>97.776</b>

QUADRO 79

**PETIÇÕES INICIAIS E DIVERSAS RECEBIDAS  
POR MEIO ELETRÔNICO NO TRIBUNAL**

Petições iniciais	21
Petições diversas	610
<b>TOTAL</b>	<b>631</b>

QUADRO 80

**PROTOCOLO DESCENTRALIZADO  
PETIÇÕES INICIAIS**

SEÇÃO JUDICIÁRIA	QUANT.
Acre	117
Amapá	38
Amazonas	318
Bahia	1.930
Goiás	1.566
Maranhão	434
Mato Grosso	547
Minas Gerais	6.524
Pará	793
Piauí	421
Rondônia	270
Roraima	149
Tocantins	73
<b>TOTAL</b>	<b>13.180</b>

QUADRO 81

**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR GRUPO NO TRIBUNAL**

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANT.
20	Ação penal	28
35	Agravo de instrumento	19.473
86	Apelação cível	40.592
94	Apelação criminal	1.067
108	Apelação em mandado de segurança	7.352
132	Carta testemunhável	3
133	Carta precatória	68
134	Carta precatória	27
135	Carta precatória	19
160	Ação de improbidade administrativa	210
205	Exceção de suspeição	51
213	<i>Habeas corpus</i>	921
231	Medida cautelar	26
248	Medida cautelar	206
265	Recurso de <i>habeas data</i>	25
272	Recurso criminal	318
280	Recurso de <i>habeas corpus</i>	12
329	Agravo de petição trabalhista	1
336	Remessa <i>ex officio</i>	1.628
337	Remessa <i>ex officio</i> em mandado de segurança	1.545
338	Remessa <i>ex officio</i> em <i>habeas data</i>	2
346	Representação	2
396	Remessa <i>ex officio</i> em reclamação trabalhista	1
400	Recurso de <i>habeas corpus</i> ( <i>ex officio</i> )	16
418	Recurso criminal ( <i>ex officio</i> )	1
434	Petição	6
450	Incidente de falsidade	1
469	Exceção de impedimento	7
470	Exceção de incompetência	1

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS		
CÓDIGO	GRUPO	QUANT.
477	Restauração de autos	1
558	Agravo em execução penal	4
566	Medida cautelar originária	1
639	Reclamação	1
663	Petição	28
701	Embargos de divergência em RO	1
702	Embargos de divergência	1
710	Embargos infringentes em AR	2
728	Embargos infringentes em AC	110
730	Embargos infringentes e de nulidade em ACR	1
744	Conflito de competência	443
752	Mandado de segurança	284
760	Revisão criminal	10
779	Ação rescisória	592
787	Embargos infringentes em REO	1
796	<i>Habeas data</i>	1
817	Queixa-crime	15
824	Inquérito	586
825	Inquérito	23
833	Mandado de segurança	157
841	<i>Habeas corpus</i>	1
850	Conflito de competência	49
906	Exceção de impedimento	1
923	Incidente de inconstitucionalidade na CE	6
930	Petição	12
957	Exceção da verdade	1
973	Representação	6
981	<i>Habeas data</i>	1
992	Impugnação ao valor da causa	10
<b>TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>		<b>75.958</b>

QUADRO 82  
PROCESSOS REGISTRADOS

CÓDIGO	GRUPO	QUANT.
38	Agravo de instrumento originário	1
43	Agravo de instrumento em RE	1.069
44	Agravo de instrumento em REsp	3.020
124	Avocatória	11
130	Carta de ordem	5
136	Carta precatória	11
370	Suspensão de segurança	241
380	Medida cautelar	19
507	Petição	3
752	Mandado de segurança	1
<b>PROCESSOS REGISTRADOS (DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE)</b>		<b>4.381</b>
<b>TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REGISTRADOS</b>		<b>80.339</b>

Somando-se os processos distribuídos aos registrados, constata-se que a quantidade de feitos para apreciação atingiu o total de 80.339 processos, o que representou acréscimo de 12% em relação ao ano de 2003.

QUADRO 83  
PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS

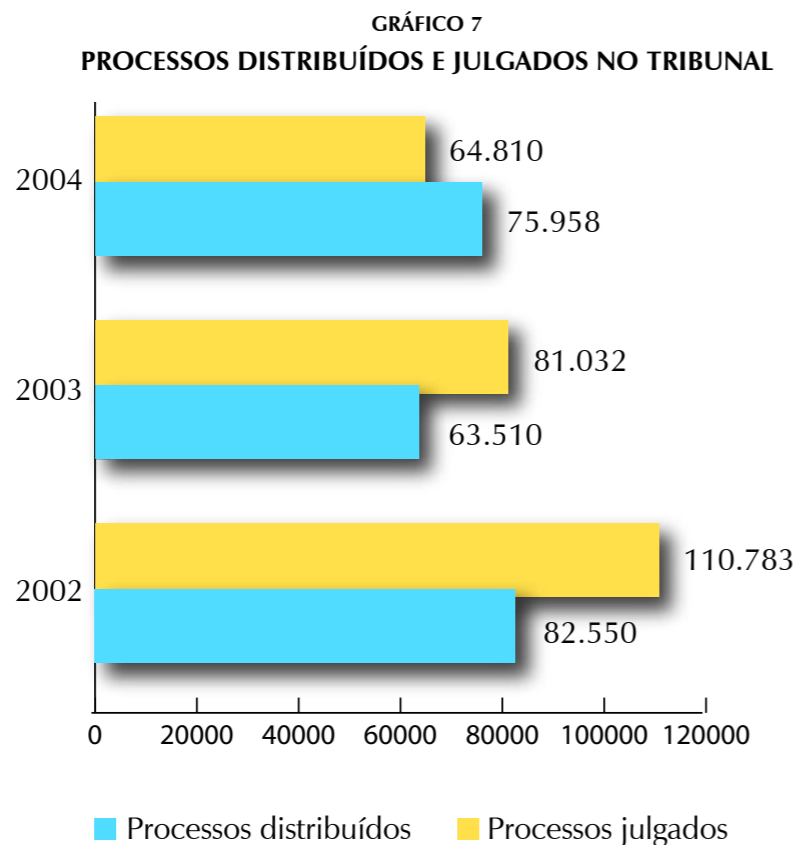
MAGISTRADOS	QUANT.
Desembargador Federal Plauto Ribeiro	41
Desembargador Federal Tourinho Neto	1.188
Desembargador Federal Catão Alves	16.936
Desembargador Federal Eustáquio Silveira	1
Desembargador Federal Assusete Magalhães	17
Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian	71
Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias	7.253
Desembargador Federal Olindo Menezes	78
Desembargador Federal Mário César Ribeiro	92
Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral	315
Desembargador Federal Cândido Ribeiro	71
Desembargador Federal Hilton Queiroz	95
Desembargador Federal Carlos Moreira Alves	53
Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	75
Desembargador Federal Carlos Olavo	69
Desembargador Federal José Amilcar Machado	76
Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva	227
Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro	207
Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	55
Desembargador Federal João Batista Moreira	213
Desembargador Federal Souza Prudente	242
Desembargadora Federal Selene de Almeida	276
Desembargador Federal Fagundes de Deus	238
Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves	50
Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues	261
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso	542
Desembargador Federal Leomar Amorim	7.477
Desembargadora Federal Neusa Maria Alves da Silva	3
Juiz Federal Iran Velasco Nascimento (convocado)	38
Juíza Federal Ivani Silva da Luz (convocada)	19
<b>TOTAL DE PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS</b>	<b>36.279</b>

QUADRO 84  
SESSÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
Corte Especial	22	–	22
Primeira Seção	16	–	16
Segunda Seção	15	–	15
Terceira Seção	20	1	21
Quarta Seção	20	–	20
Primeira Turma	53	3	56
Segunda Turma	57	1	58
Terceira Turma	56	9	65
Quarta Turma	56	2	58
Quinta Turma	48	1	49
Sexta Turma	55	1	56
Sétima Turma	53	2	55
Oitava Turma	54	2	56
<b>TOTAL</b>	<b>525</b>	<b>22</b>	<b>547</b>



O Governo Federal tem promovido negociação do reajuste do FGTS, o que amenizou o ingresso de ações na Primeira Instância e, conseqüentemente, em grau de recurso, no Tribunal. Apesar disso, o número de processos distribuídos em 2004 aumentou 16% em relação ao ano de 2003. Porém, se comparados esses resultados aos percentuais de 2002, houve redução significativa.



Processos julgados inclui Corte Especial, Seções, Turmas, Turmas Suplementares e despachos terminativos publicados.

O número de julgados também recebeu reflexo dessa situação, com queda de 26% no cômputo geral. Por outro lado, o número de processos criminais julgados passou de 1.102, em 2003, para 2.020, em 2004, o que representou melhoria de 83%, resultado atribuído à criação das Turmas Criminais.

**QUADRO 85**  
**PROCESSOS JULGADOS NO TRIBUNAL**

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Corte Especial	257
Primeira Seção	295
Segunda Seção	236
Terceira Seção	585
Quarta Seção	371
Primeira Turma	11.068
Segunda Turma	4.200
Terceira Turma	1.489
Quarta Turma	1.852
Quinta Turma	4.244
Sexta Turma	5.515
Sétima Turma	4.842
Oitava Turma	5.084
<b>TOTAL</b>	<b>40.038</b>

**QUADRO 86**  
**DESPACHOS TERMINATIVOS PUBLICADOS**

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Corte Especial	562
Primeira Seção	108
Segunda Seção	235
Terceira Seção	400
Quarta Seção	76
Primeira Turma	675
Segunda Turma	758
Terceira Turma	334
Quarta Turma	161
Quinta Turma	3.014
Sexta Turma	5.032
Sétima Turma	3.605
Oitava Turma	2.068
<b>TOTAL</b>	<b>17.028</b>

QUADRO 87  
ACÓRDÃOS PUBLICADOS

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Corte Especial	289
Primeira Seção	306
Segunda Seção	179
Terceira Seção	623
Quarta Seção	363
Primeira Turma	10.224
Segunda Turma	4.051
Terceira Turma	1.498
Quarta Turma	1.949
Quinta Turma	3.989
Sexta Turma	7.161
Sétima Turma	5.088
Oitava Turma	4.248
<b>TOTAL</b>	<b>39.968</b>

QUADRO 88  
OUTRAS ESTATÍSTICAS

ÓRGÃO JULGADOR	PAUTAS PUBLICADAS	ATAS PUBLICADAS	PROCESSOS BAIXADOS AO JUÍZO DE ORIGEM	PROCESSOS REMETIDOS À COREC
Corte Especial	21	21	5.239	111
Primeira Seção	17	15	145	132
Segunda Seção	16	15	127	36
Terceira Seção	20	20	622	711
Quarta Seção	29	19	36	92
Primeira Turma	58	57	8.833	1.367
Segunda Turma	58	48	4.560	535
Terceira Turma	57	49	1.095	295
Quarta Turma	58	48	3.584	297
Quinta Turma	57	49	7.056	1.240
Sexta Turma	56	50	11.649	1.679
Sétima Turma	59	48	5.120	1.276
Oitava Turma	67	43	3.685	1.020

QUADRO 89  
SESSÕES REALIZADAS – TURMAS SUPLEMENTARES

TURMA SUPLEMENTAR	ORDINÁRIA	EXTRAORDINÁRIA
Primeira Turma	37	0
Segunda Turma	35	0
Terceira Turma	39	0
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>0</b>

QUADRO 90  
DESPACHOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES

TURMA SUPLEMENTAR	TERMINATIVO	INTERLOCUTÓRIO
Primeira Turma	17	115
Segunda Turma	30	55
Terceira Turma	188	262
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>	<b>432</b>



## Turmas Suplementares

Criadas em 2001, as Turmas Suplementares tinham por finalidade o julgamento dos processos do período de 1989 a 1999, que já estivessem aguardando julgamento. Posteriormente, esse prazo foi estendido até 2000.

Em 2003, a competência foi atualizada, passando cada Turma a ter as seguintes atribuições:

- a) Primeira Turma Suplementar — atuação em feitos da competência da Primeira Seção;
- b) Segunda Turma Suplementar — atuação em feitos da competência da Primeira Seção;
- c) Terceira Turma Suplementar — atuação em feitos da competência da Terceira e da Quarta Seção e dos remanescentes da Segunda Seção.

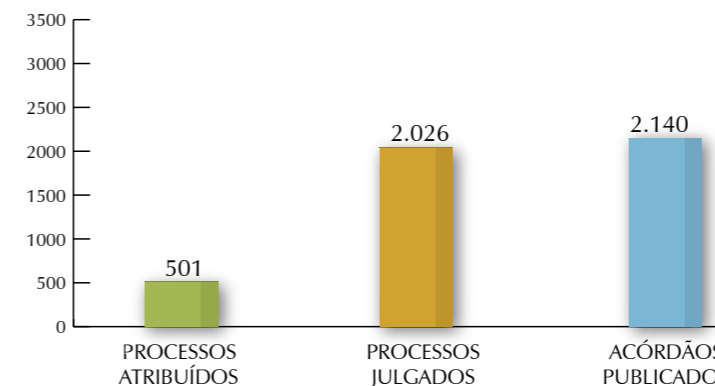
Essa mudança de competências permitiu melhor desempenho das atividades judicantes e, ao mesmo tempo, consolidou a vocação inicial das turmas para trabalhar em regime de esforço concentrado.

A maior vantagem alcançada foi o direcionamento das atividades das turmas para o julgamento dos processos previdenciários, o que demonstra a preocupação do Tribunal em realizar uma justiça cada vez mais social.

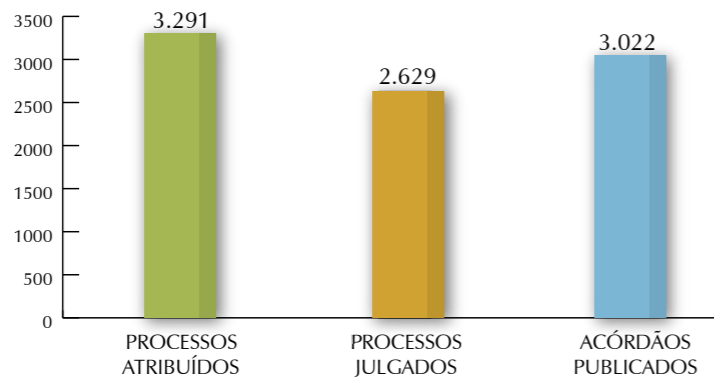


As Turmas Suplementares completaram três anos de criação com resultados que merecem ser celebrados. Dos mais de 40.000 processos recebidos desde sua implantação até o aniversário foram julgados e publicados aproximadamente 35.000. Esse desempenho deveu-se ao comprometimento de toda a equipe, composta por magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários.

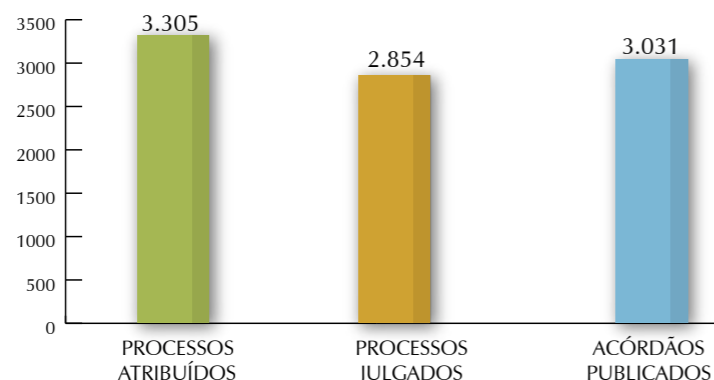
GRÁFICO 8  
DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES – PRIMEIRA TURMA



**GRÁFICO 9**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES – SEGUNDA TURMA**



**GRÁFICO 10**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES – TERCEIRA TURMA**



Da observação dos dados relativos ao desempenho das Turmas Suplementares pode-se perceber que a evolução de processos atribuídos, julgados e de acórdãos publicados seguiu evolução semelhante.

A evolução descendente do número de processos julgados justifica-se pela prevalência de matéria previdenciária, que exige estudo caso a caso.

**QUADRO 91**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES**

TURMA SUPLEMENTAR	ATRIBUÍDOS			JULGADOS			ACÓRDÃOS PUBLICADOS		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Primeira Turma	5.856	1.989	501	2.639	2.389	2.026	2.728	2.378	2.140
Segunda Turma	5.504	1.683	3.291	2.604	2.893	2.629	3.881	2.623	3.022
Terceira Turma	4.224	2.736	3.305	5.485	2.928	2.854	6.391	4.516	3.031
<b>TOTAL</b>	<b>15.584</b>	<b>6.408</b>	<b>7.097</b>	<b>10.728</b>	<b>8.210</b>	<b>7.509</b>	<b>13.000</b>	<b>9.517</b>	<b>8.193</b>

Ao analisar o desempenho das Turmas Suplementares de 2001, ano da criação, até 2004, percebe-se que foi sábia a decisão de implementá-las, pois do acervo distribuído — 44.229 processos — foram julgados 35.384, valor que representa 80% do total de processos a elas atribuídos.

Por outro lado, a eficácia nos julgamentos — medida pelo número de acórdãos publicados — chega a 97%, ou seja, 34.448 acórdãos publicados. Restam para julgamento o total de 8.845 processos.

**QUADRO 92**  
**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Primeira Turma	1.422
Segunda Turma	2.557
Terceira Turma	1.490
Quarta Turma	2.186
Quinta Turma	2.064
Sexta Turma	4.588
Sétima Turma	2.736
Oitava Turma	3.277
Primeira Seção	493
Segunda Seção	438
Terceira Seção	836
Quarta Seção	904

ÓRGÃO JULGADOR	QUANT.
Primeira Turma Suplementar	1.405
Segunda Turma Suplementar	1.130
Terceira Turma Suplementar	1.930
Corte Especial Judiciária	932
Corte Especial Administrativa	1.080
Plenário	684
Conselho de Administração	501
Conselho Deliberativo do Pro-Social	215
Turma Especial de Férias	126
Comissão de Promoção de Juízes Federais Substitutos	120
Solenidades	31
<b>TOTAL</b>	<b>31.145</b>

QUADRO 93  
ESTATÍSTICA DE ACÓRDÃOS

MÊS	PUBLICADOS	EXPURGADOS	INCLUÍDOS	ANALISADOS
JAN	882	189	693	325
FEV	3.303	1.959	1.344	547
MAR	5.208	3.333	1.875	623
ABR	3.897	2.538	1.359	672
MAIO	5.534	3.572	1.962	701
JUN	5.280	3.496	1.784	664
JUL	2.279	1.440	839	317
AGO	4.057	2.791	1.266	1.027
SET	4.034	2.510	1.524	1.987
OUT	4.640	3.111	1.529	1.902
NOV	4.545	3.039	1.506	1.969
DEZ	2.576	1.671	905	1.524
<b>TOTAL</b>	<b>46.235</b>	<b>29.649</b>	<b>16.586</b>	<b>12.258</b>

## Divulgação Institucional



Em cumprimento à IN-14-18 – Gestão de Documentos Administrativos e Jurídicos e, ainda, aos procedimentos de classificação de documentos administrativos conforme o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, foi realizado o primeiro descarte de documentos armazenados no arquivo central judicial do Tribunal.

Foram descartados documentos que tinham guarda exclusivamente corrente, cuja destinação final era a eliminação, com data de emissão de 1989 a 1998. O descarte de três metros cúbicos de papel – aproximadamente 300 kg – possibilitou a otimização do espaço interno do arquivo.

QUADRO 94  
ACÓRDÃOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PERÍODO	ACÓRDÃOS INCLUÍDOS
JAN	77
FEV	40
MAR	57
ABR	151
MAIO	59
JUN	166
JUL	100
AGO	87
SET	122
OUT	97
NOV	47
DEZ	25
<b>TOTAL</b>	<b>1.028</b>

**QUADRO 95**  
**CORREÇÃO DE PENDÊNCIAS DE INTEIRO TEOR**

ÓRGÃO JULGADOR	NÚMERO DE PENDÊNCIAS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Corte Especial	0	0	2	5	1	0	1	2	3	4	1	6	25
Primeira Seção	0	1	0	0	5	0	2	10	5	2	0	0	25
Segunda Seção	0	1	2	0	4	1	0	1	0	3	0	0	12
Terceira Seção	3	0	1	2	1	3	0	4	10	3	0	3	30
Quarta Seção	1	0	1	3	2	0	3	4	0	1	0	2	17
Quinta Turma	5	9	9	6	26	7	13	11	14	7	5	9	121
Segunda Turma	0	27	25	21	5	4	7	6	10	2	0	5	112
Terceira Turma	0	0	0	5	7	0	0	4	1	1	0	7	25
Quarta Turma	0	7	2	2	0	0	0	9	5	2	0	3	30
Quinta Turma	0	15	35	14	151	114	8	57	19	103	0	26	542
Sexta Turma	0	15	22	52	48	7	0	23	13	18	0	2	200
Sétima Turma	0	13	10	20	8	4	6	20	44	23	2	6	156
Oitava Turma	0	7	11	4	3	4	0	21	5	8	2	3	68
Primeira Turma Suplementar	0	1	0	0	0	3	1	0	0	0	0	1	6
Segunda Turma Suplementar	0	1	0	1	0	3	1	1	4	0	0	1	12
Terceira Turma Suplementar	1	0	2	1	7	8	3	5	47	0	0	0	74
<b>TOTAL</b>	10	97	122	136	268	158	45	178	180	177	10	74	<b>1.455</b>

**QUADRO 96**  
**ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO**

ATIVIDADE	TOTAL
Usuários de cópias pagas	825
Número de cópias pagas	18.613
Usuários de cópias não pagas	586
Número de cópias não pagas	114.874
(1) Malote (correios) Usuários de cópias pagas	43
Número de cópias (1)	2.306
(2) Malote (correios) Usuários de cópias não pagas	18
Número de cópias (2)	832

**QUADRO 97**  
**VALORES ARRECADADOS COM REPROGRAFIA**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL (R\$)
446,40	552,60	678,30	633,30	500,40	351,00	261,60	527,10	493,80	628,20	800,70	277,20	6.150,60

**QUADRO 98**  
**EMPRÉSTIMO DE PROCESSOS**

PROCEDIMENTO	QUANT.
Solicitados	345
Devolvidos	275
<b>SUBTOTAL (MOVIMENTAÇÃO)</b>	<b>620</b>
A devolver	70

**QUADRO 99**  
**ESTATÍSTICA DE PROCESSOS ARQUIVADOS**

PROCEDIMENTO	QUANT.
Desarquivados	482
Rearquivados	365
<b>SUBTOTAL (MOVIMENTAÇÃO)</b>	<b>847</b>
A remeter ao arquivo	117
Arquivados	24.110



Em 2004, foram iniciados os trabalhos de desenvolvimento de um novo sistema de controle do acervo da Biblioteca em conjunto com a Secretaria de Informática. O sistema está em fase de planejamento, inclusive no que se refere à definição da linguagem que será utilizada.

Por outro lado, com o objetivo de melhor preservar o acervo e de evitar eventuais perdas, foi adquirido e instalado sistema de segurança, com colocação de etiquetas magnéticas nos livros, periódicos e outros documentos, bem como instalação dos pedestais sinalizadores dessas etiquetas na entrada.

A adoção desse novo sistema exige que seja atualizada a IN-14-13 – Serviços de Biblioteca, o que tornou necessária a elaboração e encaminhamento de minuta à área de Desenvolvimento Organizacional para a revisão da norma.

**QUADRO 100**  
**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BIBLIOTECA**

Reuniões técnicas semanais com os analistas da Secretaria de Informática para a construção do novo sistema em MARC, a partir do projeto básico desenvolvido pela Dibib.
Visita ao STJ para conhecer a alimentação de dados do Sistema ALEPH de Biblioteca.
Programação de curso do formato MARC para as bibliotecárias e analistas de sistema do TRF – 1ª Região.
Participação no Curso de MARC ministrado pela Profª. Leda Melgaço.
Reunião com o Diretor-Geral sobre tombamento dos livros da Biblioteca.
Reunião com os diretores da SECAD, SECOI, DIMAP e servidores da SECIN para decisão sobre tombamento dos livros da Biblioteca.
Realização do inventário no acervo bibliográfico.
Participação no Encontro de Bibliotecárias dos TRFs e CJF.
Participação na apresentação do Consórcio Jurídico BDJur, promovido pelo STJ.

**QUADRO 101**  
**COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO – CAJ**

Participação em 3 reuniões da CAJ.
Expedição de memorandos e ofícios para gabinetes e unidades administrativas para aquisição de livros.
Tabulação das respostas dos memorandos.
Pesquisa de livros nas editoras via internet.
Elaboração de 17 listas de aquisição.
Aquisição de 501 livros: 434 para os gabinetes e 67 para as unidades administrativas.
Expedição de 26 memorandos com o encaminhamento dos livros para o setor de almoxarifado.
Conferência de 61 notas fiscais.
Valor gasto (controle da Dibib): R\$ 41.986,32.
Valor empenhado: R\$ 60.000,00.

QUADRO 102  
ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA BIBLIOTECA

SERVIÇO	QUANT.
Consultas ao acervo de monografias	14.366
Consultas	5.480
Pesquisas	6.276
Circulação (empréstimo/devolução) de obras	9.750
Empréstimos interbibliotecários solicitados	117
Empréstimos interbibliotecários fornecidos	102
Envio de normas por e-mail	75
Cópias do <i>Alerta Dibib</i>	46
Envio de normas pela impressora	1.937

QUADRO 103  
REGISTRO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DE ACERVO

ATIVIDADE	QUANT./ VALOR
Elaboração de listas de aquisição	17
Livros incorporados ao acervo da Biblioteca – comprados	1.062
Livros incorporados ao acervo da Biblioteca – doados	289
Valor gasto	R\$ 51.963,34
Valor empenhado	R\$ 54.000,00
Processamento técnico de livros	1.478
Elaboração do expositor eletrônico “Novidades Jurídicas”	17
Conferência de notas fiscais enviadas pela livraria	118

QUADRO 104  
ATIVIDADES COM PERIÓDICOS

ATIVIDADE	QUANT.
Registro de novos volumes no Kardex	1.634
Indexação de artigos de periódicos	79
Inclusão de artigos de periódicos no sistema	79
Alteração de artigos de periódicos no sistema	14
Acompanhamento dos processos de compra de periódicos da Biblioteca	43
Pedido de assinatura de títulos para 2005	36
Periódicos no acervo da Biblioteca impressos	23.843
Periódicos no acervo da Biblioteca em meio eletrônico	315

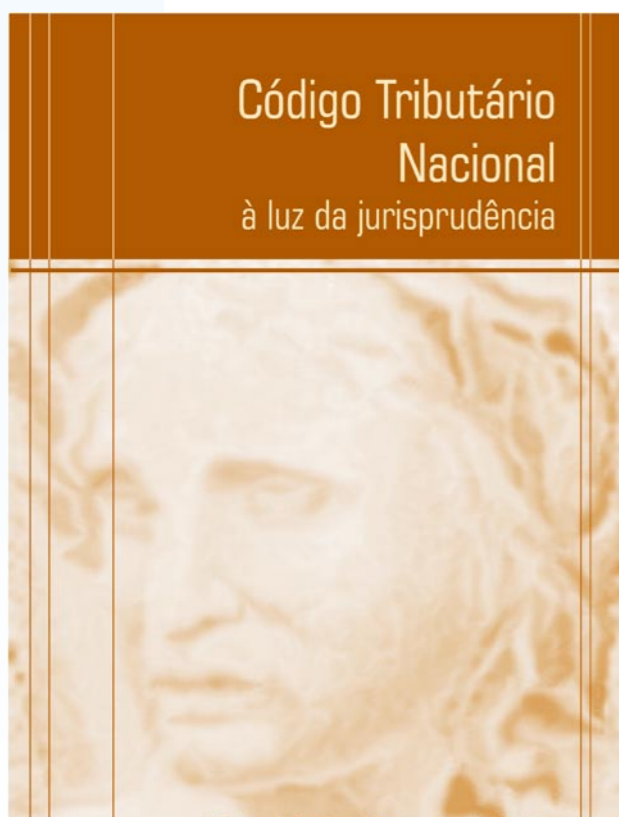
QUADRO 105  
PLANO DE TRABALHO PARA 2005 – BIBLIOTECA

Continuação do desenvolvimento, com a equipe de informática, do sistema automatizado de bibliotecas para o TRF – 1ª Região.
Aquisição de estantes deslizantes para obtenção de espaço para o acervo da Biblioteca.
Início de projeto de desenvolvimento da biblioteca digital do TRF – 1ª Região, a começar pelos Diários Oficiais e da Justiça e periódicos.



QUADRO 106  
ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

ATIVIDADE	QUANT.
Publicação de edições eletrônicas do <i>Boletim Informativo de Jurisprudência</i>	41
Publicação de edições eletrônicas do <i>Ementário de Jurisprudência</i>	39
Confecção de exemplares da <i>Revista do TRF – 1ª Região</i>	12
Envio de acórdãos para publicação nos repositórios oficiais de jurisprudência	449
Pesquisa de jurisprudência realizada durante todo o horário de funcionamento do Tribunal, mediante atendimento personalizado, por telefone, fax ou e-mail	1.854
Fornecimento de inteiros tores de julgados de outros tribunais solicitados pelo público interno	439



Com o objetivo de apresentar as tendências do mundo jurídico nas decisões tributárias, o Tribunal lançou o livro Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência. A publicação traz a lei 5.172/66 com inserção de ementas selecionadas do STF, STJ e dos TRFs, organizadas por artigos.

A Revista do Tribunal adotou novo leiaute padrão, do qual consta a marca de identidade visual da Primeira Região em posição de destaque.

A nova apresentação, sem perder de vista a imagem formal e corporativa do Tribunal, reforçou a sua posição de órgão à frente de seu tempo, com *design* leve e sofisticado, compatível com os melhores trabalhos do mundo editorial.



Outra novidade da Revista do Tribunal foi o lançamento de CD-Rom contendo as edições de 2002 e 2003. Com estrutura totalmente interativa, traz pesquisa de assuntos intuitiva, com velocidade e eficácia na localização de dados e informação.

QUADRO 107  
APOIO ÀS COMISSÕES DE CONCURSO

<b>X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA PRIMEIRA REGIÃO</b>
Eleição dos membros efetivos: Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian (presidente), Carlos Fernando Mathias e Olindo Menezes. Foram indicados também como membros efetivos o Dr. Roberto Ferreira Rosas, representando a OAB, e o Professor Ronaldo Rebello de Brito Poletti, representando a UnB.
Inscrições: 2.216 candidatos, batendo o recorde do concurso anterior.
Convocação dos 51 candidatos aprovados (após recurso das provas escritas) para realizar a inscrição definitiva.
<b>VIII CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS</b>
Abertura das inscrições.
Prorrogação do prazo de entrega dos trabalhos.
<b>PROGRAMAS DE SUPORTE AOS CONCURSOS</b>
Aprimoramento dos programas, em parceria com a Secretaria de Informática. Por meio desses programas, especialmente o do concurso de Juiz Federal Substituto, o candidato recebe diversas informações sobre o andamento do certame, e as Seções e Subseções Judiciárias acessam, em tempo real, relatórios, resultados de provas, listas de presença, etc.

Produções Editoriais



Relatório de Atividades de 2003

Nesta publicação anual, a Divisão de Produção Editorial – DIEDI, realizou a editoração, a concepção do projeto gráfico-visual e a revisão.

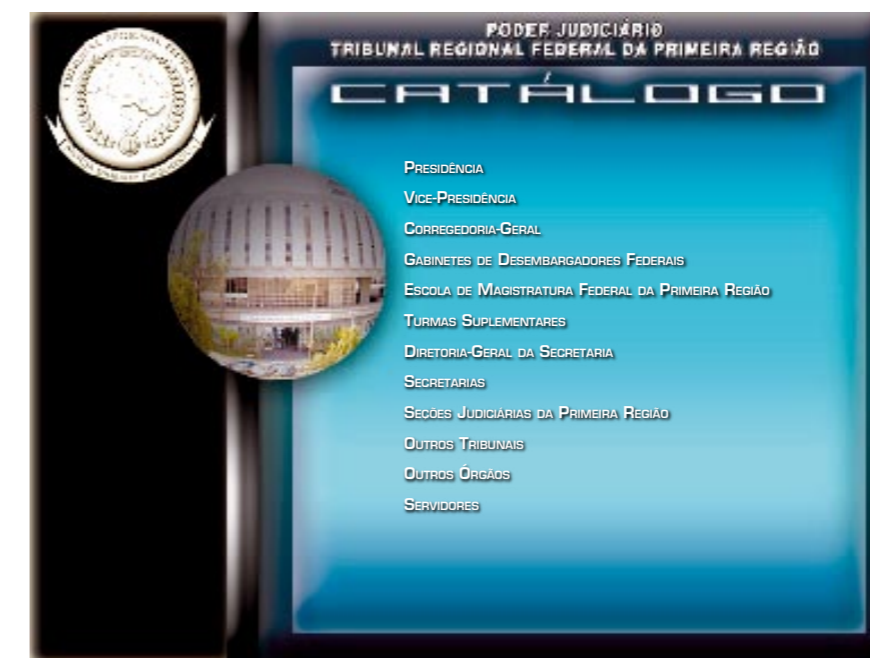
Juizados Especiais Federais Itinerantes: a Justiça vencendo distâncias

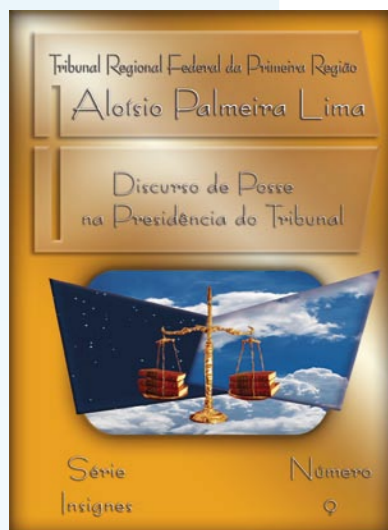
Esta publicação foi elaborada em comemoração aos dois anos de realização de juizados especiais federais itinerantes e traz um detalhamento de todas as atividades desenvolvidas em 12 estados da Primeira Região, apresentando dados estatísticos que demonstram o sucesso deste trabalho, no qual já foram atendidos cerca de 70 mil cidadãos brasileiros e ajuizadas mais de 30 mil ações.



Catálogo Telefônico

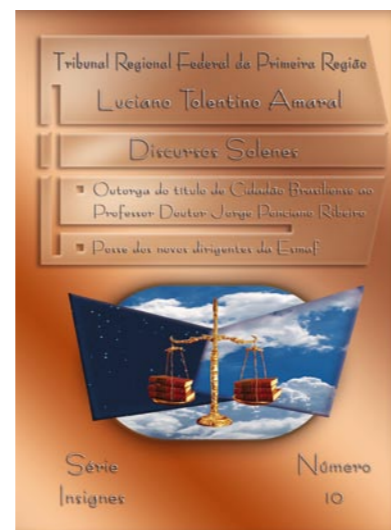
Além da atualização dos dados do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias, a Divisão lançou a versão eletrônica desta publicação, que se encontra disponível na intranet.





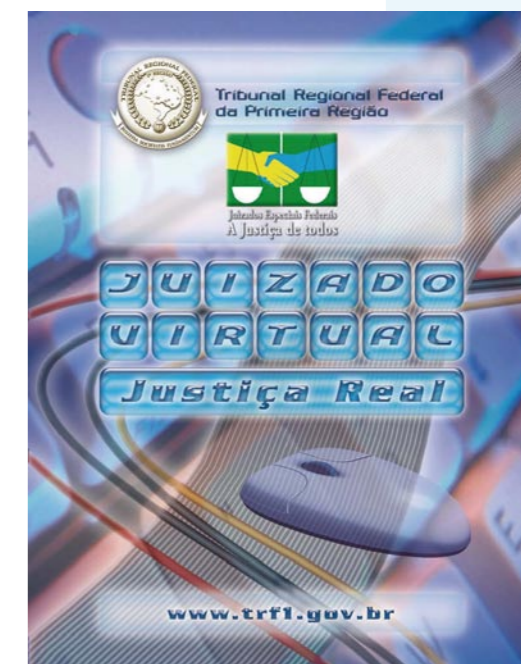
### Série Insignes

Esta série, que se destina a publicar homenagens prestadas e/ou recebidas por Desembargadores Federais do TRF – 1ª Região, neste exercício, lançou dois títulos: *Discurso de posse na Presidência do Tribunal*, do Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira Lima, e *Discursos solenes*, do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral.



### Juizado Virtual: Justiça Real

A publicação da 2ª edição deste livreto traz a atualização de alguns dados, devido ao significativo crescimento do número de ações nos JEFs.



### Bem-Vindo ao TRF – 1ª Região

Este livreto, que abre as portas do TRF – 1ª Região para o público externo e serve de guia para as visitas orientadas, contém dados úteis sobre a criação, composição e competência do Tribunal, além de breve idéia do trâmite processual.

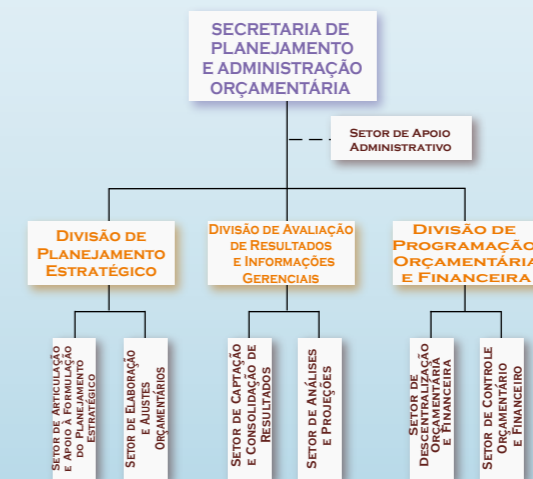
### Portas para a Saúde Mental

Este trabalho apresenta informações que têm por objetivo orientar magistrados e servidores na busca da saúde mental, trazendo esclarecimentos sobre atendimento psiquiátrico, psicoterapia, tratamento para o uso abusivo de drogas, entre outros assuntos.



# SECOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



O funcionamento harmonioso da organização depende da efetividade de funcionamento de suas engrenagens, em ritmo constante, porém sem excessos que impactem nas outras partes.

Acompanhar a execução e medir os resultados gerados é atividade crucial para o aperfeiçoamento do todo. Assim funcionam as atividades da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária – Secor.

Em observação aos termos da Lei Orçamentária n. 10.837, de 16 de janeiro de 2004 – LOA, a Primeira Região utilizou o orçamento dentro das respectivas Ações de Governo e em conformidade com os créditos recebidos.

No ano de 2004, considerando-se os créditos iniciais consignados na Lei n. 10.837/2004 e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a Primeira Região foi contemplada com créditos orçamentários da ordem de R\$ 841.492.516,54.

QUADRO 108  
ORÇAMENTO APROVADO PARA A PRIMEIRA REGIÃO

(R\$)	
<b>DOTAÇÃO INICIAL (PESSOAL+CUSTEIO)</b>	<b>795.619.801,00</b>
(-) Redução	18.119.259,00
(+) Acréscimo	64.949.037,00
(+) Destaques recebidos (convênio)	332.220,54
(=) Dotação autorizada	842.781.799,54
(-) Dotação contingenciada	1.289.283,00
<b>= POSIÇÃO FINAL EM 31/12/2004</b>	<b>841.492.516,54</b>

Obs.: Não considerados como suplementação os créditos recebidos da reserva do Conselho.

### Cumprimento de Decisões Judiciais

O Tribunal participou das reuniões do Grupo de Trabalho de Precatórios realizadas pelo Conselho da Justiça Federal, ocasiões em que foram debatidos inúmeros assuntos e aspectos acerca da execução orçamentária e financeira dos débitos oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado.

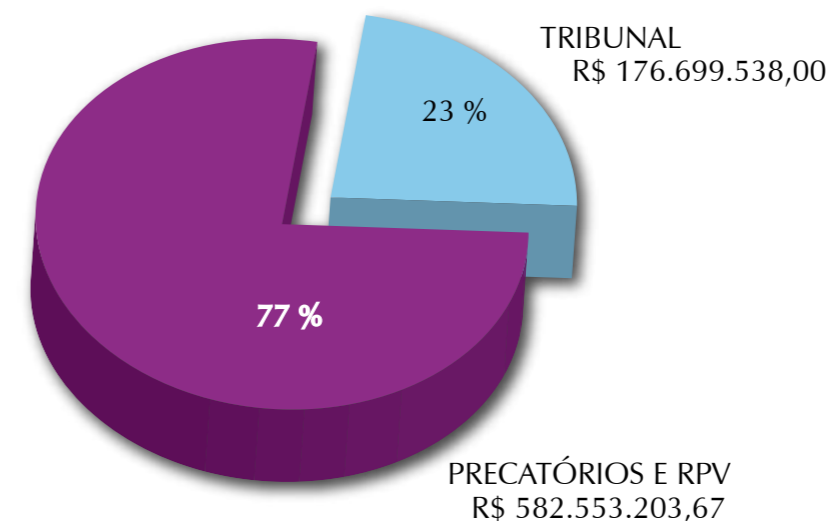
Das dotações consignadas no exercício de 2004 para o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado referentes a precatórios da Primeira Região foram executados:

QUADRO 109  
PRECATÓRIOS PAGOS

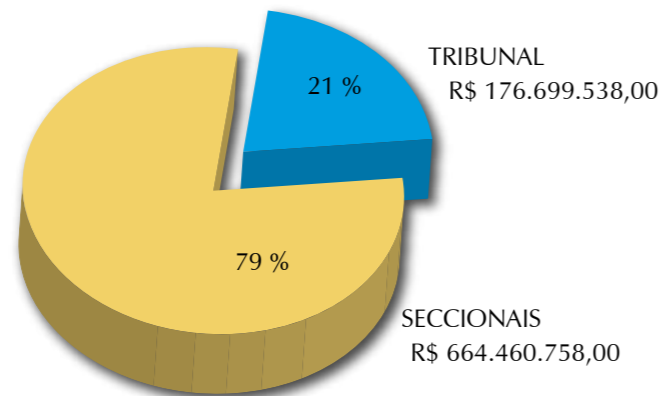
UNIÃO FEDERAL E ENTIDADES		DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DISPONÍVEL	% EXECUÇÃO
Precatórios	Alimentício	200.959.980,36	200.952.964,77	7.015,59	99,99%
	Outros	220.358.543,31	220.358.532,22	11,09	100,00%
	Total	421.318.523,67	421.311.496,99	7.026,68	100,00%
RPV	Alimentício	149.945.828,00	149.945.828,00	0,00	100,00%
	Outros	11.288.852,00	11.288.852,00	0,00	100,00%
	Total	161.234.680,00	161.234.680,00	0,00	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>582.553.203,67</b>	<b>582.546.176,99</b>	<b>7.026,68</b>	<b>100,00%</b>

O montante da dotação orçamentária do Tribunal, inclusive com os precatórios (R\$ 421.318.523,67) e RPVs (R\$161.234.680,00), alcançou R\$ 759.252.741,67.

GRÁFICO 11  
IMPACTO DOS PRECATÓRIOS NO ORÇAMENTO DO TRIBUNAL

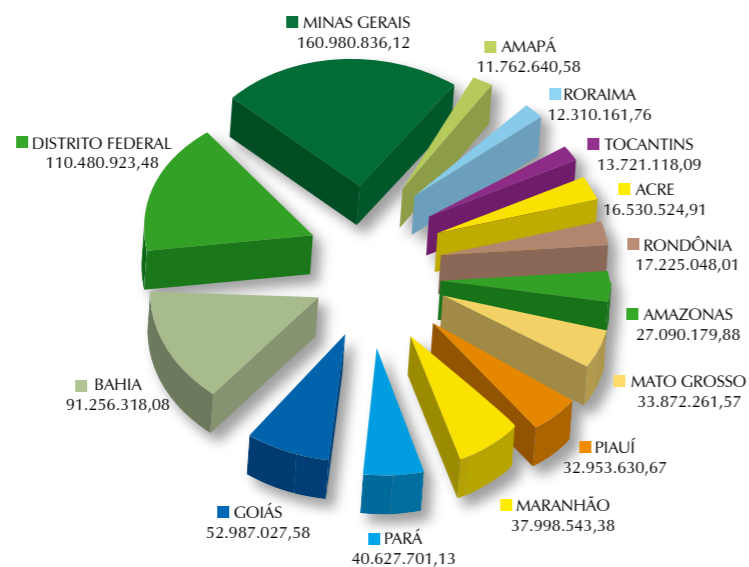


**GRÁFICO 12**  
**ORÇAMENTO APROVADO PARA A PRIMEIRA REGIÃO**



Foram consignadas tanto a dotação aprovada para o Tribunal como as provisões recebidas do Conselho da Justiça Federal para atender às despesas da primeira instância. O Tribunal descentralizou o total de R\$ 659.796.915,24 para as Seccionais jurisdicionadas.

**GRÁFICO 13**  
**SUB-REPASSE PARA AS SECCIONAIS**



Foram executados pelas Seccionais R\$ 616.112.735,21, correspondentes a 94,80% da dotação orçamentária.

## Créditos Adicionais

Foram encaminhadas solicitações de créditos adicionais ao Conselho da Justiça Federal – CJF, com o objetivo de atender o Tribunal e às Seções Judiciárias. A suplementação decorrente atendeu às despesas classificadas como Projetos.

Em decorrência dos cancelamentos oferecidos e do total de crédito recebido — R\$ 2.147.500,00 —, os projetos foram desenvolvidos por prioridade.

**QUADRO 110**  
**PROJETOS DESENVOLVIDOS**

<b>PROJETOS CONCLUÍDOS</b>	Construção do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe, em Brasília/DF.
	Reforma do Anexo do TRF – 1ª Região em Brasília/DF.
	Aquisição de imóvel para a Seção Judiciária do Estado do Pará.
<b>PROJETOS EM ANDAMENTO</b>	Aquisição do ônibus para a Seção Judiciária do Estado do Acre.
	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso, em Cuiabá.
	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí, em Teresina.
<b>PROJETOS NOVOS</b>	Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação.
	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA.
	Construção do Edifício II para a Justiça Federal em Salvador/BA (Juizados Especiais Federais).
	Construção do Edifício-Sede para a Justiça Federal em Juiz de Fora/MG.

## Convênios

Com o objetivo de efetuar o pagamento de taxas extras de imóveis funcionais, foi firmado convênio entre o Tribunal e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por outro lado, o convênio firmado entre o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD e as Seções Judiciárias de Roraima e do Maranhão teve como finalidade o aperfeiçoamento e a ampliação das atividades de combate ao tráfico de drogas.

QUADRO 111  
LIMITES FINANCEIROS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS DE RECEITA

CATEGORIAS	UG EXECUTORA FAVORECIDA	DESTAQUE / VALOR FINANCEIRO RECEBIDO
C – Destaque Orçamentário	SJ/MA	97.006,54
C – Destaque Orçamentário	SJ/RR	232.855,00
C – Destaque Orçamentário	TRIBUNAL	2.359,00
<b>TOTAL</b>		<b>332.220,54</b>

No exercício de 2004, o Tribunal recebeu da Caixa Econômica Federal o valor de R\$ 474.215,00, sendo que o total de R\$ 399.469,00 foi incluído na Lei Orçamentária e R\$ 74.746,00 foram utilizados na abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação.

## Execução Orçamentária e Financeira

A utilização das dotações orçamentárias, a exemplo dos anos anteriores, alcançou percentuais próximos a 100%. No Tribunal atingiu a marca de 99,91% e nas Seccionais de 99,79%.

QUADRO 112  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

SEÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Amapá	11.762.640,58	11.753.255,94	99,92%
Roraima	12.310.161,76	12.272.077,84	99,69%
Tocantins	13.721.118,09	13.711.691,27	99,93%
Acre	16.530.524,91	16.475.303,20	99,67%
Rondônia	17.225.048,01	17.208.512,88	99,90%
Amazonas	27.090.179,88	26.890.649,95	99,26%
Mato Grosso	33.872.261,57	33.809.436,24	99,81%
Piauí	32.953.630,67	32.834.728,60	99,64%
Maranhão	37.998.543,38	37.930.296,43	99,82%
Pará	40.627.701,13	40.469.580,02	99,61%
Goiás	52.987.027,58	52.966.227,87	99,96%
Bahia	91.256.318,08	91.209.761,61	99,95%
Distrito Federal	110.480.923,48	110.188.300,37	99,74%
Minas Gerais	160.980.836,12	160.684.153,31	99,82%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>659.796.915,24</b>	<b>658.403.975,53</b>	<b>99,79%</b>
TRF	181.092.926,19	180.936.315,15	99,91%
<b>TOTAL</b>	<b>840.889.841,43</b>	<b>839.340.290,68</b>	<b>99,82%</b>

## Despesa com pessoal

De posse das informações referentes a despesas com pessoal ativo e inativo de toda a Primeira Região — quantitativo físico e valores pagos em regime de competência —, foi possível a análise e consolidação dos dados e o posterior encaminhamento ao Conselho da Justiça Federal.

A dotação orçamentária de pessoal permitiu que fossem pagas, além das folhas normais, a antecipação de férias, sentenças judiciais não transitadas em julgado e despesas de exercícios anteriores. Por outro lado, a utilização dos créditos inscritos em restos a pagar possibilitou o pagamento de parte da diferença da incorporação de quintos estendida até 2001 e a diferença da mudança do índice de correção sobre 11,98%.

Para o pagamento da devolução do Plano de Seguridade Social – PSS incidente sobre a função comissionada de janeiro a abril de 1999, utilizou-se o sistema de compensação.

## Reajustes de benefícios

Em atendimento aos anseios da Corte, foram reajustados os valores do Auxílio Pré-Escolar e do Auxílio-Alimentação, que passaram, respectivamente, de R\$200,00 para R\$300,00 e de R\$435,00 para R\$484,00. Tais reajustes ocorreram com a utilização da dotação orçamentária reservada aos benefícios destinados às nomeações de cargos vagos previstos, em 2004, para a Justiça Federal de todas as cinco regiões, os quais não foram providos em sua totalidade.

## Reajuste da Bolsa Estágio

Devido ao baixo valor da bolsa estágio e considerando a capacidade do orçamento aprovado, realizou-se estudo que apontasse o percentual de aumento possível para esse programa. A Resolução n. 600-13 de 13/09/2004 reajustou os valores em 30% para o estágio de nível médio e 20% para o estágio de nível superior, que passaram, respectivamente, de R\$200,00 para R\$260,00 e de R\$300,00 para R\$360,00.

## Sistema de segurança

A preocupação com a segurança de magistrados e servidores levou a se verificar a viabilidade de implantação e ampliação dos sistemas de segurança nas Seções Judiciárias. Como resultado, foi repassado o total de R\$ 480.406,00 para as Seções Judiciárias dos Estados de Roraima, Rondônia, Minas Gerais, do Maranhão, Amazonas, Tocantins, Amapá e Pará. A escolha dessas Seccionais deveu-se à necessidade de modernizar os sistemas existentes a partir da aquisição de equipamentos com circuito fechado de televisão.

## Frota de veículos

Em 2004, prosseguiu-se a renovação da frota de veículos de serviços de todas as Seções Judiciárias, com repasses no valor total de R\$ 2.110.541,49, destinados, inclusive, à aquisição de ônibus para atender ao Juizado Especial Federal da Seccional do Acre.

## Prestadores de serviços terceirizados

Devido à carência premente de pessoal nas áreas de autuação de processos e digitalização de documentos das Seções Judiciárias e na área administrativa e judiciária das Subseções Judiciárias, foi autorizada, após estudos detalhados da demanda de serviço, da quantidade de pessoal necessário para auxiliar a execução das tarefas e do correspondente custo, a contratação de prestadores de serviços terceirizados em quantidades definidas da seguinte forma:

- a) autuação de processos — de acordo com a média diária de processos distribuídos em cada Seção Judiciária. Total da despesa anual: R\$612.303,00;
- b) digitalização de documentos dos JEFs Virtuais — a partir da média diária de processos distribuídos em cada Seção Judiciária, com mínimo de 2 e máximo de 12 digitalizadores. Total da despesa anual: R\$ 574.080,00.



QUADRO 113  
PEQUENAS OBRAS E REFORMAS

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Tribunal Regional Federal da Primeira Região	Reforma do auditório do Edifício Anexo I	110.436,40
	Sistema de detecção e alarme de incêndio para o Centrejufe	97.200,00
	Construção de escada para acesso ao Edifício-Sede	9.314,77
	Recuperação e impermeabilização da caixa d'água superior do Edifício Anexo I	9.496,28
	Construção do protocolo descentralizado ( <i>drive-thru</i> )	36.454,81
	Construção e instalação de central de GLP e de rede de distribuição para o abastecimento da cozinha do restaurante do Centrejufe	13.680,00
	Substituição do sistema de ar condicionado do Plenário	32.782,20
	Recuperação e construção de passeios, rampas e pavimentação para estacionamento de veículo em áreas externas e plantio de grama	22.314,76
	Serviços de inspeção técnica e elaboração de projeto básico para modernização dos elevadores do Edifício Anexo I	14.320,00
	Circuito fechado de TV	23.400,00
Seção Judiciária do Estado do Acre	Projeto da obra de cobertura do estacionamento	10.000,00
	Reforma da sinalização visual do prédio	25.000,00
Seção Judiciária do Estado do Amazonas	Construção da passarela para ligar o Edifício-Sede ao Plenário	84.580,80
	Modernização dos elevadores	38.817,80
	Construção de portaria, subestação de energia, aplicação de siliconeta na estrutura do Edifício Anexo, instalação de passarela e assentamento de pastilhas na fachada do Edifício-Sede	46.400,22
	Instalação de sistema de circuito fechado	32.785,00
	Reforma da pintura interna do Edifício-Sede	24.669,21
	Pintura do prédio do Juizado Especial Federal	10.528,82
Projeto de combate a incêndio	4.500,00	

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Seção Judiciária do Estado do Amapá	Elaboração de projetos executivos e execução da subestação e geração de emergência de energia elétrica do Edifício-Sede	25.350,00
	Serviços de execução de adaptações nas instalações físicas para a nova Vara Federal	96.500,00
	Adaptações nas instalações físicas do Edifício-Sede	17.228,63
	Recuperação estrutural no Edifício-Sede, em parte do pavimento térreo e 1º e 2º pavimentos, localizados no bloco B	47.763,07
	Recuperação estrutural no Edifício-Sede, em parte do pavimento térreo e 1º, 2º e 3º pavimentos, localizados no bloco A	8.705,30
	Projetos executivos das instalações elétrica, lógica e telefônica do Edifício-Sede	10.407,60
	Instalação de sistema de circuito fechado	62.296,00
	Perfuração de poço	8.761,00
Seção Judiciária do Estado da Bahia	Reforma, ampliação e modernização de áreas e instalação no edifício do Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS, em Salvador, para abrigar as instalações físicas dos Juizados Especiais Federais	248.118,52
	Sistema de climatização do foyer	148.500,00
	Reforma nos banheiros da SECAD/DIREF	12.753,27
	Impermeabilização do Edifício-Sede I, bloco G, e seu anexo	246.871,00
Seção Judiciária do Distrito Federal	Reforma das persianas do Edifício-Sede II	30.000,00
	Reforma no auditório	73.601,61
Seção Judiciária do Estado de Goiás	Recuperação de esquadrias	54.951,31
	Instalação de ar condicionado na 13ª Vara	35.000,00
	Projeto de reforma das instalações elétricas, do circuito fechado de TV, de sonorização, detecção e alarme de incêndio	25.222,46
Seção Judiciária do Estado do Maranhão	Construção do restaurante	194.215,07
	Fiscalização da construção do restaurante	11.700,00
	Reforma da rede elétrica	190.000,00
	Substituição da pavimentação do passeio frontal e recuperação da rampa de acesso e da pavimentação existente na garagem de veículos oficiais	19.543,89
	Reforma, pintura e substituição de piso do Edifício-Sede	141.646,00
	Instalação de sistema de circuito fechado	68.825,00

ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Fornecimento e instalação de divisórias para as novas varas dos Juizados em Belo Horizonte	22.628,01
	Instalação de cabeamento estruturado para a sede dos Juizados	59.306,40
	Elaboração de laudo técnico que possibilite a solução de pendência referente ao projeto executivo para construção da sede da Justiça Federal em Belo Horizonte	12.500,00
	Substituição de carpete por piso cerâmico e piso melamínico para tráfego intenso, do 3º ao 16º pavimento do Edifício-Sede	332.651,39
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	Projeto para instalação de sistema de circuito fechado de TV	6.350,00
Seção Judiciária do Estado do Pará	Reforma geral, adaptação e modernização do Edifício-Sede	169.002,14
	Reforma geral, adaptação e modernização do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Marabá	54.609,00
	Sistema de circuito fechado de TV	60.000,00
	Reforma geral do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Santarém	37.891,25
Seção Judiciária do Estado do Piauí	Pintura, correção de reboco, revisão do telhado e colocação de batentes de portas nas dependências do prédio onde será instalado o JEF	43.391,00
Seção Judiciária do Estado de Rondônia	Reforma do imóvel localizado na Av. Getúlio Vargas, 2.891, em Porto Velho	69.484,72
	Reforma parcial e reforço estrutural no Edifício-Sede	200.405,71
	Instalação de sistema de circuito fechado	65.000,00
Seção Judiciária do Estado de Roraima	Sistema de segurança de circuito fechado de TV digital	56.338,00
	Reforma da pintura do Edifício-Sede	59.706,95
	Reforma e modernização no hall do Edifício-Sede	193.904,00
	Elaboração de projeto de reforma para ampliação do Edifício-Sede	23.000,00
Seção Judiciária do Estado do Tocantins	Reforma das redes elétrica, de dados, telefônica e SPDA do Edifício-Sede	209.954,44
	Reforma de ambientes do Edifício-Sede	126.553,61
	Sistema de segurança de circuito fechado de TV digital	36.350,00
	Pintura interna e externa	50.603,56

## Instalação de Varas

Das 56 varas criadas pela Lei n. 10.772, de 21 de novembro de 2003, foram instaladas 18 varas destinadas aos Juizados Especiais Federais, autorizadas pela Resolução n. 600-018 de 16/12/2003. O recurso total utilizado correspondeu a R\$ 1.339.769,00.

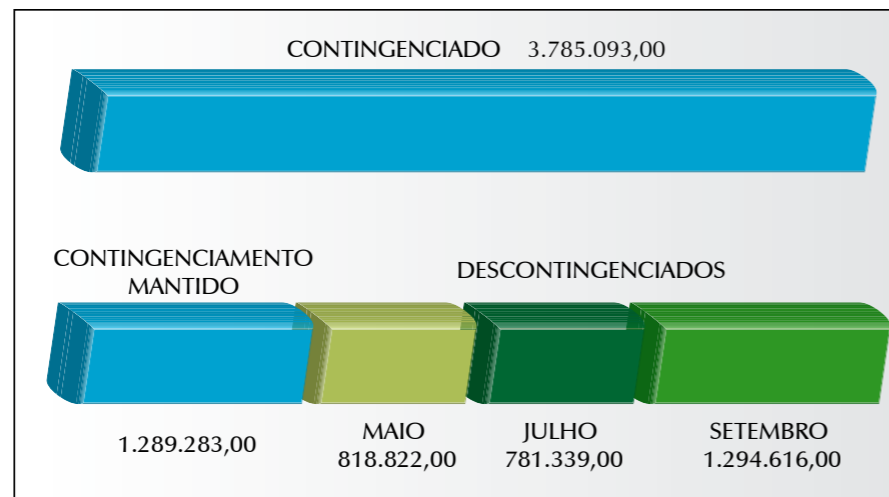
QUADRO 114  
VALORES APLICADOS NAS VARAS INSTALADAS

ESTADO	CIDADE	QUANTIDADE DE VARAS	VALOR
Acre	Rio Branco	1	108.000,00
Amapá	Macapá	1	108.000,00
Amazonas	Manaus	1	108.000,00
	Tabatinga	1	108.000,00
Bahia	Salvador	2	216.000,00
Distrito Federal	Brasília	2	216.000,00
Goiás	Goiânia	1	108.000,00
Maranhão	Caxias	1	108.000,00
Mato Grosso	Cuiabá	1	108.000,00
Minas Gerais	Belo Horizonte	3	324.000,00
Pará	Belém	1	108.000,00
Piauí	Teresina	1	108.000,00
Rondônia	Porto Velho	1	108.000,00
Roraima	Boa Vista	1	108.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>18</b>	<b>1.944.000,00</b>

## Contingenciamentos e Descontingenciamentos

Em 2004, houve contingenciamento do Orçamento Público pelo Governo Federal da ordem de R\$ 3.785.093,00. Nos meses de maio, julho e setembro, foram descontingenciados R\$ 818.822,00, R\$ 781.339,00 e R\$ 1.294.616,00, respectivamente, permanecendo contingenciados R\$ 1.215.590,00.

GRÁFICO 14  
VALORES DESCONTINGENCIADOS



## Proposta Orçamentária – 2005

Elaborada de acordo com a Lei n. 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO), com a participação efetiva das Unidades Administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias vinculadas à Primeira Região.

Em decorrência do limite orçamentário definido, no mês de julho houve revisão da proposta, que foi ajustada ao novo valor de R\$ 881.565.021,00.

Comparando-se esse valor com o orçamento final do ano anterior, houve um crescimento global de 4,76%. Por categoria de programação, cresceu 5,28% em Pessoal, 15,66% nas Atividades e decresceu 28,21% nos Projetos. Estas dotações aprovadas garantirão o funcionamento das Unidades da Primeira Região, bem como a continuidade dos projetos de obras.

QUADRO 115  
COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS DE 2004 E 2005

ORÇAMENTO 2004	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
TRF	128.969.000	28.408.645	10.644.018	8.677.875	176.699.538
Seções	530.305.384	67.281.701	41.734.031	25.139.642	664.460.758
<b>TOTAL</b>	<b>659.274.384</b>	<b>95.690.346</b>	<b>52.378.049</b>	<b>33.817.517</b>	<b>841.160.296</b>
ORÇAMENTO 2005	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
TRF	135.699.882	30.555.929	11.110.808	3.600.000	180.966.619
Seções	558.361.475	81.553.988	44.670.504	20.513.000	705.098.967
<b>TOTAL</b>	<b>694.061.357</b>	<b>112.109.917</b>	<b>55.781.312</b>	<b>24.113.000</b>	<b>886.065.586</b>
% ACRÉSCIMO	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
TRF	5,22%	7,56%	4,39%	-58,52%	2,41%
Seções	5,29%	21,21%	7,04%	-18,40%	6,12%
<b>TOTAL</b>	<b>5,28%</b>	<b>17,16%</b>	<b>6,50%</b>	<b>-28,70%</b>	<b>5,34%</b>

## Revisão do PPA 2004-2007

O Plano Plurianual de Investimento – PPA 2004-2007 foi revisto em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei n. 10.933, de 11 de agosto de 2004, observando-se os limites orçamentários definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que foram distribuídos pelo Conselho da Justiça Federal – CJF.

QUADRO 116  
REVISÃO DO PPA 2004-2007 – LIMITES DA PRIMEIRA REGIÃO (2005-2008)

	2005	2006	2007	2008
Atividade	111.609.352	113.808.056	118.929.416	123.686.596
Benefícios	55.781.312	56.948.891	59.511.594	61.892.055
Subtotal	167.390.664	170.756.947	178.441.010	185.578.651
Projetos	20.113.000	20.113.000	21.018.085	21.858.808
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>187.503.664</b>	<b>190.869.947</b>	<b>199.459.095</b>	<b>207.437.459</b>

Dentro dos limites orçamentários foram desconsiderados e se encontram na reserva técnica do CJF para posterior distribuição os valores relativos aos seguintes itens:

- a) Atividade de Julgamento de Causas;
- b) Despesa com Pessoal;
- c) Benefícios;
- d) Instalação e manutenção das 41 varas, a partir de 2005, bem como os benefícios e assistência médica decorrentes das nomeações de servidores e magistrados;
- e) Projetos de Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal, Implantação de Varas Federais e Implantação de Juizados Especiais Cíveis.

Parte da dotação orçamentária será distribuída em 2005, de acordo com os critérios definidos pela área de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais, conforme Resolução CJF 380 de 05/07/2004.

**QUADRO 117  
PROJETOS PREVISTOS PARA 2005**

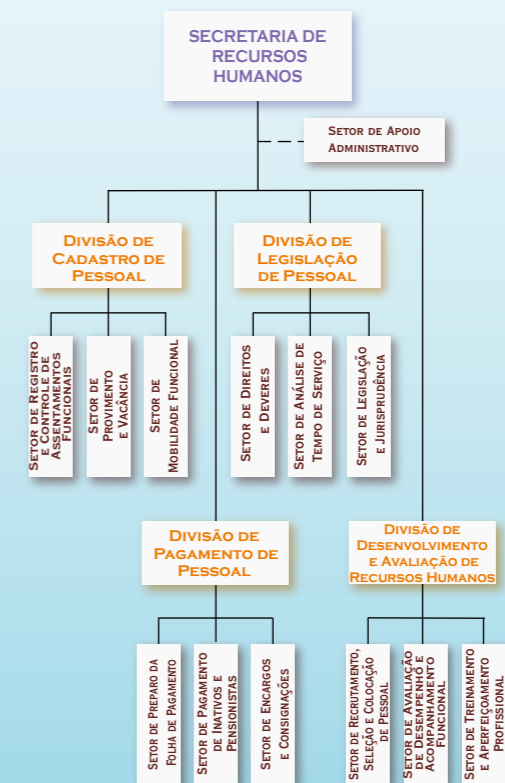
PROJETOS	PL 2005
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá/MT	3.600.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA	1.613.000,00
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte/MG	2.000.000,00
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Teresina/PI	5.000.000,00
Construção do Edifício II para a Justiça Federal em Salvador/BA (Juizados Especiais Federais)	4.000.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	1.800.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Montes Claros/MG	50.000,00
Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG	500.000,00
Construção de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Rondonópolis/MT	200.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campo Formoso/BA	50.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA	50.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jequié/BA	50.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Caxias/MA	1.200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.113.000,00</b>

**QUADRO 118  
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS PARA 2004**

SEÇÃO	INSCRITOS		PAGOS		CANCELADOS	
	PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS
Amapá	716.005,28	186.870,17	648.823,18	186.070,95	67.182,10	799,22
Roraima	627.096,19	303.392,52	575.354,87	288.483,90	51.741,32	14.908,62
Tocantins	869.367,50	318.783,76	762.662,11	292.938,31	106.705,39	25.845,45
Acre	918.128,00	825.882,39	783.870,59	746.148,18	134.257,41	79.734,21
Rondônia	956.223,00	237.813,61	881.007,07	235.103,56	75.215,93	2.710,05
Amazonas	1.503.461,24	360.388,53	1.279.519,56	353.685,28	223.941,68	6.703,25
Mato Grosso	1.447.451,00	2.677.362,66	1.301.809,14	2.675.329,32	145.641,86	2.033,34
Piauí	1.561.641,56	3.429.192,48	1.392.048,21	3.408.521,32	169.593,35	20.671,16
Maranhão	2.147.486,46	517.825,19	1.825.343,19	512.919,49	322.143,27	4.905,70
Pará	2.343.981,79	493.972,83	2.040.394,06	479.362,00	303.587,73	14.610,83
Goiás	3.474.879,01	420.185,16	3.301.931,57	393.266,08	172.947,44	26.919,08
Bahia	4.803.779,00	1.375.794,26	4.283.713,51	1.164.098,85	520.065,49	211.695,41
Distrito Federal	6.561.694,81	741.656,73	5.572.869,90	653.811,29	988.824,91	87.845,44
Minas Gerais	9.241.833,34	706.107,74	8.707.673,89	657.634,09	534.159,45	48.473,65
<b>SUBTOTAL</b>	<b>37.173.028,18</b>	<b>12.595.228,03</b>	<b>33.357.020,85</b>	<b>12.047.372,62</b>	<b>3.816.007,33</b>	<b>547.855,41</b>
TRF	12.144.564,15	12.440.396,74	11.031.908,33	11.918.809,89	1.112.655,82	521.586,85
<b>TOTAL</b>	<b>49.317.592,33</b>	<b>25.035.624,77</b>	<b>44.388.929,18</b>	<b>23.966.182,51</b>	<b>4.928.663,15</b>	<b>1.069.442,26</b>

# SECRE

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS



A atividade de recursos humanos, especialmente a que se destina ao desenvolvimento e à capacitação, deve contribuir para a criação de ambiente organizacional propício à inovação, aprendizagem, evolução contínua e liberação do potencial das pessoas bem como auxiliar na busca da realização pessoal e profissional.

Assim, as ações realizadas em 2004 pela Secretaria de Recursos Humanos tiveram por princípio orientador a necessidade de facilitar os processos de mudança e de integrar o desenvolvimento pessoal e organizacional.

Os eventos de capacitação, seja por ação direta, seja por apoio logístico, chegaram ao número de 121, o que representou o dobro do total realizado em 2003, com público recorde de 923 participantes.



Participantes aprendem técnicas do processo criativo

QUADRO 119  
EVENTOS EXTERNOS DE CAPACITAÇÃO

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
1	Pensamento Estratégico	2	16	ELO Consultoria	2.200,00	15 e 16/04	Brasília	Específico: área de desenvolvimento organizacional
2	Curso Prático de Operação em Mesas Digitais	1	16	Instituto Áudio e Vídeo – IAV	600,00	27 e 28/03	São Paulo	Específico: área de som
3	Curso de Direito Processual Civil	5	9	FESMPDFT	800,00	25 a 27/03	Brasília	Área judiciária
4	Ciclo de Palestras – Direito Processual Civil	67	9	FESMPDFT	4.270,00	1º a 03/03	Brasília	Área judiciária
5	II Seminário – Processo Judicial Tributário	3	12	IBEP	1.170,00	25 a 27/03	Brasília	Área judiciária
6	VII Curso sobre Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI	2	45	ABOP	2.600,00	15/03 a 02/04	Brasília	Específico: área financeira
7	Curso de Execução Orçamentária e Financeira no Serviço Público	1	24	CONTREI	990,00	21 a 23/06	Brasília	Específico: área financeira
8	Curso de Direito Processual Penal	31	14	FESMPDFT	4.340,00	13 a 15/05	Brasília	Área judiciária
9	Licitações e Contratos na Administração Pública	2	35	ENAP	700,00	1º evento: 15 a 09/03 2º evento: 10 a 14/05	Brasília	Área administrativa
10	Curso Básico de Sound Forge	3	16	WAV	600,00	17 e 24/04	Brasília	Específico: área de comunicação social
11	I Curso sobre SIAFI Gerencial – Sistema de Administração Financeira Gerencial	3	21	ABOP	3.000,00	10 a 18/05	Brasília	Específico: área financeira
12	Photoshop Conference 2004	1	30	Desktop Publishing Editorial Ltda.	699,00	30/03 a 1º/04	São Paulo	Específico: área de editoração

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
13	Seminário – A Reforma Previdenciária	5	8	IDEMP	2.610,00	22/03	Brasília	Área judiciária
14	Seminário – Os Contratos Administrativos e o seu Gerenciamento pela Administração Pública	3	22	Zênite Assessoria e Promoções S/C Ltda.	4.785,00	10 a 12/05	Brasília	Específico: área administrativa
15	I Curso de Contabilidade Pública	3	57	ABOP	4.800,00	12 a 29/04	Brasília	Específico: área financeira
16	XIV Congresso Brasileiro de Psicodrama	1	30	ABP	420,00	09 a 12/06	Belo Horizonte	Específico: área de RH
17	Acrobat Conference 2004 e Workshop Pós-Conferência	2	16	PDF Brasil	1.600,00	26 e 27/05	São Paulo	Específico: área de editoração
18	2º Fórum de Atualização para Secretárias e Assessores	2	16	ELO – Consultoria	1.590,00	31/05 e 1º/06	Brasília	Área administrativa
19	III Congresso Goiano de Direito Administrativo	1	22	IDAG	290,00	16 a 18/06	Goiânia	Área judiciária
20	Seminário Comunicação na Administração Pública	1	12	CELACADE	1.640,00	18 e 19/06	São Paulo	Específico: área de comunicação social
21	Curso de Contabilidade Pública	1	39	ABOP	1.600,00	05 a 23/07	Brasília	Específico: área financeira
22	1º Simpósio de Direito Civil-Constitucional	4	18	Escola da Magistratura do TJ/DF e AMAGIS	1.200,00	21 a 25/06	Brasília	Área judiciária
23	Curso de Gerenciamento de Obras	1	12	YCON Engenharia S/C Ltda.	350,00	28 e 29/04	São Paulo	Área administrativa
24	I Fórum de Qualidade de Vida no Trabalho	6	16	IBQV	2.400,00	28 e 29/04	Brasília	PGQVT

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
25	Licitações e Contratos na Administração Pública	1	35	ENAP	350,00	10 a 14/05	Brasília	Área administrativa
26	A Reforma da Previdência do Servidor Público	4	16	IDEMP	3.024,00	17 e 18/06	Brasília	Área administrativa
27	Seminário Internacional de Direito Ambiental – Ano VI	1	16	CJF (obs.: o TRF só custeou o deslocamento)	0,00	17 e 18/05	Belém	Área judiciária
28	II Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	4	16	Editora Fórum	3.960,00	24 e 25/05	Brasília	Área administrativa
29	Direito Processual Penal	31	15	FESMPDFT	4.340,00	13 a 15/05	Brasília	Área judiciária
30	Encontro de Secretários de RH	1	16	CJF (obs.: o TRF só custeou o deslocamento)	0,00	02 e 03/08	Recife	Específico: área de RH
31	Seminário de Improbidade Administrativa	19	8	FESMPDFT	1.280,00	16 e 17/06	Brasília	Área judiciária
32	Seminário de Comunicação na Administração Pública	1	12	CELACADE	1.640,00	18 e 19/06	São Paulo	Específico: área de comunicação social
33	III Congresso Goiano de Direito Administrativo	1	25	IDAG	290,00	16 a 18/06	Goiânia	Área judiciária
34	Acrobat Conference 2004	2	16	PDF Brasil	1.600,00	26 e 27/05	São Paulo	Específico: área de informática
35	Seminário – Digitalização, uma Abordagem Arquivística	1	8	TRE/SP (obs.: o TRF só custeou o deslocamento)	0,00	24/05	São Paulo	Área administrativa
36	1ª e 2ª etapas do Curso Intensivo de Biopsicologia	3	96	Instituto Visão Futuro (obs.: curso pago pelo PGQVT)	0,00	09 a 15/02 e 05/07 a 11/07	São Paulo	PGQVT
37	Responsabilidade Civil no Novo Código Civil	26	8	FESMPDFT	2.000,00	28 e 29/06	Brasília	Área judiciária

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
38	Teoria Geral do Direito Tributário	5	20	IDP	3.750,00	10/08 a 04/09	Brasília	Área judiciária
39	O Poder Público em Juízo	3	12	IBEP	1.170,00	19 a 21/08	Brasília	Área judiciária
40	Programação e Execução Orçamentária e Financeira	1	16	ESAD	970,00	29 e 30/07	Brasília	Área administrativa
41	Contabilidade Pública	1	39	ABOP	1.600,00	05 a 23/07	Brasília	Específico: área financeira
42	Direito Penal e Processo Penal	26	20	FESMPDFT	2.600,00	16 a 20/08	Brasília	Área judiciária
43	Construções Inteligentes – Segurança	1	25	CENB	150,00	26 a 30/07	Brasília	Área administrativa
44	Ciclo de palestras – Direito Processual Civil	67	8	FESMPDFT	4.270,00	1º a 04/03	Brasília	Área judiciária
45	Contratação Direta sem Licitação	2	12	ELO – Consultoria	2.780,00	19 e 20/08	Brasília	Área administrativa
46	Teoria Geral dos Contratos	42	8	FESMPDFT	3.780,00	19 e 20/11	Brasília	Área judiciária
47	I Oficina de Ouvidorias Judiciárias	1	8	ABO – Associação Brasileira de Ouvidores	0,00	19/11	Brasília	Área judiciária
48	26º Congresso Brasileiro de Endocrinologia	1	32	SBEM (obs.: a servidora efetuou o pagamento e foi ressarcida pelo TRF)	0,00	06 a 10/11	Florianópolis	Específico: área de saúde
49	Curso Integrado de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	1	30	CONSULTRE	1.428,00	08 a 12/11	Florianópolis	Específica: área financeira
50	XI Congresso Nacional do Cerimonial Público	5	24	CNPC	2.680,00	04 a 06/11	Brasília	Área administrativa

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
51	56º Congresso Brasileiro de Enfermagem	2	48	ABEN (obs.: a Associação forneceu 2 cortesias)	0,00	24 a 29/10	Rio Grande do Sul	Específico: área de saúde
52	Teoria Geral da Ação Civil Pública	19	12	FESMPDFT	2.660,00	21 a 23/10	Brasília	Área judiciária
53	Sistema de Registro de Preços	1	16	ENAP	250,00	21 e 22/10	Brasília	Área administrativa
54	IV Encontro Nacional de Profissionais de Saúde e Benefícios da Justiça Federal	3	16	CJF (obs.: o TRF só custeou o deslocamento)	0,00	21 e 22/10	São Paulo	Específico: área de saúde
55	Sindicância Investigatória	4	12	CEBRAD	3.000,00	25 e 26/11	Brasília	Área administrativa
56	Terceirização de Serviços na Administração Pública	2	16	IDEMP	1.512,00	25 e 26/11	Brasília	Área administrativa
57	Orçamento Público: a Execução Orçamentária da Receita e da Despesa na Administração Pública	3	22	ESAFI	3.570,00	24 a 27/11	Fortaleza	Específico: área financeira
58	I Semana de Administração Orçamentária e Financeira e Modalidade de Compras do Governo Federal	1	40	ESAF/Ministério da Fazenda e MPOG (obs.: o TRF só custeou o deslocamento)	0,00	22 a 26/11	Belém	Específico: área financeira
59	Adobe Illustrator	1	20	Loreno Informática	0,00	16 a 24/06	Brasília	Específico: área de editoração
60	4º Congresso Brasileiro de Administração na Justiça	1	18	CJF	0,00	05/03	Brasília	Área administrativa



N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
61	Ciclo de Palestras no TJDF – Os Direitos Fundamentais e o Novo Milênio	4	6	AMAGIS – DF	400,00	21 a 23/09	Brasília	Área judiciária
62	Encontro dos Diretores da Área de RH	1	16	CJF (obs: só despesas com deslocamento)	0,00	27 e 28/09	Porto Alegre	Específico: área de RH
63	Curso de Gestão por Competências	1	32	Ciclo CEAP	1.150,00	28 e 29/08 e 25 e 26/09	Brasília	Específico: área de RH
64	Curso de Licitações e Contratos	3	16	ELO Consultoria	4.200,00	30/09 a 02/10	Brasília	Área administrativa
65	Prática de Processo Disciplinar	4	12	CEBRAD	4.800,00	30/09 a 02/10	Brasília	Área administrativa
66	Curso – Direito Civil – Parte Geral	51	12	FESMPDFT	5.100,00	17 e 18/09	Brasília	Área judiciária
67	IV Congresso da ABQV e II Simpósio de Educação Continuada (obs.: nos dias 12 e 16 foi realizado o evento regional: Encontro dos Representantes do PGQVT da 1ª Região, também em São Paulo – vide quadro Eventos Regionais.)	8	24	ABQV – DF Inscrições pagas pelo PGQVT (obs.: despesas só com deslocamento)	0,00	13 a 15/09	São Paulo	Representantes do PGQVT do TRF (servidores das Seccionais também participaram)
68	Curso – Sistema de Registro de Preços	1	16	ENAP	250,00	26 e 27/08	Brasília	Área administrativa
69	Curso de Orçamento Público e Execução Orçamentária	2	22	ESAFI	2.380,00	27 a 30/10	Natal	Específico: área financeira
70	Planejamento Científico do Controle	1	8	CEBRAD	1.150,00	27/10	Brasília	Específico: área financeira

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
71	Curso Preparatório para Exame de Certificação de Profissional em Segurança	1	12	Prof. Marcy José Campos Verde	300,00	1º e 02/10	São Paulo	Específico: área de segurança
72	VIII Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário	2	18	FADE/UFPE e MR Cerimonial Eventos	1.800,00	25 a 27/08	Brasília	Específico: área de cerimonial
73	Cursos – Certificação Digital I e II	2	32	CERTISIGN	3.200,00	27 e 28/09 e 29 e 30/09	Rio de Janeiro	Específico: área de informática
74	Congresso de Informática Pública – CONIP DF	2	21	IDETI	700,00	20 a 22/09	Brasília	Específico: área de informática
75	AUTOCAD 2004 – Nível I	3	40	Pro-Systems Informática Ltda.	1.800,00	13 a 24/09	Brasília	Específico: área de engenharia
76	Contabilidade Pública e Execução Orçamentária e Financeira	4	40	Franco e Fortes Ltda.	3.920,00	20 a 24/09	Brasília	Específico: área financeira
77	Entrevista e Seleção por Competências	1	16	Integração Consultoria e Treinamento	637,50	20 e 21/09	São Paulo	Específico: área de RH
78	XVI Congresso da Associação Brasileira de Estudos de Álcool e de outras Drogas	1	24	ABEAD	495,00	02 a 04/09	São Paulo	Específico: área de saúde
79	X Congresso Mundial de Gestão de Recursos Humanos e 30º CONARH	2	33	ABRH	3.400,00	17 a 20/08	Rio de Janeiro	Específico: área de RH
80	Seminário de Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia	6	24	Zênite Assessoria e Promoções S/C Ltda.	7.975,00	23 a 25/08	Brasília	Específico: área de engenharia

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
81	IV Fórum Nacional de Licitações e Contratos	3	24	Zênite Assessoria e Promoções S/C Ltda.	4.545,75	02 a 04/08	Curitiba	Área administrativa
82	Congresso Multidisciplinar de Diabetes	2	24	ANAD (obs.: custo apenas com diárias e passagens)	0,00	23 a 25/07	São Paulo	Específico: área de saúde
83	Treinamento em Gestão por Valores e Qualidade de Vida	2	40	ABQV	3.800,00	06 a 10/09	São Paulo	PGQVT
84	Curso Prático de Telejornalismo – módulo básico	1	30	Vemas Produções Ltda.	500,00	25/10 a 09/11	Brasília	Específico: área de comunicação social
<b>TOTAL</b>		<b>553</b>	<b>1.917</b>		<b>160.211,25</b>			

QUADRO 120  
EVENTOS INTERNOS DE CAPACITAÇÃO

N.	EVENTO	TURMA	PARTICIPANTES	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	CLIENTELA	INSTRUTORIA
1	Curso de Contas a Pagar e Receber CPR – SIAFI	A-04	12	02 a 04/02	24	0,00	Específico: área administrativa	Pessoa física – sem ônus
2	Treinamento de Avaliadores do PROGED – S/N	A-04	5	14/06	4	0,00	Gerencial: dirigentes do TRF	Instrutoria interna
3	Treinamento de Avaliadores do PROGED – S/N	B-04	5	15/06	4	0,00	Gerencial: dirigentes do TRF	Instrutoria interna
4	Treinamento de Avaliadores do PROGED – S/N	C-04	38	16/05	4	0,00	Gerencial: dirigentes do TRF	Instrutoria interna
5	Curso Processo Penal Constitucional – Garantias Constitucionais do Processo Penal	A-04	25	15 a 29/04	10	0,00	Área judiciária	Instrutoria interna
6	Curso Formato MARC	A-04	8	14 a 18/05	20	2.200,00	Específico: áreas de biblioteca e informática	Pessoa física
7	Curso Redação de Ementas	A-04	13	31/05 a 03/06	9	0,00	Área judiciária	Instrutoria interna
8	Curso Revisão de Textos em Português – Nível Avançado	A-04	26	02 a 18/06	24	4.100,00	Geral: áreas administrativa e judiciária	Pessoa física
9	Treinamento sobre o SIASG	A-04	25	28/06 a 02/07	40	0,00	Específico: área administrativa	SERPRO (obs.: despesas só com deslocamento)
10	Treinamento em ADOBE GoLive – CS	A-04	6	30/08 a 03/09	20	3.500,00	Específico: áreas que atuam com editoração de documentos	Pessoa jurídica WOC – Web Oriented Center
11	Treinamento em ADOBE Acrobat 6.0 – CS	A-04	12	08 a 13/09	16	3.500,00	Específico: áreas que atuam com editoração de documentos	Pessoa jurídica: WOC – Web Oriented Center

N.	EVENTO	TURMA	PARTICIPANTES	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	CLIENTELA	INSTRUTORIA
12	Treinamento em ADOBE Acrobat 6.0 Avançado c/ programação em Javascript – CS	A-04	10	14 a 17/09	20	3.500,00	Específico: áreas que atuam com editoração de documentos	Pessoa jurídica: WOC – Web Oriented Center
13	Curso sobre ACCESS – Nível Básico	A-04	5	06/10 a 05/11	33	0,00	Geral: área administrativa	Instrutoria interna
14	Oficina Gestão da Inovação e Criatividade	A-04	21	13 a 15/10	20	5.500,00	Geral	Pessoa jurídica: Themart
15	Oficina Dominando o Medo de Falar em Público – Expressão Verbal	A-04	14	16 a 19/11	20	5.500,00	Geral	Pessoa jurídica: Themart
16	Palestra A Prosperidade a seu Alcance – Reestruturação Financeira	A-04	30	11/11	2	3.000,00	Geral	Pessoa jurídica: Prosperare
17	Curso Metodologia de Pesquisa Jurídica na Internet	A-04	9	29/11 a 10/12	5	0,00	Geral	Instrutoria interna
18	Curso de Word Básico	A-04	5	24/11 a 15/12	21	0,00	Geral	Instrutoria interna
19	Curso de Excel Básico	A-04	6	23/11 a 16/12	25	0,00	Geral	Instrutoria interna
<b>TOTAL</b>			<b>275</b>		<b>321</b>	<b>30.800,00</b>		

QUADRO 121  
EVENTOS REGIONAIS DE CAPACITAÇÃO

N.	EVENTO	PARTICIPANTES	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	CLIENTELA	INSTRUTORIA
1	Curso CPR – SIAFI – Regional	14	1º a 03/03	24	1.824,00	Específico: área administrativa	Pessoa física
2	Curso CPR – SIAFI – Regional	16	08 a 10/03	24	1.824,00	Específico: área administrativa	Pessoa física
3	Treinamento sobre o SIASG – Regional	15	27 a 29/09	20	0,00	Específico: área administrativa	SERPRO (obs.: despesas com deslocamento do instrutor e servidores)
4	Treinamento sobre o SIASG – Regional	15	29/09 a 1º/10	20	0,00	Específico: área administrativa	SERPRO (obs.: despesas com deslocamento do instrutor e servidores)
5	Encontro dos Representantes do PGQVT da 1ª Região	35	12 e 16/09	16	0,00	PGQVT – TRF/SJs (obs.: despesas com deslocamento dos servidores)	Membros do PGQVT do TRF
<b>TOTAL</b>		<b>95</b>		<b>104</b>	<b>3.648,00</b>		

QUADRO 122  
TREINAMENTOS EM SERVIÇO E OUTROS EVENTOS MINISTRADOS POR SERVIDORES DO TRF

N.	EVENTO	LOCAL	PERÍODO	QUANTIDADE DE INSTRUTORES	NOME DO INSTRUTOR
1	Apresentação do Case do PGQVT na ABQV Nacional	São Paulo	27/05	1	Ruth Maria Cruz Vaz
2	Curso Motivação e Inovação Organizacional	Seção Judiciária do Maranhão (obs.: a SJ remunerou o servidor)	12/08 e 13/08	1	Márcio da Silva Albuquerque
3	Treinamento em serviço sobre o subsistema CPR – SIAFI	Seção Judiciária de Roraima	23/08 e 24/08	1	José Galébio de Aguiar Rocha
4	Curso CPR – SIAFI para servidores da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso	TRF – Brasília	29 a 31/03	1	Aldenes Almeida Machado
5	Treinamento em Serviço para servidor da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	TRF – Brasília	outubro (1 semana)	1	Maria do Carmo Cezário Corrêa
<b>TOTAL</b>				<b>5</b>	

QUADRO 123  
APOIO A EVENTOS INTERNOS

N.	EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES	CLIENTELA	INSTRUTORIA
1	Treinamento em Serviço sobre o software <i>InDesign</i>	21 a 25/6	2	ASCOM	Servidores da DIEDI
3	SuperVocê	20/05	8	Gerentes	Servidoras do CJF
4	SuperVocê	18/06	8	Gerentes	Servidoras do CJF
3	IX Feira de Saúde do TRF	08 a 12/11	2.668	Magistrados e servidores do TRF e convidados	Organizado em parceria com a SECBE, ASCOM e ASREP
4	Consultoria em Língua Portuguesa	início em 22/11	15	Específico: destinado para gabinetes	Servidores da DIEDI
5	Curso Comunicação Eletrônica – Ferramentas para a Excelência	4 turmas: 16, 17, 18 e 19/11	162	Geral: todas as Unidades do TRF	Elieusa Guedes Brandão; Josiane Santos Batista de Oliveira; Anderson Polissene Clifford
6	IV Encontro de Imprensa e Cerimonial da 1ª Região – Evento Regional	30/11 a 03/12	45	Específico: área de cerimonial e representação social	Servidores da ASCOM e ASREP (obs: despesas com deslocamento dos servidores)
<b>TOTAL</b>			<b>2.908</b>		

Com a atuação voltada para a valorização dos servidores, estagiários e prestadores de serviço, a Secretaria articulou-se para participação mais efetiva em qualidade de vida e responsabilidade social. Com esse objetivo, colaborou em quatro grandes atividades:

- a) organização e implementação do estande Superar – Psicologia Organizacional na IX Feira de Saúde e IV Expo Qualidade de Vida;
- b) visitas a instituições carentes indicadas para receber doações arrecadadas pelo Projeto de Responsabilidade Social do Tribunal;
- c) continuação do Programa de Alfabetização de Adultos, com a realização da solenidade de formatura da primeira turma, composta por prestadores de serviço do Tribunal;
- d) realização de atividades da fábrica de brinquedos, responsável pela confecção e distribuição de 447 brinquedos montados por servidores, magistrados e estagiários.



**QUADRO 124**  
**ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS**

Controle das etapas de avaliação de desempenho no estágio probatório, referentes a 59 servidores.
Análise e conferência de 35 cadernos de servidores submetidos ao SUADES.
Emissão de 8 relatórios de conferência de fichas que compõem o SUADES, para fins de homologação do resultado de avaliação de desempenho em estágio probatório.
Atuação e acompanhamento da tramitação de 71 processos administrativos referentes à homologação do resultado de avaliação de desempenho em estágio probatório, originários do TRF e Seções Judiciárias.
Emissão de 279 cadernos do PROGED.
Análise e conferência de 146 cadernos de servidores submetidos ao PROGED.
Emissão de 36 relatórios de conferência de fichas que compõem o PROGED.
Atuação e acompanhamento da tramitação de 29 processos administrativos referentes à promoção e progressão funcional.
Emissão de 25 cadernos do PROGED de servidores com alteração de lotação.
Acompanhamento do processo de movimentação interna de 78 servidores.
Acompanhamento de 4 servidores que apresentaram conflitos no trabalho e/ou desajuste funcional, buscando a implementação e estratégias para solução.

O acompanhamento da avaliação funcional do servidor é mensurado pelo Processo de Gestão de Desempenho – PROGED, que formaliza as fases de interação e fornece *feedback* ao profissional.

**QUADRO 125**  
**LOTAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES**

CARGO	QUANTITATIVO
Analista Judiciário (Área Judiciária)	1
Analista Judiciário (Taquiografia)	1
Analista Judiciário (Área Administrativa)	3
Técnico Judiciário (Área Administrativa)	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

**QUADRO 126**  
**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM PRIMEIRA LOTAÇÃO**

UNIDADE	QUANTITATIVO
Gabinete do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral	1
Presidência (COREJ)	1
Secretaria Judiciária	2
Secretaria de Administração	2
Secretaria de Recursos Humanos	1
Secretaria de Benefícios Sociais	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

**QUADRO 127**  
**SELEÇÃO INTERNA PARA FUNÇÕES COMISSIONADAS**

UNIDADE REQUISITANTE	PARTICIPANTES
Gabinete da Desembargadora Federal Selene de Almeida FC 05 – Oficial-de-Gabinete (1 vaga) FC 04 – Assistente Processual III (1 vaga)	14
Gabinete do Desembargador Federal Fagundes de Deus FC 05 – Oficial-de-Gabinete (1 vaga) FC 05 – Supervisor de Gabinete (1 vaga)	13 7
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

QUADRO 128  
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

GRAU DE ENSINO	CURSO	QUANTIDADE
SUPERIOR – estudantes em cursos de graduação	Administração	39
	Contabilidade	9
	Direito	117
	Economia	1
	Informática	6
	Jornalismo	1
	Nutrição	2
	Psicologia	2
	Relações Públicas	3
	Secretariado Executivo	3
	<b>TOTAL</b>	<b>183</b>
	MÉDIO – estudantes em cursos de nível médio	Acadêmico
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>350</b>	

QUADRO 129  
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

GRAU DE ENSINO	CURSO	QUANTIDADE
SUPERIOR – estudantes em cursos de graduação	Administração	24
	Arquitetura	2
	Arquivologia	1
	Biblioteconomia	1
	Computação	10
	Comunicação Social	2
	Contabilidade	4
	Desenho Industrial	2
	Direito	127
	Nutrição	2
	Psicologia	1
	Relações Públicas	2
	Secretariado Executivo	4
	<b>TOTAL</b>	<b>182</b>
	MÉDIO – estudantes em cursos de nível médio	Acadêmico
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>248</b>	

As atividades relativas ao pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista transcorreram de forma usual, de acordo com as datas-limite de fechamento das folhas ordinárias e com a liberação de recursos financeiros no decorrer do exercício.

QUADRO 130

## ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Diferenças de Gratificação por Atividade Judiciária, meses de julho, agosto e setembro em folha suplementar do mês de setembro.
Implementação da 3ª parcela do Plano de Cargos e Salários.
Inclusão do abono de permanência aos servidores com tempo para aposentadoria que continuam em atividade.
Pagamento PASEP em folha de pagamento.
Confecção de programa para a Primeira Região para pagamento de diferença de URV, tendo em vista decisão do CJF, PA 2003161845.
Pagamento de decisão judicial, processo n. 2003.34.00.036848-6 (quintos), no período de novembro de 2003 a dezembro de 2004.
Confecção de programa para devolução do PSS sobre a função comissionada no período de janeiro a abril de 1999 PA/CJF 2004164936.
Confecção de programa para a Primeira Região para pagamento de incorporação de quintos, conforme decisão do CJF, em conformidade com a Nota Técnica Conjunta SCI/SRH n. 2, de 17/12, no período de abril de 1998 a dezembro de 2004.

QUADRO 131

## ATIVIDADES DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

Concessão de aposentadorias/pensões	21
Fichas de concessão de aposentadorias/pensões	48
Revisão de aposentadorias/pensões	59
Cumprimento de diligências/decisões – TCU	21
Pareceres em processos administrativos	141
Consultas sobre legislação de pessoal	87
Informações em processos judiciais	38
Despachos	123
Concessões (auxílio-natalidade, doação de sangue, falecimento, casamento)	49
Licenças (médica, paternidade, maternidade)	1.042

**QUADRO 132**  
**FORÇA DE TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO**

FORÇA DE TRABALHO	ATIVOS				TOTAL
	EFETIVOS	REQUISITADOS	SEM VÍNCULO	CEDIDOS	
TRF	955	188	38	67	1.114
Seccionais	4.165	216	16	157	4.240
<b>TOTAL</b>	<b>5.120</b>	<b>404</b>	<b>54</b>	<b>224</b>	<b>5.354</b>

**QUADRO 133**  
**MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL – TRF**

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	Nomeação	17
	Redistribuição	6
	Requisição/ex. provisório	38
<b>TOTAL</b>		<b>61</b>
Vacância	Aposentadoria	1
	Exoneração	12
	Redistribuição	6
	Falecimento	2
	Posse em cargo inacumulável	5
	Retorno à origem	21
<b>TOTAL</b>		<b>47</b>

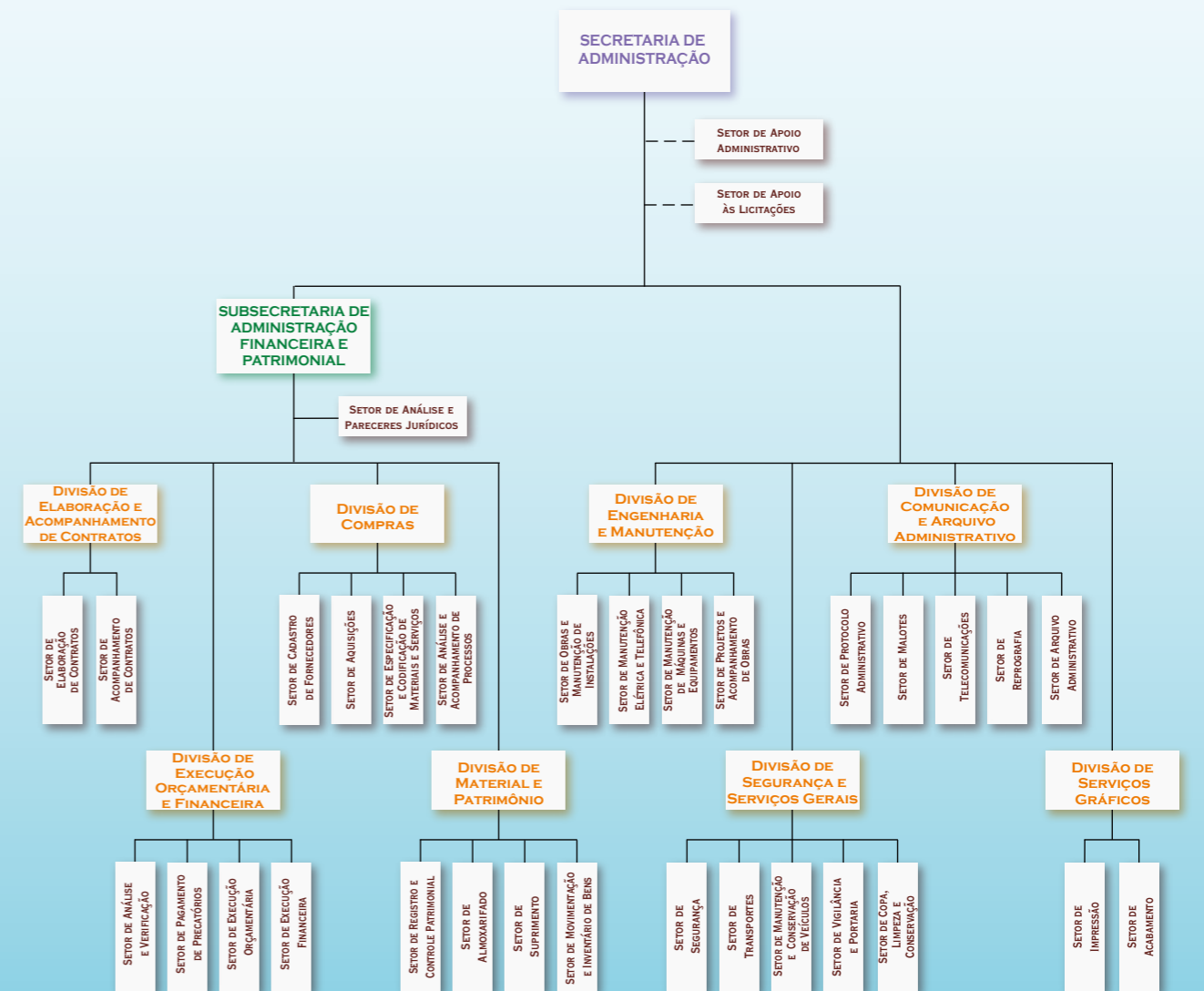
**QUADRO 134**  
**MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU**

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	Nomeação	473
	Redistribuição	1
	Requisição/ex. provisório	36
<b>TOTAL</b>		<b>510</b>
Vacância	Aposentadoria	23
	Exoneração	33
	Redistribuição	1
	Falecimento	5
	Posse em cargo inacumulável	55
Retorno à origem	25	
<b>TOTAL</b>		<b>138</b>



# SECAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

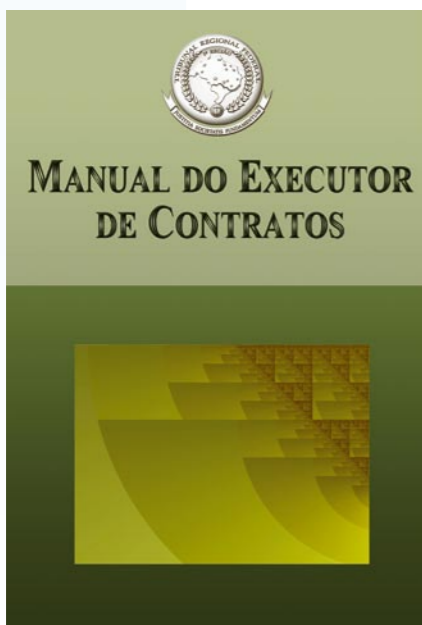


Em atendimento à obrigação regulamentar de facilitar os meios necessários ao funcionamento do Tribunal, a Secretaria de Administração desenvolveu as atividades que lhes são afetas de modo célere e eficaz, mesmo com as dificuldades orçamentárias e, principalmente, com a escassez de recursos humanos ocasionada pela ampliação da composição da Corte e pela implantação dos Juizados Especiais Federais, mantidos os quadros anteriores.

## Aquisições e Contratações

A atividade de aquisição é complexa e exige profissionais altamente qualificados para garantir a legalidade dos procedimentos realizados, quais sejam:

- a) a análise dos processos de aquisição;
- b) o gerenciamento do cadastro de fornecedores;
- c) a organização e manutenção do cadastro de registro e codificação de serviços;
- d) a execução das compras de bens e serviços por contratação direta (dispensas e inexigibilidades);
- e) a instrução de processos de despesas licitáveis para remessa às Comissões Permanentes de Licitação.



Devido à complexidade das atividades desenvolvidas pelo executor de contratos e à necessidade de melhor orientar esse serviço, foi lançado o *Manual do Executor de Contratos*.

O objetivo do manual, longe de esgotar a matéria, é ser guia para os executores de contrato no que diz respeito à elaboração de projetos básicos, aplicação de penalidades, conferência de notas fiscais etc.

As despesas licitáveis são usualmente processadas pelas modalidades tradicionais de Concorrência, Tomada de Preços e Convite e, ainda, pelo inovador Pregão. A prática tem demonstrado o aumento do número de pregões realizados e queda vertiginosa no quantitativo de licitações tradicionais.

O uso do Pregão Eletrônico tem sido particularmente atrativo para o Tribunal nas licitações com grande volume e variedade de itens — materiais de expediente, materiais gráficos e cartuchos — em substituição às tomadas de preços e concorrências.

QUADRO 135  
TEMPO DE DURAÇÃO DAS LICITAÇÕES  
(MENOR PREÇO)

MODALIDADE	DIAS	
	DE	ATÉ
Concorrência	60	150
Tomada de preços	45	95
Convite	10	30
Pregão	15	25

QUADRO 136  
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO

TIPO	QUANTIDADE
Convite	13
Tomada de preços	4
Concorrência	–
Pregão	77
Suprimento de fundos	57
Dispensa de licitação	391
Extrato de inexigibilidade	7

O fato de maior destaque em 2004 nas atividades licitatórias foi a adesão do Tribunal ao Registro de Preços, mecanismo que torna os procedimentos de compra ainda mais rápidos, eficientes e de baixo custo. A inovação traz a possibilidade de se aderir a Pregão realizado por outro órgão da administração pública, reduzindo-se os prazos de negociação em até 5 dias.

A elaboração de contratos é peça imprescindível à execução das atividades de qualquer instituição. As contratações estão presentes no dia-a-dia de todas as pessoas que atuam direta ou indiretamente no Tribunal, pois, a partir delas é que se torna possível desde a manutenção de ambiente agradável, passando pelos convênios da área de saúde, até a colocação de serviços de alta tecnologia à disposição de todos.

QUADRO 137  
**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS  
 PELA ÁREA DE CONTRATOS**

TIPO	QUANTIDADE
Contrato	76
Convênio	3
Ordem de Serviço	106
Despachos	1.291

A atuação do elaborador de contratos, prévia à concretização do acordo, tem como escopo evitar riscos que possam impedir a prestação dos serviços contratados e, assim, obstar a que a prestação jurisdicional alcance seus objetivos.

Em 2004, foram celebrados pelo Tribunal 76 novos contratos, além de acompanhada a execução de 150 contratos já em vigor.

## Obras e Engenharia

Para garantir o bom andamento das atividades judicantes, é necessário que os magistrados e servidores ocupem instalações físicas adequadas, que funcionem a contento. Para tanto, em 2004, foram realizadas as atividades rotineiras de manutenção preventiva e corretiva das instalações do Tribunal, além do atendimento a 2.866 requisições de serviços.

Foram executados e acompanhados os 43 contratos referentes aos serviços prestados e ao fornecimento de água, energia elétrica, telefonia fixa, telefonia celular, à manutenção do sistema de ar condicionado, do sistema de combate a incêndio, de bombas hidráulicas e elétricas, elevadores, aparelhos de fax e máquinas em geral.

Foi concluída e entregue aos usuários a obra da Base Operacional de Serviços Administrativos do Tribunal, para onde foram deslocadas as oficinas e garagens e, inclusive, as carretas dos JEFs itinerantes.



As novas instalações oferecem condições para a realização de praticamente todos os serviços de manutenção de veículos, restando apenas o fornecimento de peças, que será atendido por meio de contratação externa. Além disso, há espaço e condições suficientes para abrigar, também, a Gráfica do Tribunal.

Iniciada em 2003, a obra de construção do Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe foi entregue em 2004. Totalmente realizada pelo Tribunal, consumiu vários meses de trabalho, que englobou a criação do projeto, a construção dos prédios e a escolha e colocação dos acabamentos e jardins.



Construído para tornar-se o centro de qualificação de magistrados e servidores da Primeira Região, o Centrejufe abriga dois grandes prédios: no primeiro, localizam-se o auditório para 330 lugares, as cinco salas de aula e a área para administração; no segundo, estão o restaurante, a lanchonete e 36 apartamentos duplos destinados a hospedar, durante os eventos, juízes e servidores.

Paralelamente às atividades do Tribunal, foram acompanhadas diversas obras e desenvolvidos projetos das Seccionais vinculadas, entre os quais se destacaram a oficina e a marcenaria da Seção Judiciária da Bahia.

QUADRO 138  
APOIO ÀS SEÇÕES E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

LOCAL	FINALIDADE
Campo Formoso e Feira de Santana/BA	Vistoria em edificações para instalação do JEF.
Lavras/MG	Acompanhamento da Prefeitura para escolher o local das instalações do JEF.
Seção Judiciária do Estado da Bahia	Vistoria na obra de reforma do edifício do DNOCS para o JEF.
	Avaliação do Programa de Necessidades para um novo edifício do JEF.
	Participação na Comissão de Licitação para contratação do projeto do novo edifício do JEF.
	Reunião inicial com a empresa contratada para desenvolvimento de projeto para nova sede do JEF.
	Estudo preliminar de projeto em desenvolvimento para nova sede do JEF.
	Avaliação do projeto básico para nova sede do JEF.
	Recebimento dos projetos básicos da nova sede do JEF.
	Análise de projeto executivo de instalações da nova sede do JEF.
Seção Judiciária do Estado de Goiás	Análise de projeto executivo da 2ª etapa da nova sede do JEF.
	Avaliação de espaço para instalação de almoxarifado e arquivo judicial.
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Vistoria técnica na obra SJ/MG.
Seção Judiciária do Estado de Rondônia	Elaboração de projeto básico para reforma de edificação da Subseção Judiciária de Ji-Paraná e fiscalização da reforma em residência funcional em Porto Velho/RO.
	Participação no processo licitatório da obra de reforço estrutural no Edifício-Sede e vistoria na obra de reforma nas residências oficiais.
	Elaboração de projeto do estacionamento.
Seção Judiciária do Estado do Tocantins	Assessoramento técnico em contrato de instalação do Edifício-Sede.
Seção Judiciária do Estado do Acre	Recebimento definitivo da obra do Edifício-Sede.
	Elaboração de projeto da cobertura do estacionamento.
Seção Judiciária do Estado do Amapá	Elaboração de projeto básico para instalação elétrica e vistoria na estrutura do prédio.
	Vistoria na obra de reforço estrutural no Edifício-Sede.
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	Vistoria técnica e 3ª medição da obra da nova sede.

LOCAL	FINALIDADE
Seção Judiciária do Estado do Pará	Elaboração de projeto básico para instalação de banheiros em gabinetes e reforma em pontos críticos.
Seção Judiciária do Estado do Piauí	Vistoria técnica na obra da SJ/PI.
Subseção de Juiz de Fora/MG	Levantamento de dados para elaboração de programas de necessidades para construção de nova sede.
Subseção de Uberaba/MG	Levantamento de dados para elaboração de programas de necessidades para construção de nova sede.
Subseção Judiciária de Iheus/BA	Recebimento provisório de serviços de pavimentação, arborização e iluminação do estacionamento externo.
	3ª medição da construção do estacionamento.
	Recebimento definitivo de um elevador com cabine para transporte de cadeira de rodas.
	Recebimento definitivo da obra do estacionamento.
Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	1ª reunião técnica acerca da elaboração dos projetos do Edifício-Sede.
	2ª reunião técnica para recebimento do anteprojeto do Edifício-Sede.
	Recebimento do projeto executivo da Subseção Judiciária.
	Recebimento do projeto executivo e assessoria para elaboração do edital de contratação para obra do Edifício-Sede.
Subseção Judiciária de Marabá/PA	Elaboração de projeto básico para reforma e adaptações no Edifício-Sede.
	Elaboração de projeto do estacionamento.
	Elaboração de passarela coberta.
Subseção Judiciária de Santarém/PA	Elaboração de projeto básico para reforma e adaptações no Edifício-Sede.
Subseção Judiciária de Tabatinga/AM	Medição na obra do Edifício-Sede.
	Termo de vistoria da obra para entrega provisória.
	Verificação da obra para a lavratura do Termo de Recebimento Provisório e inauguração.
	Recebimento definitivo da obra.
Anápolis/GO	Avaliação: implantação de uma Vara Federal com Juizado Adjunto.
São Luís/MA	Verificação e inspeção de quadros elétricos e redes elétricas.
Caxias do Sul/RS	Vistoria técnica no ônibus do Juizado Especial Federal itinerante.

## Execução Financeira

**QUADRO 139**  
**EXECUÇÃO DA DESPESA POR SUBATIVIDADE**

SUBATIVIDADE	TRF		SEÇÕES		APLICAÇÃO DA DESPESA REALIZADA %
	DESPESA REALIZADA	DESPESA RESTOS A PAGAR	DESPESA REALIZADA	DESPESA RESTOS A PAGAR	
Pessoal ativo e inativo	128.226.288,20	737.533,17	0,00	0,00	17,53%
Despesas administrativas	22.470.681,54	5.349.728,71	4.441.621,89	306.185,30	3,68%
Auxílio-refeição/ transporte/pré-escolar	7.235.603,72	82.405,52	0,00	0,00	0,99%
Assistência médico-odontológica	3.316.388,17	9.609,43	1.201.615,73	0,00	0,62%
Implantação dos Juizados Especiais Federais	0,00	0,00	0,00	234.000,00	0,00%
Implantação dos Juizados Especiais Cíveis	0,00	0,00	7.122,00	1.253.100,00	0,00%
Implantação do Sistema Integrado de Gestão	0,00	0,00	1.003.500,37	3.423.745,00	0,14%
Modernização das instalações	0,00	0,00	0,00	46.400,00	0,00%
Reforma do Edifício Anexo I – TRF	708.614,85	91.385,15	0,00	0,00	0,10%
Treinamento	388.151,84	10.015,00	23.819,56	78.800,00	0,06%
Obra Centrejufe	64.121,69	225.878,31	0,00	0,00	0,01%
Precatórios/RPV – União	398.213.129,91	15.491.560,95	0,00	0,00	54,44%
Precatórios/RPV – entidades	164.145.989,32	4.695.496,81	0,00	0,00	22,44%
<b>TOTAL</b>	<b>724.768.969,24</b>	<b>26.693.613,05</b>	<b>6.677.679,55</b>	<b>5.342.230,30</b>	<b>100,00%</b>

**QUADRO 140**  
**CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR SUBGRUPO – TRIBUNAL**

SUBPROJETO / ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
Pessoal ativo	117.203.000,00	116.590.394,33	612.605,60	100,00%	99,48%
Pessoal inativo	11.766.000,00	11.635.893,87	124.927,57	99,96%	98,89%
Julgamento de causas	27.854.799,89	22.470.681,54	5.349.728,71	99,88%	80,67%
Sentença Judicial – RPV	413.704.690,86	398.213.129,91	15.491.560,95	100,00%	96,26%
Capacitação de RH	485.430,00	388.151,84	10.015,00	82,02%	79,96%
Auxílio-transporte	102.500,00	66.154,84	36.336,40	99,99%	64,54%
Auxílio-alimentação	6.236.000,00	6.218.393,21	17.606,79	100,00%	99,72%
Assistência pré-escolar	979.518,00	951.055,67	28.462,33	100,00%	97,09%
Assistência médico-odontológica	3.326.000,00	3.316.388,17	9.609,43	100,00%	99,71%
Centrejufe	290.000,00	64.121,69	225.878,31	100,00%	22,11%
Reforma do Ed. Anexo I	800.000,00	708.614,85	91.385,15	100,00%	88,58%
<b>TOTAL</b>	<b>582.747.938,75</b>	<b>560.622.979,92</b>	<b>21.998.116,24</b>	<b>99,98%</b>	<b>96,20%</b>

**QUADRO 141**  
**CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – TRIBUNAL**

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
1 – Pessoal e Encargos Sociais	358.907.956,05	345.177.465,34	13.725.312,08	61,60%	61,57%
3 – Outras Despesas Correntes	214.272.454,32	207.941.503,74	6.213.414,36	36,76%	37,09%
4 – Investimentos	3.569.000,00	1.558.502,68	2.006.369,58	0,61%	0,28%
5 – Inversões Financeiras	5.998.528,38	5.945.508,16	53.020,22	1,03%	1,06%

\* Dados extraídos do SIAFI.

QUADRO 142

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR SUBGRUPO – SECCIONAIS

SUBPROJETO / ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
Julgamento de causas	4.754.313,07	4.441.621,89	306.185,30	99,86%	93,42%
Assistência médico-odontológica	1.201.705,00	1.201.615,73	0,00	99,99%	99,99%
Instalação de Juizados Especiais Cíveis	1.260.884,42	7.122,00	1.253.100,00	99,95%	0,56%
Instalação do Sistema Integrado de Gestão	4.429.143,37	1.003.500,37	3.423.745,00	99,96%	22,66%
Capacitação de RH	118.727,64	23.819,56	78.800,00	86,43%	20,06%
Modernização de instalações	50.904,80	0,00	46.400,00	91,15%	0,00%
Instalação de Juizados Especiais Federais	234.000,00	0,00	234.000,00	100,00%	0,00%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.359,00	2.167,30	187,50	99,82%	91,87%
<b>TOTAL</b>	<b>12.052.037,30</b>	<b>6.679.846,85</b>	<b>5.342.417,80</b>	<b>99,75%</b>	<b>55,43%</b>

\* Dados extraídos do SIAFI.

QUADRO 143

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – SECCIONAIS

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
3 – Outras Despesas Correntes	6.614.299,38	5.942.479,85	649.937,80	54,84%	88,96%
4 – Investimentos	5.437.737,92	737.367,00	4.692.480,00	45,16%	11,04%
<b>TOTAL</b>	<b>12.052.037,30</b>	<b>6.679.846,85</b>	<b>5.342.417,80</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

QUADRO 144

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – PRECATÓRIOS

CATEGORIA DE GASTO	1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 – INVESTIMENTOS	5 – INVERSÕES FINANCEIRAS	TOTAL
Crédito Provisionado	53.243.747,72	107.772.501,67	0,00	7.825.236,74	168.841.486,13
Crédito Liquidado	53.243.746,57	103.077.006,01	0,00	7.825.236,74	164.145.989,32
Crédito A Liquidar	1,15	4.695.495,66	0,00	0,00	4.695.496,81
Crédito Pré-empenhado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crédito Disponível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exec Orç %	31,53%	63,83%	0,00	4,63%	100,00%
Exec Fin %	32,44%	62,80%	0,00	4,77%	100,00%

QUADRO 145

CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO	CRÉDITO LIQUIDADO	CRÉDITO A LIQUIDAR	EXEC. ORÇ. %	EXEC. FIN. %
1 – Pessoal e Encargos Sociais	412.151.703,77	398.421.211,91	13.725.313,23	53,98%	54,47%
3 – Outras Despesas Correntes	328.659.255,37	316.960.989,60	11.558.847,82	43,03%	43,33%
4 – Investimentos	9.006.737,92	2.295.869,68	6.698.849,58	1,18%	0,31%
5 – Inversões Financeiras	13.823.765,12	13.770.744,90	53.020,22	1,34%	1,88%
6 – Amortizações Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>763.641.462,18</b>	<b>731.448.816,09</b>	<b>32.036.030,85</b>	<b>99,53%</b>	<b>100,00%</b>

## Comunicações Administrativas

Com o objetivo de agilizar os procedimentos de autuação de processos administrativos, foi implementado formulário eletrônico, disponível diretamente no Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos – SISPra, do que resultou a melhora do atendimento às unidades do Tribunal.

A partir da implantação efetiva do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, tornou-se possível o envio dos documentos armazenados nas unidades administrativas — arquivos setoriais — para guarda pelo arquivo central.

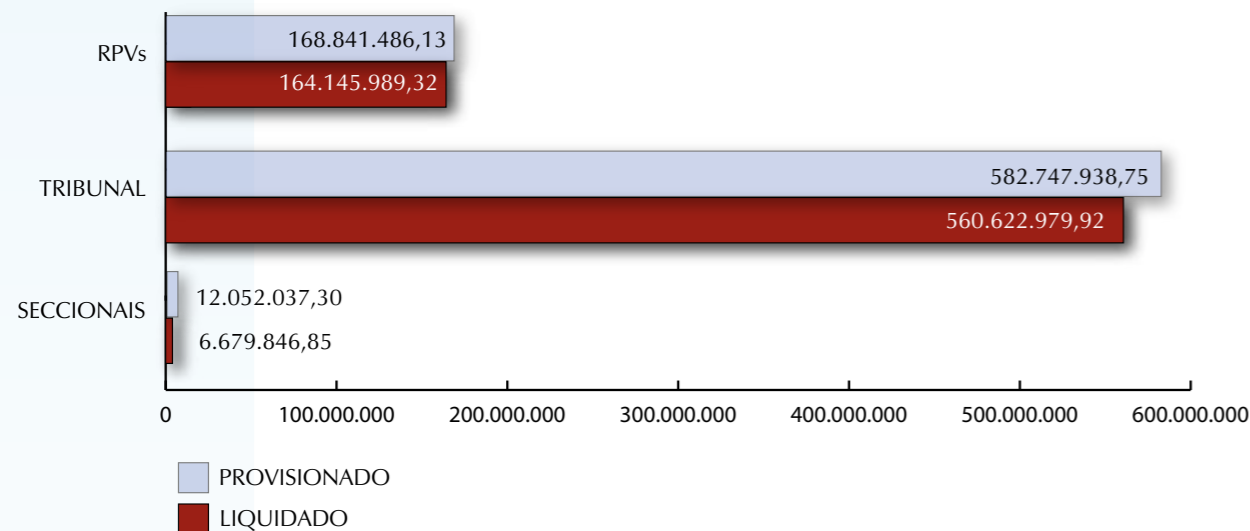
Foram retomadas, então, as atividades de recebimento e guarda de documentos administrativos, especialmente porque o Sistema de Arquivo Administrativo – SIARQ, cujo objetivo é o controle do acervo documental, encontra-se em fase de conclusão, com implantação prevista para 2005.

O Arquivo Central Administrativo destinou horário para atender aos interessados em aprender ou aperfeiçoar os procedimentos de classificação dos documentos administrativos, objetivando dar seguimento às medidas indispensáveis para o envio e descarte de documentos.

Os serviços de reprografia começaram a ser modernizados com a substituição dos maquinários obsoletos por equipamentos reprográficos de ponta, que conferem maior qualidade e eficiência aos serviços desenvolvidos.



GRÁFICO 15  
CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO



QUADRO 146  
COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇO	TIPO	QUANTIDADE
Processos administrativos	autuados	8.045
	arquivados	10.116
Matérias encaminhadas para publicação	diários oficiais	2.958
	Jornal de Brasília	68
Telegramas	transmitidos	1.883
	recebidos	-
Fax	transmitidos	2.970
	recebidos	3.192
Reprografia	tiragem de cópias	1.466.035
	custas recolhidas	195.528,73 (reais)
Documentos entregues	SJ/DF	11.217
	CJF	424
	STJ	2.419
Documentos postados	registrado	6.002
	registrado com AR	15.848
	simples e impressos	22.470
	mão própria	2.649
	sedex	3.904
	PAC	1.344
	TOTAL	52.217
<b>TOTAL DE DOCUMENTOS</b>		<b>68.318</b>
Malote		9.362
Processos judiciais enviados	Seccionais da 1ª Região	42.096
	Comarcas e demais TRFs	6.013

## Administração de Material

A administração dos materiais de consumo e permanente engloba as atividades de registro, controle e distribuição, assim como a organização dos depósitos.

Para possibilitar a aquisição via pregão eletrônico, continuou a ser realizada, em 2004, a atividade de catalogação de todo o material de consumo no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, módulo de catalogação.

QUADRO 147  
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

SERVIÇO	QUANTIDADE
Requisições de material atendidas	6.904
Notas fiscais atestadas	804
Pedidos de aquisição de material (PAM) emitidos	410
Livros tombados	1.597
Bens patrimoniais tombados	4.314
Termos de responsabilidades emitidos	2.358
Bens patrimoniais cedidos/doados	155
Bens patrimoniais baixados	18



## Serviços Gráficos

Em 2004, a demanda por serviços gráficos teve considerável aumento, resultante da modernização e da maior especialização das unidades que editoram e elaboram as publicações, da implantação de novos Juizados Especiais Federais e do intenso ritmo observado nas atividades de capacitação.

Em 2005, há previsão de deslocamento físico da Gráfica para o prédio da Base Operacional de Serviços Diversos, uma vez que a área projetada dispõe de espaço maior e mais adequado à produção.

**QUADRO 148**  
**REPRODUÇÃO GRÁFICA**

	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
Juizados Especiais Federais	Manuais	950
	Capas para processos	1.000
	Cartazes	5.500
	Fôlderes	27.000
	Cartilha do Juizado Especial Federal Virtual – 2ª edição	15.000
	Catálogo dos Juizados Especiais Federais Itinerantes	5.000
	Convites	1.000
IX Feira de Saúde	Destaque Especial – Feira de Saúde	2.000
	Convite e programação (fôlder)	1.500
	Folheto: Teste seu Estresse	1.800
	Folheto: Pirâmide de Alimentos	500
	Livreto: Portas para a Saúde Mental	1.000
	Livreto: Dicas de Nutrição	1.000
	Livreto: Como Elaborar seu Currículo	1.000
	Manual do Usuário do Serviço Médico	1.000

	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE
Outras publicações	Revista do TRF – 1ª Região	12.100
	Cartaz da Revista do TRF	2.190
	Índice Geral da Revista	370
	Revista Jurídica da Bahia – vol. III	700
	Revista Jurídica da Bahia – vol. IV	600
	Catálogo Telefônico da Bahia – 2003	300
	Revista Circulus – 3ª edição – SJ/AM	600
	Destaque Mensal	20.000
	Destaque Especial: 2 anos de gestão do Dr. Catão	3.000
	Destaque Especial: 15 anos do TRF – 1ª Região	1.500
	Provimento Geral Consolidado – Justiça Federal	300
	Regimento Interno do TRF – 1ª Região	1.100
	Série Insignes	1.000
	Manual de Comunicações Administrativas	1.000
	Regimento Interno da Corregedoria	50
	Relatório de Atividades Anual – 2003	350
	Certidões de redistribuição	15.000
	Impresso para emissão de documento forense	15.000
	Pastas para documentos administrativos	3.000
	Certificados	2.000
	Manual do Candidato – X Concurso para Juiz Federal	2.300
	Livreto: Bem-Vindo ao TRF	1.000
	Livreto: Cerimonial Público	300
Livreto: Nossas Melhores Receitas – vol. II	800	
Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência	1.426	
Livreto: Súmulas do TRF – 1ª Região	850	
Capas para processos	60.500	
Planilha de autuação de processos	60.000	
Guia do PCTT	200	

## Segurança e Serviços Gerais

A boa prestação jurisdicional depende da tranquilidade dos magistrados e servidores para realizar suas atividades. Com o fim de garantir a tranquilidade necessária, existe o serviço de segurança, cuja missão é proteger o patrimônio do Tribunal, as pessoas que nele trabalham ou que visitam suas instalações, em busca de justiça.

O Tribunal, consciente dessa necessidade, vem dotando a área de segurança de pessoal capacitado a manusear ferramentas cada vez mais modernas. Assim, em 2004, foram testados e instalados sistemas de controle de acesso de última geração, inclusive aparelhos de detecção de metais capazes de identificar as pessoas que estejam portando armas.



A partir de parceria com empresa especializada em alta tecnologia de segurança, foi realizado, no Edifício-Sede do Tribunal, teste de aparelhagem destinada ao controle de entrada e saída de volumes.

Além da segurança interna, prestada no dia-a-dia, foram cobertos 89 eventos realizados pelo Tribunal, cuja clientela compreendia, também, autoridades de outras instituições. Foi prestado serviço de apoio a 697 sessões de julgamento.

Como a experiência é a melhor arma nos momentos de emergência, os magistrados, servidores e visitantes do Edifício Dona Marta participaram de simulação de abandono emergencial do prédio. O exercício alcançou os objetivos esperados.

Com o objetivo de dar apoio a eventuais ocorrências de auxílio e assistência entre as portarias dos edifícios do Tribunal e estacionamentos, foi criado o Serviço Externo de Rondas – SER.



O SER executa rondas com deslocamentos e rotas indefinidas no período das 18h30 às 20h30, em viatura especialmente equipada para esse fim.

Diferentemente do serviço de segurança pública, o SER realiza apenas atividades de apoio preventivo e de assistência, tais como chamamento de polícia ou de socorro mecânico e escolta e acompanhamento de servidores ao local de estacionamento de seus veículos.

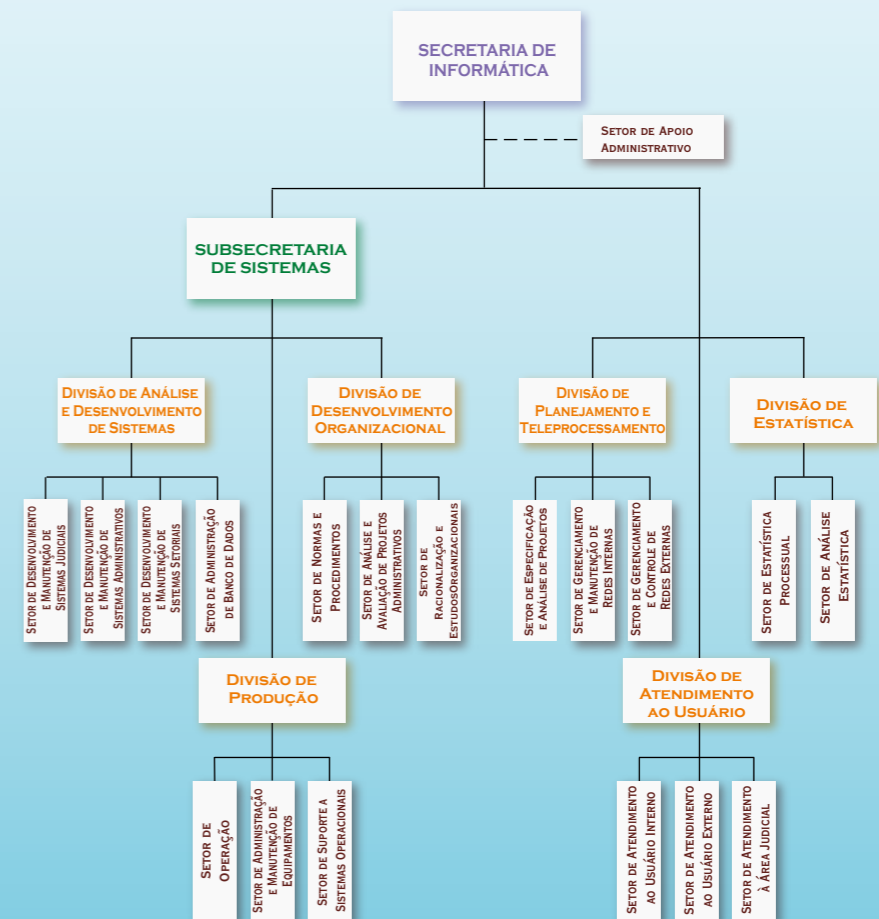
QUADRO 149  
SERVIÇOS GERAIS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Confecção de chaves e fechaduras	186
Afixação em quadros de aviso	168
Entrada de pessoas	109.999
Entrada de material	4.808
Saída de material	4.244
Solicitação de serviços de segurança	786
Requisição de viatura/motorista	6.783
Manutenção de veículos oficiais	31

A prestação de serviços gerais, em 2004, manteve-se dentro da normalidade. Na área de transportes, foram atendidas 6.783 requisições de veículo/motorista, perfazendo um total de 147.631 quilômetros rodados.

# SECIN

SECRETARIA DE INFORMÁTICA



A informática, também chamada de tecnologia da informação, é instrumento tanto para otimizar as atividades administrativas como para facilitar o acesso à informação. O resultado da utilização da informática é o aumento da eficiência na gestão dos recursos financeiros, operacionais e humanos.

Assim, a Secretaria de Informática – Secin primou pela interação de tecnologias e programas que levassem à modernidade exigida pela Corte. Tal modernização aborda desde o novo leiaute da página da internet do Tribunal e Seccionais até a transmissão ao vivo dos julgamentos, pela *web*, o Sistema de Execução Fiscal Virtual e o JEF virtual entre outras ações.

As Seccionais também incorporaram parcela importante dos sistemas implantados no Tribunal, respeitadas as peculiaridades locais.



Com o objetivo de implantar nos demais TRFs o sistema de recursos humanos já utilizado pelo TRF – 1ª Região, foi promovido debate com servidores das áreas de informática e de recursos humanos dos cinco Tribunais, em que se discutiram estratégias para a implantação padronizada do sistema, em particular quanto aos seguintes temas:

- plataforma e processos de desenvolvimento;
- processos de recursos humanos;
- estratégia de suporte, gerenciamento e acompanhamento.

A idéia de padronizar os sistemas de recursos humanos tem como objetivos principais a racionalização dos recursos públicos, a redução dos custos nas Seções Judiciárias e a criação de possibilidades de troca de experiências por meio de debates.

Esse trabalho consagra a qualidade dos sistemas do Tribunal, pois o programa de recursos humanos desenvolvido pela Primeira Região será adotado como padrão em toda a Justiça Federal. Ainda, em colaboração com outras unidades do Poder Judiciário, a Secin cedeu o Sistema Administrativo de Recursos Humanos – SARH ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que o adotou plenamente.

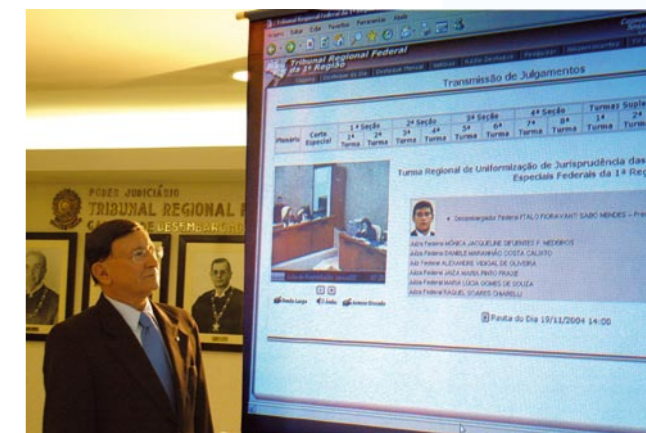
O Tribunal desenvolveu tecnologia de ponta para atender à Justiça Federal da Primeira Região e oferecer à comunidade prestação jurisdicional mais célere nas causas com valor de até 60 salários mínimos. Trata-se do sistema dos Juizados Especiais Virtuais. Seis desses juizados já foram devidamente instalados — nas Seções Judiciárias do Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, de Mato Grosso e do Distrito Federal, seccional pioneira na utilização do processo virtual desde 2003.

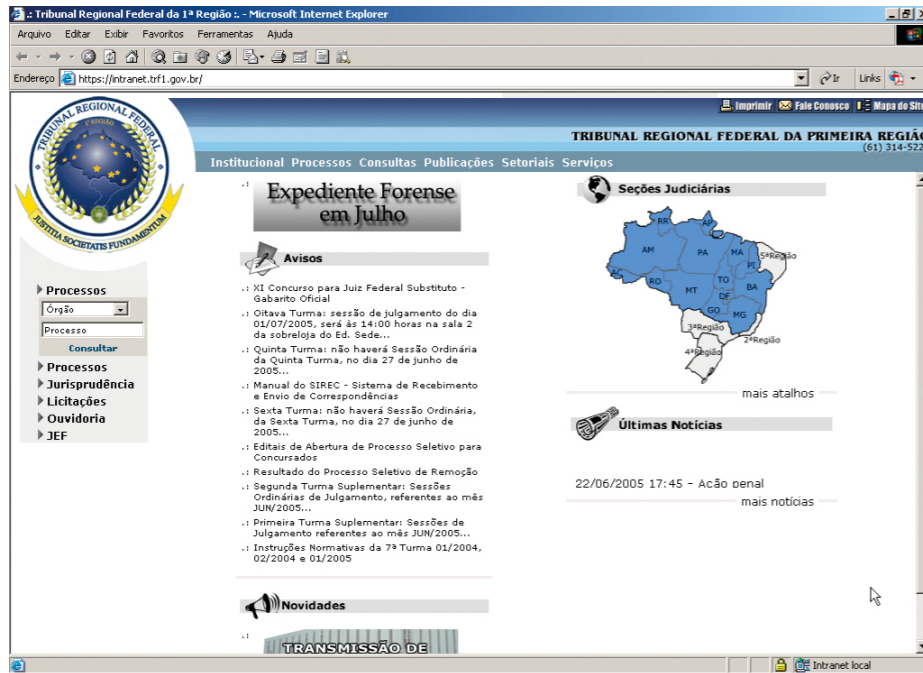


A equipe de informática do Tribunal, responsável direta pela implantação dos Juizados Virtuais, envidou-se na concretização do projeto. Em apenas cinco meses, o grupo desenvolveu o novo sistema, que eliminou o papel e garantiu mais agilidade aos julgamentos dos Juizados da Primeira Região.



Um dos grandes avanços tecnológicos alcançados pelo Tribunal, em 2004, foi o lançamento do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística na Internet – SIDJOR, que tem como objetivo transmitir em tempo real as sessões de julgamento realizadas na Casa.





Prevista para 2005, a remodelagem da página eletrônica do Tribunal foi realizada já em 2004. O novo leiaute se baseia no trabalho apresentado pelo vencedor do concurso para as páginas de toda a Primeira Região. A partir do início de 2005, serão adequadas as páginas de todas as Seccionais ao leiaute escolhido, bem como padronizados os menus e submenus. Foram reprogramadas, ainda, as páginas da Rádio Destaque, TV Destaque, Transmissão de Julgamentos, Sistema de Gerenciamento de Notícias e Programação de Eventos.

A consolidação e a expansão dos sistemas implantados foram a prioridade da Secin no decorrer de 2004. Os trabalhos foram direcionados para a agilização da prestação jurisdicional, disponibilizando-se às partes, aos advogados, aos magistrados e aos servidores o acesso interativo dos procedimentos processuais. Paralelamente, as manutenções dos sistemas possibilitaram ajustes e modificações de porte, permitindo interatividade às áreas afetas, sem perdas de produtividade. Exemplo de sucesso foi a remodelação do Envio Eletrônico. O SIATE também foi reestruturado, o que proporcionou *feedback* e melhor gerenciamento dos procedimentos de suporte.

QUADRO 150  
EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

SISTEMA / PROGRAMA	FASE
JURIS – Sistema Processual de 2ª Instância	Criação de mecanismo de integração entre o SIGET e o JURIS para criação e controle de documentos relacionados ao sistema processual de 2ª instância.
	Correção de módulo de requisição de processos ao gabinete, para juntada de petição.
	Alteração no módulo da Presidência, para permitir sistema de versões de ementas.
	Alteração no módulo de aviso de processos, possibilitando definir seu tempo de vencimento e sua automática exclusão.
	Implementação de mecanismo de filtragem das fases passíveis de lançamento por órgão julgador.
	Desenvolvimento da guia de encaminhamento de petições para recuperação no destinatário.
Precatório / RPV	Implementação de mecanismo de registro automático de órgão (processante) responsável pelo lançamento de fase.
	Criação da requisição de pagamento <i>on-line</i> (PREC/RPV) do sistema processual carga automática nos sistemas JURIS e Precatório.
	Criação de cálculo nos programas de autorização de pagamento de RPV – valor a pagar por beneficiário.
	Emissão de LP (Lista de Processos) e RB (Relação de Beneficiários) – geração de arquivo texto para o SERPRO.
Execução Fiscal Virtual	Envio de arquivo Access para o CJF com RPVs distribuídas no mês – geração mensal automática.
	Certificação dos usuários.
	Desenvolvimento da interface de digitalização.
	Produção de consultas processuais internas e <i>web</i> , relatórios, cadastros e arquivamentos.
	Digitalização.
	Consolidação do protocolo digital – cadastro de documentos e petições vindas da internet.
	Análise de processo – fases internas (gabinete).
	Análise de prevenção – módulo onde cairão todas as petições verificadas.
	Implementação da Central de Mandados.
	Anexação de planilhas e cálculos no módulo Contadoria.
Classificação por grupo, tipo, destinação e modelo – módulo de documentos.	

SISTEMA / PROGRAMA	FASE
SARH (Sistema de Recursos Humanos)	Criação de novo módulo de férias decorrente da Resolução n. 383 do CJF.
	Emissão de relatórios atuariais para o CJF (ativos, dependentes, pensionistas e aposentados).
	Emissão de Relatório do Quantitativo de Servidores Ativos, Inativos e Instituidores de Pensão por Classe e Padrão, Área e Especialidade, para enviar ao CJF.
	Geração de um arquivo-texto com os dados cadastrais dos servidores do TRF para atualizar o sistema da Biblioteca.
Folha de Pagamento	Geração de cálculos de folhas suplementares de pagamento.
	Elaboração de novas rotinas solicitadas pelo diretor de RH e Pagamento.
	Alteração e/ou desenvolvimento de programas para atender solicitações do CJF.
	Geração de arquivos para a Previdência Social, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Caixa Econômica Federal, a Receita Federal e outros.
SISTAQ – Sistema de Taquigrafia	Desenvolvimento de rotinas para tornar virtual todo o processo de elaboração das notas taquigráficas.
SNCJ – Sistema Nacional de Cálculo Judicial	Criação do módulo — cálculo de benefícios previdenciários.
	Opção para comparar cálculos na tela de impressão.
	Tratar os dados complementares da base do SIAPE.
	Rateio precatório: aproveitar os valores do sistema de precatório do TRF – 1ª Região.
	Configuração, de forma dinâmica, das funções das teclas ENTER/TAB nas telas de inserção de dados.
	Opção de copiar parcelas em planilhas acessórias.
Rol de Culpados	Analisar a base de fichas financeiras da Universidade Federal de Uberlândia para aproveitamento no sistema.
	Validação dos dados com os usuários.
Certidões Nacionais	Criação do modelo de dados conjuntamente com o CJF e demais TRFs.
	Criação das tabelas de carga.
	Criação da <i>package</i> de banco para carga inicial e incremental de todos os bancos da 1ª Região para envio ao CJF.
	Testes e validações da carga.

QUADRO 151  
ATIVIDADES GERAIS DESENVOLVIDAS NOS SISTEMAS DO TRF

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA / MÓDULO / PROGRAMA
Alteração/Modificação	Módulo de reatuação/restauração de atuação de processos (JURIS).
	Módulo de sinopse de aviso e distribuição (JURIS).
	Cadastro de advogados – implementação do histórico de punição – Juris
	Modificação da rotina de GRPJ para possibilitar a emissão de várias guias ao mesmo tempo, com destinos e órgãos diferentes.
	Sistemas (Oracle e Mumps) para possibilitar tratamento de livros como material de consumo de uso duradouro (SICAM).
	Sistema para voltar a tratar os livros como material permanente (SICAM).
	Confecção de folhas ordinárias, suplementares, diferenças salariais e programas de DIRF, PASEP, RAIS.
	Confecção de gráficos e relatórios estatísticos.
Criação	Relatório para emissão de etiqueta de todas as partes que compõem o processo (JURIS).
	Módulo para controle de processos criminais nos gabinetes (JURIS).
	Rotina de publicação do Boletim estatístico dos juizes dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais.
	Emissão de etiqueta com numeração de ofícios (precatório).
	Relatórios de certidão “Nada Consta” e “Nada Consta Penal” (JURIS).
	Protocolo dos ofícios gerados – inclusão no SIREC.
	Programa de gerenciamento de cadastramento do Pro-Social.
	13 relatórios para o programa de cadastro de beneficiários do Pro-Social.
	Relatório de médicos por especialidade e local de atendimento (disponível para todos os servidores do TRF).
	Relatório de auxílios por período para a DIPAG oriundos do Pro-Social.
	Cadastro de usuários e acesso para uso de módulos do sistema (JURIS).
	Programa para lançamento de notas dos candidatos e novas consultas do sistema (monografia).

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA / MÓDULO / PROGRAMA
Criação	Sistema de estatística da 2ª instância.
	Rotina de produtividade dos juízes substitutos.
	Relatórios estatísticos dos Juizados Especiais Federais Virtuais.
	Relatório de estatística do quantitativo de servidores do quadro, sem vínculo, requisitados, com licenças e afastamentos.
	Controle de qualidade do sistema, com avaliação <i>on-line</i> das solicitações pelo usuário solicitante (SIATE).
	Sistema de pedidos internos.
Desenvolvimento	Validação do sistema com usuário (SIARQ).
	Acórdão, Acórdão JEF e Decisão Monocrática (DIAJU), Súmula, Súmula JEF e Análise Comparativa de Jurisprudência (DIDIV) – SEJIN.
	EPROCJEF PARA ATUAR COMO WINDOWS SERVER – Programa que leva as petições enviadas de maneira eletrônica através do programa e-Proc para o sistema JEF Virtual.
	Validação do sistema com usuário (malote).
	Compatibilização do sistema com o sistema JURIS.
	Ampliação do sistema para atender Turmas (geração automática de ofícios).
	Inclusão de corpo clínico da AMHPDF e AMAI (mais de 6.000 profissionais e suas respectivas especialidades de atendimento).
	Adaptação do JURIS para trabalhar com processos da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs.
	Rotina para definir juiz convocado como responsável por acervo, devido à vacância de desembargador.
	Simplificação da rotina de parâmetros da ata de distribuição.
	Unificação de rotinas de alteração de dados processuais (origem, parte, advogado, números de volumes etc.).
	Desenvolvimento de novas rotinas do Sistema de Concurso para rodarem no TRF e Seções Judiciárias.
	Atualização da carteira funcional/crachá de servidor em exercício provisório para que conste o cargo, em atendimento à Resolução n. 650-002/2004-TRF.
	Desenvolvimento do novo SIATE (levantamento de dados, modelagem e desenvolvimento, testes e produção).
	Envio automático de <i>e-mails</i> para os executores.

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA / MÓDULO / PROGRAMA
Desenvolvimento	Envio automático de solicitações das Seções Judiciárias para o Tribunal.
	Compatibilização do sistema com o Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG (utilizando XML).
	Preparação de procedimento de migração de dados via XML (contratos) para o SIASG.
	Permitir integração com a internet para colher dados dos fornecedores interessados nas licitações (SICAM).
	Enviar <i>e-mail</i> automaticamente para avisar do vencimento de contratos (SICAM).
	Validação do sistema com usuário (malote).
	Compatibilização do sistema com o sistema JURIS.
	Ampliação do sistema para atender Turmas (geração automática de ofícios).
Cargas	Base do BRS para o Oracle (Jurisprudência).
	<i>Approach</i> para Oracle.

QUADRO 152  
 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CONJUNTO COM AS SECCIONAIS

SISTEMA	ATIVIDADE – MÓDULO / PROGRAMA / SISTEMA
Processual de 1ª Instância	Redistribuição dos processos na criação de diversas varas do JEF das Subseções Judiciárias do Distrito Federal, Minas Gerais, Acre, Mato Grosso, Amapá, Roraima, Amazonas e Maranhão.
	Relatórios de inspeções.
	Implantação da Compensação Agrária para as varas agrárias.
	Desenvolvimento e implantação do Sistema de Requisição <i>on-line</i> de Pequeno Valor (RPV) para a COREJ.
	Implantação de 18 novos modelos de cartas de mandados.
	Implantação do SIGET na Seção Judiciária de Minas Gerais, Bahia e Maranhão.
	Implantação da nova tabela de movimentações para os JEFs e Turmas Recursais.
	Sistema estatístico da 1ª Região contemplando a tabela de assuntos.
	Rotina de impressão dos relatórios das Turmas Recursais Virtuais.
	Sistema de Consulta aos Dados Estatísticos da Justiça Federal de 1ª Instância.
	Implantação do Sistema JEF VIRTUAL em 8 Seccionais (DF, TO, AP, RR, AC, PI, MT e RO).
	Redistribuição processual no DF e AC (JEF VIRTUAL).
	Liberação da tabela de procedimentos (programa de cadastramento Oracle) para as Seções Judiciárias de Rondônia, Pará e Distrito Federal.
	Descentralização de análise de processos de pagamento de credenciados entre a SJ/DF e o TRF.
	Instalação dos sistemas SISPRA e SICAM nas Seções Judiciárias do DF e BA.
	Instalação do sistema SIATE nas Seções Judiciárias do DF, RO e BA e adaptação para as demais Seções Judiciárias.
	Instalação dos sistemas SISPRA e SICAM nas Seções Judiciárias do DF e BA.
	Implantação do SIGET VARA na secretaria e gabinete da 4ª Vara/DF.
	Sistema SIGET JF implantado nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Bahia.
	SIGET VARA – Sistema Gerenciador de Textos da Justiça Federal (vara comum).
Catalogador Virtual de Sentenças – Justiça Federal (JEF).	
SIGET JF – Sistema Gerenciador de Textos da Justiça Federal (JEF).	

QUADRO 153  
 TREINAMENTOS REALIZADOS

EVENTO	MÓDULO / CLIENTELA
Processual de 1ª Instância	Distribuição / protocolo – SJ/MG Juizes e servidores – SJ/MA
Execução Fiscal Virtual	Certificação, estações de trabalho, segurança, usuários e balcão de atendimento
JEF Virtual	Treinamento em 8 Seccionais
SISPRA – SIATE	Usuários das SJ/DF, SJ/BA e SJ/RO
Monografia	Usuários – TRF
Portaria	Usuários – TRF
Corregedoria	Usuários – TRF
SIGET JF	SJ/PA
SIGET VARA	4ª Vara SJ/DF
Word básico	Servidores do TRF
Certificação digital	Treinamento de 2 servidores



## Gestão Documental

Instituído por meio da Resolução 217/1999 do Conselho da Justiça Federal e adotado pelo Tribunal em 2001, o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT teve sua obrigatoriedade normatizada em 2004.

A Portaria Presi/650-558/2004 tornou obrigatória a classificação de todos os documentos administrativos da Primeira Região de acordo com o PCTT. Tornaram-se obrigatórios, também, os procedimentos de descarte e de envio de documentos aos arquivos centrais, nos períodos definidos na IN-14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos.



Dando continuidade aos trabalhos de implantação do PCTT na Primeira Instância, foram realizados treinamentos nas Seccionais de Goiás, Bahia e Maranhão.

Servidores e dirigentes participam de palestra de sensibilização – SJMA.



Classificação prática de documentos na Seccional de Goiás.



Classificação prática de documentos na Seccional do Maranhão.

**QUADRO 154**  
**ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE – PCTT**

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Atualização da Tabela de Temporalidade de acordo com a Resolução 359/2004 do CJF.	Correções realizadas. Tabela pronta para ser disponibilizada na intranet e para impressão do original para as Seccionais.
Atualização da Tabela de Temporalidade de acordo com a Resolução 393/2004 do CJF.	Consolidação das alterações iniciada.
Propostas de ajustes na Tabela de Temporalidade.	Proposta enviada para o CJF.
PCTT no Tribunal – classificação dos relatórios de todos os sistemas informatizados.	Documentos devidamente classificados e enviados à SECIN.
Atendimento aos usuários sobre classificação de documentos, via e-mail.	60 atendimentos.
Atendimento ao usuário sobre classificação de documentos, por telefone.	20 atendimentos por mês, em média.
Treinamento de usuários do Tribunal para utilização do PCTT.	Todas as unidades da SECJU. Servidores da SECOR.
Implantação do PCTT nas Seccionais.	SJ/GO – março/2004.
	SJ/BA – junho/2004.
	SJ/MA – outubro/2004.

QUADRO 155  
PROJETOS DESENVOLVIDOS

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Padronização do leiaute das páginas eletrônicas do Tribunal e das Seccionais.	Concurso para escolha do leiaute padrão finalizado. Norma de padronização e adoção do novo leiaute concluída, aguardando reunião da Comissão de Avaliação.
Regulamentação do memorando eletrônico.	Norma elaborada, aprovada e publicada – Portaria 650-557 de 28/10/2004. O memorando eletrônico entrou em vigor a partir de janeiro de 2005.
Obrigatoriedade da adoção do PCTT.	Norma elaborada, aprovada e publicada – Portaria 650-558 de 28/10/2004. Estudos realizados em conjunto com a Comissão de Avaliação de Documentos.
Treinamento sobre redação de documentos administrativos com base no <i>Manual de Comunicações Administrativas</i> e na norma de emissão do memorando eletrônico.	Curso “Comunicação Administrativa – ferramentas para excelência”, realizado no período de 17 a 19/11/2004. Foram treinados 162 servidores do Tribunal. Fornecimento do material do curso para as Seccionais que adotarem o memorando eletrônico.

## Comunicação Interna do Tribunal

A necessidade de informatizar rotinas e procedimentos corriqueiros no andamento das atividades administrativas era reivindicação antiga da Corte. Contudo, as dificuldades orçamentárias, aliadas ao acúmulo de serviço e à redução dos quadros de pessoal, têm impedido que sistemas de gerenciamento de documentos – GEDs sejam adquiridos e implantados no Tribunal.

Essa realidade exige a adoção de medidas criativas, sem geração de custos diretos. Assim, foi instituída a Comunicação Interna Eletrônica a partir da utilização de recursos já disponíveis, como a rede informatizada e as caixas de mensagens corporativas das unidades.

Por meio da Portaria Presi 650-557, ficou então determinado que a comunicação administrativa interna da Corte passaria a ser realizada exclusivamente por memorando eletrônico a partir de janeiro de 2005.

Para possibilitar a efetiva adoção do memorando eletrônico, foi promovido evento aberto a todas as unidades do Tribunal, durante o qual foram treinados 167 servidores.

Com essa medida, o Tribunal atendeu à necessidade de agilizar a comunicação entre as unidades, pela criação de mecanismo que promovesse, ainda, sensível economia de recursos financeiros, materiais e humanos.

## Padronização das Páginas Eletrônicas

O grande volume de dados atualmente disponíveis para os usuários da Justiça Federal da Primeira Região trouxe consigo a necessidade de organizar e padronizar a maneira como essas informações são apresentadas nas páginas eletrônicas do Tribunal e das Seccionais.

Para esse fim, foi instituído concurso para a escolha de leiaute padrão das páginas de internet/intranet, com a possibilidade de participação dos servidores do Tribunal e das Seccionais, fato que, além de premiar aqueles que possuísem habilidade de *designer* gráfico, ainda possibilitou estreitar os laços de integração entre os órgãos da Primeira Região.

A Comissão de Avaliação dos trabalhos inscritos, presidida pelo Juiz Federal Bruno Augusto Santos Oliveira, recebeu e analisou 18 trabalhos, dos quais sagrou-se vencedora a proposta do servidor Jaeder Ferraz Ferreira, da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Após a premiação, foi aberta, para visitação, exposição dos trabalhos inscritos.



A Comissão de Avaliação do concurso reunir-se-á com o fim de elaborar proposta de norma para instituir o novo leiaute e, também, definir a disposição padronizada de menus e submenus, como forma de ampliar a qualidade de acesso e de navegação nas páginas da Primeira Região.

QUADRO 156

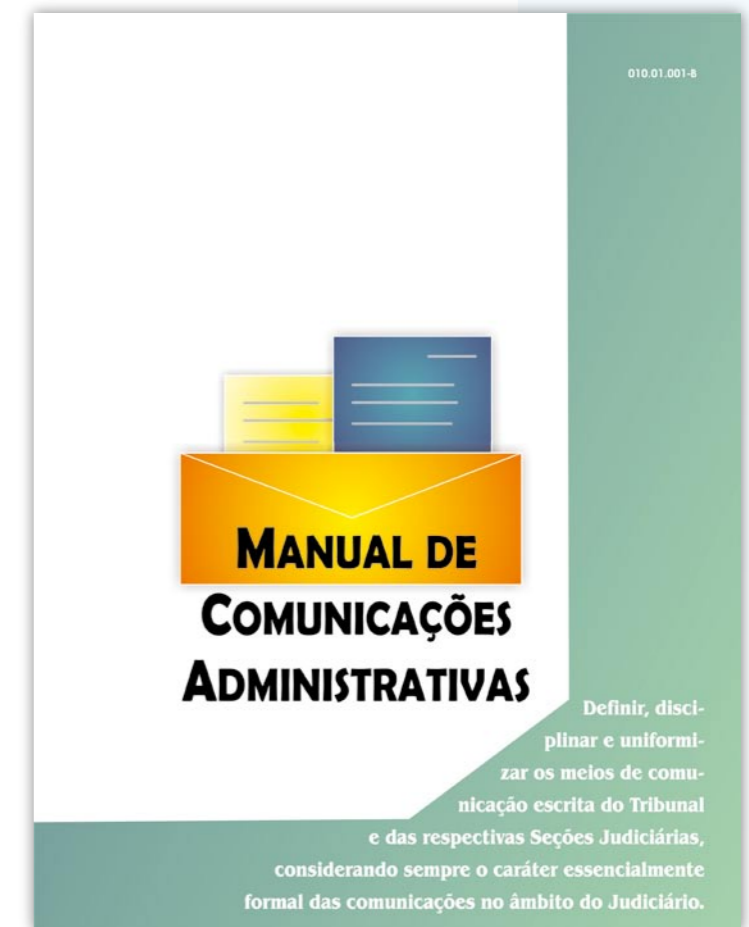
ATIVIDADES RELACIONADAS À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Atribuições dos titulares de cargos e funções comissionados.	Revisão e publicação eletrônica concluídas. Publicação em papel ainda a ser definida.
Estrutura de cargos efetivos e comissionados das Seções Judiciárias – publicação da Resolução 5, alterada pelas modificações processadas pela Resolução 18/2004.	Atualização concluída. Pronta para reprodução.
Organogramas das Seccionais.	Diagramação concluída. Prontos para publicação.
Definição das competências das unidades administrativas dos Juizados Especiais Federais.	Propostas colhidas nas Seccionais pela COJEF e já consolidadas. Fase de conclusão, com participação do JEF do Distrito Federal.

QUADRO 157  
MANUAIS ADMINISTRATIVOS

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Guia do Servidor	Revisado e pronto para publicar.
Manual de Identidade Visual	Fase final de elaboração. Pronto para revisão das áreas diretamente envolvidas.
Manual de Comunicações Administrativas	Revisado, publicado e distribuído para as unidades do Tribunal.

Editado em 1994, o Manual de Comunicações Administrativas foi revisado e republicado em 2004, com as alterações processadas na IN-15-03 – Comunicações Administrativas.



**QUADRO 158**  
**ACOMPANHAMENTO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS**

ASSUNTO	SITUAÇÃO
IN-11-01 – Serviços de Taquigrafia	Em fase final de atualização. Elaboração de exposição de motivos.
IN-13-01 – Programa de Estágio	Alteração proposta aprovada. A IN revisada entrou em vigor em 17/09/2004.
IN-13-03 – Identificação Funcional	Alteração proposta aprovada. A IN revisada entrou em vigor em 05/04/2004.
IN-14-05 – Aquisição de Materiais/Contratação de Serviços	Revisão iniciada.
IN-14-08 – Administração de Veículos	Proposta de revisão levada ao Conselho de Administração para votação. Aguardando esclarecimentos suscitados.
IN-14-09 – Serviços Gráficos	Proposta de alteração encaminhada para apreciação de área envolvida – DIGRA.
IN-14-10 – Serviços de Vigilância e Portaria	Revisão iniciada.
IN-14-11 – Viagens a Serviço	Alteração proposta aprovada. A IN revisada entrou em vigor em 19/08/2004.
IN-14-13 – Serviços de Biblioteca	Pronta para ser autuada e distribuída. Aguardando apreciação final pela DIBIB.
IN-14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos	Pronta para ser autuada e distribuída.
IN-15-01 – Metodologia para Emissão de Instrução Normativa	Alteração proposta aprovada. A IN revisada entrou em vigor em 19/08/2004.
IN-18-02 – Inscrição e Desligamento do Pro-Social	Proposta de revisão pronta para ser encaminhada ao usuário – SECBE.

Utilizadas para regulamentar procedimentos e rotinas administrativos no âmbito da Primeira Região, as instruções normativas têm sido objeto de revisões, seja por solicitação das unidades administrativas, seja por exigência legal.

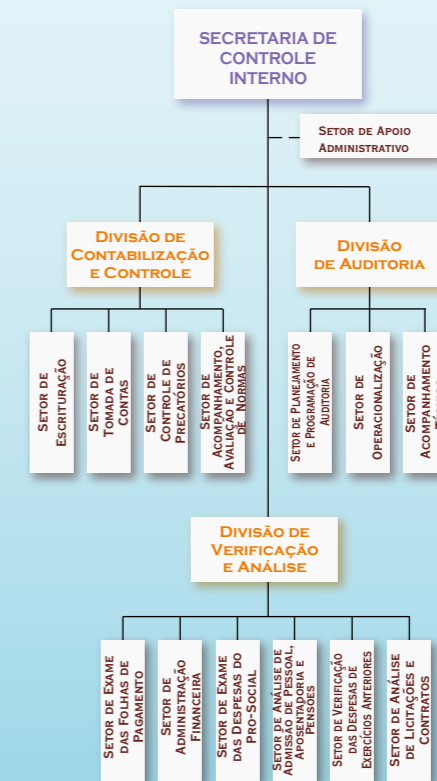
Em 2004, a revisão da IN-14-11 – Viagens a Serviço trouxe como maior inovação a criação do colaborador eventual, considerados como tal aqueles que, não tendo vínculo com o serviço público, estejam a serviço do Tribunal ou da Seccional em atividades ligadas às suas áreas de atuação. Com isso, tornou-se possível remunerar com diárias os prestadores de serviços de informática e de comunicação social, bem como os profissionais que, convidados a ministrar treinamento, podem receber apenas o valor correspondente à indenização de suas despesas.

**QUADRO 159**  
**FORMULÁRIOS E IMPRESSOS**

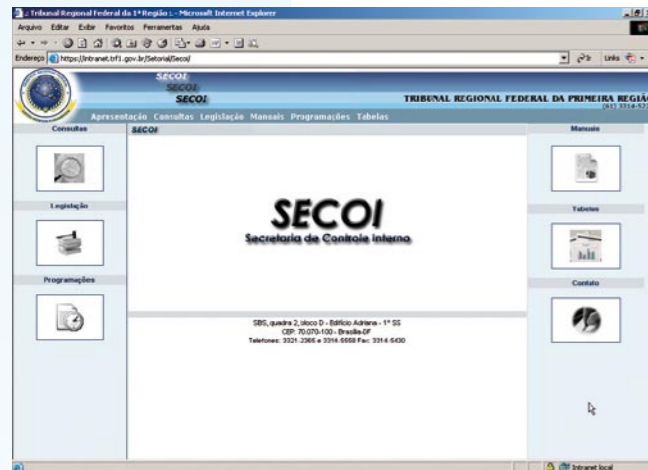
ATIVIDADE	ACOMPANHAMENTO
Formulários padronizados e em uso no Tribunal e nas Seccionais.	350 formulários e impressos (total). 170 formulários e impressos eletrônicos (disponíveis na intranet).
Criação, alteração e atualização de formulários eletrônicos.	142 formulários.
Padronização e diagramação de formulários e impressos.	177 formulários e impressos.
Procedimentos de reprodução de formulários e impressos não eletrônicos.	65 requisições de serviços gráficos analisadas.
Catálogo Eletrônico de Formulários e Impressos.	Concluído e disponibilizado na intranet. Divulgação realizada nas unidades interessadas, no Tribunal e em todas as Seccionais.
Acompanhamento do consumo do impresso para emissão de certidão negativa pelas Seccionais.	Dados solicitados às Seccionais e consolidados. Avaliação da situação e remanejamento de estoques entre as Seccionais. Aquisição para 2005 solicitada e realizada. Aguardando entrega pelo licitante vencedor. Prazo final: 06/01/2005.

# SECOI

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



As atribuições de controle interno, previstas na Carta Magna e em diversas legislações correlatas, têm como objetivo primordial apoiar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal. Assim, durante 2004, foi garantido o suporte ao ordenador de despesas quanto à legalidade, legitimidade e eficiência dos gastos efetuados.



A integração do sistema de controle interno do Tribunal com as Seccionais possibilitou a uniformização nos procedimentos. Para tanto, a página da Secretaria na internet tem-se mostrado excelente instrumento na obtenção de respostas a questões suscitadas pelas Seccionais e na consulta à legislação, a tabelas e manuais.

Durante a realização do I Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções, foi apresentado módulo específico das atividades de controle interno, com descrição do trabalho desenvolvido, em especial daquele voltado para as Seccionais. Na ocasião, foram sanadas as dúvidas mais frequentes no tocante a:

- execução de determinadas despesas;
- forma de utilização da página na internet;
- procedimentos utilizados para a realização de auditorias operacionais e de gestão;
- importância das auditorias para o processo de tomada de contas, que será encaminhado ao Tribunal de Contas da União.



QUADRO 160  
TOMADAS DE CONTAS APROVADAS/NÃO JULGADAS

UNIDADE	TOMADAS DE CONTAS APROVADAS (EXERCÍCIO)	DATA DA SESSÃO DO TCU	TOMADAS DE CONTAS NÃO JULGADAS (EXERCÍCIO)
090002 – Amazonas	2002	10/08/2004	2003
090003 – Pará	2002	28/09/2004	2003
090004 – Maranhão	2002	21/09/2004	2003
090005 – Piauí	–	–	2002/2003
090012 – Bahia	2002	28/09/2004	2003
090013 – Minas Gerais	2003	23/11/2004	–
090021 – Mato Grosso	2002	03/08/2004	2003
090022 – Goiás	2002	14/09/2004	2003
090023 – Distrito Federal	2002	17/02/2004	2003
090024 – Acre	–	–	2001/2002/2003
090025 – Rondônia	2001 2002	29/01/2004 05/10/2004	2003
090027 – TRF – 1ª Região	2002	03/02/2004	2003
090037 – Amapá	2002	10/08/2004	2003
090038 – Tocantins	2002	21/09/2004	2003
090039 – Roraima	2002	14/09/2004	2003

**QUADRO 161**  
**AUDITORIAS REALIZADAS**

UNIDADES GESTORAS	PERÍODO
Seção Judiciária do Estado de Roraima	12 a 16/04
Seção Judiciária do Estado do Pará	10 a 14/05
Seção Judiciária do Estado da Bahia	31/05 a 04/06
Seção Judiciária do Estado do Amapá	02 a 06/08
Seção Judiciária do Estado do Piauí	25 a 27/08
Seção Judiciária do Estado do Amazonas	04 a 08/10
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	02 a 17/12

**QUADRO 162**  
**PROCESSOS ANALISADOS**

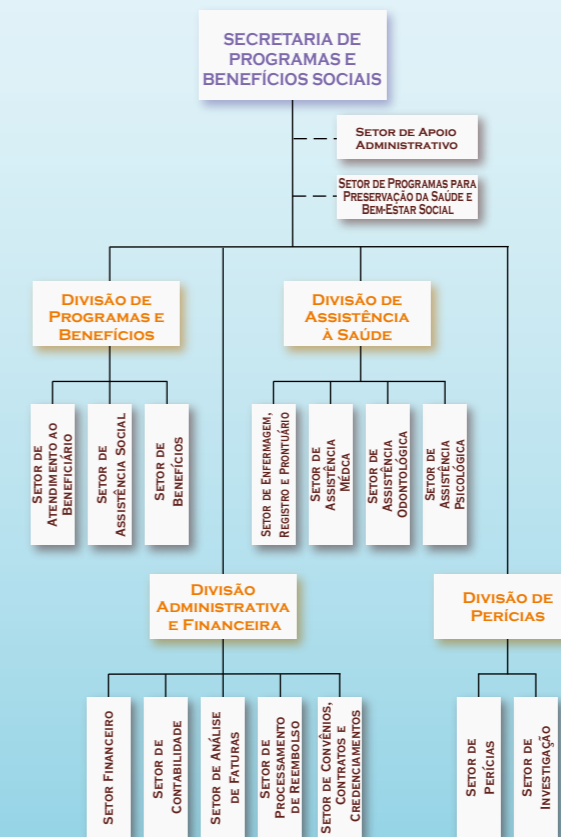
Folha de pagamento	553
Despesa médica (recursos próprios)	118
Despesa médica (recursos da União)	125
Licitação, inexigibilidade, dispensa, diárias, suprimento de fundos, ajuda de custo, licença para acompanhar cônjuge	886
Serviços	122
Material de consumo	90
Equipamentos e materiais permanentes	26
Incorporação de bens	14
Baixa de bens	12
Outras despesas (SF, diárias, ajuda de custo e ressarcimento)	40
Aposentadoria e pensão	130
Admissão, exoneração e demissão	540

**QUADRO 163**  
**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

ATIVIDADES	QUANT.
Relatórios de auditoria de gestão e operacional	22
Relatório de análise contábil	2
Relatório sobre impropriedades detectadas em licitação, inexigibilidades, dispensas, contratos e alterações, retenção de tributos e contribuições	8
Relatório sobre a folha de pagamento	26
Exame de contratos e termos aditivos referentes às aquisições e contratações de serviço pelo Tribunal	216
Certificado de regularidade de contas	15
Reportes de auditoria	19
Cumprimento de diligências determinadas pelo TCU	61
Encaminhamento dos dados ao TCU, através de transmissão eletrônica (SISAC), relativo à admissão, desligamento, aposentadoria e pensão	635
Consultas atendidas referentes às contabilizações de registros contábeis e execução financeira, orçamentária e patrimonial	282
Consultas atendidas referentes a licitação, contratos, suprimento de fundos, diárias e folha de pagamento	295
Informações emitidas no sentido de recomendar a adoção de medidas para correção ou prevenção de falhas, omissões ou impropriedades detectadas na análise de processos	268
Informações emitidas no intuito de orientar e esclarecer dúvidas sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e Seccionais	19
Cadastramento, reativação, desbloqueios e exclusões de senhas dos sistemas SIAFI, SENHA-REDE, SIAFI EDUCACIONAL, SIAFI GERENCIAL, CPF, CNPJ e SIASG	966
Diligências determinadas ao Setor de Pessoal	107

# SECBE

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS





A Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – Secbe cumpre o seu papel de forma a otimizar resultados, sempre em consideração às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social e ao Regulamento Geral do Programa e fundamentada no princípio do mutualismo. Por esse parâmetro, as regras são definidas em função do grupo e do grau de satisfação de seus participantes, tratados como seres holísticos, integrais.

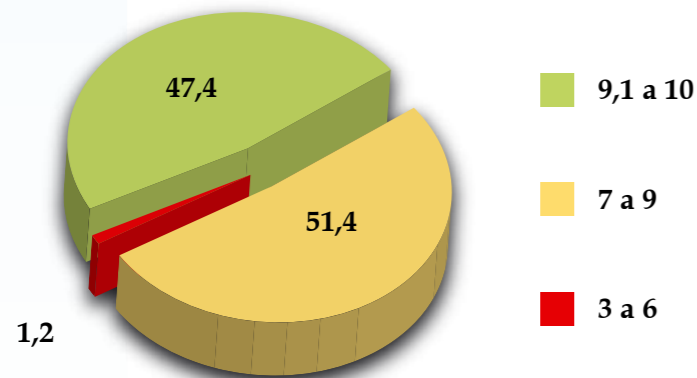


Com o objetivo de possibilitar a obtenção de informações de forma mais rápida e eficiente, foi elaborado o *Guia de Orientação*: edição comemorativa dos 15 anos do Pro-Social. A publicação foi custeada com recursos dos credenciados anunciantes.

Além de trazer a lista dos credenciados no Programa, o *Guia de Orientação* apresenta questionário sobre o grau de satisfação dos beneficiários com os serviços prestados, tanto no atendimento direto como pela rede credenciada.

Os resultados apurados demonstraram que a maioria está satisfeita com o Programa. De um total de 696 participantes — beneficiários do Tribunal e da Seccional do Distrito Federal —, pôde-se apurar 484 frases elogiosas, 80 sugestões e 44 críticas. Os dados coletados servirão de subsídio para novas ações de melhoria voltadas para a busca da excelência.

GRÁFICO 16  
NOTAS ATRIBUÍDAS AO SERVIÇO DE SAÚDE



A esmagadora maioria dos respondentes à pesquisa (88,8%) atribuiu nota igual ou superior a 7 aos serviços de saúde prestados pelo Pro-Social.

A fim de otimizar a qualidade dos serviços eletrônicos fornecidos pelo Programa, a Secbe propôs a construção de nova página para o Pro-Social, cuja principal característica será maior funcionalidade, decorrente da unificação dos sistemas informatizados atualmente existentes.

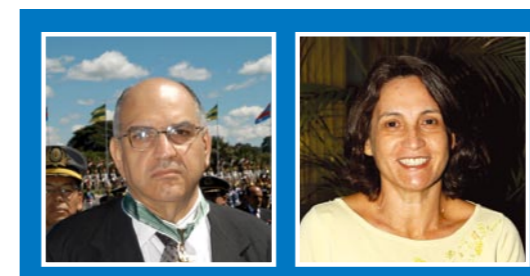
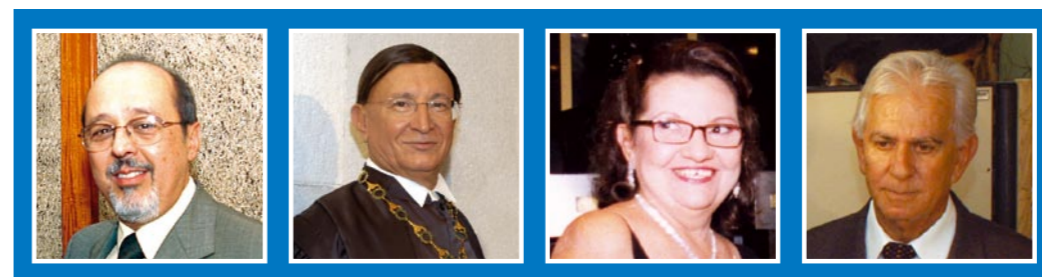


### Conselho Deliberativo do Pro-social

O Conselho Deliberativo é o órgão colegiado que zela pelo prestígio, pela qualidade, pela eficácia e pelo desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Pro-Social. É presidido pelo desembargador federal presidente do Tribunal e são seus conselheiros o diretor-geral, os diretores das Secretarias de Controle Interno e de Programas e Benefícios Sociais, bem como um representante dos magistrados e um dos servidores, eleitos de forma direta pelo grupo que representam.

Passaram a compor o Conselho Deliberativo do Pro-Social o Diretor-Geral do Tribunal, Rubens Luiz Murga da Silva, e Ionice de Paula Ribeiro, representante dos servidores.

Foram apreciados pelo Conselho 68 processos/assuntos nas oito sessões ordinárias realizadas no decorrer de 2004.



## Feira de Saúde



O projeto Feira de Saúde foi criado há 9 anos com o objetivo de oferecer, anualmente, informações básicas sobre saúde integral, contando com parcerias externas. Foi realizada, assim, a IX Feira de Saúde e a IV Expo Qualidade de Vida.

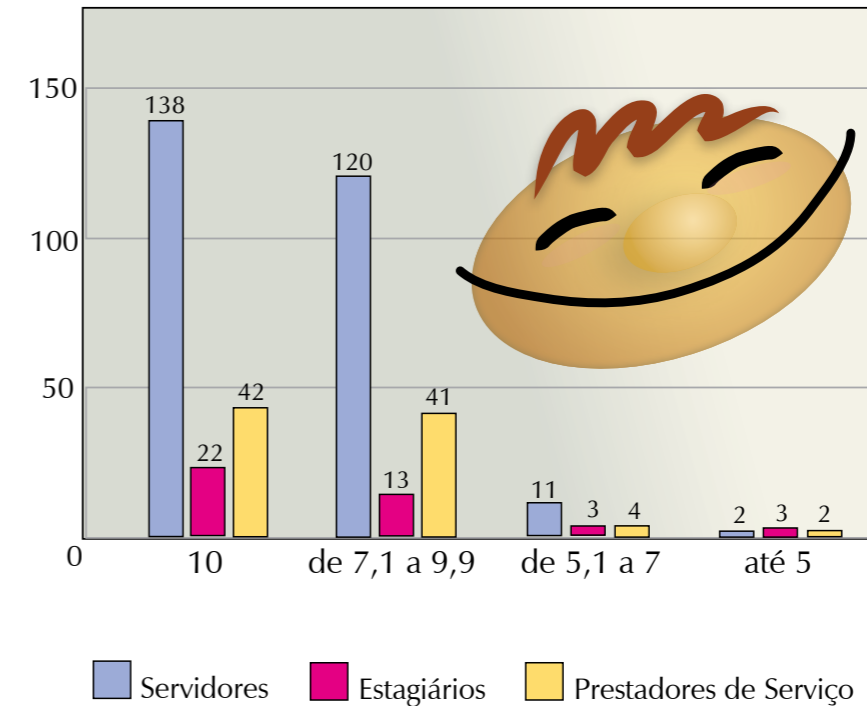
A cada ano é abordado tema específico relacionado ao dia-a-dia do Tribunal. Em 2004 o tema escolhido foi Transformação e Desenvolvimento. Devidamente explorado, agradou aos 2.500 visitantes, que circularam pelos 17 estandes, se beneficiaram dos espaços destinados à discussão e à troca de experiências e tiveram, ainda, a oportunidade de realizar exames e de participar de sorteios.

QUADRO 164  
ATENDIMENTOS NA FEIRA DE SAÚDE

ATIVIDADE	QUANT.
Exames e verificações	1.009
Vacinas	169
Palestras	149 participantes
Testes	131
Cinema	53 participantes
Vivências e oficinas	137 participantes
Massagens	401
<b>TOTAL</b>	<b>2.049</b>

Diversas foram as técnicas utilizadas para promover a alegria e a produtividade dos visitantes. Todos os estandes planejaram de maneira criativa miniofícinas e dinâmicas de grupo, com o objetivo de promover maior entrosamento entre colegas de trabalho e dar suporte à promoção da saúde e da qualidade de vida dos participantes.

GRÁFICO 17  
NOTAS ATRIBUÍDAS À FEIRA DE SAÚDE



## Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho

O PGQVT nasceu de um sonho ambicioso: trazer qualidade para a vida e o trabalho dos magistrados e servidores da Primeira Região e tornar-se referência em toda a Justiça Federal.

O somatório de responsabilidades e talentos intercomplementares, fundamentado no interesse comum de melhorar a qualidade de vida dos que trabalham no Poder Judiciário, tem sido o alicerce para a manutenção da saúde e do bem-estar nos aspectos biológico, psicológico, social e organizacional.

QUADRO 165  
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PGQVT

2000	Institucionalização do Programa pela Resolução PRESI n. 2 de 07/12/2000.
2001	Criação dos Comitês Gerenciais; sensibilização dos servidores; aplicação de instrumento diagnóstico com 82% de participação do público-alvo.
2002	Operacionalização do Plano de Ação bienal, com 29 ações voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida de magistrados e servidores; Prêmio Saúde Anchieta (Destaque Empresa).
2003	Reconhecimento do Programa evidenciado na obtenção do Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, concedido pela ABQV – São Paulo.
2004	Continuação das principais ações do PGQVT; divulgação interna e externa ampliada pelos diversos meios de divulgação: imprensa, palestras, rádio, TV, vídeos institucionais e internet.

Ao avaliar os eventos importantes da história do PGQVT, fica claro que, a cada ano, aconteceram fatos decisivos para a sua consolidação como programa global, pioneiro na Justiça Federal.

O elevado padrão de desempenho do PGQVT torna-o programa de grande confiança e credibilidade, propiciando *know-how* a diversas instituições locais e nacionais para implementação de programas de qualidade de vida. Assim, foram atendidas 15 solicitações de orientação sobre as atividades desenvolvidas pelo Programa, sendo 12 com demonstração no próprio Tribunal e 3 na instituição solicitante.

QUADRO 166  
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PGQVT

ÓRGÃO	VALOR PROVISIONADO	VALOR UTILIZADO	SALDO
TRF	61.984,39	42.984,02	19.000,37
AC	7.480,82	1.786,81	5.694,01
AM	10.624,96	4.999,01	5.625,95
AP	6.002,67	1.546,81	4.455,86
BA	22.929,99	4.820,42	18.109,57
DF	38.659,06	35.231,61	3.427,45
GO	19.497,85	12.262,88	7.234,97
MA	12.543,26	9.377,81	3.165,45
MG	45.551,76	22.994,78	22.556,98
MT	11.169,01	2.742,36	8.426,65
PA	13.786,40	9.340,01	4.446,39
PI	10.690,52	7.589,22	3.101,30
RO	7.175,33	3.591,81	3.583,52
RR	6.005,51	556,81	5.448,70
TO	7.310,78	6.991,16	319,62
<b>TOTAL</b>	<b>281.412,31</b>	<b>166.815,52</b>	<b>114.596,79</b>

O percentual de utilização dos recursos do PGQVT em 2004 foi de 59% contra 82% do ano anterior. Esse fato decorreu da maior participação de parceiros e, também, da utilização prioritária de recursos da União.

Contribuiu, ainda, para a economia de recursos, decisão do Conselho Deliberativo do Pro-Social que limitou o valor destinado ao pagamento dos maestros contratados para as atividades de coral em, no máximo, 1% da verba local destinada ao PGQVT.

**QUADRO 167**  
**PRINCIPAIS AÇÕES DO PGQVT NO TRIBUNAL**

Programa de exames periódicos.
Melhoria da qualidade dos atendimentos de saúde internos do Tribunal.
Campanhas odontológicas.
Prevenção e controle das doenças cardiovasculares.
Comemoração de temas geradores de ações de qualidade integradas.
Promoção de eventos culturais, de integração social e de confraternização.
Coral Habeas Cantus.
Programa de Educação Gerencial.
Tribunal Solidário.
Capacitação dos comitês do PGQVT.
Projeto De Bem com a Vida.
Projeto Viva Melhor.
Prevenção ao estresse e às doenças ocupacionais.
Feira de Saúde e Expo Qualidade de Vida.
Pesquisa de qualidade dos serviços prestados pelo restaurante do Tribunal.
Continuação das atividades do berçário.
Implantação de inovações organizacionais com a criação do portal da qualidade, que traz todas as informações acerca do PGQVT.

O Tribunal inaugurou o espaço De Bem com a Vida, com o objetivo de proporcionar aos servidores lotados no Edifício Adriana massagens expressas em ambiente tranqüilo, sem atrapalhar o andamento do trabalho.



A exemplo dos anos anteriores, as campanhas já tradicionais no Tribunal foram realizadas com bastante sucesso e maciça participação de servidores, magistrados e dependentes, como é o caso do Pro-Dentinho e das campanhas de acompanhamento cardiológico, do diabetes, de vacinação entre outras.





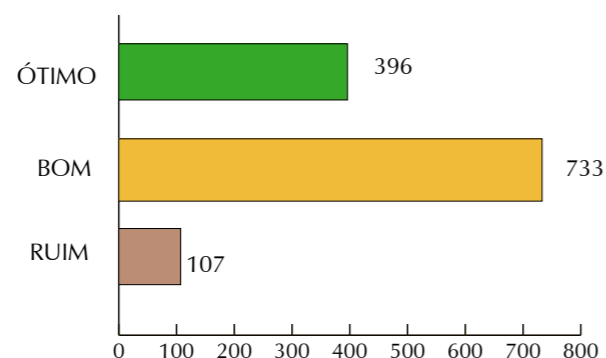
O restaurante do Tribunal reabriu suas atividades em 2004 sob nova administração. As novidades ficaram por conta da oferta dos serviços de café-da-manhã e lanche vespertino e também da criação do Comitê de Fiscalização, composto por quatro servidores, entre eles uma nutricionista e uma enfermeira, a quem compete realizar o acompanhamento semanal das atividades do restaurante, de forma a garantir as condições básicas de higiene e a atender às sugestões dos usuários.

Para melhorar a qualidade da alimentação dos magistrados e servidores, foi realizada pesquisa com os usuários do restaurante do Tribunal. Do total de 500 questionários distribuídos 277 foram devolvidos.

QUADRO 168  
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO RESTAURANTE

ITENS AVALIADOS	ÓTIMO		BOM		RUI M	
Opinião sobre as refeições	56	21,8%	167	64,9%	18	7%
Opinião sobre os lanches	91	35,4%	127	49,4%	19	7,4%
Atendimento dos garçons	77	29,9%	151	58,7%	22	8,5%
Atendimento do caixa	76	29,5%	144	56%	27	10,5%
Higiene e limpeza	96	37,3%	144	56%	21	8,2%

GRÁFICO 18  
CONCEITOS ATRIBUÍDOS AO RESTAURANTE



O resultado da avaliação mostrou ter sido acertada a mudança de direção do restaurante. A maioria dos pesquisados considerou de boa qualidade os serviços prestados. A partir dos dados coletados, foi possível melhorar ainda mais as condições de alimentação das pessoas que fazem suas refeições no restaurante do Tribunal.

Durante o ano de 2004, o Coral Habeas Cantus apresentou-se em 25 eventos, internos e externos, o que corresponde à média de mais de duas apresentações por mês.



## Responsabilidade social

A solidariedade e a boa vontade de cidadãos e instituições brasileiras impulsionam, cada vez mais, projetos sociais e ações voluntárias, que dão o exemplo do exercício da cidadania.

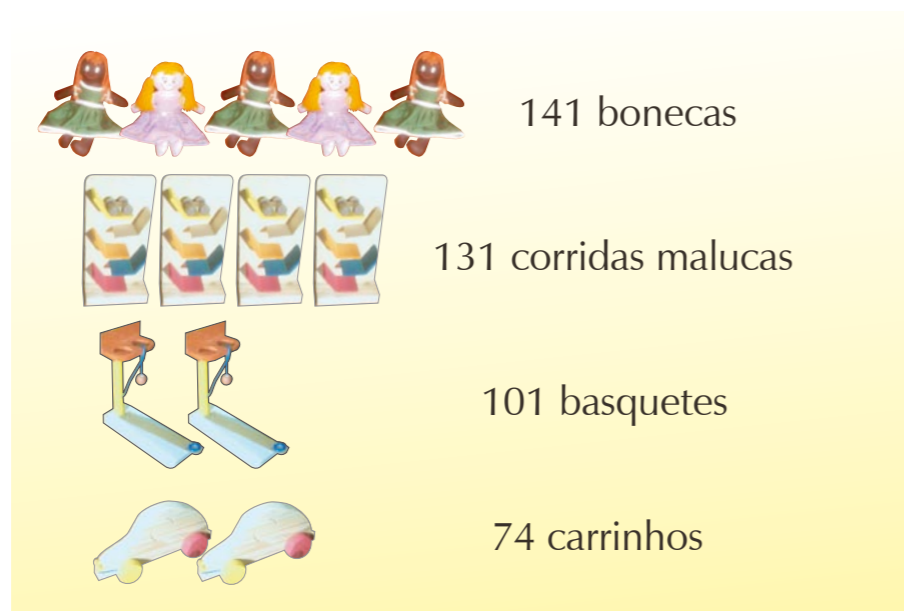
Como resultado do trabalho iniciado em 2003 pelo Comitê de Responsabilidade Social, 18 prestadores de serviço que desempenham suas atividades no Tribunal receberam, em solenidade de formatura, o certificado de conclusão do Curso de Alfabetização.

O próximo passo do projeto é a extensão do curso para os ensinos fundamental e médio por meio de telecurso a ser apresentado nas instalações do TRF.



Foi criada a Fábrica de Brinquedos do TRF – 1ª Região, com a finalidade de montar brinquedos para distribuição a crianças carentes no Natal. Como resultado foram produzidos 447 brinquedos.

GRÁFICO 19  
FÁBRICA DE BRINQUEDOS



Parte dos brinquedos foi entregue diretamente aos filhos de prestadores de serviço, no Tribunal. O restante foi encaminhado ao Centro Integrado de Atenção Materno-Infantil, localizado em Sobradinho – DF.

## Serviços de saúde

O cuidado com a saúde é preceito constitucional e dever de todos e tem como um dos focos principais as políticas preventivas. Centrado neste conceito, o Tribunal iniciou os trabalhos de exames periódicos em todo o seu corpo funcional. Durante 2004 foram avaliados 186 servidores.



Para poder usufruir os serviços de saúde, é necessário que os usuários tenham conhecimento das modalidades de atendimento oferecidas. Para tanto, foi elaborado e distribuído em 2004 o *Manual do Usuário* dos serviços de saúde, no qual constam orientações básicas para a utilização dos serviços médicos e de enfermagem e das assistências odontológica e psicológica, bem como dicas de primeiros socorros.

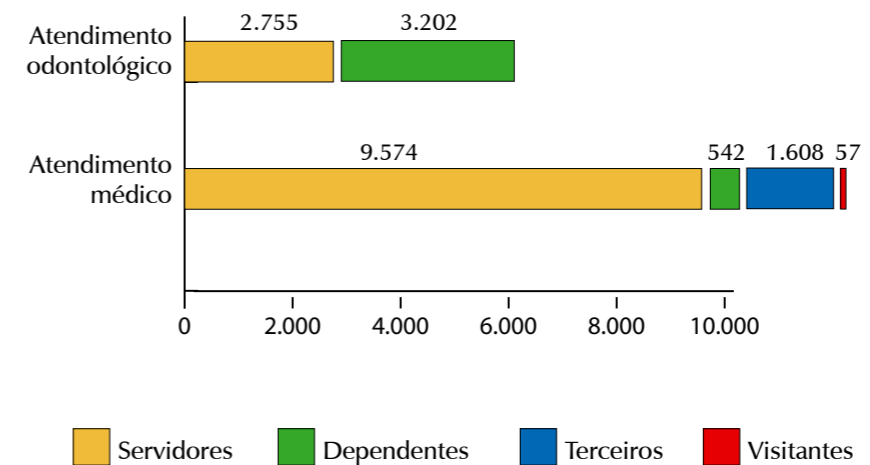
QUADRO 169  
ATENDIMENTOS MÉDICOS

ATENDIMENTO	QUANT.
Consulta	6.739
Visitas hospitalares	21
Visitas domiciliares	6
Internações clínicas (repouso)	193
Autorizações	4.196
Medicações orais	2.153
Medicações intramusculares	561
Medicações endovenosas	399
Homologações de atestado	1.060
Curativos	493
Pequenas cirurgias	18
Nebulizações	332
Eletrocardiogramas	147
Exames pré-admissionais/atestados de saúde	78
Sinais vitais	2.427
Controle de peso	5
Junta médica	407
Periódicos	186
Outros	1.211
<b>TOTAL</b>	<b>20.632</b>

QUADRO 170  
ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

ATIVIDADE	QUANT.
Consultas	543
Perícias	3.055
Emergências	257
Dentísticas	317
Prevenções	1.152
Periodontia	564
<b>TOTAL</b>	<b>5.888</b>

GRÁFICO 20  
CLIENTELA ATENDIDA NA ASSISTÊNCIA DIRETA



A boa qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela assistência direta, realizada nas instalações do Tribunal, evidencia-se pelo total de atendimentos: 17.738, dos quais 1.664 — quase 10% — foram oferecidos a estagiários, prestadores de serviço e visitantes.

QUADRO 171  
SERVIÇOS PSICOLÓGICOS

ATIVIDADE	QUANT.
Encaminhamentos	187
Reuniões	87
Pesquisas e elaborações de trabalho	31
Visitas às instituições	49
Acompanhamentos de paciente	69
Orientações e aconselhamentos	745
Autorizações – psicologia	757
Autorizações – psiquiatria	118
Autorizações – fonoaudiologia	121
Contatos telefônicos com paciente	65
Marcações de consulta	803
Análises de processo	22
Discussões de caso	182
Contatos com profissionais externos	257
<b>TOTAL</b>	<b>3.493</b>

O serviço de psicologia tem sido bastante procurado pelos magistrados, servidores e seus dependentes, do que resultou um volume significativo de atividades realizadas em 2004.

QUADRO 172  
ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA REDE CREDENCIADA

BENEFÍCIO	QUANT.
Consultas médicas	63.270
Exames laboratoriais	20.691
Exames radiológicos	14.037
Internações	8.292
Fonoaudiologia	1.321
Tratamentos fora do domicílio	13
Outras – área médica	29.597
Psicologia	6.151
Consultas odontológicas	6.888
Dentisteria	3.758
Próteses dentárias	1.246
Periodontia	1.079
Radiologia	4.982
Endodontia	771
Outras – área odontológica	3.618
<b>TOTAL</b>	<b>165.714</b>



### Acompanhamento financeiro do Pro-Social

O ano de 2004 foi relativamente tranqüilo no que se refere à arrecadação e aplicação dos recursos do Pro-Social, em decorrência tanto do reajuste da Tabela de Contribuição Mensal quanto da implantação de mais uma parcela do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário.

Diante disso, o ano fechou com uma reserva financeira, oriunda dos recursos próprios, de mais de 12 milhões de reais, ou seja, quase o dobro do montante apresentado em 2003.

**QUADRO 173**  
**ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO PRO-SOCIAL**  
**RECEITAS E DESPESAS**

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS					DESPESAS	SALDO
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL		
Saldo Dez./03		770.020,00		770.020,00						7.705.714,48		7.705.714,48
jan.	770.020,00	15.963.000,00	313.635,00	16.419.385,00	7.705.714,48	1.413.658,52	50.840,89	111.262,88	50.979,63	1.626.741,92	779.787,53	8.552.668,87
fev.	16.419.385,00		369.058,00	16.050.327,00	8.552.668,87	1.412.537,42	53.987,60	91.965,62	30.941,44	1.589.432,08	1.280.711,80	8.861.389,15
mar.	16.050.327,00		1.038.030,00	15.012.297,00	8.861.389,15	1.377.931,29	66.706,03	92.103,70	109.081,12	1.645.822,14	2.024.414,48	8.482.796,81
abr.	15.012.297,00		561.007,00	14.451.290,00	8.482.796,81	1.388.281,71	73.089,73	100.904,56	140.382,83	1.702.658,83	1.225.495,84	8.959.959,80
maio	14.451.290,00		1.241.920,00	13.209.370,00	8.959.959,80	1.429.017,13	69.507,93	101.169,71	182.205,18	1.781.899,95	1.518.110,08	9.223.749,67
jun.	13.209.370,00		2.080.488,00	11.128.882,00	9.223.749,67	1.394.425,34	70.507,05	106.734,82	67.683,35	1.639.350,56	1.090.881,10	9.772.219,13
jul.	11.128.882,00		2.109.602,00	9.019.280,00	9.772.219,13	1.411.112,58	85.488,56	110.075,78	88.393,79	1.695.070,71	933.913,63	10.533.376,21
ago.	9.019.280,00		1.561.035,00	7.458.245,00	10.533.376,21	1.401.535,42	81.156,99	129.705,25	70.246,22	1.682.643,88	1.039.616,22	11.176.403,87
set.	7.458.245,00		2.012.855,67	5.445.389,33	11.176.403,87	1.420.944,02	74.780,02	117.761,77	161.683,59	1.775.169,40	1.114.553,54	11.837.019,73
out.	5.445.389,33		1.608.698,00	3.836.691,33	11.837.019,73	1.505.785,30	88.290,13	108.692,26	81.823,97	1.784.591,66	980.389,07	12.641.222,32
nov.	3.836.691,33		1.090.596,00	2.746.095,33	12.641.222,32	1.435.727,04	79.504,22	129.708,18	85.595,58	1.730.535,02	1.482.966,33	12.888.791,01
dez.	2.746.095,33	631.801,00	1.836.700,07	1.541.196,26	12.888.791,01	1.457.822,18	90.285,38	152.355,90	121.712,57	1.822.176,03	2.365.678,18	12.345.288,86
<b>TOTAL 2004</b>		<b>17.364.821,00</b>	<b>15.823.624,74</b>	<b>1.541.196,26</b>		<b>17.048.777,95</b>	<b>884.144,53</b>	<b>1.352.440,43</b>	<b>1.190.729,27</b>	<b>28.181.806,66</b>	<b>15.836.517,80</b>	<b>12.345.288,86</b>

**QUADRO 174**  
**APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL POR BENEFÍCIO**

DESPESAS	BENEFÍCIO	VALOR		
		UNIÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
ÁREA SOCIAL	Auxílio-Alimentação	29.933.231,38		29.933.231,38
	Auxílio-Creche	4.959.179,98		4.959.179,98
	Auxílio-Transporte	590.740,67		590.740,67
	Programa Qualidade de Vida		191.882,87	191.882,87
	<b>SUBTOTAL I</b>	<b>35.483.152,03</b>	<b>191.882,87</b>	<b>35.675.034,90</b>
ÁREA MÉDICA	Consultas	2.137.772,00	1.650.012,99	3.787.784,99
	Exames laboratoriais	1.246.901,48	962.405,81	2.209.307,29
	Exames radiológicos	1.147.212,96	885.462,19	2.032.675,15
	Internações	4.433.780,28	3.422.158,69	7.855.938,97
	Psicologia	715.227,94	552.039,87	1.267.267,81
	TFD		54.822,43	54.822,43
	Outras	3.077.695,45	2.375.481,32	5.453.176,77
	<b>SUBTOTAL II</b>	<b>12.758.590,11</b>	<b>9.902.383,30</b>	<b>22.660.973,41</b>
ÁREA ODONTOLÓGICA	Dentisteria	900.364,38	694.935,15	1.595.299,53
	Próteses dentárias	1.085.500,40	837.830,43	1.923.330,83
	Periodontia	257.925,12	199.076,33	457.001,45
	Radiologia	208.871,88	161.215,18	370.087,06
	Endodontia	145.577,37	112.362,10	257.939,47
	Outras	466.797,00	360.291,51	827.088,51
	<b>SUBTOTAL III</b>	<b>3.065.036,15</b>	<b>2.365.710,70</b>	<b>5.430.746,85</b>
ÁREA ADMINISTRATIVA	Despesas – área administrativa			
	Fenaserjus		2.480.967,67	2.480.967,67
	Seguro de vida		325.213,65	325.213,65
	Passagens e hospedagem		69.424,16	69.424,16
	Outras		500.935,45	500.935,45
	<b>SUBTOTAL IV</b>		<b>3.376.540,93</b>	<b>3.376.540,93</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>51.306.778,29</b>	<b>15.836.517,80</b>	<b>67.143.296,09</b>

Fonte: DIVAF e SEPLA.

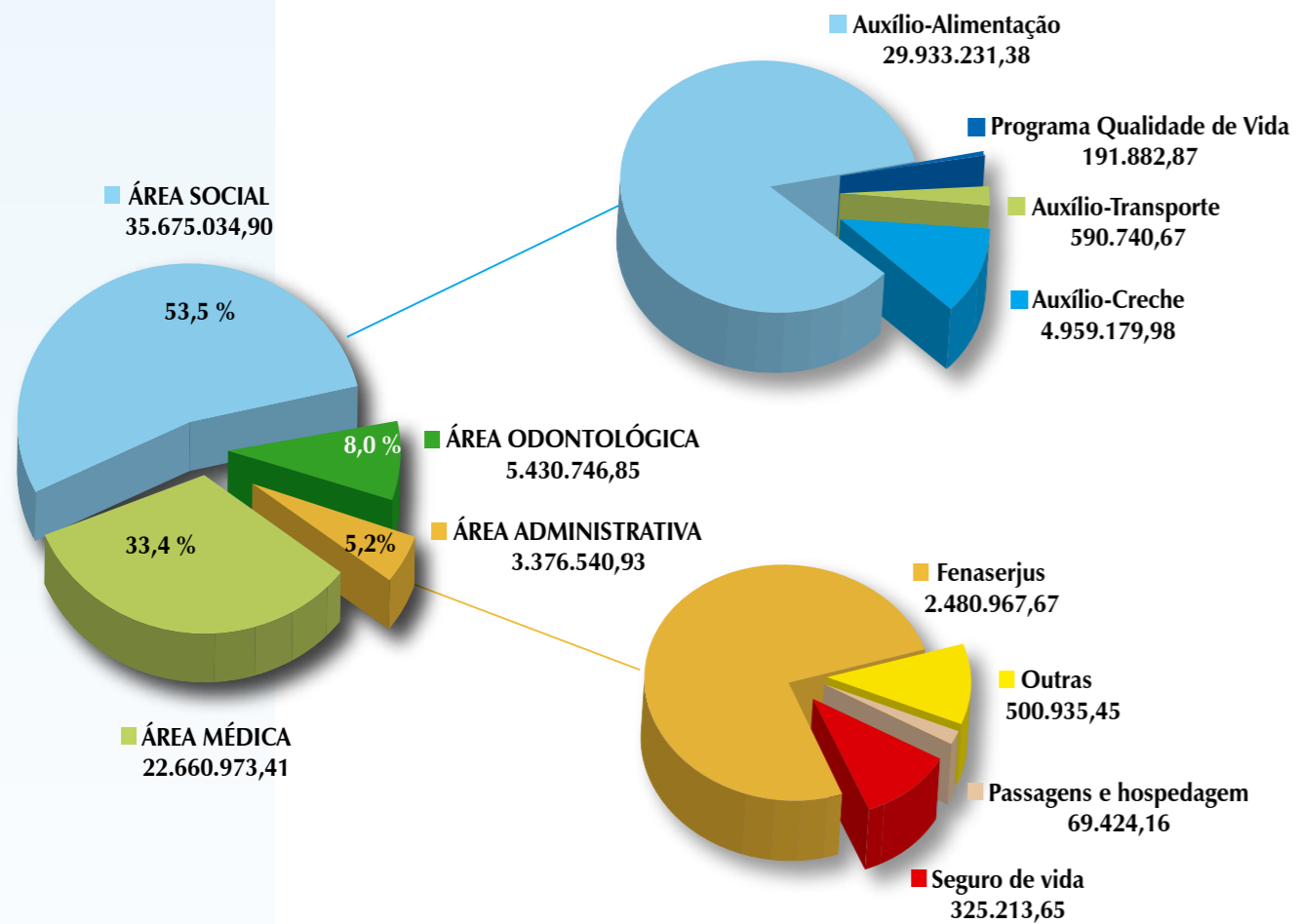
Obs.:

**Outras médicas:** fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

**Outras odontológicas:** consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

**Outras administrativas:** medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

GRÁFICO 21  
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL

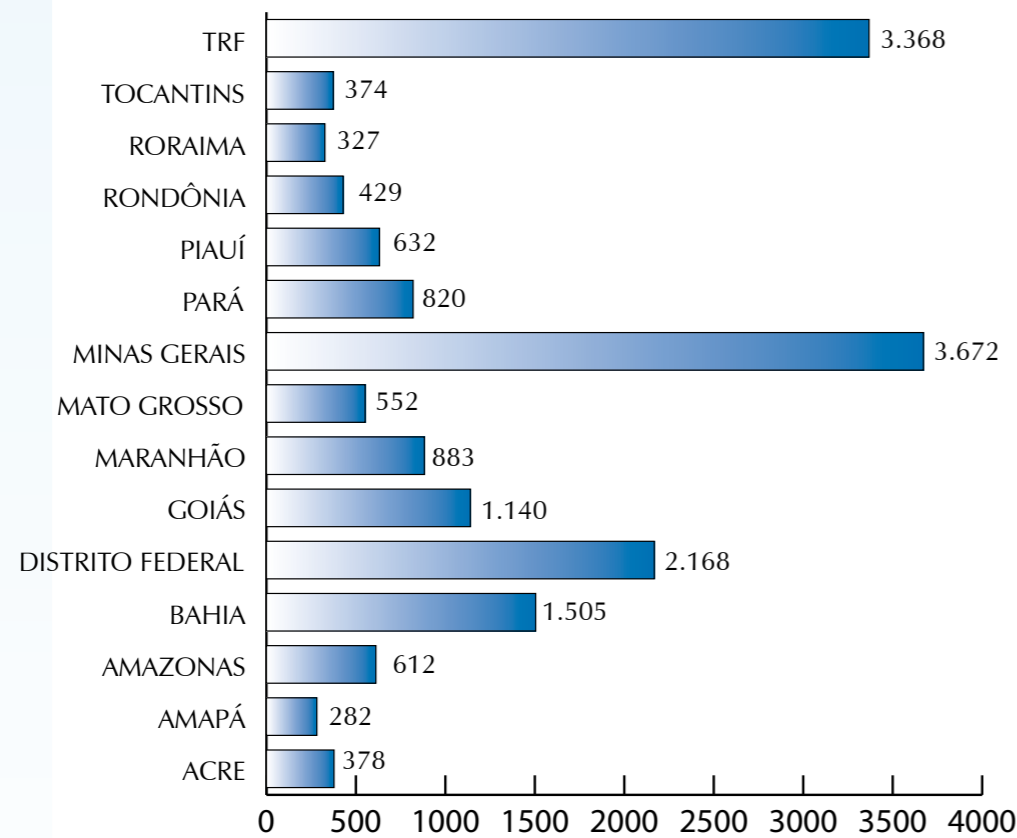


QUADRO 175  
BENEFICIÁRIOS DO PRO-SOCIAL

LOCALIDADE	SERVIDOR ATIVO	SERVIDOR INATIVO	DEPENDENTE	PENSIONISTA CIVIL	TOTAL
Acre	98	13	263	4	378
Amapá	70	11	201	–	282
Amazonas	170	15	427	–	612
Bahia	488	40	972	5	1.505
Goiás	319	50	759	12	1.140
Distrito Federal	616	114	1.414	24	2.168
Maranhão	201	33	644	5	883
Mato Grosso	154	19	376	3	552
Minas Gerais	1.178	124	2.490	11	3.672
Pará	218	25	567	10	820
Piauí	149	18	457	7	632
Rondônia	112	10	306	1	429
Roraima	80	9	237	1	327
Tocantins	83	6	285	–	374
TRF	952	68	2.332	16	3.368
<b>TOTAL</b>	<b>4.888</b>	<b>556</b>	<b>11.730</b>	<b>99</b>	<b>17.153</b>

A contratação de servidores, tendo em vista a instalação de 18 novas Varas Federais em 2004, fez com que o número de beneficiários do Pro-Social aumentasse, pela inclusão de titulares e seus respectivos dependentes. Os dados apontam para incremento aproximado de 9% em relação ao ano de 2003.

GRÁFICO 22  
DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PRO-SOCIAL NA PRIMEIRA REGIÃO



Em 2004 foi concedido, em toda a Primeira Região, o total surpreendente de mais de 100 mil benefícios.

A partir da apreciação do Conselho Deliberativo do Pro-Social, em sessão de 11/12/2003, foi extinto o auxílio-material escolar, o que representa economia de mais de 200 mil reais por ano. Esse valor corresponde a menos de 0,01% da despesa do Pro-Social (até outubro/2004).

QUADRO 176  
AUXÍLIOS CONCEDIDOS (MÉDIA MENSAL)

ÓRGÃO	AUXÍLIO		
	ALIMENTAÇÃO	CRECHE	TRANSPORTE
Acre	107	45	10
Amapá	82	33	5
Amazonas	182	81	-
Bahia	609	196	360
Distrito Federal	665	234	205
Goiás	344	128	53
Maranhão	244	110	122
Mato Grosso	169	54	-
Minas Gerais	1.009	335	453
Pará	274	95	4
Piauí	172	79	88
Rondônia	114	59	-
Roraima	81	39	-
Tocantins	84	46	-
TRF	1.077	367	375
<b>TOTAL</b>	<b>5.214</b>	<b>1.900</b>	<b>1.676</b>